FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 102 ★ Nº 34.279 QUARTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2023 R$ 6,00

ciência B5
Astrônomos acham mais 12 luas de Júpiter, que soma 92 e desbanca Saturno

esporte B7
Saudita Al Hilal enterra sonho do bi mundial do Flamengo por 3 a 2

ilustrada C1 e C4
Mostra em SP traz quase 200 obras de Chagall ao longo de 60 anos de carreira

'Duas Cabeças' (1966), de Marc Chagall Reprodução

Autonomia do BC reduz peso de juro, diz Campos Neto

Lula pede vigilância a quem pode tirar presidente do Banco Central do cargo

Contra sinais de trégua entre governo e Banco Central, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrou vigilância dos ministros que integram o Conselho Monetário Nacional e podem pedir a saída de Roberto Campos Neto do comando do BC, Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento).

Lula, que fez as declarações em café da manhã com órgãos de mídia alternativos, incluiu no pedido o Senado, ao qual cabe aprovar a troca de nomes mediante solicitação do chefe do Executivo.

O presidente tem redobrado as críticas ao BC ante a manutenção da taxa básica de juros em 13,75% ao ano.

Desde a decisão, dia 1º, o petista questiona a autonomia da instituição, estabelecida em lei de 2021, e provoca incerteza no mercado financeiro. Campos Neto, ontem, retorquiu. Afirmou que a independência do BC desconecta a política monetária (juros) do ciclo político e melhora seu custo-benefício ao país.

Uma ala do governo busca vincular o executivo ao bolsonarismo —ele foi nomeado por Jair Bolsonaro (PL).

Em sua promessa de desmontar o legado econômico da gestão anterior, Lula também sugeriu rever a privatização da Eletrobras, a qual chamou de "bandidagem". Mercado A13, A14 e A18

Socorristas tiram mulher dos escombros de um edifício destruído em Kahramanmaras, Turquia; frio, novos tremores e crises atrapalham buscas Suhaib Salem/Reuters

EDITORIAL A2

Contra a inflação

O Banco Central legalmente autônomo é uma decorrência natural da cristalização da repulsa à inflação na sociedade brasileira. Investir contra ele, para um presidente, é flertar com o fracasso econômico, que sempre transborda para a impopularidade do governante de turno.

França apoiará Brasil na OCDE, afirma chanceler

Após longa hesitação devido à alta no desmatamento sob Bolsonaro, a França agora apoia o acesso do Brasil à OCDE, disse a ministra francesa das Relações Exteriores à **Folha**. Catherine Colonna veio ao Brasil se reunir com Lula para restabelecer os laços entre os países. Mundo A12

Apuração do 8/1 foca vândalos, policiais e políticos

Um mês após os ataques contra os três Poderes, os órgãos de investigação avançaram sobre parte dos vândalos, políticos acusados de omissão e agentes da PM do Distrito Federal, mas até agora pouparam integrantes das Forças Armadas. A PGR já denunciou 653 pessoas. Política A4

Mortes em tremor vão a 7.800, e OMS vê risco a 23 milhões

O número de mortos no terremoto de magnitude 7,8 que atingiu a Turquia e a Síria na segunda-feira (6) passava de 7.800 ontem. A OMS (Organização Mundial da Saúde), para a qual o total de vítimas pode chegar a 20 mil, afirma que 23 milhões na região podem ser afetados pela tragédia.

Do total de pessoas expostas, pelo menos 5 milhões já eram vulneráveis por causa da Guerra da Síria. O regime de Bashar Al-Assad diz que a ajuda internacional chegará a todos os territórios. Teme-se, porém, que províncias controladas por rebeldes e que abrigam milhões fiquem para trás. Mundo A10

Cinco empresas são suspeitas de concentrar venda de ouro ilegal

Instituições que operam com autorização do Banco Central para comprar e vender ouro negociável no mercado financeiro são investigadas por suspeita de "esquentar" metal extraído ilegalmente. Procuradas, três delas negaram irregularidades, e duas não responderam. A21

PF confirma yanomami morto e outro ferido por garimpeiro B2

Ubatuba já cobra taxa ambiental de turistas

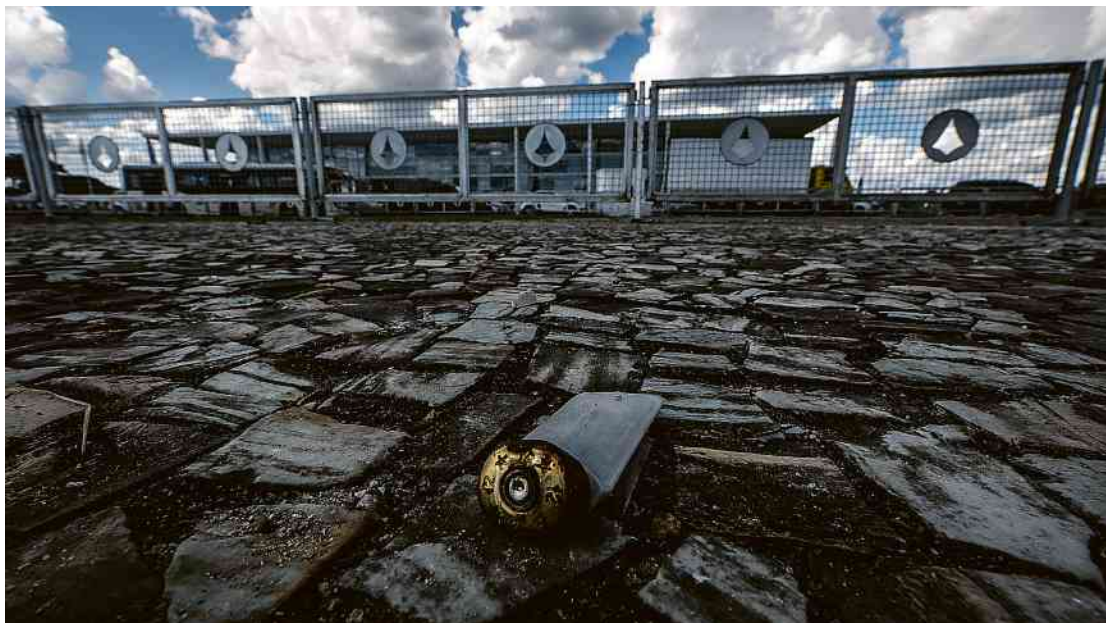
Diária para veículo de passeio custa R$ 13, e leitores eletrônicos de placas registram entrada e saída da cidade. Promessa é usar arrecadação em meio ambiente e coleta de lixo. B4

Rio concreta faixa na orla da Barra e gera críticas B3

TENDÊNCIAS / DEBATES A3

Flávia Pellegrino
Sociedade forte para revigorar democracia de instituições frágeis

Inês Virgínia Soares e Márcio Seligmann-Silva
Um memorial do 8/1 pode ajudar a recosturar o tecido da nação

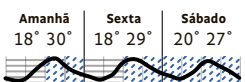
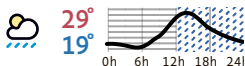
EDITORIAL A2
Discordar é preciso
Sobre intolerância ideológica em universidades.

Um mês após ataques golpistas, cápsula de calibre 12 ainda está em calçamento diante do Palácio do Planalto Gabriela Biló/Folhapress

Chuva alaga SP e paralisa linhas de trem e de metrô

Temporal deixou ao menos 79 pontos de alagamento na capital e paralisou parcialmente o metrô e trens. No Rio, uma criança de 2 anos morreu após desabamento. B1

ATMOSFERA

São Paulo hoje
29° 19°

Amanhã	Sexta	Sábado
18° 30°	18° 29°	20° 27°

	Hoje	Amanhã
Rio	22° 30°	21° 32°
Brasília	18° 28°	19° 27°
Ribeirão	19° 30°	19° 31°

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Contra a inflação

Atacado por Lula, BC autônomo decorre da repulsa da sociedade brasileira ao descontrole de preços

As instituições estão funcionando. O presidente da República esbraveja contra organizações de Estado que frustram seus desejos, e o resultado do embate pode acabar se revelando um tiro no pé das pretensões de reeleição do mandatário.

O mecanismo funcionou com Jair Bolsonaro (PL) e se mostra efetivo com o seu sucessor. O populismo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), embora não ameace a democracia como o do seu antecessor, coloca em risco o crescimento da renda e do emprego de dezenas de milhões de brasileiros.

O festival de desafios à racionalidade administrativa começou ainda antes da posse, quando o presidente eleito liderou a negociação por um acréscimo a descoberto de quase R$ 200 bilhões nos gastos federais de 2023. Primeiro arrombou a porta e deixou para depois uma promessa vaga de consertá-la.

O impulso da gastança pública, numa economia que há alguns trimestres superou a depressão da pandemia, naturalmente levou os agentes econômicos a preverem elevação de preços à frente. O descrédito do PT, cujas ideias pariram o descalabro recessivo de 2014-2016, também ajudou.

Já empossado, Lula barrou a correção tempestiva nos subsídios eleitoreiros que Bolsonaro irresponsavelmente havia aplicado aos combustíveis. A piora nas expectativas inflacionárias naturalmente prosseguiu, afetando não só as previsões para 2023, mas também para 2024, 2025 e 2026.

Como ninguém é obrigado a emprestar dinheiro barato a um devedor descontrolado, os credores do Tesouro exigiram mais juros para rolar a dívida federal. Nos leilões atuais, o governo compromete-se a pagar quase 6,5% ao ano acima da inflação, até 2055, a quem emprestar-lhe recursos.

O Banco Central, que apenas reconheceu a degringolada da perspectiva inflacionária em sua última reunião, tornou-se alvo das saraivadas de Lula. A autonomia operacional do órgão, fixada em lei há quase dois anos, figura nas falas sem pé nem cabeça do petista como sabotadora do crescimento.

Na primeira reunião do BC comandado por um nomeado de Lula em 2003, a Selic subiu de 25% para 25,5% ao ano. Tanto aquela decisão como a que na semana passada manteve a taxa em 13,75% seguiram a mesma técnica e perseguiram o mesmo objetivo de defender o poder de compra do real.

Quando Dilma Rousseff (PT) tentou interferir nessa lógica, baixando os juros do BC à revelia do que ocorria na economia, apenas alimentou o dragão inflacionário e teve de recuar bruscamente.

O BC legalmente autônomo, portanto, é decorrência natural da cristalização da repulsa à inflação na sociedade brasileira. Investir contra ele, para um presidente, é flertar com o fracasso econômico, que sempre transborda para a impopularidade do governante.

Discordar é preciso

Nota contra volta de Paschoal à USP mina o debate de ideias, fundamental para o trabalho acadêmico

Desde o impeachment de Dilma Rousseff (PT), o debate público no Brasil ficou mais polarizado, o que a todo momento gera o chamado cancelamento —fenômeno cultural no qual uma pessoa é expulsa de sua posição de influência e silenciada devido a atitudes ou falas vetadas por alguma militância.

Nas universidades, esse comportamento traz consequências nefastas, já que o cerne da atividade acadêmica é justamente o livre diálogo entre ideias e hipóteses divergentes. Não faltam maus exemplos nos últimos anos.

Uma turba de alunos impediu a exibição de um documentário sobre o ideólogo direitista Olavo de Carvalho na Universidade Federal da Bahia em 2017; no ano passado, o vereador Fernando Holiday foi impedido de participar de uma palestra sobre cotas e financiamento de universidades públicas na Unicamp, em São Paulo.

Agora, o corpo discente da Faculdade de Direito da USP emitiu uma nota contra o retorno de Janaina Paschoal —que encerra o mandato como deputada estadual pelo PRTB em março— à prática docente na instituição, da qual licenciou-se em 2019, quando assumiu o cargo na Alesp.

Os alunos classificam a parlamentar como "bolsonarista esclarecida" e criticam sua não adesão à carta em defesa da democracia articulada pela Faculdade de Direito nas eleições de 2022. A nota conclui afirmando que Paschoal não é bem-vinda e que "a universidade pertence aos defensores da democracia, não aos seus detratores".

A deputada é servidora concursada, e atividade político-partidária não é motivo legal para exoneração de professores. O que de fato importa na prática docente é a qualidade técnica, no ensino e na pesquisa —e a nota, curiosamente, nada fala sobre isso.

Paschoal não infringiu as regras do jogo democrático ou apoiou ruptura da ordem institucional.

É lamentável que alunos sintam-se perturbados pela convivência com diferentes visões de mundo, até mesmo aquelas consideradas vis. Pluralidade e discordância adubam o terreno onde florescem o raciocínio lógico e a argumentação —habilidades técnicas básicas para a produção científica.

Na academia e na democracia, o livre debate de ideias é um princípio ético inegociável.

Teodiceia

Hélio Schwartsman

Teólogos sempre tiveram dificuldades para conciliar a óbvia presença do mal na Terra com a ideia de um ser supremo que seja ao mesmo tempo onipotente e benevolente, mas são as grandes catástrofes naturais, como o terremoto desta semana na Turquia e na Síria, que escancaram a real dimensão de seu apuro: um evento de poucos segundos sobre o qual os homens não têm nenhuma agência deixa um rastro de milhares de mortos e sofrimento numa escala difícil de imaginar.

O problema da (in)justiça divina, também chamado de problema da teodiceia, é conhecido desde a Antiguidade. Ele é logicamente inatacável ("modus tollens"), o que significa dizer que, se as premissas são verdadeiras, a conclusão também o é, necessariamente. Para tentar sair da armadilha, religiosos precisam negar ou ao menos relativizar a onipotência ou a benevolência divinas, ou a própria existência do mal, que não passaria de aparência.

Uma saída popular entre cristãos é recorrer ao livre-arbítrio. O mal existe porque Deus deu aos homens a capacidade de escolher —o que é bom. Mas, ao fazê-lo, teve de permitir que eventualmente optassem pelo mal. Engenhoso e, se formos benevolentes, o argumento poderia funcionar nas situações em que o mal é resultado de ações humanas. Mas esse não é o caso de movimentos sísmicos.

O grande terremoto de Lisboa, de 1755, fez com que dois dos maiores filósofos de língua francesa, Voltaire e Rousseau, duelassem acerca dessas questões. Voltaire compôs um poema no qual confronta o Criador com o problema da teodiceia. Rousseau toma as dores de Deus e responde com uma carta em que procura isentá-Lo de toda responsabilidade. Não consegue, mas, na tentativa, levanta uma outra questão fundamental. As consequências de desastres naturais são em larga medida determinadas pelos homens. Na hora do terremoto, o tipo de ocupação do solo e a qualidade das construções fazem toda a diferença.

helio@uol.com.br

A bola nos pés de Haddad

Bruno Boghossian

Os últimos capítulos da briga de Lula com o Banco Central aplicam uma dose extra de pressão sobre Fernando Haddad e alimentam disputas internas no governo. O ministro da Fazenda trabalhava para atender à plataforma política do presidente, ao mesmo tempo em que oferecia a investidores alguma garantia de estabilidade. Agora, ele se torna foco de tensão dos dois lados da disputa.

Haddad reconhece a posição que ocupa. Nesta terça (7), ele apontou que o BC havia destacado o esforço do Ministério da Fazenda para reduzir o buraco nas contas deste ano. Com a declaração, o ministro tentou baixar a fervura, mas acabou admitindo indiretamente que a queda de juros cobrada por Lula depende dos resultados dessa empreitada.

Na prática, o Comitê de Política Monetária do banco rolou a bola para Haddad. O Copom diz que o pacote de aumento de arrecadação e corte de despesas do ministro pode reduzir o risco de alta da inflação, mas alerta que é preciso acompanhar "os desafios na sua implementação".

Em outras palavras, a equipe do BC que define a taxa de juros sugere que pode haver espaço para cortes se o governo fizer o dever de casa.

Apesar de aceitar a barganha numa arena técnica, o chefe da Fazenda também foi escalado para uma função política. Ainda nesta terça, Lula disse que ministros e o Senado devem vigiar a atuação do BC. Para a missão, o presidente citou nominalmente Haddad e Simone Tebet, que têm atuado em dobradinha.

Outros petistas usam um tom diplomático para sugerir que Haddad deve ser o responsável por uma articulação de bastidores pelo corte de juros. O senador Jaques Wagner, líder do governo, disse à **Folha** que o ministro "vai dialogar o tempo todo com o presidente do Banco Central".

O cenário também lança Haddad num embate com uma ala do PT que, em vez de um aperto, defende uma injeção de dinheiro público para driblar o risco de baixo crescimento em 2023. O ministro sabe que o grupo tenta aproveitar o momento para exercer influência sobre Lula.

Do Val deveria ser cassado

Mariliz Pereira Jorge

Num país sério, o senador Marcos do Val deveria ser cassado. No mínimo. O que seus colegas fizeram, no entanto, foi acionar a advocacia da Casa para recuperar o celular do parlamentar apreendido pela Polícia Federal. Do Val está brincando com a democracia brasileira, que se equilibra em alicerces muito fragilizados.

Sua postura de agora em nada se difere da que teve durante os anos em que vem apoiando o bolsonarismo, da sua atuação vergonhosa ao defender o indefensável durante a CPI da Covid. Ele vai conforme o vento. Já mudou a versão sobre um plano de golpe de Estado meia dúzia de vezes.

Diz que foi coagido por Jair Bolsonaro a armar uma arapuca para Alexandre de Moraes com intuito de melar as eleições. Depois contou que o plano era do ex-deputado Daniel Silveira, mas que o então presidente pensaria a respeito. Então tirou Bolsonaro da reta e disse que ele era apenas um ouvinte da tramoia. Numa gravação, Do Val implica o presidente e o GSI, para então dizer que ele mesmo concluiu que o gabinete estaria envolvido. Por fim, acusa Moraes de mentir sobre a oferta que teria sido feita pelo ministro de formalizar a denúncia.

Fala sério. O país vive uma crise democrática que não mostra melhoras consistentes. Estamos presos a 2022 e à corja encabeçada por Bolsonaro, que mesmo a distância alimenta a extrema direita e seus delírios antirrepublicanos. O gabinete do ódio pode não operar mais nas entranhas do Planalto, mas continua a todo vapor no submundo das redes bolsonaristas.

Nessa lambança toda promovida por Do Val, o único lampejo de comprometimento com o país foi o anúncio de que renunciaria. Como sua palavra não vale nada, a decisão não durou. Bons tempos em que político era cassado por aparecer de samba-canção em revista, como aconteceu com Edmundo Barreto Pinto. Isso foi lá em 1949. Em 2023, prevaricação e golpismo não dão em nada.

Você acredita em quem?

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Antes era fácil. Quando você era pequeno, acreditava em sua mãe, depois em seus amigos, depois nos padres e nos professores.

E houve um tempo antes da internet em que você acreditava em tudo o que um colunista da **Folha** dizia ou no que era dito no telejornal.

Nos Estados Unidos, até a invenção do noticiário a cabo e depois a explosão da internet, havia três redes e meia, ABC, NBC, CBS e a Public Broadcasting Network, a que poucas pessoas assistiam.

Naquela época, sabíamos o que era Verdade. Observe a letra maiúscula. Não era apenas a verdade do dia a dia, em letras minúsculas.

O grande âncora do noticiário nacional da CBS, Walter Cronkite, terminava seu breve noticiário todas as noites dizendo em sua voz autoritária: "Foi assim que aconteceu em..." e citava a data. Quando ele se voltou contra a Guerra do Vietnã, milhões de americanos de repente souberam que foi assim que aconteceu. Era Verdade.

Depois da internet, não. Você provavelmente conhece pessoas que acreditam que Jair Bolsonaro ganhou a última eleição. E essa não é a única coisa impossível em que elas acreditam.

A democratização das notícias corroeu a autoridade. Bom. No entanto, a autoridade responsável e autocrítica não é de todo ruim. A ciência tenta ser assim, embora imperfeitamente. Mas pelo menos os cientistas e Walter Cronkite, sua mãe e seu padre estão comprometidos com a verdade. No mínimo, eles tentam sinceramente não contar mentiras para você. Grandes Mentiras, com G e M maiúsculos.

Nenhum compromisso desse tipo fundamenta uma mídia totalmente democrática. Nunca foi assim. Qualquer tolo com uma caneta podia, antigamente, espalhar boatos sobre bruxas. Qualquer tolo com um jornal podia começar guerras. Qualquer idiota com uma estação de rádio podia, e ainda o faz, espalhar Mentiras.

Hoje em dia qualquer idiota, ou vilão, com um computador pode dizer que Bolsonaro ganhou ou que o Partido Democrata dos EUA é uma conspiração de pedófilos trabalhando numa pizzaria em Washington.

Como corrigir isso? Não envolvendo o Estado, eu disse a você recentemente. Tentamos isso nos EUA sob a "doutrina da Justiça" para rádio e TV.

Não, a responsabilidade é nossa, não do Supremo Tribunal Federal. Não podemos voltar a crer, como crianças, em qualquer coisa que é dita. Fique esperto sobre o que os antigos chamavam de "retórica". Essa é a verdade adulta, em letras minúsculas.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O ASSUNTO É **ATAQUE À DEMOCRACIA**

Sociedade civil forte para revigorar democracia de instituições frágeis

Alianças devem se manter ativas, pois a batalha da reconstrução será longa

Flávia Pellegrino
Jornalista, mestre em ciência política e coordenadora-executiva do Pacto pela Democracia

“As instituições estão funcionando?” Este é um questionamento que emerge legítima e reiteradamente diante do ambiente antidemocrático que ganhou corpo no Brasil ao longo dos últimos anos. O evento golpista de 8 de janeiro, que completa um mês nesta quarta-feira (8), permitiu-nos afirmar em pleno paradoxo: sim e não. Afinal, se as instituições democráticas operassem em sua plenitude, os ataques explícitos e sistemáticos à ordem democrática teriam sido interrompidos em suas origens. A resposta ao mais grave atentado contra nosso regime democrático, porém, gerou respostas imediatas e enérgicas das autoridades competentes, reavendo a postura rígida e necessária em defesa do Estado democrático de Direito em um dos momentos mais críticos da vida política brasileira.

O sistema democrático resistiu, mas sua fragilidade nunca foi tão flagrante. Do ponto de vista institucional, a debilidade é tamanha que nem as sedes dos Três Poderes da República tiveram sua integridade garantida. Sob a perspectiva das relações sociais, as fissuras aprofundaram-se de tal maneira que hoje temos um abismo intransponível caso valores e práticas elementares da cultura democrática não voltem a alicerçar nossa construção política e social.

Passado um mês da intentona bolsonarista, é possível avaliar que as prontas reações institucionais foram capazes de conter uma ruptura democrática e lidar com seus aspectos emergenciais. E daqui em diante? Os desafios da reconstrução democrática no país são múltiplos, multidimensionais e exigirão esforços no longo prazo.

Mas, em um cenário em que as instituições vacilam e são objeto de profundo descrédito por parte da população, a força propulsora desse processo reside em outro ator relevante nesta equação: a sociedade civil. Além de sua centralidade histórica na nossa construção democrática, hoje a diversidade de atores e setores que a compõem dispõe de uma capacidade ampliada de cooperação e coordenação de ações, fruto da trincheira que criamos em defesa da democracia nos últimos anos.

Neste novo ciclo democrático, será importante que as alianças se mantenham firmes e ativas, pois a batalha pela reconstrução e consolidação dos pilares democráticos será longa. Caberá à sociedade civil a consciência de que um governo comprometido com a democracia não garante estabilidade e enraizamento democráticos, muito menos é suficiente para lidar com a ascensão de uma extrema direita abertamente golpista e os desafios dos processos de desinformação que minam o ambiente democrático do país.

> **[...]**
>
> Caberá à sociedade civil a consciência de que um governo comprometido com a democracia não garante estabilidade e enraizamento democráticos, muito menos é suficiente para lidar com a ascensão de uma extrema direita abertamente golpista

Para além da retomada da atuação positiva nas agendas de políticas públicas, expansão de direitos e inclusão social, os esforços da sociedade civil também seguirão voltados à estrutura do sistema democrático, mirando os aspectos institucionais e sociais que necessitem transformação, fortalecimento e proteção para, assim, recobrar o caminho em direção à democracia que desejamos e merecemos ter.

A saída será não baixar a guarda, mas também ser capaz de olhar adiante e construir o futuro. Conjugar ações de defesa às investidas antidemocráticas que seguirão emergindo do bolsonarismo e estratégias de médio e longo prazos que robusteçam as instituições, aprimorem nosso sistema político, criem mecanismos efetivos de salvaguarda do regime democrático, resgatem princípios republicanos e promovam o enraizamento dos valores e práticas da cultura democrática, como a disposição ao diálogo, a valorização do pluralismo e o exercício da tolerância.

Para a sociedade civil, será chave não subestimar os aprendizados do passado. Se uma certeza deriva da recente experiência brasileira é a de que a democracia é constante construção e de que não há qualquer garantia de sua existência e qualidade se ela não for ativa e permanentemente cultivada, fortalecida, idealizada, aprimorada e defendida. E, das experiências antidemocráticas do passado, emerge a convicção de que só há construção democrática sólida no futuro se formos capazes de olhar para trás e encarar com seriedade o processo de verdade, memória e justiça.

A importância de um memorial

Espaço pode ajudar a superar a intolerância e recosturar o tecido da nação

Inês Virgínia Prado Soares e Márcio Seligmann-Silva
Doutora em direito, é desembargadora no TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região)
Tradutor, é professor titular de teoria literária na Unicamp

No rescaldo do 8 de janeiro, o anúncio da possibilidade de criação de um memorial pela democracia desperta a atenção por ser uma iniciativa de reparação coletiva pouco utilizada pelo Estado brasileiro, especialmente quando os responsáveis pelas violações ainda não foram punidos. O governo federal assume o protagonismo de lembrar para que a barbárie não se repita, sinalizando que a democracia é o único caminho para lidar com as diferenças e que os espaços de memória e culturais podem ser locais de superação da intolerância.

Em geral, as iniciativas de memorialização são respostas às demandas da sociedade civil, de grupos de vítimas, como forma de reparação e com a finalidade de contribuir na cicatrização das feridas. O trabalho coletivo de memória em torno de fatos do tempo presente encontra a dificuldade de as feridas ainda estarem sangrando.

Um dos legados mais atrozes do 8/1 foi a destruição. A ideia do memorial parte tanto da cultura material destruída, deteriorada ou furtada pela turba, como do trauma sofrido naquele dia pela população brasileira, que teve a sua democracia vilmente ferida.

A memória dessas tragédias não está apenas cravada nos objetos e locais diretamente afetados pelos atos horrendos. Ela extrapola e pode vir a se implantar na memória coletiva da nação, consolidando um processo cidadão de construção de uma memória crítica.

A criação e o funcionamento de um local para reparar a coletividade e ajudar a recosturar o tecido da nação é uma medida que tem potencialidade de aprofundar a intrínseca relação entre democracia e cultura: seu desenho e instalação demandam um diálogo entre os atores envolvidos, com investimento de dinheiro, tempo, recursos humanos; o processo de reflexão sobre que tipo de lugar e de acervo já, é em si, uma forma de fortalecimento da cidadania.

> **[...]**
>
> Tanto a sociedade quanto o Estado estão legitimados a indicar objetos e imagens que devem ser preservados, incluindo aí destroços, fragmentos, testemunhos e itens que servem ao mesmo tempo de memória do mal cometido e de admoestação no sentido de que não devemos permitir que nossa democracia seja novamente esgarçada

A escolha dos objetos e das imagens que serão expostos e resguardados para as próximas gerações como registro do 8/1 é um outro passo e depende de diálogo e de técnica. Tanto a sociedade quanto o Estado estão legitimados a indicar os objetos e imagens que devem ser preservados, incluindo aí os destroços, fragmentos, testemunhos e itens que servem ao mesmo tempo de memória do mal cometido e de admoestação no sentido de que não devemos permitir que nossa democracia seja novamente esgarçada a ponto de permitir tais atos golpistas.

Brasília é uma cidade com a peculiaridade de ter seu conjunto arquitetônico tombado. Juscelino Kubitschek a criou inspirado no faraó Akhenaton, que também fundara uma nova capital para o Egito. O faraó, no entanto, fez destruir monumentos que homenageassem outros deuses que não seu deus-sol Atom. Agora essa mesma fúria iconoclasta se voltou contra Brasília. Também no nazismo, o hitlerismo promoveu uma "higienização da cultura", como a famosa exposição "Arte Degenerada" deixou claro.

A transformação da violência em memorial permite que a história seja recontada sob outra perspectiva, plural e aberta, com a consolidação de uma consciência cívica que não aceite a hipótese de que as graves violações ocorridas no passado voltem a se repetir.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Turistas na Praia Grande de Ubatuba, uma das mais famosas da cidade, no litoral norte de São Paulo Mathilde Missioneiro/Folhapress

Lula e BC

“Empresários criticam falas de Lula sobre BC e defendem Campos Neto” (Painel S.A., 7/2). O presidente Lula critica o BC porque não tem coragem de combater os privilégios que oneram o orçamento público, como altos salários, aposentadorias milionárias, privilégios de toda ordem, desoneração para empresas amigas, outras nem tanto. Ele deveria compreender que a taxa de juros Selic tem que estar alinhada com a taxa de juros mais longa, definida pelos credores do orçamento público, deficitário desde a gestão de sua sucessora (bancada por ele) Dilma.
Paulo Vedova (Mogi das Cruzes, SP)

*

“‘É uma vergonha esse aumento de juro’, diz Lula em novas críticas ao Banco Central”(Mercado, 7/2). O presidente deve estar baseado em sua experiência de terceiro mandato, que lhe garante olhos de coruja para enxergar à noite, a ponto de caçoar e desprezar as observações de seu auxiliar de navegação, como fez o comandante do Titanic ao saber dos perigos dos icebergs .
Pedro Portugal (Belo Horizonte, MG)

Aplicativo de transporte

“Ministro do Trabalho sugere novo aplicativo se Uber sair do país” (Mercado, 6/2). O ministro do Trabalho Luiz Marinho saiu com a seguinte pérola: “Posso chamar os Correios, que é uma empresa de logística e dizer para criar um aplicativo e substituir”. Os transportadores do aplicativo são pessoas do povo, normalmente desempregadas, que acharam no Uber um meio de sobrevivência. O governo federal teria condições de criar esse tipo de serviço? Como São Bernardo do Campo sobreviveu a esse prefeito por 8 anos?
Beatriz Campos (São Paulo, SP)

*

Muita gente defende a total falta de regulamentação, porém todos envelhecem e precisam se aposentar. Quem vai pagar a conta desses trabalhadores desassistidos?
Valdir Teixeira da Silva (São Paulo, SP)

*

Esse aplicativo novo seria nível Atari num mundo de Playstation 5.
Angela May Iwama Okuno
(São Paulo, SP)

Professora

“Alunos dizem que Janaina Paschoal ‘não é mais bem-vinda’ na USP e que sua volta causa ‘perturbação’” (Mônica Bergamo, 6/2). Mais do que a corajosa advogada e professora que derrubou Dilma Rousseff, Janaina Paschoal é uma amiga, foi minha professora na graduação, integrou minha banca de doutorado e é colega de vida acadêmica. Muito triste ver ela perseguida por um dos satélites do novo regime, o Centro Acadêmico XI de Agosto, que promove show de intolerância.
Luiz Augusto Módolo de Paula
(São Paulo, SP)

Arma

“Morre advogado atingido pela própria arma em exame de ressonância em SP” (Cotidiano, 6/2). Agora, a pergunta que não quer calar: para cada caso trágico como esse, quantos ocorrem em que alguém realmente consegue se defender de uma violência por estar armado?
Helena Hawad (Rio de Janeiro, RJ)

Taxa ambiental

“Ubatuba, no litoral norte paulista, começa a cobrar taxa ambiental nesta quarta (8)” (Cotidiano, 6/2). Justíssima a cobrança. Sujou, tem que pagar.
Dorival Garcia (Itapeva, SP)

*

Está certíssimo! Prática alinhada aos padrões mais modernos de sustentabilidade: desestimula o uso desmedido do automóvel e, de quebra, pode ser uma boa fonte de arrecadação para executar melhorias da infraestrutura do perímetro praiano.
João Miranda (Brasília, DF)

*

Mais um imposto para o cidadão, já chega os que temos, esses governos têm fome de dinheiro.
Elizabeth Nunes (São Vicente, SP)

Concreto

“Rio põe concreto no fundo da areia de praia e revolta especialistas” (Cotidiano, 7/2). Ideia bizarra de “plantar cimento”! A proteção da orla deveria ser com vegetação que absorve as águas e freiam os ventos, como era o papel das restingas. Existem espécies de vegetação que podem reduzir os impactos das marés. É só querer e pesquisar!
Maria Eloisa Montero Miguez
(São Bernardo do Campo, SP)

*

Sem entrar no mérito da questão, mas fica a pergunta: uma obra com este impacto não carecia de uma audiência pública antes de ser implementada? Se foi, por que não teve contestação antes de contratar? Realmente, um absurdo mais um desperdício de dinheiro público por falta de transparência e diálogo com a sociedade.
Evandro Loes (Timbó, SC)

Direito

“No direito, o humano não é feminino” (Opinião, 6/2). Grande verdade. As leis desde sempre foram elaboradas por homens numa visão completamente machista. Que chegue esse tempo em que as leis possam ser postas para o ser humano. Com características mais generalizadas e de interesse comum.
Cristina Reggiani
(Santana de Parnaíba, SP)

*

Adorei o artigo, parabéns! Quem discorda desse fato (que os espaços de poder majoritariamente sempre foram ocupados pelo homem na sociedade) só pode ser por duas razões principais: desconhece história e não sabe nada da luta das mulheres na conquista de seus direitos, ou não se importa que as mulheres continuem sofrendo e fora do jogo.
Cristiane Gopfert (Jacareí, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO E ESPORTE (7.FEV., PÁGS. A 10 E B7) Em parte dos exemplares, o número de mortos contabilizado pelos Capacetes Brancos na Síria foi incorretamente separado da cifra oficial do regime, o que resultou em uma contagem equivocada dos óbitos nas reportagens “Terremoto deixa mais de 4.300 mortos na Turquia e na Síria” e “Terremoto na Turquia mata goleiro, e atletas estão desaparecidos”.

política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Chega mais

O PP, que apoiou Jair Bolsonaro (PL) na eleição, não pretende integrar de forma institucional o governo Lula (PT), mas deixará filiados apoiarem ou até participem da administração federal em caráter "individual". O partido avalia que, dos 49 integrantes da sua bancada na Câmara dos Deputados, cerca de metade têm intenção de serem da base petista, a maior parte do Nordeste. O PP tem um histórico de proximidade com governos e esteve ao lado de Lula e do PT em gestões anteriores.

DISTÂNCIA... O presidente nacional da União Brasil, Luciano Bivar, disse ao Painel que a independência do Banco Central é "salutar para a economia". "O Banco Central não estar atrelado ao governo de forma umbilical torna a economia mais independente", afirmou ele, que comanda um partido com três ministérios: Turismo, Comunicações e Integração Nacional. Ele ressalvou que a legenda não fechou posição sobre o tema

...REGULAMENTAR Com 59 deputados federais e 9 senadores, a União Brasil é parte da ala "centrista" da coalizão de Lula, que deverá se opor a qualquer tentativa de rever a independência do BC, como vem sendo insinuado pelo presidente e líderes petistas. Também se opõem à mudança MDB e PSD.

NADA CONSTA Relatório da área técnica do TSE afirma que não há registro, na prestação de contas de Lula, de doações de artistas que participaram de um evento de campanha em setembro de 2022, no Anhembi. O ato teve cantores como Anitta, Ludmilla, Pablo Vittar e Duda Beat.

EM BRANCO Para a campanha de Bolsonaro, a participação dos artistas equivale a uma doação estimada, e o valor do cachê deveria ter sido registrado. A candidatura de Lula citou apenas o gasto com a organização do evento, de R$ 1,06 milhão.

PERDEU Em nota, os advogados de Lula afirmam que "as acusações não possuem lastro na realidade e configuram, em verdade, simples inconformismo quanto ao apoio espontâneo de artistas à então candidatura vencedora".

CHANEL A ministra das Relações Exteriores da França, Catherine Colonna, tem previsão de se encontrar com o presidente Lula no Palácio do Planalto nesta quarta (8). O tratamento contrasta com o dispensado por Bolsonaro a Jean-Yves Le Drian, antecessor dela no cargo, em 2019. O então presidente cancelou um encontro e foi cortar o cabelo.

GLOBAL A Fundação FHC fará nesta quinta (9), às 11h, um webinar sobre a política externa de Lula. Participam os ex-ministros Celso Lafer (Relações Exteriores) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente) e a pesquisadora Laura Waisbich (Igarapé).

VITRINE O vice-governador de SP, Felício Ramuth (PSD), passou a ser mencionado por integrantes e aliados do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) como uma possível alternativa para a disputa pela prefeitura da capital em 2024. Isso dependerá de duas variáveis: a primeira, ser bem-sucedido no projeto de recuperação da cracolândia, missão que recebeu de Tarcísio.

BANCO DE RESERVAS Além disso, uma eventual candidatura ganharia terreno caso o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), não cresça politicamente. A avaliação de aliados é que Nunes, embora tenha dinheiro para gastar, não estabeleceu uma marca na capital até o momento. Ramuth disse ao Painel que a chance de concorrer é "zero".

PROFISSÃO... Pesquisa inédita mostra que o Brasil é o segundo país onde os juízes mais sofrem ameaças de morte ou à integridade física na América Latina. Metade dos magistrados relatam esse tipo de situação. Na Bolívia, que lidera o ranking, 65% já foram ameaçados.

...DE RISCO Os dados fazem parte de pesquisa do Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros, FLAM (Federação Latino Americana de Magistrados) e Ipespe. Os países com menos ameaças são o Equador, onde 21% dos juízes relatam terem sofrido tentativa de intimidação, e o Chile, com 25%.

QUE FASE Após ter sido preterido para as principais comissões do Senado, como as de Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Relações Exteriores, o PT pode ter de abrir mão também do prêmio de consolação que almejava, a de Assuntos Sociais, que iria para Leila Barros (PDT-DF).

É O QUE TEM Seria uma solução para que mulheres ocupem espaços, já que a Mesa Diretora tem só homens. Ao PT restaria manter a Comissão de Direitos Humanos. Normalmente periférica, deve ganhar importância pela presença de senadores ideológicos de oposição, como Damares Alves (Republicanos-DF) e Magno Malta (PL-ES).

VISITA À FOLHA Luciana Antonini Ribeiro, cofundadora da eB Capital, esteve no jornal nesta terça-feira (7). Acompanhava-a Renato Krausz, diretor da Loures Consultoria.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Furo em quadro de Di Cavalcanti no Palácio do Planalto dá vista à estátua 'A Justiça', no STF Gabriela Biló/Folhapress

Apuração sobre 8/1 avança sobre vândalos, policiais e políticos, mas não militares

Um mês após ataques golpistas, integrantes das Forças Armadas não foram alvos da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral ou da AGU

Marcelo Rocha e Fabio Serapião

BRASÍLIA Um mês após os ataques golpistas às sedes dos três Poderes, os órgãos de investigação civis avançaram sobre parte dos vândalos envolvidos nas depredações, políticos apontados como omissos e membros da Polícia Militar do Distrito Federal, mas nada até o momento respingou em integrantes das Forças Armadas.

Desde 8 de janeiro, ao menos 1.420 pessoas foram presas em flagrante ou durante operações deflagradas pela Polícia Federal.

A ausência de militares entre os alvos de denúncias do Ministério Público ou mesmo de operações deflagradas pela PF se dá em meio a repetidas promessas de que não haverá impunidade e que responsáveis pagarão por omissões.

Parte das investigações em andamento vê a manutenção do acampamento golpista em frente ao quartel-general do Exército de Brasília como um dos pontos que facilitaram os ataques do dia 8 de janeiro.

Em dezembro, o Exército suspendeu ao menos duas operações conjuntas com o Governo do Distrito Federal para retirar tendas e instalações do acampamento bolsonarista. Na noite dos ataques, impediu a entrada da Polícia Militar para prender os golpistas. A desmobilização do acampamento e as prisões ocorreram apenas no dia seguinte, quando muitos já haviam deixado o local.

A tensão entre militares e governo causada pela falta de confiança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na atuação das Forças Armadas durante os ataques resultaram na queda, em 21 de janeiro, do comandante do Exército, general Júlio Cesar de Arruda.

Como mostrou a **Folha**, um relatório em posse do Ministério da Justiça identificou ao menos oito militares da ativa lotados na Presidência da República durante o governo Jair Bolsonaro (PL) que compareceram no ano passado a atos no acampamento golpista.

Um deles, Ronaldo Ribeiro Travassos, da Marinha, gravou vídeos e postou áudios em um grupo afirmando que Lula não tomaria posse em 1º de janeiro e defendendo o assassinato de eleitores do petista.

Mesmo com essas situações sendo de conhecimento público, nenhum militar, até o momento, está entre os 653 denunciados pela Procuradoria-Geral da República ou na lista dos 20 presos e alvos dos 37 mandados de busca e apreensão cumpridos nas cinco fases da Operação Lesa Pátria, criada pela Polícia Federal para investigar todos os envolvidos nos ataques antidemocráticos.

Integrantes de Exército, Marinha ou Aeronáutica não constam na lista de 134 pessoas na mira do bloqueio de R$ 20,7 milhões solicitado pela AGU (Advocacia-Geral da União).

Militares aparecem somente, até o momento, nas oito apurações preliminares abertas na esfera militar, conduzidas pelo MPM (Ministério Público Militar). Três investigações apuram possíveis ações de oficiais-generais com relação aos atos, a possível omissão das Forças Armadas quanto às invasões e, segundo o MPM, o "suposto auxílio de militares do Exército na fuga de manifestantes" após participação nos atos.

Uma delas mira o ex-comandante do Batalhão de Guarda Presidencial Jorge Paulo Fernandes da Hora e policiais militares durante a invasão ao Palácio do Planalto.

O Comando do Exército, por sua vez, abriu três inquéritos policiais militares para apurar possíveis crimes relacionados à invasão dos vândalos. Não há, porém, denúncia ou medida cautelar tomada contra investigados, como prisão, busca ou outras diligências.

A PGR (Procuradoria-Geral da República), nesse primeiro mês, informou o envio ao STF de denúncias contra 653 pessoas até esta terça (7). Nenhum militar está entre os acusados.

O volume mais expressivo de acusações formalizadas até o momento mirou pessoas presas pela polícia no acampamento em frente ao quartel-general do Exército na manhã seguinte aos ataques.

O grupo foi enquadrado nos crimes de associação criminosa e incitação ao crime, por instigar as Forças Armadas contra os Poderes. O trabalho na PGR está a cargo de um grupo coordenado pelo subprocurador Carlos Frederico Santos, designado para a missão por Augusto Aras.

No âmbito da AGU, foi apresentada uma série de ações buscando ressarcimento aos cofres públicos pelos danos causados nos ataques.

A AGU tem informado que, até agora, esse prejuízo é estimado pelos três Poderes em R$ 20,7 milhões, mas esse valor ainda pode ser excedido. As pessoas e empresas processadas pelo órgão são suspeitas de financiar o fretamento de ônibus para os atos golpistas e por participar da depredação dos prédios públicos.

Os pedidos da AGU têm sido acatados pela Justiça Federal. Ao menos R$ 4,3 milhões só em veículos já estão bloqueados. O advogado-geral da União, Jorge Messias, tem afirmado que o órgão poderá ajuizar ações por dano moral coletivo contra os golpistas.

Na PF, as cinco fases da Lesa Pátria já avançaram sobre envolvidos na depredação, nas autoridades omissas e contra policiais militares responsáveis pela segurança da Esplanada.

Na última fase, nesta terça (7), quatro policiais foram presos. Entre eles, o coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, então chefe do setor responsável por elaborar o plano de segurança na capital federal para evitar os ataques golpistas.

Tramita ainda na PF, as apurações sobre os autores intelectuais dos ataques e possíveis financiadores dos golpistas.

Leia mais na pág. A5

1.420 pessoas
ao menos, foram presas em flagrante ou durante operações da PF no último mês, sob suspeita de envolvimento nos ataques antidemocráticos

653 pessoas
foram denunciadas pela PGR sob suspeita de participação nos atos golpistas

R$ 20,7 milhões
foram bloqueados a pedido da AGU de pessoas, empresas e entidades suspeitas de participação e financiamento dos atos de vandalismo

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
344.969 exemplares (dezembro de 2022)

ENSAIO MOSTRA BRASÍLIA 1 MÊS DEPOIS DE ATAQUES GOLPISTAS

Ensaio produzido pela fotógrafa da Folha Gabriela Biló mostra que os danos causados pelos golpistas ainda são vistos por toda a parte na capital federal. Diz Biló: "Nos prédios da praça dos Três Poderes, as cicatrizes do ataque ainda permanecem. No meio da praça, há uma cápsula de munição, provavelmente da polícia —eram muitas, não limparam todas ainda. Faz frio no Palácio do Planalto: as grandes janelas de vidro dão espaço a esquadrias vazias. Algumas têm tapumes e placas que dizem 'favor não encostar'. O Di Cavalcanti, mutilado, está pendurado em uma parede de espelhos no terceiro andar. A obra reflete outra também atacada, 'A Justiça', no STF. Aos poucos as feridas vão se fechando. Mas é preciso nunca esquecer".
Veja as imagens nas págs. A4 a A8

Um mês depois dos ataques golpistas aos prédios dos três Poderes, vidraça do Palácio do Planalto ainda apresenta vidro trincado Gabriela Biló/Folhapress

Organizações cobram redes sociais por ações contra golpismo e violência

Carta às principais empresas será entregue um mês após ataques bolsonaristas em Brasília

Paula Soprana

SÃO PAULO Mais de cem organizações da sociedade civil e acadêmica vão entregar às principais empresas de redes sociais um documento que solicita políticas contra golpismo e violência política.

A avaliação é que as políticas de integridade eleitoral em vigor na última eleição foram limitadas, pouco descritivas e desconsideram especificidades locais, com poucos mecanismos para restringir conteúdos que incitaram a violência e o golpe de Estado.

O documento sugere a adoção de políticas para "impedir chamados à sublevação contra a ordem democrática ou à interferência na transmissão pacífica de poder, ainda que não haja apelo explícito à violência".

Assinam o relatório organizações ligadas à comunicação, direitos na internet e direitos humanos, como Direitos na Rede, Abraji, Conectas e Oxfam. A carta traz 22 demandas, que também tratam de negacionismo socioambiental.

Embora as empresas tenham termos contra violência e incitação de ódio, de modo geral, eles não abarcam publicações que atentem diretamente contra a democracia.

O documento diz que bullying e discurso de ódio, presentes nos termos de uso das plataformas, podem ser insuficientes no contexto brasileiro, e sugere que esses conceitos estejam em consonância com a Lei de Violência Política e a Lei dos crimes contra o Estado democrático de Direito.

As políticas das principais empresas são globais, com alguns pontos específicos desenvolvidos para a realidade de cada país. No Brasil, mudanças foram implementadas diante do contexto político, como a proibição de alegações falsas sobre fraude em eleições passadas (caso do YouTube) e a remoção de pedidos de intervenção militar (caso de Facebook e Instagram).

A sugestão da carta se assemelha à intenção da medida provisória elaborada pelo Ministério da Justiça no chamado pacote pela democracia, entregue pelo ministro Flávio Dino a Lula no fim de janeiro.

O texto, ainda em análise no governo antes de ser enviado ao Congresso, pretende impor mais obrigações às big techs em relação a atentados contra o Estado democrático de Direito.

"As políticas de integridade eleitoral, geralmente, não enquadram conteúdos golpistas, isto é, aqueles que reivindicam intervenção militar e abolição do Estado democrático de Direito, assim como o fechamento de instituições públicas", diz a carta.

Outra crítica de pesquisadores é que houve "pouco ou nenhum esforço em trabalhar conjuntamente para conter campanhas de desinformação a nível multiplataforma" e que o cenário foi agravado com a profusão de publicações em plataformas de vídeos curtos, como TikTok e Kwai, para aplicativos como WhatsApp e Telegram.

> "Quando a gente fala em regras específicas para coibir sublevação da ordem democrática, não estamos falando da defesa individual de outro tipo de regime político, mas da articulação coletiva que visa desestabilizar o sistema democrático
>
> **Nina Santos**
> pesquisadora no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digita

O relatório será entregue às empresas um mês depois dos ataques bolsonaristas nas sedes dos três Poderes em Brasília.

Especialistas têm levantado o desafio em considerar o que será interpretado como conteúdo golpista diante da falta de jurisprudência sobre o tema.

Para Nina Santos, pesquisadora no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital e coordenadora acadêmica no Desinformante, há diferença entre expressar uma opinião individual antidemocrática e articular atos contra a democracia.

"Quando a gente fala em regras específicas para coibir sublevação da ordem democrática, não estamos falando da defesa individual de outro tipo de regime político, mas da articulação coletiva que visa desestabilizar o sistema democrático", afirma.

Além disso, uma crítica comum é a falta de dados e de transparência acerca da aplicação das políticas, o que dificulta a mensuração do trabalho das big techs.

"De forma geral, as plataformas não publicam relatórios completos, específicos e imediatos, e os números, quando apresentados, não possuem denominador (ou indicativo de prevalência) ou discussão sobre a eficiência das políticas."

O documento também aponta para a necessidade de inserir a violência política –em especial, de gênero e raça– entre as prioridades durante períodos eleitorais. Desde 2021, é crime assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar uma candidata, com menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou ainda à sua cor, raça ou etnia.

Embora tenha havido esforço para fornecer informações confiáveis e contexto aos usuários, o relatório indica que não foram implementadas ações que expliquem como reportar violência política de gênero e de raça ao Ministério Público Eleitoral.

Somente a Meta, dona de Facebook e Instagram, adotou medidas preventivas para conter o envio de ameaças via mensagens diretas para tentar reduzir a exposição de candidatas e candidatos de grupos minorizados.

Em relação ao negacionismo socioambiental, as entidades sugerem que as empresas criem conselhos voltados à agenda socioambiental, não monetizem canais e contas que difundam conteúdos que neguem a crise climática e o desmatamento e não permitam impulsionamento de canais que propaguem desinformação sobre a Amazônia, entre outros.

O relatório destrincha diretrizes de Facebook, Instagram, Kwai, Telegram, YouTube, TikTok e WhatsApp. Com exceção do Telegram, as empresas têm atualizado suas políticas acerca de desinformação eleitoral.

Em nota, o Kwai diz que "todas as ações e iniciativas desenvolvidas pela plataforma para conter o avanço e propagação de conteúdos que tenham o potencial de prejudicar o processo democrático permanecem em andamento".

O TikTok afirma que não irá comentar o relatório por ora, mas elencou mudanças feitas no último ano, como a implementação de rótulos informativos, acordo com o TSE, parceria com checadores de fatos e ações de educação midiática.

A Meta diz que passou a remover posts com pedidos de intervenção militar no Facebook e no Instagram no contexto temporário de alto risco. "Em outra ação, rapidamente designamos as invasões de edifícios dos três Poderes em Brasília como um evento violador, permitindo a remoção de quaisquer conteúdos apoiando ou exaltando os atos."

O YouTube afirma que revisa sistematicamente suas políticas e destaca que a de integridade eleitoral foi atualizada três vezes em 2022. A plataforma diz ter removido mais de 10 mil vídeos relacionados à eleição no Brasil.

"Assim que os ataques começaram em 8 de janeiro, nossas equipes priorizaram a análise e remoção de conteúdo contrário às nossas políticas, incluindo transmissões ao vivo, vídeos e comentários que apoiavam ou elogiavam os ataques e incitavam outras pessoas a cometer atos violentos", acrescenta. Anúncios do tipo também foram barrados.

As outras empresas não comentaram o relatório.

PF prende ex-chefe de setor da PM e 3 policiais do DF por 8 de janeiro

Fabio Serapião

BRASÍLIA A Polícia Federal cumpriu nesta terça (7) mandados de prisão e busca e apreensão na quinta fase da chamada Operação Lesa Pátria, que mira os suspeitos de envolvimento nos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Todas as medidas foram cumpridas no Distrito Federal e estão dentro da linha de apuração da PF que investiga a possível omissão de autoridades durante os ataques.

Foram cumpridos três mandados de prisão, um mandado de prisão preventiva e seis mandados de busca e apreensão expedidos pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Um dos presos é o coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, então chefe do Departamento Operacional da Polícia Militar do DF. A prisão decretada contra ele é preventiva.

O coronel era o chefe do setor responsável por elaborar o plano de segurança na capital federal para evitar os ataques golpistas. Ele foi exonerado do posto após os atos antidemocráticos.

Naime entrou na mira dos investigadores após o ex-comandante-geral da PM-DF Fabio Augusto Vieira citá-lo em depoimento. Vieira afirmou ter encontrado o colega durante no local dos ataques golpistas por volta das 18h do 8 de janeiro.

O ex-chefe do setor de operações, como mostrou a **Folha**, estava de folga, que havia sido concedida pelo atual comandante da PM, Klepter Rosa Gonçalves. Segundo a versão de Vieira, o coronel disse que foi ao local para ajudar.

Além do coronel, foram presos o major Flavio Silvestre de Alencar, o capitão Josiel Pereira César e o tenente Rafael Pereira Martins.

A corregedoria da PM acompanhou as diligências realizadas pela PF. É nessa frente de apuração que são investigados Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL), e o governador afastado do DF Ibaneis Rocha (MDB).

Além dessa linha das autoridades omissas, os ataques também são investigados na Polícia Federal em outras três frentes.

Uma mira os possíveis autores intelectuais, e é essa frente que pode alcançar Bolsonaro. Outra tem como objetivo mapear os financiadores e responsáveis pela logística do acampamento e transporte de bolsonaristas para Brasília.

O terceiro foco da investigação PF são os vândalos. Os investigadores querem identificar e individualizar a conduta de cada um dos envolvidos na depredação dos prédios históricos da capital federal.

Lula tira três bolsonaristas de Comissão de Ética da Presidência

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) dispensou três integrantes da Comissão de Ética Pública da Presidência nesta terça (7), entre eles dois membros do alto escalão do governo de Jair Bolsonaro (PL): o ex-ministro Célio Faria Junior e o ex-assessor especial João Henrique Freitas. O terceiro a deixar a função é o juiz aposentado Fábio Prieto.

Para o lugar deles, foram nomeados os juristas Bruno Espiñeira, Manoel Ferreira Filho e Kenarik Boujikian.

Membros do colegiado têm mandatos de três anos. O presidente da República, porém, tem o poder para trocá-los.

Dos escolhidos pelo petista, Boujakian é uma das mais conhecidas por ter se tornado notícia quando era juíza em São Paulo e foi condenada pelo Tribunal de Justiça após soltar 11 presos provisórios que já haviam cumprido suas sentenças, mas ainda estavam atrás das grades.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) revogou, por 10 votos contra 1, a sanção da corte paulista à magistrada.

Célio Faria Junior foi ministro da Secretaria de Governo na gestão passada, e Freitas foi assessor especial. No fim do ano passado, acabou nomeado para ser um dos oito assessores a que ex-presidentes da República têm direito.

Matheus Teixeira

política

Tapumes ainda substituem vidros do Palácio do Planalto, quebrados durante os ataques antidemocráticos do dia 8 de janeiro Gabriela Biló/Folhapress

COMO CHEGAMOS AQUI?

Uma semana após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no dia 8 de janeiro, um grupo de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) invadiu e depredou as sedes dos três Poderes, em Brasília. Depois do ocorrido, uma intervenção federal na segurança pública do DF foi instaurada por Lula, centenas foram presos —incluindo autoridades— e outros são investigados.

FOLHA EXPLICA

Saiba tudo sobre os ataques golpistas de 8 de janeiro

Atos de vandalismo contra os três Poderes em Brasília completam um mês nesta quarta

Priscila Camazano

SÃO PAULO

O que aconteceu no dia 8 de janeiro?
Por volta das 15h daquele domingo, manifestantes golpistas entraram na Esplanada dos Ministérios e invadiram os prédios dos três Poderes.

A expressão "festa da Selma" foi usada em redes sociais e grupos de conversa para convocação dos atos antidemocráticos. Um levantamento feito pela Palver, que monitora 17 mil grupos públicos no WhatsApp, mostrou que ela começou a ser usada em 27 de dezembro e teve seu pico em 2 de janeiro.

De onde vieram os vândalos?
Eles saíram, em grande parte, do acampamento diante do quartel-general do Exército em Brasília. A grande maioria dos manifestantes chegou à capital federal de ônibus. Após os atos de vandalismo, o STF deu ordem para que acampamentos golpistas fossem desmantelados. O ministro Alexandre de Moraes também mandou apreender ônibus, listando a placa de 87 veículos.

O que foi destruído?
Imagens do Palácio do Planalto mostram vidros quebrados, móveis atirados para fora do prédio, computadores e monitores no chão e obras de arte avariadas. Além de armas de choque, do tipo taser, também teriam sido levados HDs e documentos.

Um levantamento do Supremo aponta um ritmo alucinante de destruição do patrimônio público. Durante pouco mais de uma hora de invasão, os vândalos atingiram ao menos 1 item do prédio a cada 8 segundos. A área técnica do tribunal elencou 576 objetos danificados ou destruídos, entre obras de arte, móveis e equipamentos de informática.

Importantes obras de arte da cultura brasileira e prédios tombados também foram danificados. A restauração das obras destruídas na Câmara pode levar até um ano.

Os órgãos têm buscado estimar o montante destruído. No Senado, o prejuízo foi estimado entre R$ 3 milhões e R$ 4 milhões —só a troca e a reposição dos vidros deve custar mais de R$ 1 milhão. Na Câmara dos Deputados, o prejuízo estimado é de R$ 2,1 milhões, segundo relatório preliminar divulgado pela Casa.

Polícia local e desocupação
As forças de segurança começaram a desocupar os prédios invadidos por volta das 16h, usando bombas de efeito moral e spray de pimenta. Helicópteros da Polícia Militar e da Polícia Federal também agiram, sobrevoando a praça e atirando bombas de gás. A tropa de cavalaria também foi acionada, além de carros blindados. Pouco antes das 18h, os prédios do Palácio do Planalto e do STF já estavam totalmente liberados.

Durante os atos de vandalismo, vídeos mostram policiais militares do Distrito Federal filmando a depredação e conversando com manifestantes.

O ex-comandante da PM-DF Fabio Augusto Vieira chegou a ser preso por determinação do STF. O militar era o responsável pelo comando da corporação no dia do ataque. Após imagens terem mostrado ele atuando para conter os golpistas, Moraes concedeu-lhe liberdade provisória.

O que disse o presidente Lula sobre os ataques?
Na data, o presidente estava em Araraquara, no interior de São Paulo, para acompanhar as vítimas das chuvas. Ainda naquela noite, o petista anunciou a intervenção federal na área de segurança do DF, que durou até o fim de janeiro.

Lula culpou Bolsonaro e disse que ele também foi responsável pelos atos de vandalismo, porque durante seu governo estimulou a invasão às sedes do STF e do Congresso. Em reunião com governadores, Lula disse que os militantes golpistas não tinham uma pauta de reivindicações e que apenas queriam um "golpe e golpe não vai ter".

Crise com militares
O episódio também gerou uma crise de desconfiança de Lula com os militares. Ele chegou a fazer críticas ao ministro da Defesa e expôs desconfiança com a segurança do Palácio do Planalto.

Além de ter dispensando dezenas de militares que atuavam na Coordenação de Administração do Palácio do Alvorada e do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), o presidente demitiu o comandante do Exército, general Júlio Cesar de Arruda.

Segundo auxiliares do presidente, a decisão foi tomada porque Arruda não demonstrou disposição de tomar providências imediatas para reduzir as desconfianças de Lula em relação a militares do Exército após os ataques. Além disso, também pesou contra Arruda sua recusa em exonerar o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, que tinha sido escolhido para comandar um batalhão do Exército em Goiânia.

O governo não previu que o ataque aconteceria?
Uma das linhas de investigação da PF é sobre a possível omissão de autoridades quanto aos ataques.

Após o 8 de janeiro, integrantes do governo Lula, da PF e do STF ouvidos pela **Folha**, creditaram ao governo do DF, em especial à Secretaria de Segurança local, responsabilidade pelo ocorrido na data.

A Abin (Agência Brasileira de Inteligência) afirmou que produziu diversos alertas acerca do risco iminente de ataques a prédios públicos em Brasília. Mesmo assim, o GSI decidiu não reforçar a segurança do Palácio do Planalto e deixou somente a guarda comum de fim de semana para resguardar a sede do Executivo.

O que disse o governador do Distrito Federal?
O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), gravou um vídeo para pedir desculpas ao presidente Lula pelos atos ocorridos em Brasília. Ibaneis disse que estava monitorando a situação e que nunca esperou que ela chegasse a esse ponto. O ministro Alexandre de Moraes determinou o afastamento do emedebista do cargo. A medida decretada em janeiro vale por 90 dias.

O que aconteceu com o Secretário de Segurança do DF?
O secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, era ministro da Justiça na gestão de Bolsonaro e assumiu a pasta do governo local no início deste ano. Ele foi preso após determinação de Alexandre de Moraes, o que ocorreu assim que ele retornou dos Estados Unidos, onde tinha ido passar férias dias antes dos ataques.

Durante o primeiro depoimento marcado pela PF, Torres permaneceu em silêncio. Em entrevista, disse que o governo local fez devidamente o "planejamento" para receber manifestação de bolsonaristas.

Minuta golpista
Em busca e apreensão, a Polícia Federal encontrou uma minuta (proposta) golpista na casa de Torres. O objetivo, segundo o documento, era reverter o resultado da eleição em que Lula saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional. Em depoimento à PF, Torres afirmou considerar a minuta do decreto "totalmente descartável" e que se tratava de um documento "sem viabilidade jurídica".

O que Jair Bolsonaro disse após os ataques?
O ex-presidente escreveu nas redes sociais que depredações e invasões de prédios públicos "fogem à regra" da democracia e repudiou as acusações feitas por Lula, que atribuiu a ele a responsabilidade de incitar os manifestantes. Em uma fala a seus correligionários na Flórida, Bolsonaro procurou se desvincular dos ataques.

Após pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República) o ex-presidente foi incluído em inquérito que apura a instigação e autoria intelectual dos ataques golpistas. Dois dias após os ataques, ele postou um vídeo questionando a regularidade das eleições em seu perfil, e apagou horas depois.

Senador Marcos do Val e plano de golpe
Um outro episódio colocou Bolsonaro próximo do radar das articulações golpistas. O senador Marcos do Val (Podemos-ES) apresentou na última semana uma série de relatos que ligam o ex-presidente a um plano golpista que seria executado em dezembro passado e consistiria em gravar sem autorização o ministro Alexandre de Moraes e depois impedir a posse de Lula.

Moraes se referiu ao complô como uma "tentativa Tabajara" de golpe. Ele disse ter solicitado um depoimento a Do Val, na ocasião, mas que ele se recusou.

Alguém já foi responsabilizado?
Após a criação de grupos especiais para investigar os ataques às sedes dos três Poderes, no final de janeiro, ao menos 653 apoiadores do ex-presidente foram acionados criminalmente na Justiça pelo Ministério Público Federal.

A PF, por sua vez, conduz quatro inquéritos contra os golpistas e já realizou cinco fases da Operação Lesa Pátria, que mira todos envolvidos nos ataques, desde participantes até financiadores e autores intelectuais.

A AGU (Advocacia-Geral da União) pediu bloqueio de R$ 20,7 milhões de 134 pessoas, 5 empresas e 2 entidades suspeitas de envolvimento e patrocínio dos atos.

Alguém já foi preso?
Diversas pessoas já foram presas após o 8 de janeiro, parte em flagrante e a grande maioria no dia seguinte, no acampamento em frente ao quartel. No final de janeiro, Alexandre de Moraes concluiu a análise da situação dos presos. Dos 1.406 detidos, 942 tiveram a prisão em flagrante convertida em preventiva (sem prazo determinado) e 464 obtiveram liberdade provisória, mediante medidas cautelares.

Desde então, a Polícia Federal também tem efetuado a prisão de diversos envolvidos nos atos. Na quinta etapa da Operação Lesa Pátria, a PF prendeu o ex-chefe de setor da PM e mais três policiais do DF.

Um mês depois dos ataques golpistas, partes da estrutura da galeria de fotos presidenciais ainda não foram trocadas Gabriela Biló/Folhapress

Passagem de comando no Exército ignora 8/1

Cúpula tenta mostrar união após princípio de crise; evento teve ex-comandantes Villas Bôas e Paulo Sérgio Nogueira

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O Exército usou a passagem de comando nesta terça (7) para tentar demonstrar internamente que a coesão e o espírito de corpo do generalato não foram afetados, apesar do princípio de crise iniciado com a demissão do general Júlio César de Arruda e as críticas que o Alto Comando da Força tem recebido pela relação dos militares com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O sinal foi dado na passagem de comando do Exército, onde Arruda repassou simbolicamente a chefia da Força Terrestre ao general Tomás Paiva —escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para mudar as orientações aos militares e punir os que participaram dos ataques de 8 de janeiro.

Além de todo o Alto Comando do Exército, participaram da cerimônia ex-comandantes e generais da reserva, como Villas Bôas e Hamilton Mourão, eleito senador pelo Republicanos do Rio Grande do Sul.

O ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira também foi, na primeira participação em eventos oficiais do Exército após a condução considerada por generais como errática na fiscalização das Forças Armadas no processo eleitoral.

No evento, a invasão às sedes dos três Poderes e a forma como o Exército conduziu os acampamentos golpistas em frente aos quartéis não foram citadas, segundo relatos de generais consultados pela **Folha**.

Uma das principais dúvidas no governo seria o tom do discurso de Arruda. Após sua demissão, em janeiro, ele convocou uma reunião extraordinária do Alto Comando do Exército —ação entendida entre assessores palacianos como uma tentativa de Arruda de buscar apoio entre os pares, além de embutir uma ameaça velada.

Arruda, porém, fez longo discurso destacando a trajetória de 48 anos no Exército, com elogios ao ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, que o demitiu. Generais disseram que ele saiu pela porta da frente, diferentemente do que ocorreu na Marinha, quando o almirante Almir Garnier deixou o comando da Força Naval sem entregar o cargo.

A passagem de comando foi mais restrita que o comum. A justificativa interna é que Arruda ainda se recupera de uma cirurgia realizada no fim de janeiro.

A troca foi feita no QG do Exército, em Brasília, com a tradicional passagem da réplica da espada de Duque de Caxias, o patrono da Força.

Arruda foi demitido do comando do Exército após desentendimentos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e sua equipe. Os casos geraram uma "crise de confiança", segundo o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro.

As críticas a Arruda começaram antes mesmo de sua escolha. Durante a transição, quando Múcio decidiu promover os oficiais-generais mais antigos ao comando das Forças Armadas, petistas reclamaram a Lula sobre o perfil do general.

Ele é formado como forças especiais, a tropa de elite do Exército, uma das áreas mais influentes na carreira militar, conhecida pela rigidez de suas posições.

Antes de ser empossado, Lula já era aconselhado por aliados a escolher o segundo ou o terceiro mais antigo do Exército, Valério Stumpf ou Tomás Paiva, respectivamente. O segundo também é forças especiais, mas tem traquejo político e conhecido por interlocutores do PT.

Tomás era chefe de gabinete do comandante Villas Bôas quando o general publicou um tuíte dizendo, na véspera do julgamento do habeas corpus impetrado por Lula no STF (Supremo Tribunal Federal), que repudiava a "impunidade".

Também pesava contra ele o fato de ter sido o comandante da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) em 2014, quando Bolsonaro aproveitou o fim de uma formatura para fazer campanha política aos cadetes.

Apesar das partes consideradas pelo PT pouco atrativas no currículo, o general construiu boa relação com Fernando Henrique Cardoso quando foi seu ajudante de ordens na Presidência, o que ajudou a quebrar resistências. Ainda é reconhecido por interlocutores petistas como legalista e moderado.

Desde que assumiu o comando, Tomás adotou postura diferente do antecessor. Sua primeira decisão foi negociar com o ajudante de ordens do ex-presidente Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, a suspensão de sua nomeação para o comando de uma tropa de elite do Exército em Goiânia (GO).

A resistência de Arruda a encontrar uma solução para a situação de Cid, investigado pela PF (Polícia Federal) e indiciado em dois inquéritos, foi a gota d'água para sua exoneração.

Tomás ainda articulou para antecipar a troca no comando do BGP (Batalhão da Guarda Presidencial), que ocorreu no fim de janeiro, e a chefia do Comando Militar do Planalto.

As duas funções lidam diretamente com a segurança do Palácio do Planalto, e seus comandantes sofreram críticas de Lula e ministros pelos ataques contra as sedes dos Poderes em 8 de janeiro.

Ao assumir a função, Tomás também se comprometeu a avançar com as investigações contra militares que tenham participado dos atos golpistas e buscar a responsabilização.

Neste sentido, o comandante teve agenda com uma série de figuras importantes do Judiciário e Ministério Público Militar nas últimas semanas, como a presidente do STF, ministra Rosa Weber, o ministro Mauro Campbell (Superior Tribunal de Justiça), o ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro (Superior Tribunal de Justiça), o subprocurador Marcelo Weitzel Rabello de Souza (Ministério Público Militar) e o procurador-geral da Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte.

Tomás também deu ordem para os generais que compõem o Alto Comando do Exército reforçarem a comunicação com as tropas, para manter o controle sobre toda a cadeia de comando e expurgar possíveis ideias que promovam insubordinação de oficiais em meio à politização e às sucessivas trocas de comando.

Corregedor do TSE nega pedido de ex-presidente para excluir minuta de golpe de investigação

Constança Rezende

BRASÍLIA O corregedor-geral eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, negou pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para que a minuta do decreto de estado de defesa no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) fosse excluída da ação em que o investiga por ataques às urnas em fala a embaixadores.

A decisão saiu nesta terça (7), em resposta a recurso da defesa do ex-presidente e do vice em sua chapa nas eleições de 2022, Walter Braga Netto.

O documento foi incluído pelo ministro em decisão do dia 16 de janeiro, atendendo a pedido do PDT, autor da ação.

A medida ocorreu após a **Folha** revelar, em 12 de janeiro, que a Polícia Federal havia encontrado a minuta do decreto na residência de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça. O objetivo seria reverter o resultado da eleição em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional.

Os advogados de Bolsonaro e de Braga Netto argumentaram que a anexação do documento na ação representaria "admissão de fato novo, e não de documento novo, em momento tão avançado da marcha processual".

Também alegaram que a minuta não traz prova para o deslinde da causa, "uma vez que é apócrifa", que não foi encontrada em posse dos investigados e nem é assinada por eles.

Além disso, sustentou não haver indícios de que a dupla tenha participado de sua redação ou que tenha agido "para que as providências supostamente pretendidas pelo documento fossem materializadas".

O ministro sustentou que o documento se liga às alegações iniciais da autora da ação, no sentido de que o discurso de Bolsonaro no encontro com embaixadores "era parte da estratégia de campanha consistente em lançar graves e infundadas suspeitas sobre o sistema eletrônico de votação."

"Essa estratégia de defesa (...) busca um esvaziamento da legítima vocação da ação para tutelar bens jurídicos de contornos muito complexos, como a isonomia, a normalidade eleitoral e a legitimidade dos resultados", disse Gonçalves.

Ele disse ainda que o processo legal tem capacidade de decantar os fatos e possibilitar seu exame analítico e que os resultados das eleições presidenciais, "embora fruto legítimo e autêntico da vontade popular manifestada nas urnas, se tornaram alvo de ameaças severas".

"É central à consolidação dos resultados das Eleições 2022 averiguar se esse desolador cenário é desdobramento de condutas imputadas a Jair Messias Bolsonaro, então Presidente da República, e a seu entorno. Esse debate não pode ser silenciado ou inibido por uma artificial separação das causas de pedir nas diversas AIJEs (Ação de Investigação Judicial Eleitoral)", disse.

Acrescentou que atos antidemocráticos e conspirações tornaram-se episódios corriqueiros e que são armas lamentáveis do golpismo dos que se recusam a aceitar a soberania popular, apostando na ruína das instituições para criar um mundo de caos onde esperam se impor pela força.

"A infeliz constatação é que, embora seja de rigor afirmar que a diplomação encerra o processo eleitoral, um clima de articulação golpista ainda ronda as Eleições 2022. Assistimos a atos de terrorismo que atingiram seu ápice nos ataques à sede dos três Poderes em 08 de janeiro".

Citou também o plano golpista para gravar o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, em mensagem que teria sido enviada ao senador Marcos do Val (Podemos-ES).

"Somam-se o plano para espionar e gravar sem autorização conversa do presidente do TSE, a ocultação de relatórios públicos que atestavam a lisura das eleições e o patrocínio partidário de 'auditoria paralela' e de outras aventuras processuais levianas, tudo para manter uma base social em permanente estado de antagonismo com a Justiça Eleitoral, sem qualquer razão plausível", disse.

Também assegurou às partes do processo a realização de sustentação oral e submeteu a sua decisão à confirmação em plenário do TSE.

Lula diz que Exército de Caxias virou Exército de Bolsonaro

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta terça(7) que o Exército de Caxias foi transformado em Exército do Bolsonaro, em referência à politização das Forças Armadas pelo seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL).

Duque de Caxias, o Pacificador, é patrono da força, e a frase foi dita pelo petista ao general Tomás Paiva, novo comandante do Exército. "E disse para o general: lamentavelmente, o Exército de Caxias foi transformado no Exército de Bolsonaro. O que não é uma boa coisa para esse país."

Lula afirmou que Bolsonaro "explodiu tudo", e pôs em prática "insanidade" de tentar usar as Forças Armadas.

Ele falou durante café da manhã com veículos de comunicação e blogs alternativos alinhados à esquerda, ocorrido no Palácio do Planalto. Em 12 de janeiro, ele já havia realizado um primeiro encontro com a imprensa.

Lula contou ainda ter dito aos comandantes das três Forças, "sobretudo Tomás", não ser correto nem prudente que "nenhuma instituição do Estado esteja envolvida com política".

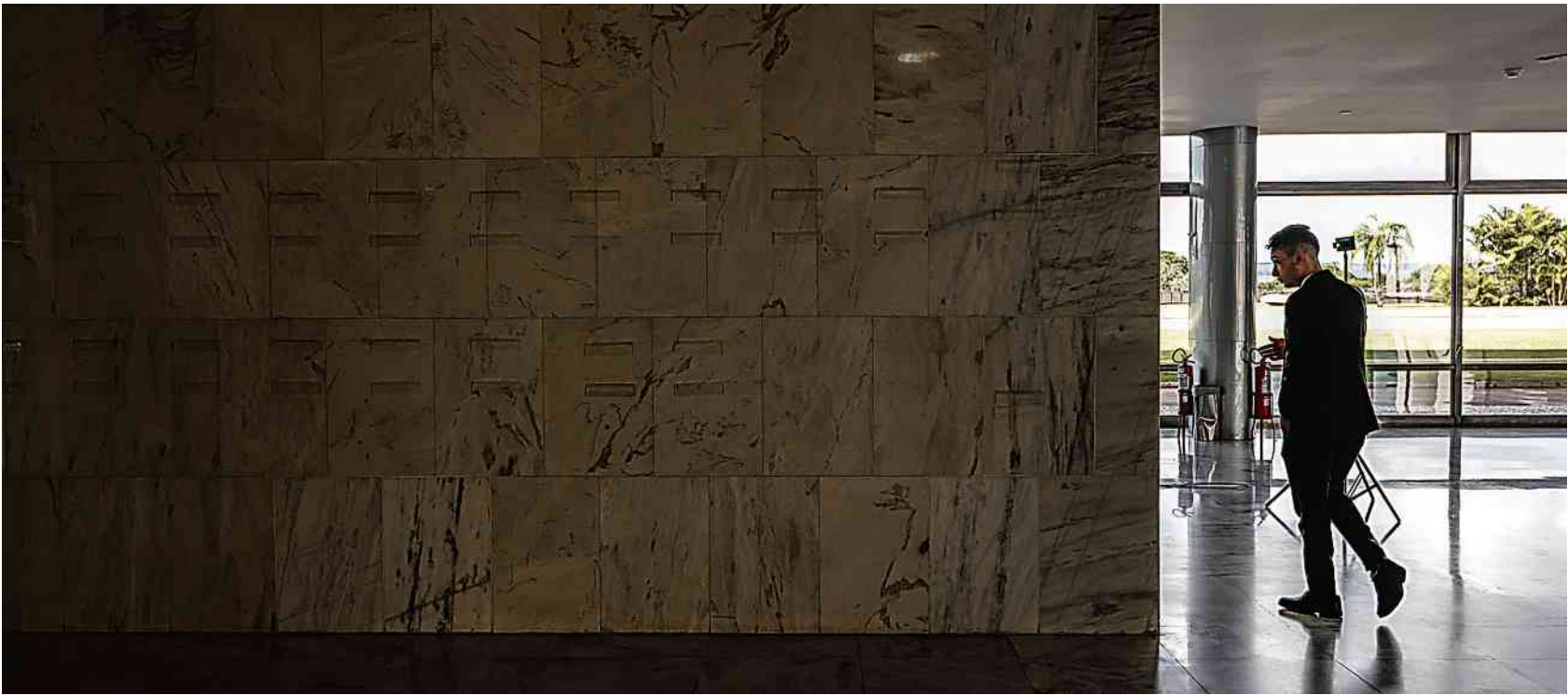
Segundo ele, carreiras de Estado, não só militares, não podem fazer do seu emprego, que classificou como privilegiado, por causa da estabilidade, "partido político". Ele citou também como exemplo o Ministério Público.

"O general Tomás disse publicamente que um dos esforços dele é fazer com que as Forças Armadas não sejam políticas. Que ela seja legalista, para cumprir aquilo que está na Constituição. Acho que [isso] vale para todas as Forças Armadas", afirmou.

Tomás é o segundo comandante do governo do Lula, e assumiu o posto no final de janeiro, após crise de confiança aberta após os ataques do dia 8 de janeiro, em Brasília.

Ele era comandante militar do Sudeste (responsável por São Paulo), general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva.

Na semana em que o então comandante do Exército, general Júlio Cesar de Arruda, foi demitido, Tomás havia feito um discurso incisivo de defesa da institucionalidade.

Marianna Holanda

Parede onde ficava a galeria de fotos presidenciais, que ainda não foram recolocadas depois dos ataques golpistas aos prédios dos três Poderes em 8 de janeiro passado Gabriela Biló/Folhapress

Jaques Wagner

Lavagem cerebral da Lava Jato alimentou resistência a Lula entre militares

Líder do governo no Senado afirma à Folha que presidente deixa 2026 em modo de espera para evitar corrida do ouro

Jaques Wagner, 71
Senador pelo PT, é líder do governo no Senado e amigo de Lula. Foi ministro do Trabalho e das Relações Institucionais nos governos Lula, ministro da Defesa e da Casa Civil no governo Dilma Rousseff e governador da Bahia.

ENTREVISTA

Bruno Boghossian e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA Líder do governo Luiz Inácio Lula da Silva e ex-ministro da Defesa, o senador Jaques Wagner (PT-BA) diz que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi o responsável pela politização das Forças Armadas, mas atribui a resistência das tropas ao PT também ao que chama de "lavagem cerebral" da Operação Lava Jato.

"[Foi] essa lavagem cerebral que foi feita como forma de conquista do poder. Isso entrou muito nas Forças. Você vê a expressão de alguns: 'Eu não vou bater continência para um corrupto'. Para mim, o caldo maior é muito menos ideológico e muito mais em cima disso", afirma à **Folha**.

O líder do governo diz ainda que Lula pode tentar se reeleger em 2026, como o presidente vem sugerindo, mas avalia que as declarações são uma maneira de evitar uma "corrida do ouro" entre petistas e aliados interessados na sucessão.

*

Como Lula vai construir sua base? A eleição [para presidente do Senado] não pode servir de balizamento para a base do governo. Ela tem características particulares, não tem um degradê que é normal no jogo da aprovação de matérias. A matéria entra, sofre crítica, contribuição e daqui a pouco você tem o que é possível numa base de sustentação.

Então qual é o tamanho da base e da oposição no Senado? Vai depender da matéria. A linha de raciocínio não é uniforme por partido. Eu acho que a base será maior do que 49 [número de votos obtido por Rodrigo Pacheco, presidente do Senado]. Vai depender do poder de negociação, do relacionamento que se constrói.

Na PEC [da Transição], nós tivemos 64 votos. Esse é o número da base? Não necessariamente. Só estou mostrando que, em dois episódios próximos, a diferença foi grande. Na eleição, não necessariamente quem votou em Rogério Marinho é um aficionado pela oposição. Teve gente do PT que fez esse brilhante comentário: "Isso mostra que teremos dificuldade". Foi uma leitura totalmente equivocada.

PP, Republicanos e PL estarão na oposição ou no degradê com quem dá para conversar? Eles se declaram oposição. Mas eu também era oposição no governo que se encerrou e não quer dizer que a gente não negociou. Quando chegarem, por exemplo, a reforma tributária e o novo marco fiscal, não tem torcida organizada. Todo mundo acha que o Brasil tem que ter um arcabouço fiscal diferenciado.

Partidos como PP e Republicanos e outras alas da União Brasil serão atendidos com cargos? Não é prática nem minha nem do presidente administrar questões internas dos partidos. A União Brasil tem diferenças internas, mas a negociação foi feita com um conjunto do partido, não uma parte. Houve o episódio do líder [da União Brasil] na Câmara [Elmar Nascimento (BA), vetado por petistas para o Ministério da Integração], que não foi uma interdição de ninguém. Foi a questão da forma como ele tratou o presidente da República durante [a campanha].

Lula disse ser contra uma CPI para investigar os ataques de 8 de janeiro. Qual vai ser a posição da base? A CPI da Covid era absolutamente necessária porque os órgãos federais não atuavam como deveriam. No episódio do 8 de janeiro, surgiu a ideia de uma CPI. Era inevitável que todo mundo assinasse porque aquela coisa chocou o Brasil. Mas, hoje, qual seria o papel da CPI? Qual é a eficácia, se já tem gente presa, investigada, processada? Eu não vejo serventia. Não tem nenhum temor. O que não nos interessa é tirar o foco do Congresso e da economia.

Na campanha, Lula disse que não concorreria à reeleição, mas agora admite a possibilidade. Ele deve ser candidato em 26? É difícil dizer agora, está muito cedo. Depende de várias coisas. Primeiro, depende fundamentalmente da vontade dele. Para alguém que está no poder, dizer que está abrindo mão dele não é a melhor coisa. Porque aí começa a disputa de quem é o sucessor [risos].

Ele fala da possibilidade de reeleição para estancar essa disputa? Não sei se ele fala para isso, mas tem esse efeito. Eu tenho convicção de que ele vai se sair muito bem e que poderá ser reeleito ou fazer um sucessor. Na minha opinião, ele preferiu deixar isso em stand by [modo de espera] para as duas coisas: para não abrir mão do poder e também para não começar uma corrida do ouro.

Olhando para a aliança do governo, quais são as alternativas? As pessoas que estão hoje na fotografia, vai depender da caminhada delas. Vou dar um exemplo do que eu vivi: a Dilma [Rousseff] nunca foi das que estavam disputando lugar. Mas, na Casa Civil, ela cumpriu um papel que agradou ao presidente e acabou escolhida.

Como ex-ministro da Defesa, que avaliação o sr. faz da relação do presidente com as Forças Armadas? Lula confia nos militares? Ele tem confiança no ministro da Defesa [José Múcio] e nos chefes militares que estão aí. Acredita muito nas Forças Armadas com uma função de Estado, e o sonho dele é que a gente volte ao leito natural das Forças Armadas, que têm a sua missão constitucional.

Nesses quatro anos, as Forças foram lideradas por um comandante em chefe [o ex-presidente Bolsonaro] que teve uma postura totalmente não constitucional, tentando politizar as Forças Armadas, ideologizar as Forças Armadas. Os atuais chefes militares têm essa compreensão de que é preciso voltar ao leito natural.

Não é um cavalo de pau que você vai dar. Passaram-se quatro anos com uma doutrina que está fora do texto constitucional. O que precisa é voltar ao texto constitucional. Eles não são tutores da democracia brasileira.

Múcio foi criticado por ter adotado postura apaziguadora, principalmente na questão do acampamento em frente ao quartel do Exército. O comportamento que ele adotou era o correto? Quando viu que havia um desvio, ele sugeriu a mudança do comandante [do Exército]. O episódio da concentração em frente ao quartel-general é uma anomalia, não tem nenhuma razão para aquilo acontecer.

Foi o ministro quem sugeriu ao presidente que o comandante fosse demitido? Seguramente, o ministro Múcio deve ter sentido que não havia mais espaço de convivência. Então, acabou sugerindo outro nome. Todos os três mais antigos que estavam na lista poderiam ter sido escolhidos na primeira hora.

O ministro Múcio preferiu manter uma lógica da antiguidade, então pegou os três mais antigos. Quando eu fui ministro da Defesa, entrevistei os três mais antigos [de cada Força]. O do Exército foi o terceiro, que era o [Eduardo] Villas Bôas. O [Eduardo] Leal [Ferreira] era o segundo da Marinha, e o [Nivaldo] Rossato era o primeiro da Aeronáutica.

Muita gente atribui a Villas Bôas a saída das Forças Armadas desse "leito natural". O sr. se arrepende de tê-lo escolhido? Eu não concordo. Acho que quem tirou do leito foi o [ex-]presidente da República.

Mas houve o tuíte do Villas Bôas [sobre julgamento de Lula no STF em 2018]. É um episódio pontual, fora daquilo que era papel dele. Não quero fazer julgamento. Enquanto estive à frente do Ministério da Defesa, ele sempre foi uma pessoa muito boa no tratamento comigo, foi um chefe muito competente, sempre teve liderança sobre a tropa.

Um comandante de Exército fica sempre tentando mediar posições de alguns segmentos mais radicalizados. Eu não acho que ele puxou. Acho que, na verdade, tem uma coisa pouco falada. Quem ajudou muito toda essa questão dentro das Forças foi infelizmente a loucura da Lava Jato e da cobertura de segmentos da mídia que queriam criminalizar o PT e o presidente Lula.

Isso entrou nas tropas? Total. Esse, para mim, é um problema maior que aconteceu dentro das Forças. A relação das Forças com o presidente Lula foi a fase de maior reconhecimento técnico, profissional e salarial das Forças.

O que aconteceu? Como o grosso das Forças é originário da classe média e tem na honestidade um valor, na medida em que ele foi bombardeado... Por mais que tenha sido anulado o processo, provado tudo, vai ter gente que vai dizer que o presidente Lula é ladrão, é corrupto. Fuçaram a vida do cara de cima para baixo. Não acharam, pelo que eu saiba, nenhum patrimônio escondido, conta no exterior, nada. Mas continuam chamando.

[Foi] essa lavagem cerebral que foi feita como forma de conquista do poder. Isso entrou muito nas Forças. Você vê a expressão de alguns: 'Eu não vou bater continência para um corrupto'. Para mim, o caldo maior é muito menos ideológico e muito mais em cima disso. Isso eu ouvi de gente lá de dentro.

"[Lula] tem confiança no ministro da Defesa [José Múcio] e nos chefes militares que estão aí. Acredita muito nas Forças Armadas com uma função de Estado, e o sonho dele é que a gente volte ao leito natural das Forças Armadas, que têm a sua missão constitucional

Hoje, qual seria o papel da CPI [do 8/1]? Qual é a eficácia, se já tem gente presa, investigada, processada? Eu não vejo serventia

Deixem o Banco Central em paz

Em janeiro de 2003, com Lula, os juros foram de 25% para 25,5%

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Depois de quatro anos de Bolsonaro com seus destemperos de cercadinhos, era possível esperar uma distensão na vida política nacional. Lula prometeu paz, estabilidade e previsibilidade. Em pouco mais de um mês de governo, na sua relação com o Banco Central independente, com o inevitável ricocheteio na economia, entregou beligerância e balbúrdia.

A contrariedade de Lula tem dois aspectos. Num, ele e seu ministro da Fazenda acham que a taxa Selic de 13,75% ao ano é exagerada. Noutro, ele acredita que a autonomia do Banco Central é uma "bobagem". A respeito da taxa, a discussão está aberta. Quanto à "bobagem" não há o que discutir, a autonomia do banco deriva de um ato do Congresso.

Num de seus momentos de crítica, Lula formulou uma comparação:

"Eu duvido que esse presidente do Banco Central, (Roberto Campos Neto) seja mais independente do que foi o [Henrique] Meirelles."

Verdade, mas a diferença não está na figura de Campos Neto, está na de Lula. Do início de 2003 ao final de 2010, Henrique Meirelles presidiu o Banco Central e o então presidente Lula deixou-o em paz. Nunca se referiu a ele como "esse presidente" ou "esse cidadão".

Passou o tempo e Lula entrou no seu terceiro mandato sem ao menos uma reunião protocolar com Campos Neto. Pior: durante a transição, enquanto sua equipe negociava uma Emenda Constitucional para desafogar seu primeiro ano de mandato, o presidente do Banco Central não sabia nem sequer para quem devia telefonar.

Na sua última investida, Lula disse que "não existe justificativa nenhuma para que a taxa de juros esteja em 13,50% [ela está em 13,75%]. É só ver a carta do Copom para a gente saber que é uma vergonha esse aumento de juro".

O Copom de hoje, como o do tempo de Meirelles, fixa a taxa de juros para segurar a inflação, essa sim, uma vergonha. Lula falou que houve aumento da taxa de juros, o que não aconteceu. Ela ficou onde estava. Aumento da Selic ocorreu em janeiro de 2003, no primeiro mês do mandato de Lula, quando o Copom elevou-a de 25% para 25,5%.

À época, ele não reclamou, pois estava de olho na credibilidade de seu governo. Obteve-a. (O vice-presidente José Alencar viria a criticar os juros altos, sem chamar quem quer que fosse de "esse cidadão".)

Passados 20 anos, Lula pode até ser outro, mas, ao escolher o Banco Central para o papel de vilão e seu presidente para o de bode, difere do que foi e assemelha-se ao seu antecessor. Emparedado pela pandemia da Covid, transformou o ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta em bode, demitiu-o, e não foi a lugar algum.

Há um forte cheiro de intriga palaciana no que parece ser uma malquerença de Lula com Roberto Campos Neto. O presidente do Banco Central foi a alguns eventos onde não deveria ter aparecido, mas chamá-lo de bolsonarista é patrulha vulgar.

Num governo que teve no ministro Paulo Guedes um vendedor de sonhos, Campos Neto teve um comportamento institucional. Num sinal de novos (e velhos) tempos, além das críticas de Lula e de alguns de seus ministros, ele é envenenado na blogosfera, arma trazida para o cotidiano político pelo capitão Bolsonaro.

| DOM. Elio Gaspari e Celso Rocha de Barros | SEG. Angela Alonso,Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Veículos e máquinas agrícolas para doação armazenados pela Codevasf em universidade federal em Mossoró (RN) Jair Molina Jr.

Doações da Codevasf vão parar em imóvel particular, diz CGU

Controladoria vê falta de fiscalização e de critério; estatal fala em interesse social

Artur Rodrigues e Flávio Ferreira

SÃO PAULO A CGU (Controladoria Geral da União) constatou que veículos e equipamentos doados pela Codevasf vão parar em imóveis particulares, são usados com cobranças de taxas e destinados até a entidades chefiadas por políticos.

A apuração aponta risco de desvios nas doações dos equipamentos a associações, feitas sem nenhum critério ou estudo técnico e sem acompanhamento da sua destinação.

A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) é a estatal entregue na gestão de Jair Bolsonaro (PL) ao centrão. Agora, é cobiçada pelo mesmo grupo no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Além de doar veículos a prefeituras, a estatal beneficia entidades particulares com entregas que incluem kits de panificação e freezers, barcos de alumínio, furgões, caminhões basculantes, caminhões de lixo, tratores, motoniveladoras e retroescavadeiras.

Para facilitar o escoamento dos valores, a Codevasf criou um catálogo de bens para políticos escolherem como agradar seus redutos e indicarem à onde, quando e como gastar.

Para os auditores, a prática sem fiscalização gera risco de vantagens indevidas e desvios.

No ano passado, antes das eleições, a empresa chegou a fazer até R$ 100 mil por hora em doações, com distribuição de equipamentos entre aliados políticos do governo.

Apuração divulgada na última semana traz doações que somam quase R$ 100 milhões, feitas pela unidade da Bahia da Codevasf sediada em Bom Jesus da Lapa, área de influência do deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil).

Uma das tarefas da auditoria envolveu rastrear o destino dos equipamentos, por amostragem. De nove veículos e máquinas doados, em dois casos foram parar em propriedades particulares.

"O equipamento doado à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Cubículo, com sede no município de Cocos, foi localizado em propriedade privada pertencente ao presidente da associação, que também é vereador do referido município", diz a apuração.

Segundo os agentes, outras doações também foram achadas no local.

O nome do político não aparece na publicação. Mas o presidente da entidade, conforme contrato de doação do ano passado, é Gregson Luz, vereador pela União Brasil na cidade.

Ele é aliado de Elmar Nascimento, conforme mostra publicação em suas redes sociais.

"Elmar já tem uma história em nossa cidade, já votamos, já trabalhamos para Elmar Nascimento e já fomos agraciados por suas emendas parlamentares. Elmar Nascimento já beneficiou o nosso povo com tratores, implementos agrícolas, pá mecânica, tubos", disse o vereador durante evento com o deputado federal em publicação de agosto do ano passado.

Como a **Folha** revelou, a Codevasf instalou cisternas pela estatal em casas marcadas com adesivos de campanha de Elmar, na zona rural de Juazeiro (BA), no fim de setembro.

Elmar indicou o atual presidente nacional da Codevasf e o superintendente regional da estatal na Bahia.

A reportagem localizou mais de R$ 700 mil em doações à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Cubículo em 2022, que incluem caminhão basculante de R$ 441 mil e tubos, kits de irrigação.

> Diante das situações expostas, considera-se que a ausência de elementos de controle pela Codevasf leva a existência de condições para que sejam materializados os riscos de uso ineficiente dos recursos do programa
>
> **Controladoria-Geral da União**
> em relatório divulgado nesta semana

Questionado, o vereador disse que o veículo não estava "exatamente" na propriedade dele. "É na propriedade de um dos associados e por ser um lugar seguro, com câmeras e caseiro 24 horas no local, uma vez que a região vinha sofrendo com pequenos furtos nas propriedades vizinhas".

A reportagem pediu detalhes sobre o local, mas ele só disse que é "onde será construída a sede da associação" e que seria importante a reportagem ir ao local para esclarecimentos.

A CGU também afirmou que um representante da entidade ouvido teria dito "que o equipamento será individualmente cedido para seis comunidades da região, mediante cobrança de aluguel e taxas para uso".

À **Folha** Gregson Luz afirmou que há um mal-entendido sobre a cobrança e que toda associação precisa que associados paguem taxa mensal e "além disso as despesas com abastecimento e diária de motorista e por conta de quem precisa do bem".

Os auditores também encontraram máquina doada à Associação da Comunidade de São João, de Santa Maria da Vitória, em área privada em outra cidade, em São Félix do Coribe e ouviram que o uso seria compartilhado com terceiros.

A **Folha** não localizou o responsável pela entidade.

"Diante das situações expostas, considera-se que a ausência de elementos de controle pela Codevasf leva a existência de condições para que sejam materializados os riscos de uso ineficiente dos recursos do programa, de desvio de finalidade e até mesmo de que particulares eventualmente se apropriem dos objetos das doações", dizem os auditores.

Além disso, segundo a CGU, a Codevasf também não faz estudos sobre os casos e "tem atuação restrita à realização das aquisições e dos repasses aos beneficiários indicados pelos parlamentares".

Doações atendem ao interesse social, diz a estatal federal

Questionada, disse que doações "servem ao interesse social e são empreendidas no âmbito de projetos e ações de desenvolvimento". Segundo a estatal, máquinas e equipamentos são doados a associações e cooperativas com parecer técnico favorável.

Sobre doações em propriedades particulares, afirmou que "o uso de equipamentos doados nas propriedades de associados e cooperados é característica inerente ao objetivo social da doação". E que muitas entidades não têm sede própria e "a guarda do bem por associados tem por objetivos a segurança do equipamento e a redução de custos de vigilância".

Sobre cobrança de taxas, disse que é decisão "exclusiva da entidade beneficiada, para pagamento de insumos, impostos, mão de obra, reparos e custos relacionados".

Rogério Marinho é escolhido líder da oposição no Senado

Thaísa Oliveira e João Gabriel

BRASÍLIA O senador e ex-ministro Rogério Marinho (PL-RN) foi escolhido líder da oposição no Senado, com aval não só do PL, mas do PP e do Republicanos, partidos que deram sustentação ao governo de Jair Bolsonaro (PL) no Congresso.

Ex-ministro do Desenvolvimento Regional de Bolsonaro, teve 32 votos na eleição para presidente do Senado, na quarta (1º), e perdeu o cargo para Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Seu nome como líder da oposição foi definido nesta segunda-feira (6).

Com Marinho, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai enfrentar uma trinca de ex-ministros de Bolsonaro no Senado. Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, será líder do PP.

Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro da Casa Civil, será líder da minoria parlamentar, que reúne o partido ou o conjunto de partidos que se opõe à maioria parlamentar, partido ou bloco partidário doss que estão em maioria.

O filho mais velho de Bolsonaro, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), vai seguir líder do PL. O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) será líder do Republicanos — sigla do ex-vice-presidente Hamilton Mourão (RS) e da ex-ministra Damares Alves (DF).

PL, Progressistas e Republicanos formaram o bloco parlamentar denominado Vanguarda. Juntos, reúnem 22 senadores —dos quais sete ex-governo Bolsonaro.

Já as legendas na base do atual governo se dividiram em dois blocos. PT, PSD e PSB formaram o bloco Resistência Democrática. Com 28 integrantes, o bloco será o segundo maior da Casa.

Já o MDB e a União Brasil, que emplacaram ministros na Esplanada, se juntaram a Podemos, PDT, PSDB e Rede e formaram o maior bloco partidário, com 31 membros. O líder da maioria será um dos senadores do grupo, batizado de Democracia.

A formação dos dois blocos foi motivo de embates públicos na base de Lula. Na sexta (3), Renan Calheiros (MDB-AL) reclamou que PT, PSD e PSB furaram um acordo para formar um único bloco governista e resolveram se juntar sem o MDB e a União Brasil.

mundo

Mesut Hancer segura a mão de sua filha Irmak, 15, morta entre colchão e escombros após terremoto atingir a cidade turca de Kahramanmaras Adem Altan/AFP

Terremotos matam mais de 7.800, e frio e crises dificultam resgates

OMS prevê impacto a 23 milhões de pessoas; regime sírio impõe condições a ajuda internacional

SÃO PAULO Frio, crises políticas, tremores secundários e danos na infraestrutura de estradas atrapalhavam as buscas de sobreviventes na Turquia e na Síria nesta terça-feira (7) após o terremoto que já matou mais de 7.800 pessoas.

Em toda a região, equipes de resgate trabalharam durante a madrugada e amanheceram tentando encontrar sobreviventes, enquanto moradores esperam informações de parentes sob os escombros.

O sismo de magnitude 7,8 matou 5.894 pessoas na Turquia, no segundo tremor mais forte em quase um século e o mais letal dos últimos 24 anos —o governo turco calcula que pelo menos 5.775 prédios colapsaram. Já a Síria, segundo o regime em Damasco e equipes de resgate em zonas rebeldes, soma 1.932 óbitos. Os feridos dos dois países são mais de 34 mil.

"É uma corrida contra o tempo", disse o diretor-geral da OMS (Organização Mundial da Saúde), Tedros Adhanom Ghebreyesus. "A cada minuto que passa as chances de encontrar pessoas com vida diminuem."

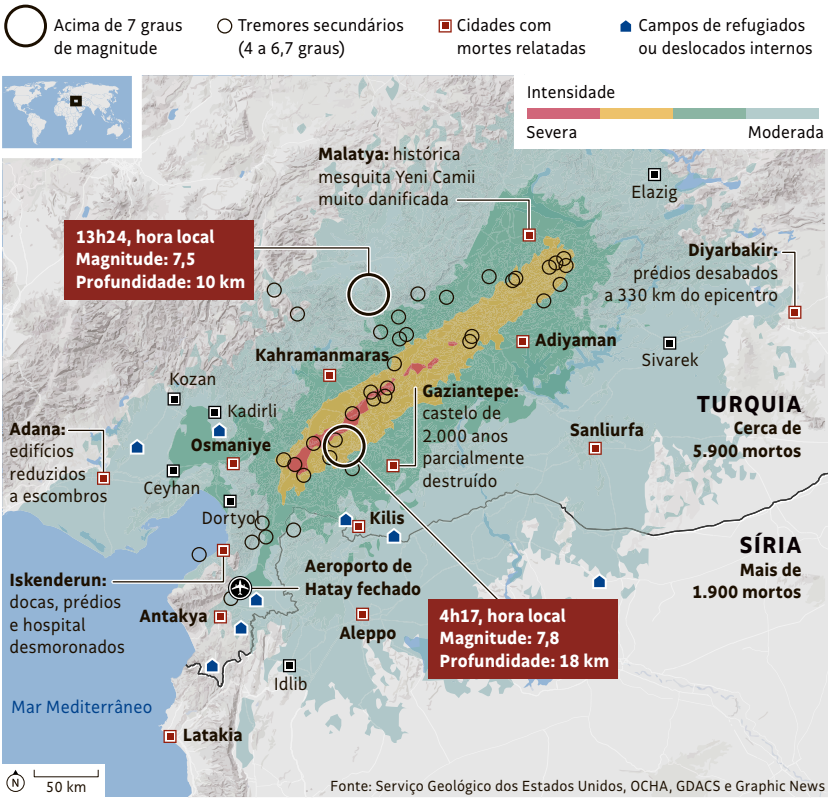
Segundo a entidade, os efeitos dos terremotos podem afetar 23 milhões de pessoas na região, e o número de mortos pode chegar a 20 mil. Antes mesmo dos sismos, já havia ao menos cinco milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade. Trata-se do caso de refugiados da Guerra da Síria, por exemplo, e da população local que vive em áreas urbanas e rurais afetadas por mais de uma década de conflitos.

A Síria necessita de mais ajuda externa que a Turquia em razão de sua menor capacidade de resposta, mas impôs condições à ajuda internacional prometida por países como EUA, Israel e Alemanha. Embora tenha dito que as ajudas recebidas serão destinadas a "todos os sírios, em todo o território", o embaixador de Damasco na ONU, Bassam Sabbagh, afirmou que a distribuição dos auxílios tem de ser feita pelo regime. "Os acessos a partir da Síria existem e podem ser coordenados", disse.

O regime de Bashar al-Assad está isolado internacionalmente e é alvo de sanções —a Rússia, um de seus poucos aliados, foi um dos únicos países que prometeram o envio imediato de equipes de emergência, além de disponibilizar 300 militares russos acampados perto dali para ajudar nos resgates.

O problema é que províncias como Idlib, reduto ao norte do país controlado por rebeldes e jihadistas, não mantêm pontes com o regime. Quase toda a ajuda humanitária que chega à área hoje vem da Turquia e passa pelo Bab al Hawa, ponto de acesso criado a partir de uma resolução das Nações Unidas —e que tanto para Damasco quanto para Moscou representa uma violação da soberania síria.

À frente da ONG francesa Mehad, Raphaël Pitti afirma que as áreas sob domínio do regime provavelmente receberão ajuda internacional, "como acontece há dez anos". Mas teme que a população de Idlib, que abriga 2,8 milhões de refugiados em situação dramática, fique para trás, especialmente porque as autoridades turcas já estão sobrecarregadas com suas próprias áreas devastadas pelo terremoto.

Na manhã desta terça, as Nações Unidas anunciaram que o fluxo de ajuda da Turquia para o noroeste da Síria foi temporariamente interrompido devido a danos nas estradas e a outros problemas logísticos. "Algumas estradas estão danificadas, e outras, inacessíveis. Há questões logísticas que precisam ser resolvidas", disse à agência de notícias Reuters Madevi Sun-Suona, porta-voz da ONU para a Coordenação de Assistência Humanitária. "Não sabemos quando os serviços serão retomados."

Segundo El-Mostafa Benlamlih, coordenador da entidade em Damasco, muitas pessoas preferiram passar a noite ao relento ou dentro de carros, muitas vezes em temperaturas congelantes. "A infraestrutura foi danificada, assim como as estradas que usamos para trabalhos humanitários. Vamos ter que encontrar soluções criativas para chegar às pessoas", afirmou.

Antes mesmo do tremor, a organização estimava que mais de 4 milhões de pessoas no noroeste do país já dependiam de doações oriundas do exterior. A crise humanitária síria se aprofundou ainda mais nos últimos meses, quando a população passou a conviver com escassez de combustível e eletricidade em meio a um dos invernos mais rigorosos de sua história.

O frio e a neve também atrapalharam operações de resgate no sul da Turquia. "Garantir que as pessoas recebam ajuda adequada nas primeiras 72 horas após terremotos tão grandes e catastróficos como esse não é fácil", disse Murat Harun Öngören, coordenador da Akut, uma das maiores organizações da sociedade civil do país para resgate e ajuda humanitária ao jornal britânico The Guardian.

O tremor atingiu áreas remotas, em que as equipes de resgate enfrentam muitos obstáculos. Ali Ünlü, morador de Adiyaman, por exemplo, tenta tirar sua mãe dos destroços da casa dela desde segunda-feira.

"Após o terremoto, corri para a casa da minha mãe e vi o prédio colapsado. Fiquei devastado. Esperei equipes de resgate, mas elas não apareceram. Comecei a ligar para as autoridades, mas todas as linhas foram cortadas", afirmou ele, também ao Guardian. "Está muito frio, e nós não temos comida. Já faz 24 horas que a minha mãe está presa sob os escombros. Não sei se ela ainda está viva ou não."

Entre as imagens que retratam o drama vivido por moradores de áreas atingidas por um forte terremoto nesta segunda-feira (6) está a de um pai que segura a mão de sua filha morta entre escombros de um prédio na cidade turca de Kahramanmaras. Na área próxima ao epicentro do tremor, Mesut Hancer ficou ao lado de Irmak, 15. A cena foi registrada pelo fotógrafo Adem Altan, da AFP, nesta terça. Ao redor de pai e filha, destroços do edifício, colchões e roupas.

Em Jindires, cidade no noroeste da Síria, equipes de resgate encontraram uma recém-nascida sob os escombros ainda ligada pelo cordão umbilical à mãe morta. A bebê é a única sobrevivente de uma família que estava em um prédio de quatro andares colapsado após o terremoto. Os socorristas encontraram, todos juntos, os corpos de seu pai, Abdalá Mleihan, sua mãe, Aafra, suas três irmãs, seu irmão e sua tia.

A bebê foi levada para um hospital na cidade vizinha de Afrin, onde foi colocada em uma incubadora e recebeu vitaminas. Pesando 3,175 kg, ela tem hematomas, mas seu estado de saúde é estável, segundo o médico Hani Maaruf disse à AFP. "Ela provavelmente nasceu sete horas depois do terremoto."

Com AFP e Reuters

Ajuda internacional corre para buscar sobreviventes de tremores que deixaram mais de 7.800 mortos na Turquia e Síria

> É uma corrida contra o tempo. A cada minuto que passa as chances de encontrar pessoas com vida diminuem
>
> **Tedros Adhanom Ghebreyesus**
> diretor-geral da OMS

Biden afaga republicanos no Estado da União

Em discurso anual, presidente dos EUA faz campanha soft e defende feitos da primeira metade de seu mandato

Thiago Amâncio

WASHINGTON Em seu primeiro discurso do Estado da União para uma Câmara controlada pelo Partido Republicano, o presidente dos EUA, Joe Biden, pediu união e enalteceu a capacidade do país de superar crises, como a pandemia e o ataque ao Capitólio em 2021.

Enquanto a classe política aguarda que Biden lance formalmente nas próximas semanas sua campanha pela reeleição, o democrata evitou ataques duros ao partido adversário na noite desta terça-feira (7) e direcionou seu foco à exaltação dos feitos de seus dois anos de governo.

"Amigos republicanos, se conseguimos trabalhar juntos no último Congresso, não há razão para não trabalharmos juntos neste novo Congresso. As pessoas nos enviaram uma mensagem clara. Lutar por lutar, poder pelo poder, conflito pelo conflito, não nos leva a lugar nenhum. E essa sempre foi minha visão para o país: restaurar a alma da nação, reconstruir a espinha dorsal da América, a classe média, para unir o país", disse.

Estado da União é o nome dado ao discurso que o presidente americano faz todos os anos —com exceção do primeiro ano de governo— para prestar contas e divulgar prioridades do governo ao Congresso e aos juízes da Suprema Corte. Previsto na Constituição, é um dos momentos mais aguardados da política americana e transmitido pelos principais canais da TV aberta.

O discurso de Biden foi visto como uma espécie de anúncio suave da reeleição no ano que vem —quando terá quase 82 anos. Por isso teve caráter mais otimista, propositivo e político, diferente do feito no ano passado, poucos dias após o começo da Guerra da Ucrânia, quando foi forçado pelas circunstâncias a focar política externa e anunciou o fechamento do espaço aéreo americano para voos da Rússia.

Já em clima de "campanha soft", Biden começará na quarta-feira (8) um giro por estados americanos, a começar por Wisconsin, e na manhã de sexta-feira (10) deve receber governadores na Casa Branca —mesmo dia em que, a tarde, receberá o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Joe Biden é aplaudido pela vice, Kamala Harris, e pelo republicano Kevin McCarthy durante o discurso sobre o Estado da União, no Capitólio Jacquelyn Martin/Reuters

> "Há dois anos nossa democracia enfrentou sua maior ameaça desde a Guerra Civil. Hoje, embora machucada, nossa democracia permanece inflexível e intacta
>
> **Joe Biden**
> presidente americano, no discurso sobre o Estado da União

"A história da América é uma história de progresso e resiliência. Somos o único país que emergiu de cada crise mais forte do que quando entramos nela. É isso que estamos fazendo novamente", disse nesta terça, antes de exaltar a recuperação econômica pós-Covid e o controle da inflação e reforçar várias vezes o número de empregos criados.

"Dois anos atrás, nossa economia estava cambaleando. Enquanto estou aqui nesta noite, tivemos um recorde de 12 milhões de novos empregos —mais empregos criados em dois anos do que qualquer presidente já criou em quatro anos. Há dois anos, a Covid fechou nossos negócios, fechou nossas escolas e nos tirou muito. Hoje, a Covid não controla mais nossas vidas."

De fato, o nível de desemprego no país está em mínimas recordes com a criação de vagas a cada mês surpreendendo economistas, e Biden tem conseguido reduzir a alta inflação que atingiu o país em 2022, mas as perspectivas para este ano são de crescimento baixo ou mesmo recessão.

Biden também falou diante da plateia —na qual estavam parlamentares republicanos que ainda contestam o resultados das eleições que lhe deram a vitória sobre Donald Trump— sobre o ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021. "Há dois anos nossa democracia enfrentou sua maior ameaça desde a Guerra Civil. Hoje, embora machucada, nossa democracia permanece inflexível e intacta", disse.

Até o ano passado a imagem de Biden discursando aos parlamentares vinha acompanhada da vice-presidente, Kamala Harris, à sua direita, e da democrata Nancy Pelosi, então presidente da Câmara, à esquerda, reforçando a imagem de força do Partido Democrata.

Desta vez, Biden falou com o novo presidente da Casa, o republicano Kevin McCarthy, nos fundos, uma lembrança de que não são mais os democratas quem dão as cartas ali.

Apoiador do ex-presidente Donald Trump, McCarthy reforçou na última semana a intenção de abrir investigação contra Hunter Biden, filho do presidente.

Nesta terça, porém, o clima era mais ameno, na linha do discurso clamando por união. McCarthy e Kamala conversavam de maneira amigável no púlpito antes da chegada do presidente.

Às vésperas de completar um ano da Guerra da Ucrânia, Biden reforçou a importância da continuidade do apoio a Kiev, em um momento em que deputados republicanos se mostram cada vez mais reticentes ao envio de ajuda financeira ao Leste Europeu. Na lista de convidados da Casa Branca para assistir ao discurso na Câmara estava pelo segundo ano consecutivo a embaixadora ucraniana no país, Oksana Markarova.

Biden também citou o conflito econômico com a China, reforçando que busca "competição, não conflito", mas com a ressalva de que não vai se "desculpar por investir em fortalecer a América". "Mas não se engane, como deixamos claro na semana passada, se a China ameaçar nossa soberania, agiremos para proteger nosso país. E sejamos claros: vencer a competição com a China deve unir todos nós", disse.

Também foram convidados a mãe e o padrasto de Tyre Nichols, homem negro morto por policiais em Memphis em janeiro, em episódio que desencadeou protestos contra a violência policial. Biden pediu por reforma policial e por medidas de aumento de controle de armas.

Se Biden quer mesmo tentar a reeleição, porém, deverá se preocupar com sua popularidade. O democrata chega à metade do governo com 43,2% de aprovação, segundo o agregador do portal FiveThirthyEight. A cifra é pouco superior à que Trump tinha na mesma altura do mandato (40,2%), mas abaixo das de Barack Obama (48,5%) e George W. Bush (59,5%). A taxa de desaprovação do atual presidente é de 52,2%.

Trump, seu adversário mais popular, já anunciou que vai concorrer novamente à Presidência. Outras peças do xadrez republicano se movimentam para isso, como o governador da Flórida, Ron DeSantis.

Europeus prometem mais cem tanques à Ucrânia, e Rússia fala em escalada imprevisível

GUERRA DA UCRÂNIA

BERLIM | AFP E REUTERS Alemanha, Holanda e Dinamarca anunciaram nesta terça-feira (7) que enviarão ao menos mais cem tanques Leopard-1 para a Ucrânia nos próximos meses, em mais uma tentativa de conter avanços russos no leste do país no mês em que a guerra completa um ano.

Os modelos Leopard-1 são mais antigos que os 14 tanques Leopard-2 anunciados pela Alemanha no dia 25 e necessitam de reparos e preparo para serem usados em campo pelo Exército ucraniano.

"É um tanque já testado", afirmou a ministra da Defesa da Holanda, Kajsa Ollongren. "Eles estão sendo preparados e serão úteis para os ucranianos, além de serem melhores que alguns tanques russos."

Há duas semanas, além dos tanques Leopard-2 alemães e da autorização de Berlim para que outros países reexportem os blindados, os EUA também afirmaram que enviariam 31 tanques modelo M1 Abrams. Demanda recorrente de Kiev, que pedia ao menos 300 tanques, os veículos podem reverter a maré do conflito, recentemente mais propensa ao lado russo.

O número anteriormente anunciado não teria impacto tão significativo, segundo especialistas, que apontam a cifra de 100 a 300 blindados Leopard-2 bem equipados e manejados como necessária para uma mudança concreta. O recém-anunciado envio dos Leopard-1, mais antigos, também abre dúvidas, portanto, sobre a efetividade da ajuda.

O trio de países responsável pela iniciativa também disse que vai conceder à Ucrânia treinamento, suporte logístico, peças e munição para operação das máquinas. O modelo, por ser antigo —tem canhão de calibre 105 mm, ante 120 mm do Leopard-2— e operado por apenas alguns países, exige compra de projéteis para uso em um prazo mais exíguo, dilema que de certo modo envolve o Brasil.

Em janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) negou pedido da Alemanha para fornecimento da munição necessária a Kiev. O Brasil é um dos poucos países que ainda opera modelos Leopard-1, além de Chile, Grécia e Turquia —os dois últimos são membros da Otan, a aliança militar ocidental.

A requisição negada pelo petista foi feita antes de Berlim destinar os Leopard-2 aos ucranianos e mostrou que ao menos a hipótese de envio dos tanques mais antigos já era feita pelos alemães, que passaram o primeiro ano de conflito hesitantes em se envolver tão explicitamente na guerra em comparação a outros membros da Otan e da UE.

Ainda não há informações sobre a data em que os Leopard-1 anunciados na terça serão entregues nem sobre como será feito o acordo com as empresas alemãs produtoras dos blindados. Também não se sabe o número exato de tanques que será disponibilizado e como será a divisão de custos entre países e fabricantes.

Mais cedo nesta terça, a fabricante alemã de tanques Rheinmetall indicou que entre 20 e 25 blindados seriam enviados ainda neste ano, e os 88 Leopard-1 restantes que a empresa possui, no ano que vem.

"Temos o número de tanques, mas eles precisam ser remodelados para batalha e equipados, então não sabemos exatamente ainda quantos serão enviados, mas é um número grande para repelir a invasão russa nesta primavera", disse o ministro das Finanças alemão, Robert Habeck, após reunião com o secretário de Estado americano, Antony Blinken.

Também nesta terça, a Rússia disse que suas incursões no leste do país, particularmente nas áreas das cidades de Bakhmut e Vuhledar, no Donbass, avançam "com êxito". O ministro russo da Defesa, Serguei Choigu, advertiu os aliados de Kiev de que o aumento da ajuda ocidental pode levar a um nível "imprevisível" de escalada do conflito.

O fornecimento dos blindados marcou uma mudança de rumo dos aliados ocidentais da Ucrânia, que até então haviam se comprometido apenas com equipamentos como armas antitanque portáteis Javelin e sistemas de defesa antiaéreo Patriot, no caso dos americanos.

Polícia de Paris investiga estupro de brasileira aos pés da Torre Eiffel

TOULOUSE (FRANÇA) A polícia de Paris investiga uma denúncia de estupro de uma turista brasileira ocorrido na madrugada de domingo (5) nos jardins da Torre Eiffel. Ela estava com sua irmã mais velha, alvo de agressão sexual no mesmo local. O caso, confirmado pela **Folha**, está sendo apurado pela 3ª delegacia de polícia judiciária da capital francesa, que agora levanta informações e imagens de câmeras da região.

Segundo informações atribuídas a fontes policiais e publicadas na imprensa francesa, as irmãs viajaram a turismo para Paris. Elas saíram à noite no sábado e conheceram dois homens, com quem estavam durante um passeio pelo extenso gramado diante da torre ícone de Paris, chamado Campo de Marte.

Ali, segundo o jornal Le Parisien, elas se afastaram, cada uma com um dos homens como acompanhante. Ao ser tocada contra a sua vontade, a irmã mais velha se desvencilhou do agressor, que fugiu. Ela então foi em busca da irmã mais nova e a encontrou no chão do mesmo Campo de Marte, com o outro homem em cima dela, com as calças abaixadas. Surpreendido, o homem fugiu do local em um carro preto.

Levadas à delegacia por volta das 5h30, as irmãs denunciaram o caso, que passou à polícia judiciária para investigação. Seguindo os protocolos para vítimas de crimes sexuais, elas foram encaminhadas ao serviço de medicina legal, para atendimento médico e coleta de potenciais vestígios.

"O estupro aos pés da Torre Eiffel destaca outra vez o perigo do Campo de Marte", afirmou na segunda a subprefeita do bairro, Rachida Dati. Desde 2020, a política dos Republicanos tem criticado o "aumento da delinquência e da insegurança endêmica" no local.

Dati propõe o fechamento do local durante a noite, a implantação de uma força municipal dedicada e a instalação de um centro de vigilância para monitoramento. Até agora, nenhuma das propostas foi acolhida pela Prefeitura de Paris, sob o comando de Anne Hidalgo, do Partido Socialista.

Fernanda Mena

Catherine Colonna

França apoia Brasil na OCDE, mas aponta diferenças sobre Rússia

Chanceler da nação europeia, no país para preparar visita de Macron, celebra sinais de Lula no ambiente após tensões sob Bolsonaro

ENTREVISTA

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Após os anos de tensão entre Brasil e França durante o governo Jair Bolsonaro (PL), a chanceler francesa, Catherine Colonna, chegou nesta terça-feira (7) ao Brasil para restabelecer os laços entre os países.

"Este é o primeiro passo para reacender nossa parceria estratégica", disse por email à **Folha** Colonna, que prepara a visita do presidente Emmanuel Macron a Brasília, prevista para ocorrer nas próximas semanas.

A ministra celebrou os sinais dados pelo atual governo em relação à política ambiental e afirmou que a França apoia o acesso do Brasil à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento) —o país europeu tinha ressalvas devido à alta no desmatamento e no garimpo ilegal durante o governo Bolsonaro.

Mas Colonna, que será recebida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e se reunirá com o chanceler Mauro Vieira e a ministra Marina Silva (Meio Ambiente), sinalizou que a França diverge do Brasil a respeito da Guerra da Ucrânia. Lula negou pedido do premiê alemão, Olaf Scholz, para envio de munições à Ucrânia e reforçou a visão de que o Brasil não tomará partido, ainda que condene a agressão russa.

*

As relações entre França e Brasil passaram por momentos de tensão. O que a senhora espera das relações entre França e Brasil no governo Lula? França e Brasil têm uma história de laços profundos que remonta a séculos. A França compartilha sua maior fronteira com o Brasil, 730 km ao longo da Guiana Francesa. Esses laços se mantiveram fortes, mesmo nos anos recentes. O Brasil é o nosso principal parceiro econômico na região, e as empresas francesas são as maiores empregadoras estrangeiras no Brasil.

Agora é o momento de dar um passo à frente nessa cooperação, em um novo contexto. Nosso presidente expressou de forma clara seu apoio ao governo democraticamente eleito do Brasil. Os presidentes Macron e Lula já estiveram em contato duas vezes desde a eleição, em outubro. Os dois presidentes também devem se reunir em breve para avançar nos projetos de cooperação.

Macron prometeu "firme apoio" à Ucrânia "até a vitória". O que o Brasil pode fazer para ajudar a resolver o conflito na Ucrânia? Deixe-me ser muito clara: existe um país que foi atacado, a Ucrânia, e um agressor, a Rússia. Ao mirar deliberadamente a infraestrutura civil, a Rússia está cometendo crimes de guerra. É nossa responsabilidade garantir que esses crimes não fiquem impunes.

O Brasil sempre foi um defensor do direito internacional. O país já expressou na ONU seu repúdio à violação flagrante da Rússia à integridade de um país soberano. Estamos lado a lado nessa questão.

[A guerra] diz respeito a todos nós. A crise alimentar e as ameaças à segurança energética estão nos atingindo fortemente. Nesse sentido, França e Brasil compartilham a preocupação com o impacto da guerra sobre populações mais vulneráveis. A França promoveu iniciativas para diminuir os impactos da guerra, especialmente em segurança alimentar. Acompanhei recentemente a entrega de 50 mil toneladas de trigo para Etiópia e Somália, ajuda financiada pela França e pela Alemanha.

Catherine Colonna, 67
Ministra das Relações Exteriores da França, formou-se no Instituto de Estudos Políticos de Paris e na Escola Nacional de Administração. Foi porta-voz da Presidência da República de 1995 a 2004, embaixadora na Itália de 2014 a 2017, representante junto à OCDE de 2017 a 2019 e embaixadora no Reino Unido entre 2019 e 2022.

> "Não podemos ser ingênuos em relação ao modelo alternativo que algumas potências, como a Rússia, tentam promover. Essa agenda tem como objetivo minar a democracia e desestabilizar países

Lula afirmou que quer concluir o acordo UE-Mercosul em seis meses. É possível? Nossa posição é clara: alguns Estados-membros, incluindo a França, pediram garantias claras em relação ao impacto do acordo sobre o ambiente. Essas demandas estão alinhadas à abordagem defendida pela UE e pela França em relação a comércio sustentável e desenvolvimento, respeitando nossos compromissos sociais e ambientais internacionais.

Queremos que nossos parceiros sigam as mesmas regras que seguimos. Os acordos comerciais do século 21 precisam refletir os desafios de hoje. Saudamos as ambições do governo Lula de cumprir as normas internacionais em relação a desmatamento, as metas do Acordo de Paris e as regras de segurança dos alimentos. Em diálogo com o Mercosul e com o Brasil, a UE vai analisar de que forma o acordo UE-Mercosul fornece as garantias necessárias. Isso vai beneficiar a todos.

A Alemanha anunciou um pacote de R$ 1,1 bilhão para desenvolvimento sustentável e combate ao desmatamento no Brasil. De que maneira a França pode cooperar na preservação da Amazônia? A proteção da floresta amazônica é de enorme importância para a França e para o Brasil, com pleno respeito às nossas soberanias. Precisamos identificar novos modelos para preservar a floresta e garantir desenvolvimento sustentável das comunidades locais, além de recursos para combater o garimpo ilegal, o desmatamento e o crime organizado. Durante minha visita, espero conversar com a ministra Marina Silva para identificar oportunidades e fazer nossas agendas convergirem. A Cúpula Amazônica que será realizada por Brasil e Colômbia em alguns meses será essencial para definir estratégias.

A França, que também é um país amazônico, está pronta para cooperar com seus parceiros nesse tema. Estamos convencidos de que o Brasil possui todos os instrumentos necessários para fazer uma contribuição positiva a essa agenda essencial e se tornar uma potência verde global. Apoiamos a candidatura do Brasil para sediar a COP30 em 2025.

O Brasil enfrentou uma tentativa de golpe em 8 de janeiro. Como os países devem lidar com a ascensão do extremismo de direita? Após os ataques em Brasília, a França reafirmou seu apoio incondicional ao Brasil e a Lula diante de qualquer tentativa de ameaçar processos democráticos. Macron também enfatizou que nosso país está determinado a defender os valores universais da democracia e a desenvolver mais instrumentos democráticos para lutar contra a desinformação.

Hoje enfrentamos o que Macron chama de "guerras híbridas", que dão suporte a "universalismos concorrentes". Estamos prontos para trabalhar com as autoridades brasileiras para estabelecer cooperação e diálogo regular sobre melhores práticas para fortalecer a democracia e proteger a liberdade de expressão, de imprensa e informações confiáveis.

Não podemos ser ingênuos em relação ao modelo alternativo que algumas potências, como a Rússia, tentam promover. Essa agenda tem como objetivo minar a democracia e desestabilizar países. Acreditamos firmemente que a universalidade estabelecida na Carta da ONU é a única que garante a soberania e os direitos fundamentais. Não há dúvida de que é necessário aperfeiçoar o sistema multilateral para haver mais eficiência e legitimidade. A França há muito defende que o Brasil tenha um assento no Conselho de Segurança da ONU.

EUA RECUPERAM DESTROÇOS DE BALÃO CHINÊS E DESCARTAM DEVOLUÇÃO A PEQUIM

5.fev.23/Marinha dos EUA/Reuters

O governo dos Estados Unidos divulgou nesta terça-feira (7) imagens da operação realizada para resgatar os destroços do balão de alta altitude chinês na costa da Carolina do Sul. As fotos foram feitas no domingo (5), um dia após o objeto ter sido derrubado por um caça americano. John Kirby, porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, descartou a possibilidade de devolver partes do artefato à China. Ele disse que alguns detritos foram recuperados na superfície do mar, mas que as condições climáticas não permitiram que as operações subaquáticas resgatassem outros destroços. A descoberta do balão no espaço aéreo americano aumentou as tensões entre os EUA e a China. Washington afirma que o objeto era um instrumento de espionagem, enquanto Pequim diz que o artefato saiu da rota devido a correntes de ventos e era usado para pesquisas, sobretudo meteorológicas. O anúncio levou o governo dos EUA a adiar a visita que o secretário de Estado, Antony Blinken, faria a Pequim.

Governo Lula tende a ignorar EUA e votar em português para agência da ONU

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tende a ignorar pedidos dos Estados Unidos para apoiar o nome americano para a direção-geral da OIM (Organização Internacional para as Migrações).

Washington chegou a enviar a candidata Amy Pope a Brasília para reuniões, mas auxiliares do petista dizem que o voto brasileiro está consolidado na reeleição do português António Vitorino.

Os esforços dos EUA ocorrem às portas da ida de Lula a Washington, na próxima sexta (10), para a primeira reunião do presidente brasileiro com o líder americano, Joe Biden, na Casa Branca. Embora saibam que o Brasil tende a endossar Vitorino, auxiliares do democrata devem reforçar com seus correspondentes brasileiros durante a viagem a importância que os americanos dão à vitória de Pope.

Ela é diretora-assistente para Gestão e Reforma da OIM. Antes, ocupou cargos relacionados a migração em governos democratas: foi conselheira sênior para migração de Biden (2021), conselheira-assistente de segurança interna (2015-17) e diretora sênior em segurança transfronteiriça (2013-15).

A principal reunião de Pope no Brasil foi com a secretária-geral do Itamaraty, Maria Laura da Rocha. Ela também se encontrou com o secretário nacional de Justiça, Augusto Botelho, e o assessor-adjunto da assessoria internacional do Planalto, Audo Faleiro. Já Vitorino esteve em Brasília há mais de uma semana. Em sinal de prestígio, reuniu-se com o chanceler Mauro Vieira e o ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB).

Com orçamento operacional estimado em US$ 1,2 bilhão (R$ 6,18 bilhões), a OIM é uma agência da ONU direcionada para garantir que migrações ocorram de maneira "humana e ordenada". Com ações voltadas para apoio humanitário, possui, por exemplo, uma missão na Ucrânia, onde atua na doação de geradores para aquecimento durante o inverno, assim como na distribuição de colchões, cobertores e combustível.

Na América Latina, entre outras iniciativas, provê abrigos temporários e centros de apoio —com a distribuição de itens básicos de sobrevivência— para migrantes que se arriscam pelo estreito de Darién, entre a Colômbia e o Panamá, uma das rotas mais perigosas de deslocamento para os EUA.

Uma das mensagens que Pope tentou transmitir às autoridades brasileiras é que, embora seja o nome apresentado por Washington, ela não representa a política migratória dos EUA. À **Folha** ela reforçou essa ideia: "Sou a candidata dos EUA, mas eu não represento as suas políticas [migratórias]".

Apesar de os governos de Brasil e EUA terem se aproximado após a eleição de Lula, assessores do petista ouvidos em condição de anonimato pela **Folha** dão como certo o apoio a Vitorino. Embora o político português tenha lançado sua candidatura depois da de Pope, a manutenção do comando da organização é uma das prioridades da política externa de Lisboa e vem sendo costurada nos bastidores.

Vitorino teceu elogios ao governo Lula. "O Brasil voltou à esfera multilateral e está empenhado em participar nas diversas instâncias internacionais que têm como objetivo que as migrações sejam regulares, ordeiras e seguras", disse à agência Lusa.

mercado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a posse de Aloizio Mercadante no BNDES, na segunda (6) Mauro Pimentel - 6.fev.23/AFP

Lula amplia ataques a Campos Neto; governo e BC acenam com trégua

Petista pede vigilância do Senado e lembra que parlamentares podem tirar do cargo presidente do banco

Nathalia Garcia e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) abriu nesta terça-feira (7) uma nova frente de pressão sobre o Banco Central ao pedir a vigilância dos agentes que podem atuar para demitir o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto. Outros membros do governo, na contramão do petista, buscam baixar o tom do discurso.

Lula afirmou que o Senado, que pode aprovar a exoneração do presidente do BC após pedido do governo, deve monitorar a atuação da autarquia. E disse esperar que os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) também estejam acompanhando a situação.

Haddad e Tebet compõem o CMN (Conselho Monetário Nacional), que pode iniciar o processo de exoneração do presidente da autarquia. O órgão, composto de três votos (sendo o terceiro do próprio chefe do BC), pode encaminhar ao presidente da República tal pedido em caso de "comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos" da autoridade monetária —de acordo com a lei de autonomia, aprovada em 2021.

"Naquele tempo [mandatos anteriores], era fácil jogar a culpa no presidente da República. Agora, não. A culpa é do Banco Central. Agora, é o Senado que pode trocar o presidente do Banco Central", disse Lula nesta terça.

Lula já afirmou que incentiva o discurso contra o BC como forma de pressão contra o atual patamar dos juros, considerado por ele elevado. Segundo o petista, a "classe empresarial precisa aprender a reivindicar, a reclamar dos juros altos" e ele, como presidente, também deve reclamar.

A estratégia de Lula, no entanto, tem causado estresse nas expectativas de inflação e pressionado os juros negociados no mercado, fazendo as taxas de longo prazo subir —causando um efeito reverso ao defendido pelo presidente.

Apesar do tom de Lula, ministros e aliados têm atuado para amenizar o discurso e acenam na direção de conciliação. À **Folha** o líder do governo no Congresso, Jaques Wagner, disse que o presidente apenas reverbera o que a maioria da população pensaria sobre o patamar dos juros —mas que o governo vai respeitar o mandato de Campos Neto.

A percepção da equipe econômica de Lula, desde a campanha presidencial, é que qualquer mudança relativa ao BC demandaria um intenso uso de capital político, sendo que o governo tem outras prioridades na área econômica.

Entre os desafios, a aprovação ainda neste ano de uma reforma tributária complexa que mexe com o interesse de estados, municípios e diferentes setores. Além disso, o governo precisa discutir com os parlamentares neste exercício a nova regra fiscal que substituirá o teto de gastos —que impede o crescimento real das despesas federais.

As primeiras sinalizações do Senado apontam para dificuldades em torno de possível iniciativa contra Campos Neto. Renan Calheiros (MDB-AL), aliado próximo de Lula, defendeu uma "aproximação de posições" entre governo e BC.

"Acho que é muito importante encontrar um denominador comum e ver como é que aproxima essas posições. Economia é previsibilidade, qualquer tensão ela implica um determinado resultado", disse após reunião no Ministério da Fazenda sobre medidas econômicas em tramitação no Congresso. Segundo ele, é melhor "ajudar a equacionar o problema".

O senador Rogério Marinho (PL-RN), ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL) e que disputou recentemente a presidência da Casa, criticou os ataques à autonomia do BC e disse que Lula quer achar uma justificativa para um eventual fracasso econômico. "Faremos nossa parte no Senado para defender as conquistas estruturantes do país", afirmou em rede social.

Já Jorge Kajuru, líder do PSB no Senado, disse que Campos Neto tem que ser convocado para dar explicações. "Em vez de ser independente, [Campos Neto] demonstra que tem um lado. Um lado bolsonarista, de extrema direita", disse o senador. "Ele demonstra que quer prejudicar o governo Lula."

Em sua primeira declaração pública desde que os ataques de Lula se intensificaram, Campos Neto defendeu a autonomia da instituição sob o argumento de que a independência traz como resultado um melhor custo-benefício da política de juros ao país.

"A principal razão, no caso da autonomia do Banco Central, é desconectar o ciclo de política monetária do ciclo político porque eles têm diferentes lentes e diferentes interesses", afirmou Campos Neto em evento em Miami.

A autonomia formal do BC já foi criticada por Lula em diversas ocasiões e até chamada de "bobagem" por ele.

O petista disse que poderia rever a autonomia depois de 2024, quando termina o mandato de Campos Neto —indicado ao cargo por Bolsonaro.

"Quero saber do que serviu a independência. Eu vou esperar esse cidadão [Roberto Campos Neto] terminar o mandato dele para a gente fazer uma avaliação do que significou o BC independente", disse Lula à RedeTV!.

A declaração foi dada um dia depois de o BC anunciar a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano pela quarta vez consecutiva, na primeira reunião desde que Lula tomou posse.

No comunicado, o colegiado do BC havia subido o tom com alertas sobre as incertezas fiscais e a piora nas expectativas de inflação, que estão se distanciando da meta em prazos mais longos. Os recados provocaram uma escalada na tensão entre governo e BC.

Nesta semana, Haddad revelou publicamente a insatisfação com o BC ao dizer que a nota da autoridade monetária pós-Copom poderia ter sido "um pouco mais generosa" depois das medidas anunciadas pela gestão petista para melhorar as contas públicas.

Nesta terça, o ministro leu a ata da reunião como uma sinalização positiva. No documento, o colegiado do BC afirmou que, embora só trabalhe em seus cenários com políticas já implementadas, a execução do pacote que promete uma melhora fiscal de R$ 242,7 bilhões poderia reduzir a pressão sobre a inflação.

"Alguns membros notaram que as medianas das projeções de déficit primário do Questionário Pré-Copom (QPC) e da pesquisa Focus para o ano de 2023 são sensivelmente menores do que o previsto no Orçamento federal, possivelmente incorporando o pacote fiscal anunciado pelo Ministério da Fazenda", disse.

"O comitê manteve sua governança usual de incorporar as políticas já aprovadas em lei, mas reconhece que a execução de tal pacote atenuaria os estímulos fiscais sobre a demanda, reduzindo o risco de alta sobre a inflação", acrescentou o texto.

O ministro da Fazenda classificou o documento divulgado pelo BC como "mais amigável". "A ata veio melhor do que o comunicado. Uma ata mais extensa, mais analítica, colocando pontos importantes sobre o trabalho da Fazenda. Uma ata mais amigável em relação aos próximos passos que precisam ser tomados."

Continua na pág. A14

> Naquele tempo [mandatos anteriores], era fácil jogar a culpa no presidente da República. Agora, não. A culpa é do BC. Agora, é o Senado que pode trocar o presidente do BC
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva**

BC autônomo por quê?

Assim como pais jogam fora as chupetas dos bebês, governos escolhem BCs autônomos

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

À primeira vista, a ideia de um Banco Central (BC) autônomo com foco na inflação parece esquisita. Por que o BC não deveria se subordinar ao governo? E por que focar a inflação se as decisões do BC também afetam desemprego e produto?

O Banco Central controla a taxa de juros básica (a Selic), que afeta o custo do crédito para empresas e pessoas. Juros mais altos tornam o crédito mais caro, o que reduz a demanda por bens na economia. Isso abranda a pressão sobre os preços (diminui a inflação), mas também desestimula a produção e as vendas.

A inflação também é afetada pelas expectativas de inflação. Uma empresa que reajusta preços a cada seis meses e espera inflação de 10% tende a escolher preços maiores do que se achasse que a inflação seria 5%.

A expectativa de inflação, por sua vez, depende da nossa expectativa sobre a política monetária. Se achamos que o BC aumentará juros sem dó para conter inflação no futuro próximo, esperamos inflação menor.

Eis aí o dilema da política monetária: expectativas de inflação baixa ajudam a conter a inflação, então é bom que todos acreditem que o BC não hesitará em aumentar juros quando precisar. Mas, quando chega o momento de agir, não queremos ser tão duros assim por causa dos efeitos negativos no emprego e no produto.

Pais e mães convivem com dilemas parecidos. É mais fácil e rápido guardar os brinquedos das crianças em vez de convencê-las a guardar. Mas, se os filhos sabem que terão que guardar depois, eles fazem menos bagunça e resistem menos a pedidos para organizar os brinquedos.

Assim, queremos que eles acreditem que terão que guardar os brinquedos, mas, na hora de ensiná-los e convencê-los, queremos nós mesmos arrumar tudo rapidamente. Afinal, as crianças estão cansadas, é hora do banho, e eu preciso escrever a coluna para a **Folha***.*

Para reduzir o problema, podemos colocar um cartaz no quarto estabelecendo regras para as crianças guardarem os brinquedos. O cartaz não coloca as coisas no lugar, mas torna mais difícil para nós desobedecer ao combinado e desmoralizar as regras da casa.

Na política monetária, o regime de metas de inflação faz o papel desse cartaz.

A meta de 3,5% não determina magicamente a inflação, mas faz as expectativas convergirem para esse valor se acreditarmos que o BC aumentará juros para trazer a inflação para 3,5%, quando for preciso. Ao tornar embaraçoso desobedecer à regra, o regime incentiva o BC a agir de forma mais dura quando a inflação quer escapar da meta.

O regime de metas tem ajudado a segurar expectativas desde sua implementação, em 1999. Ainda assim, é uma solução imperfeita e especialmente frágil se pressões políticas podem influenciar o BC a tomar um rumo mais condescendente com a inflação. E aí?

Uma solução é entregar o controle da inflação a um BC autônomo. O arranjo pressupõe que o BC estaria focado na inflação, como determina o regime de metas. Isso leva a uma política monetária mais dura do que nós escolheríamos. Mas, dessa forma, pessoas e empresas passam a esperar inflação mais baixa, e assim fica mais fácil conter o aumento dos preços.

Esse sistema dá flexibilidade para o BC reagir a choques, mas o governo perde todo o poder de influenciar a política monetária.

Pode parecer estranho descartar o poder de escolher, mas, nesse cenário, faz sentido.

Pais e mães fazem isso, por exemplo, quando jogam as chupetas da criança no lixo. Quando o filhinho do coração se desespera, a vontade de dar a chupeta para o bebê não chorar é grande demais. Por que então jogar a chupeta fora? Porque, se não há chupeta, não adianta berrar e chorar. Os bebês parecem entender.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, **Solange Srour** | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Ouça um bom conselho

Henrique Meirelles, que comandou o Banco Central nas gestões anteriores de Lula, não faz previsão otimista para a crise entre o presidente e a autoridade monetária. Pelo desenrolar das falas do petista, ele diz ter a impressão de que não vai haver recuo. Questionado se teria algum conselho a Lula, Meirelles sugere uma fala conciliadora. "Minha recomendação é que ele diga que as medidas de ajuste fiscal serão implementadas ao mesmo tempo que as medidas sociais", afirma.

QUE LHE DOU DE GRAÇA Ele sugere reiterar que as medidas propostas e anunciadas pela equipe econômica serão colocadas em prática. "De maneira que, com isso, baixem as expectativas de inflação, permita ao Banco Central baixar os juros e, em consequência, o país cresce mais", afirma.

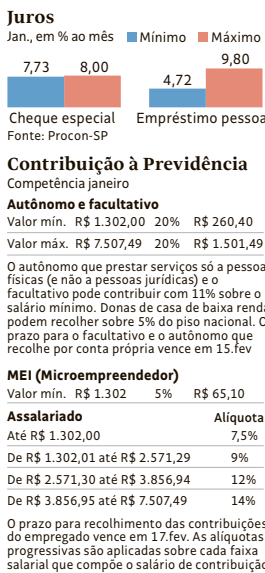
NOSTALGIA Em suas abordagens recentes sobre o BC, Lula tem citado Meirelles. O petista diz que, em seus governos anteriores, Meirelles não era menos independente do que Roberto Campos Neto é hoje.

AUSÊNCIA A posse de Mercadante no BNDES incomodou sindicalistas que não foram convidados. O evento deixou a sensação, para quem não estava lá, de que o banco se esqueceu dos representantes de trabalhadores, que fazem parte do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador).

ARROZ DE FESTA "O FAT é uma das fontes de financiamento do BNDES e nós somos membros do conselho. Foi chato deixar uma parte de fora", diz Juruna, da Força Sindical. Segundo Miguel Torres, presidente da Força, a central costuma ser chamada para todas as posses no banco. Para Ricardo Patah (UGT), "ficou deselegante o desprestígio".

PRESENÇA Antonio Neto, da CSB, diz que algumas lideranças sindicais ficaram chateadas. Segundo o BNDES, a orientação da diretoria foi convidar representantes do movimento sindical e alguns estiveram presentes, como CUT, FUP (petroleiros), Contag e Metalúrgicos do ABC.

AULA A Eaesp, tradicional escola de administração de empresas da FGV de SP, onde se formaram diretores e CEOs de grandes companhias, planeja expandir vagas e aproximar operações com a Ebape, escola de administração pública do Rio. A informação foi dada pelo diretor da Eaesp, Luiz Brito, em reunião com funcionários nesta segunda.

CHAMADA Em nota, a FGV diz que não se trata de fusão. Segundo a instituição, o projeto representa para a Eaesp uma alta de 3.800 para 6.000 alunos na visão para 2030.

PÉ NA ESTRADA As empresas de ônibus de São Paulo projetam um crescimento de 20% no volume de passageiros para o próximo Carnaval na comparação com o feriado de 2019, antes da pandemia. Pelas expectativas do Setpesp (associação do setor), mais de 550 mil passageiros devem passar pelos terminais rodoviários da Barra Funda, do Jabaquara e do Tietê entre os dias 17 e 19 de fevereiro.

NO BUSÃO Os destinos mais buscados são a região do litoral, o Vale do Paraíba e interior. O Setpesp atribui o aumento a fatores como o alto preço dos bilhetes aéreos e o custo com pedágio e combustível, além da demanda reprimida da pandemia.

FOME A cesta básica que mais encareceu no ano passado foi a de Belo Horizonte, no monitoramento mensal de oito capitais realizado pela Horus com o FGV Ibre. Segundo o levantamento, a variação acumulada em 2022 para a capital mineira foi superior a 31%. O grupo de alimento mais afetado foi o dos legumes, que teve alta de 109,5%.

PANELA Na sequência das capitais com as maiores pressões inflacionárias na cesta básica em 2022, aparecem Curitiba (25,3%) e Brasília (24,5%). Em dezembro, as cestas do Rio e de SP eram as mais caras, custando R$ 876 e R$ 858, respectivamente.

DIAGNÓSTICO A Abrafarma, associação que reúne as maiores redes de drogarias do país, como RaiaDrogasil, Pacheco, Panvel e outras, divulga nesta semana os números do fechamento de 2022. As empresas ultrapassaram a marca de R$ 80 bilhões em faturamento no ano, ante R$ 68 bilhões no ano anterior. O número de atendimentos subiu de aproximadamente 955 milhões em 2021 para mais de 1 bilhão.

SINTOMA Pelos dados da Abrafarma, os remédios equivalem a 69% do resultado no ano, com R$ 55 bilhões, sendo quase R$ 16 bilhões em medicamentos isentos de prescrição e R$ 9 bilhões em genéricos. A venda de medicamentos, como higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, teve alta de 15%.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Jan., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,80

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Lula amplia ataques a Campos Neto; governo e BC acenam com trégua

Continuação da pág. A13

A percepção de alguns economistas é que esse gesto pode representar o "hasteamento de uma bandeira branca pelo Banco Central".

Tony Volpon, ex-diretor da instituição, escreveu em suas redes sociais que um esforço de comunicação em conjunto com a ata pode talvez evitar "a perigosa crise" que estava sendo contratada.

Alberto Ramos, diretor do grupo de pesquisa macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, vê a menção do Banco Central ao pacote fiscal do governo como um "gesto diplomático".

"Parece uma ata equilibrada, foi um gesto educado, foi um gesto diplomático, mas não me parece que foi uma conclusão técnica porque o pacote, no meu entender, é relativamente fraco e vamos ver como vai ser a implementação", afirmou.

Ainda assim, Mauricio Oreng, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander, lembra que a ata reforça a intenção do BC de seguir mantendo a Selic no atual patamar de 13,75%, ajustando seus próximos passos de acordo com a conjuntura atual.

"Neste momento, a sinalização é um espaço menor para cortar juros, ou seja, vai demorar mais tempo esse processo de flexibilização da política monetária lá na frente; quando acontecer, talvez seja ainda mais lento do que se imaginava", afirmou.

O documento ainda mostrou "especial preocupação" do Copom diante da piora nas expectativas de inflação.

A ata também aprofundou a discussão sobre a questão fiscal, com alerta do Banco Central para os riscos em torno da regra que substituirá o teto de gastos.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto Adriano Machado - 25.mai.22/Reuters

Autonomia do BC reduz gasto com juros, diz Campos Neto

'Quanto mais independente você é, menos o país paga com a política monetária', afirma presidente do banco

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu nesta terça (7) a autonomia da instituição e argumentou que a independência traz como resultado um melhor custo-benefício da política de juros ao país.

Segundo o chefe da autarquia, a desconexão do ciclo de política monetária com o ciclo político é um dos principais ganhos da autonomia formal, aprovada em lei em 2021 e questionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"[A independência] é muito importante por muitas diferentes razões. A principal razão, no caso da autonomia do Banco Central, é desconectar o ciclo de política monetária do ciclo político porque eles têm diferentes lentes e diferentes interesses", disse Campos Neto em evento em Miami (EUA).

"Quanto mais independente você é, mais efetivo você é e menos o país vai pagar em termos de custo-benefício da política monetária."

No dia 1º, o BC manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano pela quarta vez consecutiva, na primeira reunião desde que Lula tomou posse.

O petista tem reclamado dos juros elevados no país e atacado o presidente do BC, a quem chamou de "esse cidadão" na semana passada. Campos Neto foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

As queixas de uma ala do governo se estendem até vincular o chefe do BC com o bolsonarismo. As críticas se acentuaram depois de uma imagem captada pela fotógrafa da Folha Gabriela Biló, em 10 de janeiro, mostrando que Campos Neto ainda era integrante de um grupo de WhatsApp chamado "ministros de Bolsonaro".

A autonomia formal do BC já foi alvo de Lula em diversas ocasiões. Semanas antes, o presidente afirmou que duvidava que Campos Neto fosse mais independente do que Henrique Meirelles em seus mandatos anteriores, entre 2003 e 2010.

Em 2 de fevereiro, um dia depois de o BC subir o tom dos alertas sobre riscos fiscais no comunicado do Copom, Lula disse que poderia rever a autonomia da autoridade monetária depois de 2024, quando termina o mandato de Campos Neto.

No evento nos EUA, o presidente do BC relacionou a importância da autonomia da instituição à agenda de inovação do órgão, que inclui a criação do Pix —sistema de pagamentos instantâneos— e do open finance —ecossistema que permite o compartilhamento de dados pessoais, bancários e financeiros entre instituições, mediante autorização.

Para exemplificar o processo de construção da agenda tecnológica da autarquia, Campos Neto se dirigiu diretamente a Ilan Goldfajn, ex-presidente do BC e atual presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que estava na plateia do evento.

"Ilan está aqui, começou um grande trabalho, falando sobre inovação. Então cheguei lá, a pressão era muito grande, porque ele fez um trabalho maravilhoso e pensei, como posso melhorar o que foi feito", disse.

"Um problema que nós temos é sempre criticar o legado. Nós precisamos entender que, quando chegamos em um trabalho, nós precisamos olhar o que pode ser melhorado sobre o que já foi feito."

Dólar sobe 3% em 3 dias com tensão entre governo e BC

Nesta terça (7), o Ibovespa recuou 0,82%, fechando a 107.829 pontos. O índice já acumula queda de quase 4% em fevereiro. O dólar avançou 0,46%, para R$ 5,199. Nas últimas três sessões, a moeda americana se valorizou 3% ante o real.

Recados do governo para o BC seguem direções diversas

■ Afagos
■ Atritos

3.jan.23

"É uma situação completamente anômala, uma inflação comparativamente baixa e uma taxa de juro real fora de propósito para uma economia que já vem se desacelerando"
Haddad

12.jan.23

"Isso é uma carta para o BC, vamos trocando cartas até o dia em que a gente celebre um entendimento maior"
Haddad sobre pacote de medidas para melhorar contas públicas

19.jan.23

"[Lula] não vai mudar de postura agora [sobre autonomia], ainda mais com uma lei que estabelece regras nesse sentido"
Alexandre Padilha (Relações Institucionais)

19.jan.23

"Qual é a explicação de a gente ter um juro de 13,5% [13,75%] hoje? O BC é independente, a gente podia não ter nem juro"
Lula

2.fev.23

"Quero saber do que serviu a independência. Eu vou esperar esse cidadão [Campos Neto] terminar o mandato dele para a gente fazer uma avaliação do que significou o BC independente"
Lula

6.fev.23

"Não existe justificativa nenhuma para que a taxa de juros esteja em 13,5% [a Selic está em 13,75% ao ano]. É só ver a carta do Copom para a gente saber que é uma vergonha esse aumento de juro"
Lula

6.fev.23

"[Lula] não pretende desrespeitar nem o mandato, nem a autonomia do Banco Central. Não é esse o debate que está em curso"
Jaques Wagner (líder do governo no Senado)

7.fev.23

"A culpa é do Banco do Central. Agora, é o Senado que pode trocar o presidente do BC"
Lula

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas seguintes áreas de negócios focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.

NEGÓCIOS

1 - *Non Performing Loans* = Créditos Inadimplentes

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

No âmbito externo, o quarto trimestre de 2022 foi marcado pela perspectiva de que os ciclos de alta de juros nos EUA, na Zona do Euro e no Reino Unido estejam perto do fim. A elevação aparentemente sincronizada de juros nas três regiões está agora associada à inflação global elevada provocada pela alta de salários associada a mercados de trabalho com restrições de oferta de trabalhadores em relação ao excesso de demanda por trabalhadores especializados. Ao mesmo tempo, do lado positivo, o cenário global no 4T22 foi marcado pela melhora das restrições de ofertas logísticas e de bens industriais.

Na Europa, a forte restrição de oferta de energia que a Zona do Euro e o Reino Unido enfrentariam foi contornada por meio da criação de subsídios governamentais para contas de energia de residências e empresas para enfrentar o corte de fornecimento de gás natural promovido pela Rússia. Nos EUA, a divulgação do forte PIB no 4T22, que atingiu 2,9% no trimestre contra trimestre anterior (dessazonalizado e anualizado), também afastou os receios de forte recessão ao longo de 2023.

Estes eventos na Europa e nos EUA ao longo do 4T22 fortaleceram as bolsas de valores em ambas as regiões, reduziram os juros de mercado e sua volatilidade nos EUA e, consequentemente, valorizaram as moedas de economias desenvolvidas e emergentes em relação ao dólar.

Normalmente, o real acompanharia a cesta de moedas e valorizaria também com relação ao dólar no final do 4T22. No entanto, ao contrário do movimento de apreciação da cesta de moedas contra dólar no trimestre passado, a cotação real/US$ desvalorizou 8% em dois meses. Especificamente, neste período, a discussão pós eleição sobre o aumento do teto de gastos em R$ 200 bilhões e a possibilidade de o superávit do governo central de 0,55% do PIB (excluindo as despesas de juros) em 2022 se transformar em um déficit de mais de 2% do PIB em 2023, bem como as incertezas sobre o novo arcabouço fiscal, geraram a desvalorização do real ante o dólar e em relação à cesta de moedas.

Mesmo com a Selic tendo encerrado 2022 em 13,75%, o que deveria atrair investimentos estrangeiros em renda fixa, o fluxo financeiro líquido (entradas menos saídas) de recursos para o Brasil foi negativo em US$ 8,4 bilhões, contribuindo para a desvalorização do real no período. No entanto, de acordo com as expectativas de mercado, a permanência da alta Selic tende a ajudar a entrada líquida de investimentos externos em renda fixa, ainda mais com a desaceleração da inflação ao consumidor esperada em 2023 e 2024. De fato, as razões para a Selic tão elevada em 2023 e 2024 residem, no curto prazo, nas pressões que levaram o IPCA anual a atingir, no final do 4T22, 5,78% ante 7,17% no 3T22. No médio e longo prazo, ou seja, no final de 2023 e de 2024, o consenso de mercado para o IPCA acima de 5% (ante a meta de inflação de 3,25%) e em quase 4% (em relação à meta de 3%), respectivamente, leva as projeções mínimas para a Selic para patamares ainda assim elevados no final de 2023.

Apesar de os apertos da Selic desacelerarem o PIB, o consenso para o crescimento econômico em 2022 está em pelo menos 2,5% e 0,7% em 2023 por conta da aceleração da atividade no setor de serviços. De fato, ela cresceu 7,4% entre janeiro e novembro de 2022 em relação ao período fevereiro-dezembro de 2021 (dados dessazonalizados) e 8,5% nos 11 primeiros meses do ano ante o mesmo período do ano retrasado. Como o setor de serviços é o mais importante para a absorção de mão de obra, a taxa de desemprego (ajustada sazonalmente) caiu para 8,8% em novembro de 2022 ante 11,5% em janeiro do ano passado, o que explica o impulso de demanda que a economia brasileira ainda vivencia.

Parte da aceleração do crescimento do setor de serviços vem do aumento da mobilidade social após o fim dos efeitos contracionistas advindos da pandemia. A outra parte vem da continuidade dos impulsos fiscais promovidos pelo governo federal.

Apesar da elevação de despesas federais, o forte aumento de arrecadação (real e nominal) federal e dos governos estaduais geraram a perspectiva de resultado primário do setor público (ou seja, descontadas as despesas com juros da dívida pública) superavitário em pelo menos 0,8% do PIB ante o superávit de 0,73% do PIB em 2021.

O maior controle fiscal no âmbito da limitação das despesas primárias é condição necessária para a eventual redução da Selic. Esta redução é fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça em níveis saudáveis em 2023 e em 2024.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R$ Milhões)	2021	2022	Variação
Resultado bruto da intermediação financeira	166,8	191,5	14,8%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7,5	(34,3)	(559,9%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	39,9	51,2	28,5%
Despesas administrativas e de pessoal	(179,5)	(184,8)	2,9%
Resultado operacional	29,5	93,7	217,9%
Lucro líquido contábil	5,9	40,9	588,3%

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados de 2022 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R$ Milhões)	2021	2022	Variação
Margem financeira bruta	197,8	228,3	15,4%
Custo de crédito	(18,0)	15,5	(185,8%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	39,9	51,2	28,5%
Despesas administrativas e de pessoal	(179,5)	(184,8)	2,9%
Resultado operacional	29,5	93,7	217,9%
Lucro líquido	5,9	40,9	588,3%

O ano de 2022 foi marcado por significativas melhorias em nossos negócios, indicadores operacionais e otimizações em nossa estrutura organizacional. Avançamos na execução da estratégia, diversificando nossos negócios e alocando o nosso capital de forma ainda mais eficiente, através de novas iniciativas e verticais de negócio.

• A Margem Financeira Bruta somou R$ 228 milhões no acumulado em 2022, um crescimento de 15% em relação ao ano anterior, impactada pelo crescimento das carteiras de crédito de Empresas, pela consolidação do segmento Varejo Colateralizado e pelo crescimento da receita relacionada a operações na Mesa de Clientes, refletidos na receita de Tesouraria, puxada pelo maior volume de operações.

• Em 2022, o Custo do Crédito apresentou uma redução considerável quando comparado a 2021, explicada, principalmente, pela recuperação de créditos baixados como prejuízo ao longo do ano.

• As receitas de prestação de serviços e tarifas aumento de 28,5% em relação a 2021, decorrente de maiores volumes de operações e do crescimento da atividade da iniciativa de operações estruturadas.

• As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R$ 184,8 milhões em 2022, reflexo do efetivo controle de despesas da Companhia no ano.

• O lucro líquido totalizou R$ 40,9 milhões em 2022, um crescimento expressivo quando comparado a R$ 5,9 milhões de 2021.

• A carteira de crédito classificada (Res. CMN nº 2.682/99) totalizou R$ 5,5 bilhões em dezembro de 2022, aumento de 29,2% no período de 12 meses, devido, principalmente, ao início de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado no segundo semestre e à maior originação de créditos de Empresas no ano. A carteira de crédito expandida totalizou R$ 6,1 bilhões no período, um crescimento de 28,5% em relação a 2021.

• O crescimento da carteira foi realizado de maneira a manter a qualidade dos créditos, ao final de 2022 93,9% da carteira de crédito estava classificada entre os *ratings* AA-C.

• O total de captação atingiu R$ 9,5 bilhões em dezembro de 2022. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.

• Índice de Basileia encerrou dezembro de 2022 em 11,4%, sendo 9,2% de Capital Nível I.

3. *RATINGS*

O Banco é classificado por agências de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Em maio/22, a agência Moody's atribuiu os ratings A-3 local de curto e BBB- de longo prazo ao Banco, ambos com perspectiva estável.

4. RECURSOS HUMANOS

A Gestão de Pessoas é prioridade estratégica: estabelecer relações de confiança com vínculo de longo prazo e performance são primordiais. Somos assertivos e temos incentivos alinhados aos objetivos do banco. Estimulamos a liderança e empreendedorismo, explorando a inspiração, resiliência e aprendizado contínuo.

A área de Recursos Humanos é fundamental para apoiar a execução da estratégia de negócios por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

Estamos alinhados com o propósito do Pine e, neste trimestre, reforçamos as ferramentas utilizadas em cada uma das frentes que atuamos. Para isso, políticas internas foram aperfeiçoadas e novas competências foram desenvolvidas para suportar a estratégia do negócio, bem como manter a competitividade do Banco diante dos *players* de mercado.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

• Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
• Dois membros independentes no Conselho de Administração;
• *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
• Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
• Presença de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração; e
• Instauração do Conselho Fiscal a partir de julho de 2022.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção, e qualidade ambiental interna.

Alterações de Capital em 2022

Em 16 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital de, no mínimo, R$ 42,9 milhões e, no máximo, R$ 70,0 milhões. O preço da ação foi definido em R$ 1,60, e o período de preferência se encerrou dia 24 de março de 2022. Como vantagem adicional aos subscritores, foi atribuído 1 bônus de subscrição, em série única, para cada 3 ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1 ação ON e 2 ações PN.

Após o encerramento do período de subscrição das sobras, dia 18 de abril de 2022, foram subscritas um total de 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R$ 61.253.508,80, correspondentes a aproximadamente 88% das ações disponíveis para subscrição no âmbito do aumento de capital. Foram emitidos também 12.760.974 Bônus de Subscrição atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações no aumento de capital. O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

O Aumento de Capital fortaleceu a estrutura de capital, e consequentemente nossa capacidade de crescer o portfólio de crédito, aumentar a base de clientes e seguir investindo em pessoas, processos e tecnologias, nos permitindo perpetuar nosso propósito, incrementar os níveis de rentabilidade, e intensificar novos negócios.

Adicionalmente, em 28 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social da Companhia. Este movimento meramente contábil está alinhado à estratégia de aumento da rentabilidade da Companhia, tendo como objetivo proporcionar o acúmulo de reservas positivas que serão destinadas pelos Administradores, visando o melhor interesse da Companhia, de seus acionistas e demais stakeholders.

A Redução de Capital se deu sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia. Desta forma, o Capital Social da Companhia passou para R$ 852 milhões.

No dia 20 de janeiro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022 no valor bruto total de R$11.475.392,83, que representa um valor bruto de R$ 0,0615496596 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorrerá em 08 de fevereiro de 2023 e considerará a posição acionária do dia 30 de janeiro de 2023.

Conselho Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de maio de 2022, foi decidido pela instalação do Conselho Fiscal nos termos da Lei e do Estatuto Social do Banco. Em mesma reunião foram indicados e aprovados os nomes dos conselheiros e seus respectivos suplentes, sendo os mesmos aprovados pelo BACEN no dia 28 de julho de 2022.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 5.725,0 milhões, representando 83,9% do total de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2022, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri@pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota	Individual 31/12/2022	Individual 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Disponibilidades	4	**105.739**	**222.709**	**105.740**	**222.710**
Ativos financeiros		**14.383.304**	**13.303.243**	**14.543.174**	**13.820.357**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	382.891	93.012	382.891	93.012
Títulos e valores mobiliários	6.a	6.820.577	6.977.486	6.820.577	6.979.808
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.396.887	1.659.529	1.396.887	1.659.529
Operações de crédito	7	4.691.644	3.675.546	4.691.644	3.675.546
Outros ativos financeiros	8	1.091.305	897.670	1.251.175	1.412.462
(–) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	**(250.460)**	**(229.833)**	**(253.826)**	**(229.833)**
(–) Operações de crédito e outros créditos		(250.460)	(229.833)	(253.826)	(229.833)
Ativos fiscais	9.a	**968.209**	**1.011.667**	**969.757**	**1.012.586**
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	**693.073**	**707.529**	**3.778**	**474**
Outros ativos	11	**441.436**	**341.841**	**935.882**	**427.421**
Imobilizado de uso	12	**28.152**	**26.620**	**28.152**	**26.620**
Intangível		**3.862**	**3.862**	**3.862**	**3.862**
(–) Depreciação e amortização		**(22.725)**	**(20.595)**	**(22.725)**	**(20.595)**
(–) Imobilizado de uso	12	(20.154)	(18.883)	(20.154)	(18.883)
(–) Intangível		(2.571)	(1.712)	(2.571)	(1.712)
Total do ativo		**16.350.590**	**15.367.043**	**16.313.794**	**15.263.602**

PASSIVO	Nota	Individual 31/12/2022	Individual 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivos financeiros		**15.106.496**	**14.255.718**	**15.048.677**	**14.146.561**
Depósitos	13.a	8.113.759	7.211.086	8.055.940	7.101.929
Captações no mercado aberto	13.b	3.943.494	4.485.015	3.943.494	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	1.116.932	589.150	1.116.932	589.150
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	14.872	41.602	14.872	41.602
Dívida subordinada	14	204.419	132.506	204.419	132.506
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.709.632	1.792.181	1.709.632	1.792.181
Outros passivos financeiros		3.388	4.178	3.388	4.178
Provisões	15	**22.275**	**21.779**	**22.275**	**21.779**
Outros passivos	16	**352.840**	**310.413**	**373.863**	**316.129**
Total do passivo		**15.481.611**	**14.587.910**	**15.444.815**	**14.484.469**
Patrimônio líquido	17	**868.979**	**779.133**	**868.979**	**779.133**
Capital social		851.665	1.202.393	851.665	1.202.393
De domiciliados no país		722.798	1.073.526	722.798	1.073.526
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(5.819)	(4.986)	(5.819)	(4.986)
Reservas de Lucros		23.133	–	23.133	–
Lucro líquido (Prejuízos) acumulados		–	(418.274)	–	(418.274)
Total do patrimônio líquido	17	**868.979**	**779.133**	**868.979**	**779.133**
Total do passivo e patrimônio líquido		**16.350.590**	**15.367.043**	**16.313.794**	**15.263.602**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Individual 2º Sem. 2022	Individual 31/12/2022	Individual 2º Sem. 2021	Individual 31/12/2021	Consolidado 2º Sem. 2022	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 2º Sem. 2021	Consolidado 31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		**736.846**	**1.454.943**	**557.771**	**990.603**	**736.712**	**1.454.715**	**557.957**	**990.789**
Operações de crédito	18.a	383.944	752.005	263.770	454.613	383.944	752.005	263.770	454.613
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	256.775	570.754	259.072	446.881	256.641	570.526	259.258	447.067
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	67.007	119.355	(55.964)	5.836	67.007	119.355	(55.964)	5.836
Resultado de operações de câmbio		29.120	12.829	90.893	83.273	29.120	12.829	90.893	83.273
Despesas da intermediação financeira		**(639.825)**	**(1.267.589)**	**(467.526)**	**(825.870)**	**(637.902)**	**(1.263.265)**	**(466.273)**	**(823.975)**
Operações de captação no mercado	18.b	(621.232)	(1.226.140)	(464.500)	(819.605)	(619.309)	(1.221.816)	(463.247)	(817.710)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(5.745)	(7.124)	(8.244)	(13.728)	(5.745)	(7.124)	(8.244)	(13.728)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(12.848)	(34.325)	5.218	7.463	(12.848)	(34.325)	5.218	7.463
Resultado bruto da intermediação financeira		**97.021**	**187.354**	**90.245**	**164.733**	**98.810**	**191.450**	**91.684**	**166.814**
Receitas (despesas) operacionais		**(77.237)**	**(162.962)**	**(84.210)**	**(171.016)**	**(82.194)**	**(165.782)**	**(82.696)**	**(166.489)**
Receitas de prestação de serviços	18.d	10.325	18.792	11.105	22.511	20.360	29.925	13.423	28.458
Rendas de tarifas bancárias		15.137	21.308	7.169	11.406	15.137	21.308	7.169	11.406
Despesas de pessoal	18.e	(48.828)	(99.985)	(47.162)	(89.523)	(49.361)	(100.824)	(47.162)	(89.523)
Outras despesas administrativas	18.f	(48.088)	(83.530)	(48.639)	(89.597)	(48.388)	(83.933)	(49.955)	(92.919)
Despesas tributárias	18.g	(7.032)	(12.317)	(1.205)	(6.416)	(11.459)	(17.384)	(8.064)	(18.995)
Resultado de participação em controladas	10.a	8.113	4.342	(2.334)	3.002	–	–	–	–
Outras receitas operacionais	18.h	11.461	16.168	12.505	18.442	11.539	16.326	44.734	83.225
Outras despesas operacionais	18.i	(18.325)	(27.740)	(15.649)	(40.841)	(20.022)	(31.200)	(42.841)	(88.141)
Resultado operacional		**19.784**	**24.392**	**6.035**	**(6.283)**	**16.616**	**25.668**	**8.988**	**325**
Resultado não operacional	**18.j**	**48.912**	**63.687**	**12.273**	**30.687**	**57.003**	**68.055**	**11.168**	**28.587**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**68.696**	**88.079**	**18.308**	**24.404**	**73.619**	**93.723**	**20.156**	**28.912**
Imposto de renda e contribuição social	**19**	**(13.552)**	**(22.534)**	**(3.545)**	**(3.513)**	**(18.475)**	**(28.178)**	**(5.393)**	**(8.021)**
Participações no resultado	**22**	**(20.536)**	**(24.645)**	**(10.604)**	**(14.949)**	**(20.536)**	**(24.645)**	**(10.604)**	**(14.949)**
Lucro líquido do exercício/semestre		**34.608**	**40.900**	**4.159**	**5.942**	**34.608**	**40.900**	**4.159**	**5.942**
Lucro líquido básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações									
Lucro líquido por ação ordinária		0,3974	0,4210	0,0543	0,0786	–	–	–	–
Lucro líquido por ação preferencial		0,4400	0,4645	0,0565	0,0819	–	–	–	–

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Individual 2º Sem. 2022	Individual 31/12/2022	Individual 2º Sem. 2021	Individual 31/12/2021	Consolidado 2º Sem. 2022	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 2º Sem. 2021	Consolidado 31/12/2021
Lucro líquido do exercício/semestre		**34.608**	**40.900**	**4.159**	**5.942**	**34.608**	**40.900**	**4.159**	**5.942**
Outros ajustes abrangentes	**17.d**	**1.578**	**(833)**	**(103)**	**(19.503)**	**1.578**	**(833)**	**(103)**	**(19.503)**
Ativos financeiros disponíveis para venda		3.022	(1.504)	(316)	(36.032)	3.116	(1.410)	(410)	(36.126)
Hedges de fluxo de caixa		–	1	–	1	–	1	–	1
Imposto de renda e contribuição social		(1.566)	453	38	15.911	(1.604)	415	76	15.949
Outros [1]		122	217	175	617	66	161	231	673
Lucro líquido (prejuízo) abrangente do exercício/semestre		**36.186**	**40.067**	**4.056**	**(13.561)**	**36.186**	**40.067**	**4.056**	**(13.561)**

[1] Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN nº 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais - R$)

Individual

	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro líquido (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.202.393**	**–**	**–**	**14.517**	**(424.216)**	**792.694**
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	–	–	–	(19.873)	–	(19.873)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	–	–	–	370	–	370
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	5.942	5.942
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.202.393**	**–**	**–**	**(4.986)**	**(418.274)**	**779.133**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.202.393**	**–**	**–**	**(4.986)**	**(418.274)**	**779.133**
Aumento de capital	17.a	61.254	–	–	–	–	61.254
Redução de capital	17.a	(411.982)	–	–	–	411.982	–
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	–	–	–	(922)	–	(922)
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.d	–	–	–	1	–	1
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	–	–	–	88	–	88
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	40.900	40.900
Destinações do lucro:							
Reserva legal	17.b	–	1.730	–	–	(1.730)	–
Juros sobre o capital próprio	17.c	–	–	–	–	(11.475)	(11.475)
Reserva estatutária	17.b	–	–	21.403	–	(21.403)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**851.665**	**1.730**	**21.403**	**(5.819)**	**–**	**868.979**
Saldos em 30 de junho de 2022		**1.263.647**	**–**	**–**	**(7.397)**	**(411.982)**	**844.268**
Aumento de capital	17.a	–	–	–	–	–	–
Redução de capital	17.a	(411.982)	–	–	–	411.982	–
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	–	–	–	1.598	–	1.598
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.d	–	–	–	(108)	–	(108)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	–	–	–	88	–	88
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	34.608	34.608
Destinações do lucro:							
Reserva legal	17.c	–	1.730	–	–	(1.730)	–
Juros sobre o capital próprio	17.b	–	–	–	–	(11.475)	(11.475)
Reserva estatutária	17.c	–	–	21.403	–	(21.403)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**851.665**	**1.730**	**21.403**	**(5.819)**	**–**	**868.979**

Consolidado

	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro líquido (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.202.393**	**–**	**–**	**14.517**	**(424.216)**	**792.694**
Aumento de Capital		–	–	–	–	–	–
Venda/Aquisição de ações em tesouraria		–	–	–	–	–	–
MTM de títulos disponíveis para venda		–	–	–	(19.873)	–	(19.873)
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.d	–	–	–	–	–	–
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	–	–	–	370	–	370
Lucro líquido do exercício	17.d	–	–	–	–	5.942	5.942
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.202.393**	**–**	**–**	**(4.986)**	**(418.274)**	**779.133**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.202.393**	**–**	**–**	**(4.986)**	**(418.274)**	**779.133**
Aumento de capital	17.a	61.254	–	–	–	–	61.254
Redução de capital	17.a	(411.982)	–	–	–	411.982	–
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	–	–	–	(922)	–	(922)
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.d	–	–	–	1	–	1
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	–	–	–	88	–	88
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	40.900	40.900
Destinações do lucro:		–	–	–	–	–	
Reserva legal	17.d	–	1.730	–	–	(1.730)	–
Juros sobre o capital próprio	17.b	–	–	–	–	(11.475)	(11.475)
Reserva estatutária	17.b	–	–	21.403	–	(21.403)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**851.665**	**1.730**	**21.403**	**(5.819)**	**–**	**868.979**
Saldos em 30 de junho de 2022		**1.263.647**	**–**	**–**	**(7.397)**	**(411.982)**	**844.268**
Aumento de capital	17.a	–	–	–	–	–	–
Redução de capital	17.a	(411.982)	–	–	–	411.982	–
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	–	–	–	1.598	–	1.598
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.d	–	–	–	(108)	–	(108)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	–	–	–	88	–	88
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	34.608	34.608
Destinações do lucro:		–	–	–	–	–	
Reserva legal	17.b	–	1.730	–	–	(1.730)	–
Juros sobre o capital próprio	17.c	–	–	–	–	(11.475)	(11.475)
Reserva estatutária	17.b	–	–	21.403	–	(21.403)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**851.665**	**1.730**	**21.403**	**(5.819)**	**–**	**868.979**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

continua →★

★ continuação

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) (Em milhares de Reais - R$)

		Individual				Consolidado			
Atividades operacionais	Nota	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Lucro líquido ajustado		**37.843**	**102.737**	**(16.824)**	**(14.091)**	**45.850**	**106.491**	**(18.949)**	**(9.943)**
Lucro líquido do exercício/semestre		34.608	40.900	4.159	5.942	34.608	40.900	4.159	5.942
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(12.041)	9.926	(26.661)	(19.086)	(12.041)	9.926	(26.661)	(19.086)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	12.848	34.325	(5.218)	(7.463)	12.848	34.325	(5.218)	(7.463)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		11.254	20.236	6.328	1.317	11.215	19.648	6.537	2.463
Depreciação e amortização	18.f	1.051	2.130	1.113	2.279	1.051	2.130	1.113	2.279
Provisão para contingências		(2.317)	(1.016)	1.258	2.956	(2.384)	(1.016)	1.258	2.956
Provisão para garantias financeiras prestadas		553	578	(137)	2.966	553	578	(137)	2.966
Resultado de participação em controladas	10.a	(8.113)	(4.342)	2.334	(3.002)	–	–	–	–
Variação de ativos e passivos		**(100.544)**	**(252.622)**	**253.606**	**162.402**	**(85.393)**	**(234.218)**	**226.109**	**83.632**
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(187.072)	(183.952)	2.939	(3.120)	(187.072)	(183.952)	2.939	(3.120)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		21.459	156.020	(721.003)	(1.761.508)	21.459	158.399	(723.382)	(1.763.887)
(Aumento) Redução de operações de crédito		(1.346.567)	(1.029.796)	(118.600)	(479.650)	(1.345.723)	(1.026.430)	(118.600)	(479.650)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(82.535)	(171.202)	159.773	86.112	(158.264)	183.678	175.762	65.214
(Aumento) Redução de outros ativos		(39.712)	(99.595)	7.406	76.883	38.389	(508.461)	(7.259)	63.573
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(147.323)	180.093	6.829	(22.299)	(147.323)	180.093	6.829	(22.299)
Aumento (Redução) de depósitos		838.763	902.673	(72.579)	(131.835)	845.184	954.011	(72.579)	(172.075)
Aumento (Redução) de operações compromissadas		277.363	(541.521)	(181.645)	2.474.280	277.363	(541.521)	(199.535)	2.474.280
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		530.923	527.782	1.430.979	53.975	530.923	527.782	1.430.979	53.975
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(8.782)	(26.730)	(99.346)	(17.820)	(8.782)	(26.730)	(99.346)	(17.820)
Aumento (Redução) de outros passivos		42.939	33.606	(6.363)	(112.616)	48.453	48.913	(6.363)	(114.559)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		**(62.701)**	**(149.885)**	**(150.682)**	**148.311**	**(39.543)**	**(127.727)**	**(159.234)**	**73.689**
Atividades de investimento									
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	12	(407)	(1.532)	–	(166)	(407)	(1.532)	–	(166)
Alienação (Aquisição) de intangível		–	–	–	(515)	–	–	–	(515)
(Aumento) Redução de capital em controladas	10	23.158	22.158	(29.622)	(74.622)	–	–	–	–
Aquisição de outros investimentos	10.b	(3.304)	(3.304)	–	–	(3.304)	(3.304)	–	–
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		**19.447**	**17.322**	**(29.622)**	**(75.303)**	**(3.711)**	**(4.836)**	**–**	**(681)**
Atividades de financiamento									
Aumento de capital	17	–	61.254	–	–	–	61.254	–	–
Juros sobre o capital próprio		(11.475)	(11.475)	–	–	(11.475)	(11.475)	–	–
(Aumento) Redução em obrigações por dívida subordinada	14	81.839	81.667	(63.288)	(9.929)	81.839	81.667	(63.288)	(9.929)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		**70.364**	**131.446**	**(63.288)**	**(9.929)**	**70.364**	**131.446**	**(63.288)**	**(9.929)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**27.110**	**(1.117)**	**143.872**	**63.079**	**27.110**	**(1.117)**	**143.872**	**63.079**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	4	262.407	312.601	142.068	230.436	262.408	312.602	142.069	230.437
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		12.041	(9.926)	26.661	19.086	12.041	(9.926)	26.661	19.086
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/semestre	4	301.558	301.558	312.601	312.601	301.559	301.559	312.602	312.602

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em milhares de Reais - R$)

		Individual				Consolidado			
	Nota	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Receitas		**791.507**	**1.512.833**	**590.392**	**1.040.271**	**807.880**	**1.524.804**	**596.828**	**1.061.787**
Receitas da intermediação financeira		736.846	1.454.943	557.771	990.603	736.712	1.454.715	557.957	990.789
Receitas de prestação de serviços	18.d	10.325	18.792	11.105	22.511	20.360	29.925	13.423	28.458
Rendas de tarifas bancárias		15.137	21.308	7.169	11.406	15.137	21.308	7.169	11.406
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(12.848)	(34.325)	5.218	7.463	(12.848)	(34.325)	5.218	7.463
Outras		42.047	52.115	9.129	8.288	48.519	53.181	13.061	23.671
Despesas de intermediação financeira		**(626.977)**	**(1.233.264)**	**(472.744)**	**(833.333)**	**(625.054)**	**(1.228.940)**	**(471.491)**	**(831.438)**
Insumos adquiridos de terceiros	**18.f**	**(43.182)**	**(75.265)**	**(39.786)**	**(71.982)**	**(43.482)**	**(75.668)**	**(41.102)**	**(75.304)**
Materiais, energias e outros		(208)	(396)	(227)	(417)	(218)	(406)	(227)	(417)
Serviços de terceiros		(34.496)	(58.609)	(29.363)	(52.558)	(34.753)	(58.929)	(30.020)	(54.335)
Outros		(8.478)	(16.260)	(10.196)	(19.007)	(8.511)	(16.333)	(10.855)	(20.552)
Valor adicionado (consumido) bruto		**121.348**	**204.304**	**77.862**	**134.956**	**139.344**	**220.196**	**84.235**	**155.045**
Depreciação e amortização	**18.f**	**(1.051)**	**(2.130)**	**(1.113)**	**(2.279)**	**(1.051)**	**(2.130)**	**(1.113)**	**(2.279)**
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela entidade		**120.297**	**202.174**	**76.749**	**132.677**	**138.293**	**218.066**	**83.122**	**152.766**
Valor adicionado recebido em transferência		**8.113**	**4.342**	**(2.334)**	**3.002**	**–**	**–**	**–**	**–**
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	8.113	4.342	(2.334)	3.002	–	–	–	–
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		**128.410**	**206.516**	**74.415**	**135.679**	**138.293**	**218.066**	**83.122**	**152.766**
Distribuição do valor adicionado (consumido)		**128.410**	**206.516**	**74.415**	**135.679**	**138.293**	**218.066**	**83.122**	**152.766**
Remuneração do trabalho		69.364	124.630	57.766	104.472	69.897	125.469	57.766	104.472
Proventos	18.e	29.113	59.705	30.580	57.165	29.540	60.384	30.580	57.165
Benefícios e treinamento	18.e	8.217	15.356	7.038	13.168	8.227	15.370	7.038	13.168
Encargos sociais	18.e	11.498	24.924	9.544	19.190	11.594	25.070	9.544	19.190
Participação nos lucros		20.536	24.645	10.604	14.949	20.536	24.645	10.604	14.949
Remuneração de governos		20.584	34.851	4.750	9.929	29.934	45.562	13.457	27.016
Federais	18.g	5.798	10.361	324	4.747	9.782	14.901	1.663	7.732
Municipais	18.g	1.234	1.956	881	1.669	1.677	2.483	6.401	11.263
Imposto de renda e contribuição social	19	13.552	22.534	3.545	3.513	18.475	28.178	5.393	8.021
Remuneração de capitais de terceiros		3.854	6.135	7.740	15.336	3.854	6.135	7.740	15.336
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	3.854	6.135	7.740	15.336	3.854	6.135	7.740	15.336
Remuneração de capitais próprios		34.608	40.900	4.159	5.942	34.608	40.900	4.159	5.942
Juros sobre o capital próprio		11.475	11.475	–	–	11.475	11.475	–	–
Lucro Líquido retido		23.133	29.425	4.159	5.942	23.133	29.425	4.159	5.942

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Aviso: 1) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: **(a)** https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/; **(b)** ri.pine.com; **(c)** sistemas.cvm.gov.br; **(d)** https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes/consultas/informacoesporperiodo/.

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio. As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo. O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 06 de fevereiro de 2023. As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

	Atividade	Participação % no capital total em 31/12/2022	31/12/2021
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9999	99,9999
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9999

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: Não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pelo Pine no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demais práticas contábeis adotadas pelo Pine estão descritas na nota explicativa 3 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	Individual 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades [(1)]	105.739	222.709	105.740	222.710
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) [(2)]	195.819	89.892	195.819	89.892
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**301.558**	**312.601**	**301.559**	**312.602**

[(1)] Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, refere-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras. (2) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

				Individual e Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Papel/Vencimento	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Total**	**Total**
Aplicações em operações compromissadas					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	15.002	–	–	15.002	10.499
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	–	–
Total de aplicações em operações compromissadas	**15.002**	**–**	**–**	**15.002**	**13.499**
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	–	2.896	131.743	134.639	7.270
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pré	180.817	–	–	180.817	–
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	–	52.434	–	52.434	72.243
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	**180.817**	**55.330**	**131.743**	**367.890**	**79.513**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**195.819**	**55.330**	**131.743**	**382.892**	**93.012**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: a) Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

Individual

	31/12/2022 Valor de Mercado/Contábil							31/12/2022 Total		31/12/2021 Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/ Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	**–**	**–**	**94.545**	**341.301**	**334.402**	**10.130**	**780.378**	**791.539**	**(11.161)**	**702.054**	**710.637**	**(8.583)**
LFT - Letras financeiras do tesouro	–	–	–	214.254	–	–	214.254	214.484	(230)	564.587	565.781	(1.194)
LTN - Letras do tesouro nacional	–	–	14.013	44.140	–	–	58.153	61.319	(3.166)	50.913	54.965	(4.052)
NTN - Notas do tesouro nacional	–	–	80.532	82.907	334.402	10.130	507.971	515.736	(7.765)	86.554	89.891	(3.337)
Títulos privados	**–**	**–**	**52.452**	**–**	**114.224**	**55.802**	**222.478**	**221.527**	**951**	**131.826**	**131.948**	**(122)**
Eurobonds	–	–	–	–	–	4.048	4.048	4.037	11	–	–	–
Debêntures [(1)]	–	–	52.452	–	85.548	22.882	160.882	160.861	21	131.826	131.948	(122)
Certificado de recebíveis agronegócio	–	–	–	–	28.676	8.193	36.869	36.008	861	–	–	–
Certificado de recebíveis imobiliários	–	–	–	–	–	20.679	20.679	20.621	58	–	–	–
Total de títulos disponíveis para venda	**–**	**–**	**146.997**	**341.301**	**448.626**	**65.932**	**1.002.856**	**1.013.066**	**(10.210)**	**833.880**	**842.585**	**(8.705)**
Títulos para negociação [(2)]												
Títulos públicos	**–**	**–**	**–**	**8.611**	**20.291**	**62.625**	**91.527**	**92.272**	**(745)**	**273.583**	**275.550**	**(1.967)**
LFT - Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	–	62.330	62.330	62.376	(46)	264.920	266.816	(1.896)
NTN - Notas do tesouro nacional	–	–	–	8.611	20.291	295	29.197	29.896	(699)	8.663	8.734	(71)
Títulos privados	**661**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**661**	**661**	**–**	**401**	**401**	**–**
Ações de companhias abertas	661	–	–	–	–	–	661	661	–	401	401	–
Total de títulos para negociação	**661**	**–**	**–**	**8.611**	**20.291**	**62.625**	**92.188**	**92.933**	**(745)**	**273.984**	**275.951**	**(1.967)**
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	**–**	**–**	**272.482**	**1.852.891**	**2.776.920**	**809.305**	**5.711.598**	**5.711.598**	**–**	**5.869.622**	**5.869.622**	**–**
LFT - Letras financeiras do tesouro	–	–	–	630.921	–	–	630.921	630.921	–	561.227	561.227	–
LTN - Letras do tesouro nacional	–	–	130.180	313.224	–	–	443.404	443.404	–	666.010	666.010	–
NTN - Notas do tesouro nacional	–	–	142.302	908.746	2.776.920	809.305	4.637.273	4.637.273	–	4.642.385	4.642.385	–
Títulos privados	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**13.934**	**13.934**	**13.934**	**–**	**–**	**–**	**–**
Eurobonds	–	–	–	–	–	13.934	13.934	13.934	–	–	–	–
Total de tít. mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**272.482**	**1.852.891**	**2.776.920**	**823.239**	**5.725.532**	**5.725.532**	**–**	**5.869.622**	**5.869.622**	**–**
Total de títulos	**661**	**–**	**419.479**	**2.202.803**	**3.245.837**	**951.796**	**6.820.576**	**6.831.531**	**(10.955)**	**6.977.486**	**6.988.158**	**(10.672)**

Consolidado

	31/12/2022 Valor de Mercado/Contábil							31/12/2022 Total		31/12/2021 Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/ Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	**–**	**–**	**94.545**	**341.301**	**334.402**	**10.130**	**780.378**	**791.539**	**(11.161)**	**704.376**	**713.054**	**(8.678)**
LFT - Letras financeiras do tesouro	–	–	–	214.254	–	–	214.254	214.484	(230)	564.586	565.781	(1.195)
LTN - Letras do tesouro nacional	–	–	14.013	44.140	–	–	58.153	61.319	(3.166)	53.236	57.382	(4.146)
NTN - Notas do tesouro nacional	–	–	80.532	82.907	334.402	10.130	507.971	515.736	(7.765)	86.554	89.891	(3.337)
Títulos privados	**–**	**–**	**52.452**	**–**	**114.224**	**55.802**	**222.478**	**221.527**	**951**	**131.826**	**131.948**	**(122)**
Eurobonds	–	–	–	–	–	4.048	4.048	4.037	11	–	–	–
Debêntures [(1)]	–	–	52.452	–	85.548	22.882	160.882	160.861	21	131.826	131.948	(122)
Certificado de recebíveis agronegócio	–	–	–	–	28.676	8.193	36.869	36.008	861	–	–	–
Certificado de recebíveis imobiliários	–	–	–	–	–	20.679	20.679	20.621	58	–	–	–
Total de títulos disponíveis para venda	**–**	**–**	**146.997**	**341.301**	**448.626**	**65.932**	**1.002.856**	**1.013.066**	**(10.210)**	**836.202**	**845.002**	**(8.800)**
Títulos para negociação [(2)]												
Títulos públicos	**–**	**–**	**–**	**8.611**	**20.291**	**62.625**	**91.527**	**92.272**	**(745)**	**273.583**	**275.550**	**(1.967)**
LFT - Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	–	62.330	62.330	62.376	(46)	264.920	266.816	(1.896)
NTN - Notas do tesouro nacional	–	–	–	8.611	20.291	295	29.197	29.896	(699)	8.663	8.734	(71)
Títulos privados	**661**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**661**	**661**	**–**	**401**	**401**	**–**
Ações de companhias abertas	661	–	–	–	–	–	661	661	–	401	401	–
Total de títulos para negociação	**661**	**–**	**–**	**8.611**	**20.291**	**62.625**	**92.188**	**92.933**	**(745)**	**273.984**	**275.951**	**(1.967)**
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	**–**	**–**	**272.482**	**1.852.891**	**2.776.920**	**809.305**	**5.711.598**	**5.711.598**	**–**	**5.869.622**	**5.869.622**	**–**
LFT - Letras financeiras do tesouro	–	–	–	630.921	–	–	630.921	630.921	–	561.227	561.227	–
LTN - Letras do tesouro nacional	–	–	130.180	313.224	–	–	443.404	443.404	–	666.010	666.010	–
NTN - Notas do tesouro nacional	–	–	142.302	908.746	2.776.920	809.305	4.637.273	4.637.273	–	4.642.385	4.642.385	–
Títulos privados	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**13.934**	**13.934**	**13.934**	**–**	**–**	**–**	**–**
Eurobonds	–	–	–	–	–	13.934	13.934	13.934	–	–	–	–
Total de tít. mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**272.482**	**1.852.891**	**2.776.920**	**823.239**	**5.725.532**	**5.725.532**	**–**	**5.869.622**	**5.869.622**	**–**
Total de títulos	**661**	**–**	**419.479**	**2.202.803**	**3.245.837**	**951.796**	**6.820.576**	**6.831.531**	**(10.955)**	**6.979.808**	**6.990.575**	**(10.767)**

[(1)] Em 31 de dezembro de 2022, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, foi reconhecido no resultado, o montante de R$7.235 (31 de dezembro de 2021 R$15.197) de perdas permanentes, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários. [(2)] Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demostrados pelo prazo do título, porém possui característica de curto prazo. Atendendo ao disposto da Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Conforme estabelecido no Art. 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve reclassificação de categoria. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria 'disponíveis para venda' e 'para negociação' foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de dezembro de 2022, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R$5.766 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R$4.788 no Individual e R$4.845 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R$745 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo no montante de R$1.967 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2021) no resultado.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Individual 2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	Consolidado 2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Rendas de operações com títulos de renda fixa	262.373	590.036	268.211	464.827	262.373	590.038	268.556	465.172
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(6.745)	(14.919)	(9.030)	(17.656)	(6.879)	(15.149)	(9.189)	(17.815)
Resultado de operações com títulos de renda variável	1.507	3.878	7.383	8.460	1.507	3.878	7.383	8.460
Despesas de operações com títulos de renda variável	(360)	(8.241)	(7.492)	(8.750)	(360)	(8.241)	(7.492)	(8.750)
Total	**256.775**	**570.754**	**259.072**	**446.881**	**256.641**	**570.526**	**259.258**	**447.067**

c) Instrumentos financeiros derivativos: As informações completas de Instrumentos Financeiros Derivativos estão descritas na nota explicativa 6.c das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Individual e Consolidado 31/12/2022			31/12/2021		
Instrumentos financeiros derivativos	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	19.292	1.307.649	1.326.941	2.312	1.491.882	1.494.194
Contratos a termo - a receber	41.848	22.343	64.191	64.471	21.989	86.460
Prêmios de opções a exercer	4.681	1.074	5.755	78.875	–	78.875
Total a receber	**65.821**	**1.331.066**	**1.396.887**	**145.658**	**1.513.871**	**1.659.529**
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(7.102)	(1.620.911)	(1.628.013)	(22.647)	(1.743.479)	(1.766.126)
Contratos a termo - a pagar	(65.076)	(3.072)	(68.148)	(22.115)	(3.940)	(26.055)
Prêmios de opções lançadas	(12.406)	(1.065)	(13.471)	–	–	–
Total a pagar	**(84.584)**	**(1.625.048)**	**(1.709.632)**	**(44.762)**	**(1.747.419)**	**(1.792.181)**
Valor líquido	**(18.763)**	**(293.982)**	**(312.745)**	**100.896**	**(233.548)**	**(132.652)**

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO: As informações completas de Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito estão descritas na nota explicativa 7 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação:

Descrição	Individual 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro	2.169.136	2.350.265	2.169.136	2.350.265
Resolução CMN nº 3.844	–	11.473	–	11.473
Conta corrente garantida	161.853	233.465	161.853	233.465
Repasses de instituições oficiais do Brasil	2.503	14.420	2.503	14.420
Financiamento em moeda estrangeira	5.815	14.729	5.815	14.729
Financiamentos a exportação	644.294	524.372	644.294	524.372
Títulos descontados	482.906	526.822	482.906	526.822
FGI PEAC [(1)]	370.417	–	370.417	–
Empréstimo FGTS [(2) (3)]	208.438	–	208.438	–
Consignado	652.840	–	652.840	–
Subtotal de operações de crédito	**4.698.202**	**3.675.546**	**4.698.202**	**3.675.546**
Devedores por compra de valores e bens [(4)]	166.873	200.135	317.189	201.486
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber [(5)]	432.370	318.374	432.370	318.374
Avais e fianças honradas	76.743	81.994	76.743	81.994
Carteira de crédito	**5.374.188**	**4.276.049**	**5.524.504**	**4.277.400**
Créditos abertos para importação	12.218	2.437	12.218	2.437
Garantias prestadas	355.004	358.950	355.004	358.950
Garantias prestadas e responsabilidades	**367.222**	**361.387**	**367.222**	**361.387**
Títulos privados [(6)]	236.412	131.826	236.412	131.826
Títulos com risco de crédito	**236.412**	**131.826**	**236.412**	**131.826**
Total carteira expandida	**5.977.822**	**4.769.262**	**6.128.138**	**4.770.613**
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 8.b)	**59.946**	**–**	**59.946**	**–**
(+/-) Ajuste ao valor justo [(7)]	**(6.558)**	**–**	**(6.558)**	**–**
Total carteira expandida ajustada ao valor justo	**6.031.210**	**4.769.262**	**6.181.526**	**4.770.613**

[(1)] Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei nº 12.042/20 e Resolução CMN nº 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). [(2)] No terceiro trimestre de 2022, o Banco Pine adquiriu carteira de empréstimo do segmento varejo com Instituições Financeiras. [(3)] Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado. [(4)] Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8.b). [(5)] Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8). [(6)] Composto por debêntures, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds. (Nota 6.a). [(7)] Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 6.c.xb) **b) Por vencimento:** As informações completas Por Vencimento estão descritas na nota explicativa 7.b das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **c) Por ramo de atividade:** As informações completas Por Ramo de Atividade estão descritas na nota explicativa 7.c das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento:** As informações completas da Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento estão descritas na nota explicativa 7.d das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine:** As informações completas Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine estão descritas na nota explicativa 7.e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99:** As informações completas da Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 estão descritas na nota explicativa 7.f das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **g) Recuperação de crédito:** As informações completas de Recuperação de Crédito estão descritas na nota explicativa 7.g das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **h) Renegociação de contratos:** As informações completas de Renegociação de Contratos estão descritas na nota explicativa 7.h das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **i) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** As informações completas das Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios estão descritas na nota explicativa 7.i das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS:

	Individual 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Avais e fianças honradas	76.743	81.994	76.743	81.994
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	549.387	367.213	549.387	367.213
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	58.687	56.927	61.296	59.354
Diversos (Nota 8.b)	305.246	285.912	460.222	797.736
Negociação e Intermediação de Valores	80.610	86.167	80.610	86.167
Rendas a receber	13.890	14.434	16.176	14.975
Relações interfinanceiras	6.742	5.023	6.742	5.023
Total	**1.091.305**	**897.670**	**1.251.176**	**1.412.462**
Circulante	**780.221**	**563.650**	**785.585**	**567.279**
Não Circulante	**311.084**	**334.020**	**465.590**	**845.183**

a) Carteira de Câmbio: As informações completas da Carteira de Câmbio estão descritas na nota explicativa 8.a das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **b) Diversos:** As informações completas de Outros Ativos Financeiros - Diversos estão descritas na nota explicativa 8.b das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

9. ATIVOS FISCAIS: As informações completas de Ativos Fiscais estão descritas na nota explicativa 9 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **a) Créditos Tributários:** Com base na Resolução nº CMN 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

Individual

	31/12/2022 IRPJ	CSLL	Total	31/12/2021 IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	91.276	73.020	164.296	101.889	81.511	183.400
Créditos baixados para prejuízo	103.565	82.852	186.417	112.754	90.203	202.957
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	–	–	–	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	204.841	163.757	368.598	205.404	164.204	369.608
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	133.925	107.257	241.182	244.720	–	244.720
Outras provisões	4.287	3.429	7.716	6.009	4.807	10.816
Total	**537.894**	**430.315**	**968.209**	**670.868**	**340.799**	**1.011.667**

Consolidado

	31/12/2022 IRPJ	CSLL	Total	31/12/2021 IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	92.413	73.431	165.844	102.445	81.711	184.156
Ajuste de títulos disponíveis para venda	–	–	–	24	14	38
Créditos baixados para prejuízo	103.565	82.852	186.417	112.754	90.203	202.957
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	–	–	–	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	204.841	163.757	368.598	205.482	164.251	369.733
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	133.925	107.257	241.182	244.720	–	244.720
Outras provisões	4.287	3.429	7.716	6.009	4.807	10.816
Total	**539.031**	**430.726**	**969.757**	**671.526**	**341.060**	**1.012.586**

b) Obrigações Fiscais Diferidas:

Individual

	31/12/2022 IRPJ	CSLL	Total	31/12/2021 IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.076	2.460	5.536	2.280	1.824	4.104
Ajuste de títulos para negociação	614	491	1.105	626	501	1.127
Ajuste de títulos disponíveis para venda	235	188	423	86	69	155
Mercado futuro - Lei nº 11.196	2.269	1.815	4.084	1.381	1.105	2.486
MTM Derivativos	65.041	52.033	117.074	36.029	28.823	64.852
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	64.871	–	64.871	143.690	–	143.690
MTM *hedge* de fluxo de caixa	12	10	22	208	168	376
Total (Nota 16.a)	**136.118**	**56.997**	**193.115**	**184.300**	**32.490**	**216.790**

Consolidado

	31/12/2022 IRPJ	CSLL	Total	31/12/2021 IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.236	2.557	5.793	2.391	1.891	4.282
Ajuste de títulos para negociação	614	491	1.105	626	501	1.127
Ajuste de títulos disponíveis para venda	235	188	423	86	69	155
Mercado futuro - Lei nº 11.196	2.269	1.815	4.084	1.381	1.105	2.486
MTM Derivativos	65.041	52.033	117.074	36.029	28.823	64.852
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	64.871	–	64.871	143.690	–	143.690
MTM *hedge* de fluxo de caixa	12	10	22	208	168	376
Total (Nota 16.a)	**136.278**	**57.094**	**193.372**	**184.411**	**32.557**	**216.968**

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas: As informações completas da Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão descritas na nota explicativa 9.c das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:** As informações completas da Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão descritas na nota explicativa 9.d das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

continua ★

→★ continuação

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

10. INVESTIMENTOS: a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de Equivalência Patrimonial:

							31/12/2022
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	611	(52)	611	(52)
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	4.765	6.457	1.577	6.457	1.577
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	3.527	1.400	3.527	1.400
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) [6]	99,9999	565.796.649	565.797	565.081	(886)	565.081	(886)
Pine Corretora de Seguros Ltda. [8]	99,9990	492.156	18.102	23.420	1.318	23.420	1.318
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário [7]	99,9999	52.199.999	53.200	51.759	(462)	51.759	(462)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. [9]	99,9999	86.030.599	36.993	38.440	1.447	38.440	1.447
Total					**4.342**	**689.295**	**4.342**

							31/12/2021
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	663	5	663	5
Pine Investimentos DTVM Ltda. [3] [4]	99,9998	892.299	4.765	4.824	(169)	4.824	(226)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.127	24	2.127	24
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) [1] [5]	99,9999	565.796.649	565.797	565.967	2.221	565.967	2.221
Pine Corretora de Seguros Ltda. [2]	99,9990	492.156	100	29.101	3.664	29.101	3.664
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9999	52.199.999	52.200	51.221	(386)	51.221	(386)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9999	86.030.599	86.031	53.152	(2.357)	53.152	(2.357)
Total					**3.002**	**707.055**	**2.945**

(1) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital no montante de R$25.000, totalmente subscrito e integralizado. (2) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital nos montantes de R$5.000, mediante a incorporação de parte do saldo das Reservas Estatutárias e R$20.000, totalmente subscrito e integralizado. (3) Em 29 de setembro de 2021, houve redução de capital no montante de R$10.378, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas. (4) Em 10 de novembro de 2021, houve aumento de capital no montante de R$1.450, mediante a incorporação do saldo das Reservas Estatutárias e R$308, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal, totalmente subscrito e integralizado. (5) Em 27 de dezembro de 2021, houve aumento de capital no montante de R$40.000, mediante emissão de novas quotas do mesmo valor unitário, totalmente subscrito e integralizado. (6) Em 03 de março de 2022, a Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. teve sua razão social alterada para P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (7) Em 29 de março de 2022, houve aumento de capital no montante de R$1.000, totalmente subscrito e integralizado. (8) Em 26 de outubro de 2022, houve redução de capital no montante de R$6.998, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas. (9) Em 26 de outubro de 2022, houve redução de capital no montante de R$16.160, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas. **b) Outros Investimentos:** As informações completas de Outros Investimentos estão descritas na nota explicativa 10.b das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

11. OUTROS ATIVOS: a) Ativos não financeiros mantidos para venda:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	396.299	332.671	871.861	397.506
Provisão para perdas	(6.355)	(16.337)	(7.540)	(17.633)
Total	**389.944**	**316.334**	**864.321**	**379.873**
Circulante	**389.944**	**–**	**864.321**	**–**

b) Despesas antecipadas: As informações completas das Despesas Antecipadas estão descritas na nota explicativa 11.b das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

12. IMOBILIZADO DE USO: As informações completas do Imobilizado de Uso estão descritas na nota explicativa 12 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos (Nota 13.a)	8.113.759	7.211.086	8.055.940	7.101.929
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	3.943.494	4.485.015	3.943.494	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	1.116.932	589.150	1.116.932	589.150
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	14.872	41.602	14.872	41.602
Total	**13.189.057**	**12.326.853**	**13.131.238**	**12.217.696**
Circulante	**6.790.481**	**6.571.003**	**6.740.380**	**6.504.318**
Não Circulante	**6.398.576**	**5.755.850**	**6.390.858**	**5.713.378**

a) Depósitos: As informações completas dos Depósitos estão descritas na nota explicativa 13.a das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **b) Captações no Mercado Aberto:** As informações completas das Captações no Mercado Aberto estão descritas na nota explicativa 13.b das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** As informações completas dos Recursos de Aceites e Emissão de Títulos estão descritas na nota explicativa 13.c das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **d) Obrigação por Empréstimos e Repasses:** As informações completas das Obrigações por Empréstimos e Repasses estão descritas na nota explicativa 13.d das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

14. DÍVIDA SUBORDINADA: As informações completas das Dívidas Subordinadas estão descritas na nota explicativa 14 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

				Individual e Consolidado	
Por prazo	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras	49.717	26.272	128.430	204.419	132.506
Total	**49.717**	**26.272**	**128.430**	**204.419**	**132.506**

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	–	369	–	369
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	8.206	6.987	8.206	6.987
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	5.792	6.724	5.792	6.724
Fianças Prestadas (Nota 21)	8.277	7.699	8.277	7.699
Total	**22.275**	**21.779**	**22.275**	**21.779**
Não Circulante	**22.275**	**21.779**	**22.275**	**21.779**

a) Ativos contingentes: As informações completas dos Ativos Contingentes estão descritas na nota explicativa 15.a das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:** As informações completas dos Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza estão descritas na nota explicativa 15.b das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **c) Movimentação das provisões passivas:** As informações completas da Movimentação das Provisões Passivas estão descritas na nota explicativa 15.c das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:** As informações completas das Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis estão descritas na nota explicativa 15.d das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

16. OUTROS PASSIVOS:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	137	788	137	788
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	108.326	34.344	108.326	34.344
Credores diversos - país e exterior	13.368	10.416	22.649	10.797
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	202.671	220.812	214.365	226.144
Negociação e intermediação de valores	7.009	14.091	7.009	14.091
Resultado de exercícios futuros [1]	–	11.885	–	11.885
Sociais e estatutárias	9.754	–	9.754	–
Outras	11.575	18.077	11.623	18.080
Total	**352.840**	**310.413**	**373.863**	**316.129**
Circulante	**151.707**	**118.898**	**166.848**	**121.996**
Não Circulante	**201.133**	**191.515**	**207.015**	**194.133**

(1) Conforme a Resolução BCB nº 92/21, que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Grupo 5 - Rendas de Exercícios Futuros, foi reclassificado para a linha de Outros Passivos - Credores diversos - país e exterior. **a) Fiscais e previdenciárias:** As informações completas de Fiscais e Previdenciárias estão descritas na nota explicativa 16.a das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza R$851.665 (R$1.202.393 em 31 de dezembro de 2021) e está dividido em 186.441.207 ações nominativas, sendo 97.895.475 ordinárias e 88.545.732 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração. Durante o Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, foi subscrito um montante de R$49.638, contabilizados em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,60 por ação, totalizando um valor de R$11.616. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R$61.254. O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022. No âmbito deste aumento de capital, foi atribuído, como vantagem adicional aos subscritores de cada nova ação de emissão da Companhia, um bônus de subscrição. Cada bônus de subscrição confere ao seu titular o direito de subscrever uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia durante um dos períodos de exercício a seguir: entre 01 de março de 2023 e 31 de março de 2023 (inclusive); (ii) entre 01 de março de 2024 e 29 de março de 2024 (inclusive); (iii) entre 03 de março de 2025 e 31 de março de 2025 (inclusive); ou (iv) entre 02 de março de 2026 e 31 de março de 2026 (inclusive). Os Bônus de Subscrição somente poderão ser exercidos durante os períodos mencionados anteriormente de modo que não será admitido o exercício do Bônus de Subscrição em data anterior ou posterior aos períodos de exercício. O lucro líquido apurado no 1° semestre de 2022 foi absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, de modo que o saldo desta rubrica passasse de R$418.274 para R$411.982. Em 28 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social, no montante de R$411.982, mediante a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, verificados nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do 1° semestre de 2022, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia. A Redução de Capital está pendente de homologação do Bacen. **b) Reserva de lucros:** A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

	31/12/2022
Lucro líquido	40.900
Resultado do 1° semestre de 2022 [1]	(6.292)
Resultado do 2° semestre de 2022	**34.608**
Reserva legal	1.730

(1) Saldo utilizado na absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco. **c) Juros sobre capital próprio:** De acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em R$5.279. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

						Individual e Consolidado 31/12/2022
Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	20/01/2023	08/02/2023	0,061550	11.475	0,052317	9.754
Total			**0,061550**	**11.475**	**0,052317**	**9.754**

A seguir apresentamos a conciliação dos juros sobre o capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022
Lucro líquido	40.900
Reserva legal	(1.730)
Base de cálculo	**39.170**
Juros sobre o capital próprio	11.475

(1) O valor de juros sobre o capital próprio a ser distribuído, atinge os 25% de mínimos obrigatórios. O valor está sujeito à retenção de IRRF de 15% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa, conforme descrito no Aviso aos Acionistas de 20 de janeiro de 2023.
d) Ajustes de avaliação patrimonial: As informações completas de Ajustes de Avaliação Patrimonial estão descritas na nota explicativa 17.d das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO: a) Operações de crédito:

	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Adiantamentos a depositantes	16.107	32.917	12.848	19.308
Rendas de empréstimos	310.614	611.163	209.971	366.876
Rendas de financiamentos	57.223	107.925	40.951	68.429
Total	**383.944**	**752.005**	**263.770**	**454.613**

b) Operações de captação no mercado:

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Despesas de depósitos interfinanceiros	2.517	3.499	1.123	1.703	2.517	3.499	1.123	1.703
Despesas de depósitos a prazo	319.908	669.179	300.938	594.146	317.984	664.854	299.682	592.248
Despesas de operações compromissadas	240.254	447.752	118.203	151.618	240.254	447.752	118.206	151.621
Despesas de operações com TVM no exterior	21	56	42	84	21	56	42	84
Despesas de contribuição ao FGC	5.305	13.622	7.179	12.494	5.305	13.622	7.179	12.494
Despesas com LCA	23.209	34.733	12.077	19.440	23.209	34.733	12.077	19.440
Despesas com LF	13.333	24.019	14.893	26.538	13.333	24.019	14.893	26.538
Despesas com LCI	16.685	33.280	10.045	13.582	16.686	33.281	10.045	13.582
Total	**621.232**	**1.226.140**	**464.500**	**819.605**	**619.309**	**1.221.816**	**463.247**	**817.710**

c) Operações de empréstimos e repasses:

	Individual e Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	27	258	360	758
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	249	491	261	515
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior [1]	5.469	6.375	7.623	12.455
Total	**5.745**	**7.124**	**8.244**	**13.728**

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços:

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Comissão de Fiança	3.597	7.189	5.394	11.720	3.597	7.189	5.394	11.720
Comissão de Intermediação	758	811	201	412	6.335	6.388	201	412
Rendas de Cobrança	2.792	5.576	2.561	4.588	2.792	5.576	2.561	4.588
Rendas com Tarifas	1.626	2.951	1.503	3.644	1.626	2.951	1.503	3.644
Outras [1]	1.552	2.265	1.446	2.147	6.010	7.821	3.764	8.094
Total	**10.325**	**18.792**	**11.105**	**22.511**	**20.360**	**29.925**	**13.423**	**28.458**

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no consolidado, refere-se, substancialmente, a receitas de prestação de serviços de corretagem de seguros da Pine Corretora.

e) Despesas de pessoal:

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Proventos	23.298	48.409	25.606	46.950	23.580	48.691	25.606	46.950
Benefícios	8.161	15.278	6.989	13.082	8.171	15.292	6.989	13.082
Encargos sociais	11.498	24.924	9.544	19.190	11.594	25.070	9.544	19.190
Honorários da diretoria	5.291	10.241	4.469	9.349	5.436	10.638	4.469	9.349
Treinamento	56	78	49	86	56	78	49	86
Estagiários	524	1.055	505	866	524	1.055	505	866
Total	**48.828**	**99.985**	**47.162**	**89.523**	**49.361**	**100.824**	**47.162**	**89.523**

f) Outras despesas administrativas:

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Despesas de água, energia e gás	126	248	108	248	136	258	108	248
Despesas com aluguéis	3.552	5.426	7.163	14.165	3.552	5.426	7.163	14.165
Despesas de arrendamento de bens	302	709	577	1.171	302	709	577	1.171
Despesas com contribuições filantrópicas	10	10	–	–	10	10	–	–
Despesas de comunicações	4.025	6.569	2.956	6.014	4.025	6.569	2.956	6.014
Despesas de manutenção e conservação de bens	508	1.065	471	901	508	1.065	470	901
Despesas de material	82	148	119	169	82	148	119	169
Despesas de processamento de dados	9.591	18.778	8.873	15.972	9.594	18.781	8.873	15.972
Despesas de relações públicas	1.132	1.553	1.175	1.682	1.135	1.571	1.175	1.738
Despesas de seguros	3.412	6.162	2.645	5.017	3.434	6.204	2.653	5.033
Despesas com serviços do sistema financeiro	9.859	15.249	5.890	11.598	9.859	15.251	5.893	11.604
Despesas com serviços de terceiros	963	1.617	501	950	1.096	1.750	1.007	1.922
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.258	2.519	1.114	2.179	1.258	2.519	1.113	2.535
Despesas com serviços técnicos especializados	7.161	11.261	8.384	13.263	7.277	11.424	8.533	13.650
Despesas de transporte	301	578	241	373	302	579	242	374
Despesas de viagens	305	526	305	340	305	526	305	340
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	1.280	3.549	4.037	8.517	1.280	3.549	4.045	8.525
Despesas de amortização e depreciação	1.051	2.130	1.113	2.279	1.051	2.130	1.113	2.279
Emolumentos judiciais e cartorários	377	475	93	261	378	476	194	448
Outras despesas administrativas	2.793	4.958	2.874	4.498	2.804	4.988	3.416	5.831
Total	**48.088**	**83.530**	**48.639**	**89.597**	**48.388**	**83.933**	**49.955**	**92.919**

g) Despesas tributárias:

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
ISS	1.230	1.950	878	1.666	1.598	2.340	925	1.786
Cofins	4.543	8.355	235	3.999	7.597	11.863	1.287	6.314
PIS	739	1.358	38	650	1.393	2.111	266	1.151
Outros [1]	520	654	54	101	871	1.070	5.586	9.744
Total	**7.032**	**12.317**	**1.205**	**6.416**	**11.459**	**17.384**	**8.064**	**18.995**

(1) Refere-se, substancialmente, a despesas com IPTU dos loteamentos da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)

h) Outras receitas operacionais:

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Recuperação de encargos e despesas	1.002	1.055	(3)	3	1.002	1.055	(3)	3
Atualização monetária ativa	4.919	6.420	778	1.105	5.028	6.617	822	1.169
Atualização de créditos judiciais	169	374	3.574	3.965	169	374	3.574	3.965
Reversão provisão fiança	–	–	137	316	–	–	137	316
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	5.228	8.114	4.984	9.885	5.295	8.202	4.990	9.891
Outras rendas operacionais [1]	143	205	3.035	3.168	45	78	35.214	67.881
Total	**11.461**	**16.168**	**12.505**	**18.442**	**11.539**	**16.326**	**44.734**	**83.225**

(1) Em 31 de dezembro de 2021, no consolidado, refere-se principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) relacionados à venda de lotes do Consórcio Entre Verdes.

i) Outras despesas operacionais:

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	2.911	7.098	6.242	12.841	2.911	7.186	6.248	12.847
Despesa de cessão	1.557	2.265	216	216	–	708	216	216
Provisão de fiança	553	578	–	3.282	553	578	–	3.282
Outras despesas operacionais [1]	13.304	17.799	9.191	24.502	16.558	22.728	36.377	71.796
Total	**18.325**	**27.740**	**15.649**	**40.841**	**20.022**	**31.200**	**42.841**	**88.141**

(1) Em 31 de dezembro de 2022, refere-se, principalmente, a provisão para Adiantamento sobre contrato de câmbio no montante de R$1.368 no Individual e Consolidado (31 de dezembro de 2021 - R$18.634). Em 31 de dezembro de 2021, refere-se a baixa dos direitos sobre o valor geral de vendas (VGV) da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (anteriormente denominada Pine Entre Verdes relacionados à venda de lotes do Consórcio Entre Verdes), no montante de R$45.332 no Consolidado.

j) Resultado não operacional:
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso.

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Receitas não operacionais	53.021	69.392	16.503	42.685	178.418	212.562	18.408	50.261
Despesas não operacionais	(4.109)	(5.705)	(4.230)	(11.998)	(121.415)	(144.507)	(7.240)	(21.674)
Total	**48.912**	**63.687**	**12.273**	**30.687**	**57.003**	**68.055**	**11.168**	**28.587**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:
Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (prejuízo):

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Lucro líquido antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	48.160	63.434	7.704	9.455	53.083	69.078	9.552	13.963
Lucro líquido antes da tributação	**48.159**	**63.434**	**7.704**	**9.455**	**58.361**	**74.357**	**9.552**	**13.963**
Alíquota vigente (Nota 3.s)	46%	46%	50%	50%	46%	46%	50%	50%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(21.988)	(28.862)	(3.940)	(4.728)	(27.006)	(34.204)	(4.997)	(6.982)
Diferenças permanentes	**8.436**	**6.328**	**(820)**	**–**	**6.103**	**3.598**	**(349)**	**(992)**
Variação cambial de investimento no exterior	–	–	343	–	–	–	1.713	1.370
Alteração da alíquota da CSLL [1]	445	445	–	–	445	445	(484)	(484)
Juros sobre o capital próprio	5.279	5.279	–	–	5.279	5.279	–	–
Outros ajustes	2.712	604	(1.163)	–	379	(2.126)	(1.578)	(1.878)
Imposto de renda e contribuição social	**(13.552)**	**(22.534)**	**(4.760)**	**(4.728)**	**(18.475)**	**(28.178)**	**(5.346)**	**(7.974)**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 21% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei 14.446/22, que altera o Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88. No exercício findo em 30 de dezembro de 2021, a alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A da Lei nº 7.689/88.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS: a) Remuneração da Administração: As informações completas de Remuneração da Administração estão descritas na nota explicativa 20.a das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **b) Transações com Partes Relacionadas:** As informações completas de Transação com Partes Relacionadas estão descritas na nota explicativa 20.b das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **c) Participação acionária:** As informações completas de Participação Acionária estão descritas na nota explicativa 20.c das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES: As informações completas de Compromisso, Garantias e Outras Informações estão descritas na nota explicativa 21 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS: As informações completas do Programa de Participação nos Lucros e Resultados estão descritas na nota explicativa 22 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL: As informações completas de Gestão de Riscos e de Capital estão descritas na nota explicativa 23 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS: As informações completas de Operações Ativas Vinculadas estão descritas na nota explicativa 24 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Seguros: As informações completas de Seguros estão descritas na nota explicativa 25.a das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **b) Leasing operacional:** As informações completas de Leasing Operacional estão descritas na nota explicativa 25.b das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **c) Valor justo de instrumentos financeiros:** As informações completas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros estão descritas na nota explicativa 25.c das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **d) Segmentos operacionais:** As informações completas de Segmentos Operacionais estão descritas na nota explicativa 25.d das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **e) Acordos para compensação e liquidação de obrigações:** As informações completas de Acordos para compensação e liquidação de obrigações estão descritas na nota explicativa 25.e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **f) Covenants:** As informações completas de Covenants estão descritas na nota explicativa 25.f das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **g) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes:** As informações completas de Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes estão descritas na nota explicativa 25.g das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com. **h) Resultado recorrente e não recorrente:** As informações completas de Resultado Recorrente e Não Recorrente estão descritas na nota explicativa 25.h das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

26. OUTROS ASSUNTOS: As informações completas dos Impactos da pandemia da COVID-19 e Operações de Swap estão descritas na nota explicativa 26 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas, disponíveis no site de Relação com Investidores: ri.pine.com.

A DIRETORIA

CONTADORA
Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores (https://ri.pine.com), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. Para a execução da supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal. O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração. **1. Atividades do Comitê de Auditoria no exercício de 2022:** No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades: **a) Auditoria Independente**: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine. **b) Auditoria Interna**: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine. **c) Demonstrações Financeiras**: O Comitê em reuniões com a Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria para o período em análise. **d) Administração de Riscos**: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Risco do Conglomerado Pine de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos. **e) Canal de Denúncias**: O Comitê de Auditoria monitora o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no sítio eletrônico do Conglomerado Pine e acompanha, quando existentes, o tratamento dos casos com envolvimento da administração. **f)** O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança e atuação e comprometimento dos gestores. **g)** O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades neste órgão de administração. Adicionalmente, o presidente e membro qualificado do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração. **2. Conclusão:** O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2023

William Pereira Pinto - Presidente e Membro Qualificado
Walkyria Aparecida Augusto - Membro independente
Sérgio Machado Zica de Castro - Membro representante do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior
Alcides Roberto Rocha

Claudio da Costa
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Guilherme Vieira Neves

Marcelo Camargo
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Renata Leme Borges dos Santos

continua→★

Lula diz que privatização da Eletrobras foi 'bandidagem'

Presidente afirma que AGU vai questionar 'contrato leonino contra o governo'

Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, nesta terça-feira (7), que a AGU (Advocacia-Geral da União) questionará contrato de privatização da Eletrobras, a qual classificou como "bandidagem", "irracional" e "maquiavélica".

Essa não é a primeira vez que o mandatário critica a desestatização, oficializada no ano passado, pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL). Mas, desta vez, ele disse que o governo buscaria rever as regras a que a União ficou submetida.

"O governo tem 40% das ações [da Eletrobras], e o governo só pode participar na direção como se tivesse 10%. Se amanhã o governo tiver interesse de comprar as ações, as ações para o governo valem três vezes mais do que o valor normal para outro candidato. Ou seja, foi feito quase que uma bandidagem para que o governo não volte a adquirir maioria", afirmou o presidente.

"Nós, inclusive, possivelmente o advogado-geral da União [Jorge Messias] vai entrar na Justiça para que a gente possa rever esse contrato leonino contra o governo. Porque é contra o governo. Tanto na participação acionária nós queremos ter mais gente na direção, mais gente no conselho, quanto esse negócio de que você não pode comprar porque você vai pagar três vezes mais caro. Isso é uma coisa irracional, maquiavélica, que não podemos aceitar", completou.

O mandatário não afirmou, contudo, como seria essa ação, nem quando ela seria impetrada.

> "Nós, inclusive, possivelmente o advogado-geral da União [Jorge Messias] vai entrar na Justiça para que a gente possa rever esse contrato [de privatização da Eletrobras] leonino contra o governo. Porque é contra o governo
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> durante café da manhã com veículos de comunicação

Em meio às críticas, ele disse ainda que os diretores da empresa aumentaram seus salários de R$ 60 mil para R$ 360 mil e que um conselheiro recebe R$ 200 mil. "Ou seja, isso é privatizar para quê?"

A declaração foi dada durante café da manhã com veículos de comunicação e blogs alternativos alinhados à esquerda, ocorrido no Palácio do Planalto. Em 12 de janeiro, ele já havia realizado um primeiro encontro com a imprensa.

O chefe do Executivo disse não ter intenção de "juntar dinheiro para comprar de volta", porque sua prioridade no momento é acabar com a fome. Mas abriu a possibilidade para isso, se a economia voltar a crescer.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião da Caixa Gabriela Biló/Folhapress

Haddad afirma que governo vai 'tirar granada do bolso' dos servidores com reajuste salarial

Idiana Tomazelli e Danielle Brant

BRASÍLIA O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse nesta terça-feira (7) que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai "tirar a granada do bolso" dos servidores públicos com a negociação de reajustes salariais para as categorias.

O governo reabriu a mesa permanente de negociação com o funcionalismo, que já havia funcionado em gestões anteriores do PT e será conduzida pela ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

A intenção é conceder um reajuste salarial ainda neste ano, após pelo menos quatro anos de congelamento. A maior parte dos servidores está há seis anos sem reposição salarial.

"O objetivo aqui é tirar a granada do bolso de vocês", disse Haddad durante solenidade de reabertura da mesa. O evento conta com representantes de 80 entidades sindicais, além de ministros do governo.

A citação à granada faz referência a uma declaração do ex-ministro da Economia Paulo Guedes em uma reunião ministerial de 22 de abril de 2020. O vídeo do encontro foi divulgado por ordem do STF (Supremo Tribunal Federal) a pedido do ex-ministro da Justiça Sergio Moro, que acusava o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de tentar interferir na Polícia Federal.

No vídeo, Guedes celebra lei aprovada no auge da pandemia de Covid, que autorizava um socorro a estados e municípios em troca de congelamento dos reajustes.

> "Acabou essa visão de que os servidores não são essenciais. Ao contrário, os servidores são essenciais
>
> **Esther Dweck**
> ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos

"Todo o mundo está achando que estão distraídos, abraçaram a gente, enrolaram com a gente. Nós já botamos a granada no bolso do inimigo. Dois anos sem aumento de salário", disse Guedes à época.

Haddad criticou a declaração de Guedes. "Aquela cena no Palácio do Planalto é uma das cenas mais vergonhosas que já vi na vida. Como alguém que está na chefia de um ministério tão importante diz que serviço público é inimigo a ser destruído, como se fosse inimigo de guerra?", afirmou.

A ministra endossou as críticas. "Este governo jamais considerará os servidores um parasita", em referência a outra declaração de Guedes que, em fevereiro de 2020, comparou servidores a parasitas que estão matando o hospedeiro (o governo) ao receberem reajustes automáticos enquanto estados estão quebrados.

"Como disse o ministro Haddad, não tem granada nenhuma", completou.

"Acabou essa visão de que os servidores não são essenciais. Ao contrário, os servidores são essenciais."

O Orçamento de 2023 reserva R$ 11,6 bilhões para ampliar a remuneração dos funcionários públicos ativos, inativos e pensionistas do Executivo.

O impasse é se esse reajuste vai contemplar ou não os militares, que tiveram maiores benefícios na gestão Bolsonaro.

O governo quer aplicar um percentual linear para as categorias. No ano passado, a gestão Bolsonaro estimou que a previsão do Orçamento permitiria um aumento de 4,85% a partir de janeiro. Como o reajuste para este ano valerá por menos meses, será possível ampliar esse percentual.

Se incluir militares, a reposição será menor para as demais categorias, dada a necessidade de manter o gasto já previsto no Orçamento.

Por isso, discute-se excluir os militares. Há, porém, um risco político nessa opção, já que a relação da atual administração com as Forças Armadas começou sob desgaste.

O cálculo é que os militares foram contemplados por aumentos na gestão anterior, e os demais servidores ficaram com salários congelados.

Em 2019, o governo Bolsonaro obteve aprovação de uma lei que mudou as regras de aposentadoria e pensão dos militares, mas deu aumentos no soldo. A lei também ampliou os valores do adicional de habilitação (pago conforme a categoria de cursos feitos pelo militar), entre outras gratificações.

Enquanto isso, cerca de 1 milhão de servidores ativos, aposentados e pensionistas estão com a remuneração congelada desde 1º de janeiro de 2017, quando foi concedida a última parcela de aumento.

São servidores de órgãos como Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Funai (Fundação Nacional do Índio), Abin (Agência Brasileira de Inteligência), além de carreiras médicas e ligadas à Previdência.

As categorias desse grupo tiveram um aumento médio de 10,8%, proposto ainda no governo Dilma Rousseff (PT) e que foi parcelado em dois anos (2016 e 2017).

Outros 253 mil servidores tiveram o último reajuste aplicado em 1º de janeiro de 2019. Foi a quarta parcela de um aumento total médio de 27,9%. Nesse segundo grupo estão carreiras de Estado, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

A ministra afirmou que o grupo deve ter alguma solução em até 90 dias.

Lira defende caminho alternativo para o Carf

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que ainda não há fórmula para quando houver empate em decisões do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), tribunal administrativo que julga conflitos tributários entre contribuintes e a Receita Federal. E defende encontrar um "caminho alternativo".

"Não tem ainda uma fórmula. Do jeito que está, não está bom. Do jeito que era, era pior. Tem que encontrar um caminho alternativo", afirmou o presidente da Câmara.

"A questão do Carf já foi decidida lá atrás no Congresso quando tinha alguns excessos. Votou-se de uma forma que também não está atendendo e tem que se encontrar um meio de campo, um meio-termo para resolver. Na hora da apreciação, o Congresso vai ter sabedoria para arrumar essa solução", disse o deputado.

Lira participou de almoço da bancada da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), nesta terça-feira (7), em Brasília. O evento marcou a transmissão da presidência da FPA para o deputado Pedro Lupion (PP-PR).

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) editou uma MP (medida provisória) que restabelece o chamado voto de qualidade do Carf e que ainda precisa ser validada pelo Congresso. O dispositivo garante à União o poder de desempate em decisões —ele foi derrubado em 2020 durante o governo Jair Bolsonaro (PL). **Victoria Azevedo e Thiago Resende**

União negocia compensar ICMS de forma parcelada

BRASÍLIA A compensação da União aos estados pelas perdas na arrecadação do ICMS sobre combustíveis poderá ser feita de forma parcelada até 2026, último ano de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva e dos atuais governadores.

A reposição escalonada dos valores recebeu sinalização positiva dos chefes de Executivo estaduais após pedido do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), em reunião na tarde desta terça (7).

O valor a ser compensado, porém, segue sendo um impasse. Como revelou a **Folha**, as estimativas iniciais do Tesouro apontavam uma fatura entre R$ 13,2 bilhões e R$ 36,9 bilhões, a depender dos critérios de cálculo escolhidos. Os estados, por sua vez, falam em um valor maior, de até R$ 45 bilhões.

Uma nova reunião entre o secretário do Tesouro Rogério Ceron, e os secretários estaduais de Fazenda ocorrerá nesta quarta-feira (8) para tentar avançar nas tratativas.

"Já tem uma diretriz de que o governo federal quer fazer a recomposição, pediu para que essa recomposição pudesse ser feita dentro deste período de mandato, os próximos quatro anos, e vai discutir uma média entre aquilo que nós achamos que é a perda, de R$ 45 bilhões, e a portaria feita no governo do presidente Bolsonaro, que apontava R$ 13 bilhões", disse o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB).

Segundo ele, o valor acertado deve ser uma "posição mediana" entre esses dois cálculos. **Idiana Tomazelli**

Crise da Light antecipa debate sobre fim de concessões de energia

Distribuidora do Rio, que perde receita com milícias, sofre contágio da Americanas e registra forte queda nas ações

Alexa Salomão

BRASÍLIA As ações da distribuidora de energia Light afundaram nesta terça (7), em nova rodada de perdas que marcam a desconfiança dos investidores em relação ao futuro da concessão. A cotação mergulhou 13,55% no dia, fechando em R$ 2,68. Foi a segunda maior queda, atrás apenas de Americanas, que recuou 21,39%.

A Light tem inúmeros problemas bem conhecidos. Desde 2020, quando a ação chegou a valer R$ 23,23, a perda acumulada é de 88%. No entanto, não estava no radar dos gestores da área de energia um estresse desse tamanho neste começo de ano. A parcela maior da dívida, por exemplo, vence apenas em 2024.

A nova rodada de perdas acionárias foi deflagrada pela própria empresa quando ficou público, no fim de janeiro, que havia contratado os serviços da Laplace, conhecida por reestruturar companhias com problemas financeiros, entre elas a operadora Oi.

Também contribuiu para elevar a desconfiança o fato de a Light ter entre os maiores acionistas o empresário Carlos Alberto Sicupira, também acionista de referência nas Americanas, a varejista em profunda crise. Sicupira é sócio do grupo 3G, ao lado de Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles.

O empresário tem pouco mais de 10% da empresa, só atrás do fundo Samambaia, deRonaldo Cézar Coelho. Quem acompanha a empresa diz que, nos últimos anos, a dupla teve influência decisiva na gestão do negócio por causa desse peso acionário.

Há quem interprete o mau humor do mercado com a Light como contágio das Americanas. Também há quem desconfie de que a companhia pode ter contratado a Laplace antecipando um movimento, porque haveria algum problema a ser apresentado no balanço do quarto trimestre, como ocorreu com as Americanas.

Surgiram inúmeros boatos, entre eles o de que a empresa iria pedir recuperação judicial, algo que a lei proíbe para as distribuidoras.

Para além das desconfianças e conjecturas de curto prazo, quem conhece a distribuidora por dentro afirma que a situação é delicada e emite sinais importantes para o setor de energia como um todo, que está num momento de revisão de concessões.

Pelo cronograma oficial do governo, que autoriza empresas a prestar serviços públicos, 20 concessões de distribuidoras de energia vão vencer entre 2025 e 2031. Cerca de 18 meses antes da data final, as empresas precisam se posicionar sobre a questão. No entanto, não existe nenhum sinal até agora sobre como seriam encaminhadas essas concessões pelo MME (Ministério de Minas e Energia) e pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Gestores públicos afirmam que a indefinição sobre concessões é o pior dos cenários na prestação de serviços. As empresas costumam ficar paralisadas, seguram investimentos e vários problemas de atendimento podem surgir nesse vácuo. O mesmo vale para os investidores e bancos credores. Não mexem.

A Light é a segunda nessa fila de contratos com data marcada para acabar. A concessão vai vencer em 2026. Mas a sua situação mais frágil no momento faz com que os credores sejam mais rigorosos.

Ela é uma das maiores distribuidoras de energia do país. Atende 4,5 milhões de usuários no Rio, sexto mercado consumidor nesse segmento. No entanto, 20% de sua área de cobertura está em locais dominados por narcotráfico e controle armado de milícias.

Em alguns pontos, como a zona oeste, a milícia chega a fazer ligações em seus empreendimentos imobiliários usando a energia da Light e cobrando do consumidor final como se produzisse a energia. Em áreas onde a ligação é da distribuidora, a milícia cobra taxa adicional, o que incentiva o cliente a desistir do serviço oficial.

É um círculo vicioso, pois, quanto maiores as perdas, maiores são os custos que precisam ser rateados entre os pagantes, elevando a conta de luz de quem paga em dia.

"A milícia parasita a infraestrutura urbana numa espécie de extrativismo", diz Daniel Hirata, coordenador do Núcleo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense, que estuda o fenômeno no Rio e atesta que ele é grave.

Por causa do elevado custo com furto de energia e da inadimplência, a empresa queima caixa, como se diz, ou seja, consome mais recursos do que consegue ganhar. São cerca de R$ 800 milhões por ano.

"A gente costuma dizer que, em situação normal, ela já frita caixa", diz Ângela Gomes, da PSR, consultoria especializada em energia. "No atual momento, essa incerteza em relação à concessão é muito ruim, está destruindo valor."

A empresa registrou na demonstração financeira do terceiro trimestre que tinha uma dívida de R$ 8,7 bilhões. Gestores de fundos voltados a energia afirmaram à reportagem, com a condição de não terem o nome citados, que já seria natural os bancos não rolarem a dívida da empresa no prazo que abarcasse o pós 2026. Porém, a deterioração da credibilidade de um acionista relevante neste começo de ano, somada às perdas já conhecidas da empresa e a indefinição da concessão dificultam o diálogo desde já.

A percepção no mercado é que a atual crise tende a deflagrar a discussão sobre os destino da concessão.

As alternativas não são muitas, mas todas exigem negociação e incluem o mesmo ponto de partida: será preciso criar um modelo particular de concessão para os locais dominados pelo crime no Rio. A avaliação dos especialistas é que o modelo de regulação padrão não funciona, e as perdas são elevadas e consideradas insustentáveis para o investidor privado. Se a revisão disse, a Light vai reviver crises.

Entre as sugestões avaliadas no mercado estão retirar as áreas perigosas da concessão ou compensar as perdas, sem transferi-las para conta, pois tornariam o custo proibitivo para o consumidor.

Procurada, a Light não havia se pronunciado até a conclusão deste texto.

Raio-X da Light

Ação da Light, que chegou à casa de R$ 23,23 em 2020, caiu abaixo de R$ 3 nesta terça-feira (7)

Cotação da ação, em R$

*Queda de 13,55%

R$ 8,7 bi
era o valor da dívida, no resultado apresentado no 3º trimestre de 2022

R$ 800 milhões
do caixa são queimados anualmente para cobrir principalmente perdas com furto de energia e inadimplência de clientes

R$ 397,9 milhões
foi o lucro em 2021, retração de 42% em relação ao ano anterior

4,5 milhões
de clientes são atendidos, 6º maior mercado de distribuição no país

4,8 mil
é o número de funcionários diretos

Discussão sobre destino da Light pode antecipar definições sobre renovação de concessões de distribuidoras

Concessão	Estado	Data de vencimento
EDP ES	ES	17.jul.25
Light	RJ	4.jun.26
Enel Rio	RJ	9.dez.26
Coelba BA	BA	8.ago.27
RGE RS	RS	11.jun.27
CPFL Paulista	SP	20.nov.27
Energisa MS	MS	12.abr.27
Energia MT	MT	12.nov.27
Cosern RN	RN	31.dez.27
Enel CE	CE	13.mai.28
Enel SP	SP	15.jun.28
Equatorial PA	PA	28.jul.28
Elektro SP	SP	27.ago.28
CPFL Piratininga SP	SP	23.out.28
EDP SP	SP	23.out.28
Energisa Borborema PB	PB	4.fev.30
Celpe PE	PE	30.mar.30
Equatorial MA	MA	11.ago.30
Energisa PB	PB	21.mar.31

Fontes: CMA, Demonstração de Resultados da Light e Aneel

COM GUERRA DA UCRÂNIA, SHELL TEM LUCRO RECORDE DE € 42,3 BI EM 2022
Ativistas do Greenepeace colocam em totem de preço o resultado da petrolífera; ganhos foram o dobro dos de 2021 Daniel Leal/AFP

Petrobras reduz preço do diesel nas refinarias em 8,9%

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras reduzirá em 8,9% o preço do diesel vendido por suas refinarias a partir desta quarta (8). Segundo a estatal, o preço médio do produto cairá de R$ 4,50 para R$ 4,10 por litro. O preço da gasolina não mudará.

O primeiro corte sob a gestão do indicado de Lula para a estatal, Jean Paul Prates, era esperado pelo mercado: a empresa vinha operando com preços bem mais altos do que as cotações internacionais do produto, que recuam diante da fraca demanda e dos elevados estoques europeus.

Na abertura do mercado desta terça-feira (7), o diesel vendido pelas refinarias da Petrobras estava 16%, ou R$ 0,60 por litro), acima da paridade de importação, segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis). Na média nacional, a diferença era de 14%, ou R$ 0,56 por litro.

A estatal diz que a redução "tem como principal balizador a busca pelo equilíbrio dos preços da Petrobras aos mercados nacional e internacional, contemplando as principais alternativas de suprimento dos nossos clientes e a participação de mercado necessária para a otimização dos ativos".

Para analistas do banco Goldman Sachs, o corte realinha o preço da Petrobras às cotações do golfo do México, principal fonte de importações brasileiras.

Considerando a mistura obrigatória de 10% de biodiesel no produto vendido nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, R$ 3,69 a cada litro vendido na bomba. É uma diferença de R$ 0,35 por litro em relação ao valor vigente.

Na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o diesel S-10 foi vendido pelos postos brasileiros pelo preço médio de R$ 6,39 por litro, R$ 0,01 acima do da semana anterior. O combustível vinha caindo havia três semanas.

A Petrobras não mexia no preço do diesel em suas refinarias desde o início de dezembro, quando promoveu corte de 8,2%.

Já o preço da gasolina foi elevado em 7,4% há duas semanas, acompanhando a elevação da cotação internacional do produto. Com os primeiros repasses, o produto ficou 3% mais caro nos postos na semana passada, quando teve o preço médio de R$ 5,12 por litro.

Também nesse caso, o preço médio cobrado pelas refinarias brasileiras está hoje superior à paridade de importação, conceito que simula quanto custaria para importar o produto. Segundo a Abicom, a diferença é de 6%, ou R$ 0,18 por litro.

Crise da Americanas afeta resultado do Itaú

Provisão contra atrasos no crédito aumenta R$ 1,7 bilhão em três meses; varejista também prejudicou lucro do Santander

Renato Carvalho

SÃO PAULO O Itaú Unibanco anunciou nesta terça-feira (7) que teve lucro recorrente de R$ 7,668 bilhões no quarto trimestre de 2022, aumento de 7,1% sobre mesma período de 2021, mas abaixo da projeção média de analistas consultados pela Refinitiv, de R$ 8,24 bilhões para o período.

Um dos fatores que mais pesaram para que o resultado ficasse abaixo do esperado pelo mercado foi o item conhecido como PDD, a Provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma despesa que representa um colchão que o banco é obrigado a fazer para proteger seu capital contra possíveis atrasos nos empréstimos que concedeu.

O Itaú teve um aumento na despesa com essa provisão de R$ 1,7 bilhão em três meses, passando de R$ 8,2 bilhões no terceiro trimestre de 2022 para R$ 9,9 bilhões na parte final do ano passado.

No relatório, o banco citou ter reconhecido "impactos provenientes de evento subsequente à data do fechamento relacionado a um caso específico de empresa de grande porte que entrou em recuperação judicial", em referência ao caso Americanas.

Por isso, fez um reforço na provisão para perdas esperadas com calotes "para cobrir 100% da exposição, gerando um impacto de R$ 719 milhões" no resultado final.

Essa é uma tendência que já havia sido detectada no balanço do Santander Brasil, divulgado na quinta-feira (2). A despesa com provisão aumentou 14% em três meses, também com os impactos do caso Americanas.

Apesar do lucro bilionário, um dos itens que mais devem chamar a atenção dos investidores é o de retorno sobre o patrimônio líquido, que mostra a rentabilidade relativa dos bancos. No caso do Itaú, a rentabilidade caiu quase dois pontos percentuais em três meses, passando de 21% para 19,3%, mesmo patamar registrado em 2021.

A carteira de crédito fechou 2022 em R$ 1,1 trilhão, com maior crescimento nas operações para pessoas físicas, superior a 20% em 12 meses.

Chama a atenção o aumento da carteira em categorias mais arriscadas, como cartão de crédito, que subiu 20,5% em 12 meses e quase 5% no trimestre, e crédito pessoal, com avanço de quase 27% em um ano, e de 3,4% em três meses.

O Itaú divulgou também suas projeções para 2023. O banco espera que a carteira de crédito cresça entre 6% e 9% no ano, ante um avanço superior a 11% em 2022.

Outra previsão que chama a atenção é a de custo do crédito, item que é diretamente impactado pela provisão contra inadimplência. Nesse caso, o Itaú espera um valor entre R$ 36,5 bilhões e R$ 40,5 bilhões, ante R$ 32,3 bilhões no ano passado.

A margem financeira com clientes, que representa o quanto o banco deve ter de retorno com os produtos financeiros, deve ficar entre 13,5% e 16,5%, segundo o Itaú, ante 27,2% em 2022.

Com Reuters

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO
Aviso de Licitação
Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Aquisição de Livros Didáticos para os alunos da Rede Municipal de Ensino. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 08/2023 – Processo 015/2023 – Tipo: Menor Preço por Item. Abertura: 24/02/2023, Horário 14H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

---

daem **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA**
Informamos que encontram-se publicados no Diário Oficial do Município de Marília/SP, site: HTTPS://diariooficial.marilia.sp.gov.br, no dia 08/02/2023, os preços unitários referentes às Atas de Registro de Preços do seguinte processo: **EDITAL P.E. nº 49/2022 – P.E. 15/2022**. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 15/2022. OBJETO: **Registro de Preços objetivando eventuais aquisições de materiais para limpeza com destino ao Almoxarifado São Miguel. Prazo de 12 (doze) meses**. Marília, 07 de fevereiro de 2023 Ricardo Hatori – Presidente.

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE EMBU-GUAÇU
Retifica o edital publicado em 21.12.2022 **onde consta** "...convoca a todos os servidores..." **leia-se** da seguinte forma "...convoca a todos os associados servidores..."
José Gerson Gomes Cabral - Presidente

FUNDAÇÃO CASA

CONVOCAÇÃO
Luiz Fernando Colli Junior, portador do RG 400988641, Carteira Profissional nº 90511 - série: 0268 - SP, registrado nesta Fundação sob o número RE: 458946, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sito à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Cadastro e Movimentação de Pessoal, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482, alínea "i", da CLT.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS
Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202205879/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 53210153055202300040 - PARA AQUISIÇÃO DE: ENDOPRÓTESE HIBRIDA COM CUFF PARA TRATAMENTO DE ANEURISMA E DISSECÇÃODE AORTA TORÁCICA.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 23/02/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **08/02/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obstenção de senha de acesso aosistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP
EXTRATO DE ADITAMENTO
ADITIVO CONTRATUAL Nº 007/2023
PROCESSO Nº: 083/2022
LICITAÇÃO/ MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº: 005/2022 – CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP. CONTRATADA: SOL CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO DE PISTA DE CAMINHADA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 102.367/2022. DATA DA ASSINATURA: 06/02/2022. VENCIMENTO: 20/10/2023 (VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRES) PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES
PROCESSO Nº 021/2023 –
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO PANITUMUMABE 20MG/ML - FRASCO DE 5ML, EM ATENDIMENTO A MANDADO DE SEGURANÇA. ENCERRAMENTO/ABERTURA: 23/02/2023 ÀS 14:00 HORAS. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, nº 575 – Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolin Telles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br
Guararapes, 07 de fevereiro de 2023
Maria Marta Justi
Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS
Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202205891/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 53210153055202300045 - PARA AQUISIÇÃO DE: CATETER DE ABLAÇÃO II (CONECTOR/ELETRODO/EQUIPO).** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 23/02/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **08/02/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso aosistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/23.
Registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios e acondicionamentos de embalagens para Administração. Recepção dos envelopes: até as 09h do dia 23/02/23 – Edital completo pelo site www.lavinia.sp.gov.br.
Lavínia/SP, 06/02/23.
Salvador Cazuo Matsunaka-Prefeito

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS
Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202208536/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 53210153055202300029 - PARA AQUISIÇÃO DE: ACICLOVIR 250 MG INJ. FR.AMP; AMPICILINA SODICA 1G + SULBACTAM 0,5G INJETAVELF/A; ANIDULAFUNGINA 100 MG FRASCO-AMPOLA E CEFTAZIDIMA 2.000 MG + AVIBACTAM500 MG F/A.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 23/02/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **08/02/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obstenção de senha de acesso aosistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PREGÃO ELETRÔNICO
PC 1973/2022 - PE 589/2022, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE ARCO CIRÚRGICO PARA EQUIPAR HOSPITAL DE URGÊNCIA. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/02/2023 – 9h30min.** O edital estará disponível para realização de download no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO
Aviso de Licitação
Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos, para as Unidades da Rede Municipal de Saúde. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 09/2023 – Processo 016/2023 – Tipo: Menor Preço por Item. Abertura: 27/02/2023, Horário 14H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO
Aviso de Licitação
Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de 1.200 (um mil e duzentos) Cestas Básicas, para o Fundo Social de Solidariedade. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 07/2023 – Processo 014/2023 – Tipo: Menor Preço Global. Abertura: 27/02/2023, Horário 09H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023**, nos termos do **Processo nº 012/2023**, destinada à **CONTRATAÇÃO DE EQUIPAMENTO SOCIAL – REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE QUADRA COM COBERTURA. PROCESSO SPDOC Nº 1216310/2021/PEM CELEBRADO COM A SECRETARIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO**, a licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**. Os envelopes **"HABILITAÇÃO e PROPOSTA"** deverão ser apresentados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre localizada na Rua Pedro Gomes, nº 69 – Centro, até às **15h:00min.** do dia **23/02/2023**. A abertura do envelope "Habilitação" ocorrerá no mesmo dia e local às **15h:00min.** na, sala de Reuniões do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre. Campina do Monte Alegre, 07 de fevereiro de 2023. TIAGO RICARDO FERREIRA. PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 04/2023
Despacho do Prefeito, de 21/11/2022, ratificando, com fulcro no art. 26 da Lei federal n. 8.666/93, com suas alterações, para que produza os devidos efeitos legais, o ato que reconheceu a dispensa de licitação visando à contratação da empresa: MMSTORE- L. MACEDO INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ: 24.943.329/0001-54, com sede na Rua: Neder Issa nº 1-80 loja 02, Vila Guedes de Azevedo na cidade de Bauru, CEP: 17012-370. **OBJETO:** Aquisição de 06 (seis) tablets para atender as necessidades da secretaria da Saúde. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº04/2023. VALOR: R$ 8.800,00 (Oito Mil e Oitocentos reais).
Prefeitura Municipal de Óleo, 06 de fevereiro de 2023.
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - SINPRO ABC - Assembleia Geral Extraordinária Virtual 27/02/2023 - Pelo presente edital, ficam convocados os professores e professoras, sindicalizados(as) ou não, do ENSINO SUPERIOR do Centro Universitário SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, base territorial do Sindicato Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - SINPRO ABC, inscrito no CNPJ sob o nº 53.714.440/0001-77, devidamente registrado no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 914.027.422.86563-0, com sede à Rua Pirituba, 61/65 - Bairro Casa Branca - Santo André - SP, CEP: 09015-540, observando a fundamentação para assembleia na modalidade virtual, baseado no art. 4º-A da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária Virtual, que se realizará no dia 27 de fevereiro de 2023, às 17 horas, em primeira convocação, com o quórum estatutário de presentes, ou às 17 horas e 30 minutos, em segunda e última convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio de plataforma remota ZOOM, cujo link para acesso será encaminhado aos professores e professoras que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador no SENAC-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: assembleia@sinpro-abc.org.br, impreterivelmente até o horário definido para a primeira convocação, acima referido. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Análise de eventual contraproposta patronal; b) Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; c) Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo. Santo André, 08 de fevereiro de 2023. **Edilene Arjoni Moda** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL 04/2023
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÓLEO, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar licitação diferenciada – preferencialmente à participação de ME/EPP, na modalidade de pregão eletrônico, de nº 18/2022, do tipo menor preço por item, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos especializados de: Médico Pediatra, Médico Ginecologista/Obstetra, Médico Ultrassonografista; Médico Psiquiatra; Médico Ortopedista nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Óleo/SP, pelo período de 12 (doze) meses prorrogável em conformidade com o art. 57, da Lei 8.666 e alterações posteriores, conforme Termo de Referência – Anexo I.
• Fica vedada a participação de associações, cooperativas e demais entidades sem fins lucrativos. Item 4/4. Do Edital. • Acrescenta-se ao Item 5/5.18 do Termo de referência a seguinte clausula: "Comprovação de regular inscrição da pessoa jurídica e seu responsável técnico, junto ao Conselho Regional de Medicina". • A empresa deverá apresentar atestados de capacidade técnica. Item 5/5.19 do Termo de Referência.
ÓLEO – SP, 07 DE FEVEREIRO DE 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATO N. 026/2022
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Óleo. CONTRATADA: AUTO POSTO TRÊS IRMÃOS DE ÓLEO LTDA, com sede à rua João Fausto Giraldes, n. 544, Centro, cidade de ÓLEO-SP, CNPJ N. 72.026.065/0001-17. **OBJETO:** Aditamento de contrato, cujo objeto refere-se à aquisição de combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Óleo, do tipo maior percentual de desconto, com base no Sistema de Levantamento de Preços da ANP, Semanal - Resumo I, Estado de São Paulo, pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência. **FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO, Nº 4/2022 – Proc. 18/2022 – Lei federal n. 8.666/93.**
ITEM:
Gasolina aditivada: R$ 5,60; Etanol: R$ 3,95; Diesel: 6,89; Diesel S10: 6,94
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de MAIO de 2022.
07 de fevereiro de 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2023 – MENOR PREÇO
O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberta nesta Prefeitura a CONCORRÊNCIA Nº 001/2023, cujo objeto é a prestação de serviços de recapeamento asfáltico e implantação de sinalização horizontal e vertical, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para recapeamento de trecho da Rua Souza, entre a Avenida Alexandre Marion e a Praça Colombini, na Zona Urbana do Município de Jaguariúna – Convênio Estadual n° 1219428/2021, conforme demais especificações contidas no Edital. O encerramento do prazo para a entrega dos envelopes se dará no dia 14 de março de 2023 às 09:00 horas. O Edital completo poderá ser consultado e adquirido no Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Jaguariúna/SP, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou através do site www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br a partir do dia 08 de fevereiro de 2023. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9707, com Esther, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9757, com Carla, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9760, com Luciano, (19) 3867-9708, com Carla, ou pelo endereço eletrônico: renato_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.
Jaguariúna, 07 de fevereiro de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO/INABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 006/2022
Objeto: Prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos com base na Lei Federal 12.305/2010 e Decreto Municipal 2.335/2015"
No sexto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três às 13:30 horas, no auditório da Secretaria de Educação, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações para leitura de relatórios (análise técnica e contábil) e demais averiguações e julgamento de habilitação/inabilitação das participantes. Após as avaliações de praxe a Comissão Permanente de Licitações resolveu unanimemente habilitar as empresas: CONVERD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. – CNPJ 02.647.165/0001-85; ECOSYSTEM SERVIÇOS URBANOS LTDA – CNPJ 03.682.232/0001-65; CONSÓRCIO CORPUS & MB REPRESENTADA PELA EMPRESA LÍDER CORPUS SANEAMENTO E OBRAS – CNPJ 31.733.363/0008-36; SUMA BRASIL – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A. – CNPJ 16.565.111/0001-85; ALFA LIX SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA – EPP – CNPJ 08.698.921/0001-81; SBR SOLUÇÕES E BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS E COMÉRCIO LTDA – CNPJ 12.610.079/0001-50; LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA – CNPJ 62.011.788/0001-99; DEMAX SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA – CNPJ 48.096.044/0001-93; PLURAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA – CNPJ 14.647.297/0001-96; BIOSPHERA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – CNPJ 11.167.599/0001-79; CLEANMAX SERVIÇOS LTDA – CNPJ 01.392.228/0001-37; e inabilitar as empresas: FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI – CNPJ 00.900.846/0001-88; PAC AMBIENTAL LTDA – CNPJ 04.760.570/0001-30 e FORTY CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA – CNPJ 04.867.151/0001-00. Fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109, I, alínea "a" da lei 8666/93, de 05 dias úteis, com relação a este julgamento, começando ele a correr a partir do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação.
Ariana Aparecida de Almeida – Presidente Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2022
Contrato nº 034/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA
Contratada: MEDCOLI DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS MEDICOS COZINHA E LIMPEZA LTDA - CNPJ: 30.619.938/0001-55
Objeto: Aquisição de mesa ginecológica) - Item: 25. Vigência: 60 dias. Valor Global R$ 1.120,00
Secretaria de Gabinete, 27 de janeiro de 2023
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2022
Contrato nº 038/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA
Contratada: SILVIO VIGIDO ME - CNPJ: 21.276.825/0001-03
Objeto: Aquisição de balança antropométrica infantil e poltrona hospitalar. - Itens: 4 e 27. Vigência: 60 dias. Valor Global: R$ 3.552,00
Secretaria de Gabinete, 27 de janeiro de 2023
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE CONTRATO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022
Contrato 046/2022
Contratada: HJM Construtora Eireli – CNPJ 34.422.779/0001-55
Objeto: Prestação de serviços de construção de 02 (duas) Unidades Básicas de Saúde, dos Bairros Vargeão e Santo Antônio do Jardim no município de Jaguariúna – Conforme Convênio Estadual nº 903/2019, celebrado entre o município e o Estado, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional
Fica prorrogado por mais 90 dias, contados de 18 de janeiro de 2023, o prazo de execução da obra, e contados de 18 de fevereiro de 2023, o prazo da vigência contratual.
Fica também acrescido o valor de R$ 15.947,52 referente à execução de revestimento cerâmico em todas as paredes dos banheiros até o teto, correspondente ao código SINAPI 87265 – Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo esmaltada extra de dimensões 20x20 cm aplicadas em ambientes de área maior que 5m² na altura inteira das paredes. AF_06-2014, adicionado à planilha orçamentária original.
Com o acréscimo acima mencionado o valor global do Contrato passa a ser de R$ 811.629,87.
Ratificam-se neste ato todas as cláusulas do referido Contrato, as quais permanecem inalteradas para todos os efeitos legais.
Secretaria de Gabinete, 07 de fevereiro de 2023
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária Municipal de Gabinete

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
SECRETARIA DE SUPRIMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 030/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição e entrega parcelada de medicamentos, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 24/02/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - **Edital:** Disponível a partir do dia 09/02/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf.
Walquiria Furlan - Pregoeira
PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 031/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição e entrega parcelada de atadura elástica, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 24/02/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br - **Edital:** Disponível a partir do dia 09/02/2023 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf.
Raphael Rocha Cantowitz - Pregoeiro

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente **EDITAL**, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAÚ,** inscrito no CNPJ-MF nº 50.757.608/0001-33, com sede na Rua Amaral Gurgel, nº 134, Centro, município de Jaú, Estado de São Paulo, por seu presidente, **CONVOCA** todos os trabalhadores integrantes da categoria **de Produtos de Cimento, REPRESENTADA PELO SINDICATO, OBJETO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA,** dos Municípios de **Jaú, Bocaina, Dois Córregos e Itapuí,** para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias Itinerantes, a serem realizadas nos seguintes dias, horários e locais: No dia **16 de fevereiro de 2023,** na cidade de **BOCAINA**, às 16:00 horas na sede da empresa **J. BUENO DE CAMARGO FILHO & CIA LTDA**, estabelecida à rua Ugo Vecchio, nº s/nº, Centro. No dia **22 de fevereiro de 2023**, na cidade de **JAÚ** às 17:00 horas na sede social do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAÚ,** estabelecida à rua Amaral Gurgel, nº 134, Centro. As sessões acima previstas, em primeira convocação, deliberarão sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; **2)** Leitura, discussão e aprovação do rol de reivindicações dos trabalhadores para renovação das normas coletivas de trabalho da categoria profissional acima elencada, com vigência a partir de **01 de março de 2023**; **3)** Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para que, juntamente, com a diretoria da Federação, seja dado início ao processo de negociação coletiva, podendo firmar Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho, e, se necessário, instaurar o competente Dissídio Coletivo (econômico/greve), outorgando para tanto, poderes à diretoria da Federação, por procuração, para este fim; **4)** Leitura, discussão e aprovação da proposta do Sindicato sobre o desconto da contribuição da categoria para receita orçamentária da Entidade e exercício do direito de oposição; **5)** Decidir pela manutenção das Assembleias em caráter permanente até o final das negociações, mediante convocação por boletins, se necessário. No caso de não haver "quórum' em primeira convocação, as Assembleias realizar-se-ão em segunda convocação, duas horas após a primeira, nos mesmos dias e locais, com qualquer número de presentes, cujas deliberações, constantes da ordem do dia, terão plena validade para toda a categoria. Jaú/SP, 08 de fevereiro de 2023. **Adilson Dallano -** Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAREÍ
AVISO DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023
A Prefeitura Municipal de Guareí torna público que encontra-se aberta licitação modalidade Tomada de Preços nº 01/2023, julgamento através do Menor Preço Global, cujo objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para realizar recapeamento asfáltico em via urbana do Município, com recursos do CONVÊNIO Nº 102412/2022, celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, conforme memorial descritivo e planilha em anexo. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo do Paço Municipal até as 9:00 horas do dia 23/02/2023 e a abertura da sessão pública ocorrerá no mesmo dia 23/02/2023 as 9:30 horas na sala do Departamento de Licitações, localizado no prédio do Paço Municipal "Juvenal Augusto Soares", situado na Rua Professora Ana Cândida Rolim, nº 46, centro de Guareí/SP. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial www.guarei.sp.gov.br Maiores informações através do telefone (15) 3258.8300 ou e-mail licitacao@guarei.sp.gov.br.
Guareí, 07 de fevereiro de 2023.
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023
A Prefeitura Municipal de Guareí torna público que encontra-se aberta licitação modalidade Tomada de Preços nº 03/2023, julgamento através do Menor Preço Global, cujo objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para realizar recapeamento asfáltico em via urbana do Município, com recursos do CONVÊNIO Nº 103779/2022, celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, conforme memorial descritivo e planilha em anexo. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo do Paço Municipal até as 10:00 horas do dia 23/02/2023 e a abertura da sessão pública ocorrerá no mesmo dia 23/02/2023 as 10:30 horas na sala do Departamento de Licitações, localizado no prédio do Paço Municipal "Juvenal Augusto Soares", situado na Rua Professora Ana Cândida Rolim, nº 46, centro de Guareí/SP. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial www.guarei.sp.gov.br Maiores informações através do telefone (15) 3258.8300 ou e-mail licitacao@guarei.sp.gov.br.
Guareí, 07 de fevereiro de 2023.
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2023
A Prefeitura Municipal de Guareí torna público que encontra-se aberta licitação modalidade Tomada de Preços nº 04/2023, julgamento através do Menor Preço Global, cujo objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para realizar a pavimentação em lajotas de concreto em via urbana do Município, com recursos do CONVÊNIO Nº 103780/2022, celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, conforme memorial descritivo e planilha em anexo. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo do Paço Municipal até as 11:00 horas do dia 23/02/2023 e a abertura da sessão pública ocorrerá no mesmo dia 23/02/2023 as 11:30 horas na sala do Departamento de Licitações, localizado no prédio do Paço Municipal "Juvenal Augusto Soares", situado na Rua Professora Ana Cândida Rolim, nº 46, centro de Guareí/SP. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial www.guarei.sp.gov.br Maiores informações através do telefone (15) 3258.8300 ou e-mail licitacao@guarei.sp.gov.br.
Guareí, 07 de fevereiro de 2023.
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023
A Prefeitura Municipal de Guareí torna público que encontra-se aberta licitação modalidade Tomada de Preços nº 05/2023, julgamento através do Menor Preço Global, cujo objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para realizar recapeamento asfáltico em via urbana do Município, com recursos do CONVÊNIO Nº 103781/2022, celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, conforme memorial descritivo e planilha em anexo. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo do Paço Municipal até as 13:15 horas do dia 23/02/2023 e a abertura da sessão pública ocorrerá no mesmo dia 23/02/2023 as 13:30 horas na sala do Departamento de Licitações, localizado no prédio do Paço Municipal "Juvenal Augusto Soares", situado na Rua Professora Ana Cândida Rolim, nº 46, centro de Guareí/SP. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial www.guarei.sp.gov.br Maiores informações através do telefone (15) 3258.8300 ou e-mail licitacao@guarei.sp.gov.br.
José Amadeu de Barros – Prefeito Municipal

Edital de Convocação - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BOTUCATU,** através de seu Diretor Presidente abaixo qualificado, pelo presente edital, **CONVOCA** todos os Trabalhadores integrantes das Categorias Profissionais do 3º Grupo do Plano da CNTI, a saber: Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Grandes Estruturas, Indústrias da Construção Civil de Pequenas Estruturas; Indústrias de Olarias, Indústrias de Impermeabilização, Isolação Térmica, Tratamento de Concreto, Projetos, Consultoria e Fiscalização, nas Indústrias de Pinturas e Decorações, Estuques e Ornamentos, nas Indústrias de Cimento Armado, nas Indústrias de Instalação e Manutenção industrial, Telefonia, instalações Elétrica, de Gás, Hidráulicas e Sanitárias e nas Indústrias da Construção Pesada, de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplenagem e afins, associados ou não ao Sindicato, todos com direito a voto, e sendo todos com Data Base em 1º Maio de 2023 a comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária** que se fará realizar no dia 16 de fevereiro de 2023 ás 18h00min, na sede do Sindicato á Rua Coronel Manuel Luiz Dos Santos, nº 365 Bairro Vila São Lucio na Cidade de Botucatu, todos os integrantes das Categorias Profissionais, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1º -** Discussão e Aprovação das atas de assembleias anteriores; **2º -** Apresentação, discussão e aprovação do Rol Reivindicação das categorias acima mencionadas, referente à data-base de 01/05/2023 a serem apresentadas às Entidades Patronais; **3º -** Deliberar sobre a concessão de poderes à Diretoria do Sindicato, para dar início à negociação para renovação das cláusulas coletivas vigentes até 30/04/2023, em conjunto e/ou separadamente com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com os Sindicatos Patronais e /ou através de mediação ou solução arbitral. **4º -** Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive sobre a deflagração estado de greve e greve; **5º -** Autorizar e conceder poderes a Diretoria do Sindicato, para agir na esfera, administrativa e judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar, havendo necessidade o competente Dissídio Coletivo Econômico perante o Tribunal Regional do Trabalho, bem como, instaurar o Dissídio de Greve; **6º -** Deliberar a manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo para as deliberações que se fizerem necessárias; **7º -** Discussão e aprovação do desconto a titulo de Taxa de Contribuição Solidária no percentual a ser estipulado, para custeio da Organização Sindical, descontada de todos os trabalhadores da categoria, associados ou não, beneficiados pelas cláusulas normativas a serem firmadas; Se na hora aprazada não houver quorum, as Assembleias ficam convocadas e mantidas para o mesmo local, realizando-se em 2ª convocação, 01 (Uma) hora após, com quaisquer números de presentes, cujas deliberações terão validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a Categoria. Botucatu, 08 de fevereiro de 2023. **André Luis Pereira -** Diretor Presidente.

Lula dá murro na faca dos juros

Sem plano real de mudança, na prática presidente piora economia com suas críticas

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Faz três meses, Luiz Inácio Lula da Silva está em campanha contra a política econômica convencional. O resultado prático dos discursos de palanque é evidentemente negativo.

Para ficar nas evidências mais elementares e gritantes, as taxas de juros subiram e o real continua desvalorizado além da conta, um empecilho também para a queda da inflação. Esse aperto de condições financeiras começa a ameaçar o crescimento da economia também em 2024.

Por que o presidente age assim? Lula poderia ter um projeto de mudança. Isso quer dizer propor novas instituições e métodos de política macroeconômica, por exemplo (gastos, dívida, inflação, Banco Central). Os governos do PT jamais apresentaram tal projeto, em 13 anos e meio no poder ou nos 6 anos e meio fora dele, quando criticavam o "rentismo", o "austericídio" e o "neoliberalismo". Particularmente sob Dilma Rousseff 1, a política convencional de controle de déficit e dívida e de metas de inflação foi avacalhada —não houve mudança institucional ou de método.

Partidários do presidente dizem que não se pode julgar a política econômica pelos discursos dele, pois tal política ainda estaria em elaboração. Que seja. Ouvindo discursos do que pode ser tal política, quem tem dinheiro e haveres em geral se protege, cobrando juros maiores e mantendo menos ativos em reais (o dólar sobe ou não cai tanto).

Pelos discursos de Lula até agora, parece que o presidente acredita que algumas gambiarras (avacalhação de políticas, técnicas, métodos, não mudança de fato) bastam para reeditar o "milagre do crescimento". Isto é: um pouco mais de inflação (aumentar a meta). Ou obrigar o Banco Central a "conversar" (baixar a Selic). Fazer o BNDES emprestar mais, a juro de pai para filho, para se "contrapor" ao BC. Ter mais gente sua em comando de estatais, até revertendo a privatização (de fato porca) da Eletrobras.

É razoável discutir se tal ou qual Selic contém a inflação ou o nível da meta de inflação ou tipo de teto de gastos mais adequado. A avacalhação dessas políticas ou as alternativas confusas ou simplórias sugeridas nos discursos de Lula apenas têm resultado e resultarão em menos crescimento.

Um exemplo de debate não vai caber nestas colunas hoje, mas há possibilidades.

Um caso interessante é o dos Estados Unidos (e a Europa irá a reboque) projetando pesados subsídios, entre outras medidas, para a "transição tecnológica verde", mas não apenas. Em matéria de heterodoxias, aliás, os EUA têm caprichado desde o grande desastre de 2008. Mas essa é uma conversa séria ou, talvez, para quem pode.

Nosso problema aqui e agora é o de avacalhação ou de propostas grandiosas, por ora com pés de barro, como o Banco Central controlar as taxas de juros de todos os prazos (não apenas a de curtíssimo prazo, como a Selic), de ignorar que a dívida pública recomeçará a crescer sem limite neste ano ou mesmo de gastar (endividar-se) à vontade, imaginando que, mesmo assim, se possa pagar a taxa de juros que se quiser, com a taxa de câmbio que se quiser, talvez controlando tudo isso na marra ou com grande inflação (nunca deu certo, afora em situações de imensa guerra e por pouco tempo), como sugerem novos companheiros de viagem do PT.

Lula faz tudo isso de propósito? Quer jogar a conta do baixo crescimento deste ano em outrem? Não precisava fazer tal esforço, deletério. Não tem noção do estrago que está causando? Acredita que gambiarras vão colocar o país para crescer? Em delírio de grandeza, está descolado da realidade, sem ninguém no seu entorno para dizer o tamanho do problema que provoca com esses murros em faca?

É uma dúvida e um espanto.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Área de garimpo ilegal na bacia do rio Tapajós, no Pará Pedro Ladeira - 15.fev.22/Folhapress

Comércio ilegal de ouro é concentrado em 5 instituições

CVM recebe denúncia para investigar DTVMs; empresas contestam suspeitas

Alexa Salomão

BRASÍLIA O ouro extraído de lavras clandestinas é legalizado no sistema financeiro por um grupo pequeno de instituições, apontam levantamentos e investigações sobre o comércio ilegal do metal no Brasil.

As suspeitas recaem sobre cinco DTVMs (Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários), um tipo de instituição financeira que pode se especializar em compra e venda de ouro financeiro (mais puro, que pode ser negociado no mercado financeiro e por joalherias) e e opera com autorização do BC. Procuradas, 3 das 5 distribuidoras negaram irregularidades, e 2 não responderam.

A DTVM é um elo vital na cadeia de legalização de ouro retirado de terras indígenas e áreas de reserva. É nessas empresas que o garimpeiro irregular pode apresentar uma permissão de lavra forjada e sair com a nota fiscal que torna o produto legal para ser transportado e negociado.

Um dos locais que concentram DTVMs e outras empresas dedicadas ao setor é Itaituba (PA).

O Boletim do Ouro, por exemplo, identificou que praticamente sete toneladas de ouro ilegal produzidas entre janeiro de 2021 e junho de 2022 foram "esquentadas" por cinco DTVMs e um laboratório. Os pesquisadores não divulgam os nomes, porque as empresas estão sob investigação de diferentes autoridades.

O levantamento, que consolida dados desde 2019, é assinada pelos pesquisadores Bruno Manzolli e Raoni Rajão e publicado pelo CSR/UFMG (Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais).

A metodologia, criada em parceria com o Ministério Público Federal, permite traçar o fluxo do ouro, desde quem é o responsável pelo título minerário de origem até quem faz o primeiro recolhimento tributário, ou seja, o primeiro comprador.

Nesse período mais recente de um ano e meio, a conclusão desse levantamento é que ao menos 30% do total das 158 toneladas produzidas no Brasil é irregular, sendo 35,7 toneladas potencialmente ilegais e outras 10,5 toneladas ilegais.

Três cidades do Pará, Itaituba, Cumaru do Norte e Novo Progresso, acumulam 98% das 10,5 toneladas ilegais. Itaituba aparece em primeiro (75%).

Outro levantamento que identificou a concentração de operações suspeitas em um número pequeno de instituições foi o trabalho "Raio-X do Ouro: Mais de 200 toneladas podem ser ilegais", do Instituto Escolhas.

O documento destacou que na Amazônia os negócios dos garimpeiros clandestinos estavam concentrados em quatro DTVMs e cita nominalmente F.D'Gold, a OM (Ourominas), a Parmetal e a Carol4.

Entre 2015 e 2020, diz o texto do documento, elas teriam movimentaram um terço de todo o volume de ouro com indícios de ilegalidade detalhados no estudo, ou 79 toneladas. "Isso significa que 87% de suas operações são duvidosas."

> "A empresa atua dentro dos mais rigorosos padrões para garantir que todo o ouro adquirido venha de áreas com lastros ambiental e minerários
>
> **Fênix DTVM**
> em nota

Mais ao final do período analisado, diz o levantamento, uma quinta DTVM teria passado a movimentar ouro com indícios de irregularidades, a Fênix.

O dono da F.D Gold, o político e empresário Dirceu Santos Frederico Sobrinho, chegou a ser preso numa investigação da PF sobre ouro ilegal.

Sobrinho foi filiado ao PSDB e, em 2018, concorreu como primeiro suplente do senador Flecha Ribeiro, pelo estado do Pará. Em maio do ano passado, ele assumiu que a F.D'Gold era dona de 78 kg de ouro apreendidos pela Polícia Federal, em Sorocaba, interior de São Paulo. A carga estava em malas de viagem e despertou a atenção por ser escoltada por policiais militares do estado de São Paulo. Sobrinho afirmou que o ouro era legal.

Em setembro, no entanto, foi preso numa blitz da PM de São Paulo. Ele tinha um mandado de prisão temporária expedido pela Polícia Federal em Rondônia por ser suspeito de mineração ilegal na Amazônia.

Com base nos dados do Instituto Escolhas, o Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) solicitou investigação à CVM (Comissão de Valore Imobiliários). A solicitação vazou em janeiro passado, após a crise humanitária dos yanomamis ganhar projeção mundial.

DTVMs questionam estudos que apontam indício de ilegalidade

OUTRO LADO

Em nota enviada à **Folha**, a assessoria de imprensa da Fênix declarou que ocorreu um engano em relação a sua inclusão na denúncia apresentada a CVM e diz que não está sendo investigada. A empresa destaca que o estudo do Instituto Escolhas traz informações "inconsistentes e inconclusivas contra a Fênix DTVM, o que, inclusive, ocasionou uma ação judicial contra ele".

"A empresa reforça o seu compromisso com a conformidade e legalidade, atuando dentro dos mais rigorosos padrões de governança e compliance para garantir que todo o ouro adquirido venha de áreas com lastros ambiental e minerários e está à disposição das autoridades responsáveis para colaborar com qualquer possível investigação."

A OM afirmou, também em nota, que não compactua com o garimpo ilegal e com a violação ao meio ambiente, seja na Amazônia, seja em qualquer local do Brasil. A empresa também diz que não foi notificada pela CVM, mas quem se for chamada, tem total interesse em demonstrar a legalidade de suas operações, e também questionou o estudo do Escolhas.

"Importante destacar que o estudo do Instituto Escolhas é patrocinado pelo Ibram, associação que reúne as maiores mineradoras multinacionais do país, inclusive aquela que deu causa ao desastre ambiental e social de Mariana e Brumadinho, é totalmente genérico, inconclusivo e parcial."

A Parmetal também destacou que não foi notificada pela CVM e reforçou que seus procedimentos estão de acordo com as determinações do BC.

"Vale destacar que não pactuamos com a situação de descaso com os indígenas yanomami ou com qualquer outra etnia. Assim como adotamos conduta contrária aos garimpos ilegais presentes em áreas quilombolas, unidades de conservação, terras indígenas ou qualquer outra localidade onde o garimpo não seja legalmente permitido pela Agência Nacional de Mineração e licenciado pelo órgão ambiental competente", afirma o texto da DTVM.

A **Folha** fez contato com o escritório central da FD'Gold e foi informada de que não havia ninguém apto a atender à reportagem, nem seria possível intermediar um contato com o proprietário. A Carol 4 não se pronunciou até a publicação deste texto.

Procurados, Ibram e Instituto Escolhas não quiseram comentar as críticas. A assessoria da CVM afirmou que a entidade não comenta procedimentos em curso.

Governo quer 96 mil casas no 1º semestre, sem novas contratações

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou nesta terça (7) que o governo pretende entregar 96 mil novas moradias do Minha Casa, Minha Vida no primeiro semestre deste ano.

Será priorizada a conclusão de 69 condomínios que tiveram obras iniciadas e 70 já aprovados. Costa disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) irá à Bahia na terça (14) para "relançar" o programa e que será assinada uma medida provisória para definir os "novos moldes" da política pública habitacional.

Apesar disso, a presidente da Caixa, Rita Serrana, disse que não há nada certo sobre novos empreendimentos ainda neste ano.

"Vai depender do orçamento do governo. Se conseguir contratar esse ano, já contrata esse ano e começa, mas a prioridade é terminar [as obras em andamento], porque obra parada o custo é muito alto", afirmou.

"Só para terem ideia, temos 69 obras em andamento, a maioria contratada lá em 2016, 2015, que ficaram paradas nesse período todo. O objetivo agora nosso é agilizar, como disse o ministro Rui, a entrega dessas 69 obras", afirmou.

E prosseguiu: "Tem mais 70 obras aprovadas que não saíram do papel, estão paradas, ou no início da obras".

Já Costa disse que "todo o foco" será entregar cerca de 120 mil unidades do faixa 1 do programa, para as famílias com renda mais baixa.

"A grande maioria está acima de 60% de construção, mas nós queremos e aqui eu já peço o empenho de cada funcionário, gerente e diretor, que consigamos entregar cerca de 80% dessas unidades ainda no primeiro semestre deste ano, garantindo os recursos necessários para que as obras voltem no ritmo necessário", afirmou.

As declarações foram dadas em evento que reuniu os gestores da rede de atendimentos da Caixa Econômica Federal. O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, também participou e disse que apresentará a Lula proposta de medida provisória para detalhar os critérios e as contrapartidas do programa.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP
AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL)
PREGÃO Nº 8/2023 – PROCESSO Nº 21/2023 – TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM
Objeto: Registro de Preços para aquisição de MEDICAMENTOS, visando a regularidade de atendimento à população e o funcionamento do sistema de saúde, no período de 06 (seis) meses, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 24/2/2023 (sexta-feira)**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 7 de fevereiro de 2023. ALCEMIR CASSIO GREGGIO** *- Prefeito -*

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTOS E MEIO AMBIENTE DE VOTUPORANGA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2023 – PROCESSO Nº 09/2023 – **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção e limpeza de áreas verdes, com predominância de áreas de reflorestamento, reservas ecológicas, APPs – Áreas de Preservação Permanente, propriedades e imóveis da Saev Ambiental, por 12 (doze) meses, no perímetro urbano e rural do município de Votuporanga/SP. **DATA DA REALIZAÇÃO: 24/02/2023. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** a partir do dia 08/02/2023 ao dia 24/02/2023 até as 08h00 (oito horas). **INICIO DA ETAPA DE LANCES:** dia 24/02/2023 a partir das 08h15 (oito horas e quinze minutos). **DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados na Divisão Administrativa "Engº Ambrósio Riva Neto" da Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga – SAEV AMBIENTAL, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.313, Centro, neste Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, e pelos endereços eletrônicos: www.saev.com.br. e www.bll.org.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos pelo telefone (17) 3405-9195. Votuporanga, 07 de fevereiro de 2023. Luiz Gustavo Gallo Vilela - Superintendente

PREFEITURA DE BOITUVA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2023
Acha-se aberta na Prefeitura de Boituva, Tomada de Preços 03/2023, Revitalização da Praça Serafina. Os envelopes "Documentação", "Proposta" serão recebidos no setor de licitações até as 10h00 do dia 23/02/2023, com abertura prevista para as 10h05 min do mesmo dia. Maiores informações estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura sita Av. Tancredo Neves, n° 01 Centro – Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas, pelo telefone (015) 3363-8812 ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 07 de fevereiro de 2023. **Carlos Rodolfo Araújo Cruz – Secretário de Meio Ambiente, Parques e Desenvolvimento Sustentável.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP
AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) – PREGÃO Nº 7/2023 – PROCESSO Nº 18/2023 – TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM – Objeto: Registro de Preços para o fornecimento no varejo de combustíveis automotivos, para o uso da Frota da Prefeitura Municipal de Urupês/SP, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 23/2/2023 (quinta-feira)**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 6 de fevereiro de 2023. ALCEMIR CÁSSIO GREGGIO** *- Prefeito -*

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023**, OC. **102401100632023oc00005**, referente ao Processo nº **40480/2022**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações, denominado **"Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP"**, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL**, a realização do pregão será no dia **24 de fevereiro de 2023** a partir das **09:00 horas**. O edital na íntegra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site www.bec.sp.gov.br e https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP
AVISO DE SUSPENSÃO E NOVA DATA PARA ABERTURA
A Prefeitura Municipal de Paraibuna torna público que suspende a abertura da licitação apresentada abaixo, com data para realização do certame para o dia 13/02/2023 às 09:00 horas e ***comunica abertura com nova data para o dia 01/03/2023, às 09:00 horas***. **Motivo:** Retificação do Edital. **Modalidade:** Pregão Presencial Mediante Sistema de Registro de Preços N°0005/2023 - Edital Nº0010/2023. **Objeto:** Ata de Registro de Preço para futura aquisição de material de construção, hidráulico e elétrico para todos os Departamentos da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraibuna. **Critério de Julgamento:** Menor Preço Por Item. **Informações:** Telefone (12)3974-2080, Ramal 4 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br.
Paraibuna, 08 de março de 2023.
Victor de Cassio Miranda - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
AVISO ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 186/2022 – PROCESSO Nº 412/2022
Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS OCUPADOS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP, BEM COMO SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E ÁREAS VERDES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES". Adjudica e Homologa em favor das empresas: WG TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI. Apresentou o menor preço para o item: 2, no valor de R$ 1.948.340,40 (um milhão, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta reais e quarenta centavos). AGIL EIRELI. Apresentou o menor preço para o item: 3, no valor de R$ 3.889.998,72 (três milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos). J.V.S COMERCIAL EIRELI. Apresentou o menor preço para o item: 4, no valor de R$ 5.615.514,00 (cinco milhões, seiscentos e quinze mil, quinhentos e quatorze reais), objeto deste pregão.
Fernandópolis-SP, 07 de fevereiro de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2023
ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 004/2023. **OBJETO:** Concessão para prestação e exploração exclusiva (lote único) dos serviços do Sistema Municipal de Transporte Público Coletivo urbano de passageiros no Município de Caieiras. **MODALIDADE:** Concorrência Pública. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 28/03/2023 às 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** dia 28/03/2023 as 08h35min. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 07 de Fevereiro de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - SINPRO ABC - Assembleia Geral Extraordinária Virtual 27/02/2023 - Pelo presente edital, ficam convocados os professores e professoras, sindicalizados ou não, que lecionam no Ensino Médio do SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, base territorial do Sindicato Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - SINPRO ABC, inscrito no CNPJ sob o nº 53.714.440/0001-77, devidamente registrado no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 914.027.422.86563-0, com sede à Rua Pirituba, 61/65 - Bairro Casa Branca - Santo André - SP, CEP: 09015-540, observando a fundamentação para assembleia na modalidade virtual, baseado no art. 4º-A da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária Virtual, que se realizará no dia 27 de fevereiro de 2023, às 19 horas, em primeira convocação, com o quórum estatutário de presentes, ou às 19 horas e 30 minutos, em segunda e última convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio de plataforma remota ZOOM, cujo link para acesso será encaminhado aos professores e professoras que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador no SENAC-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: assembleia@sinpro-abc.org.br, impreterivelmente até o horário definido para a primeira convocação, acima referido. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Análise de eventual contraproposta patronal; b) Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; c) Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo. Santo André, 08 de fevereiro de 2023. **Edilene Arjoni Moda** - Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230119

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230119 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é:Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Órteses e Próteses, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1192023, até o dia 27/02/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Fevereiro de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220054 - IG No 1209399000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220054 de interesse da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará – SSPDS, cujo OBJETO é:Aquisição de infraestrutura hiperconvergente e switches para a Polícia Civil do Estado do Ceará, através do programa de prevenção e redução da violência do Estado do Ceará – PReVio, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 24312022, até o dia 27/02/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Fevereiro de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
HOMOLOGAÇÃO
Pelo presente, e na melhor de direito, considerando a regularidade do presente processo, ratifico todos os atos da Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio e HOMOLOGO o(a) presente TOMADA DE PREÇO, n° 1/2023, para que surta seus regulares efeitos de direito com os seguintes valores:
Renova Asfaltos Pavimentação E Obras Ltda, com o valor de R$ 176.262,81 (cento e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos) - Item: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. Valor Total da Licitação: 176.262,81
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO, 07 de fevereiro de 2023
JORDÃO ANTONIO VIDOTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO N. 08/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. CONTRATADA: JRL TRANSPORTES FARTURA LTDA, CNPJ n. 38.904.986/0001-05, estabelecida a Rodovia: Alfredo de Oliveira Carvalho n° 191 sala 01, na cidade de Fartura, Estado de SP, CEP: 18879-899. **OBJETO:** Registro de preços, para eventuais aquisições, com entregas parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, para preparo da alimentação escolar e programas deselvolvidos pelo Departamento da Assistência Social, por um período de 12 (doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico n.02/2023 – Proc. 06/2023. **VALOR:** R$ 125.981,00 (Cento e vinte e cinco mil novecentos e oitenta e um reais). **DATA DE ASSINATURA DA ATA:** 06 de fevereiro 2023.
Óleo, 07 de fevereiro de 2023.
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO N. 03/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. CONTRATADA: CEREALISTA GÓES ALIMENTOS EIRELI ME, CNPJ n. 34.257.836/0001-98, estabelecida a Rua: Adolpho Candido dos Santos n° 135, na cidade de Piraju, Estado de SP, CEP: 18810-804. **OBJETO:** Registro de preços, para eventuais aquisições, com entregas parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, para preparo da alimentação escolar e programas deselvolvidos pelo Departamento da Assistência Social, por um período de 12 (doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico n.02/2023 – Proc. 06/2023. **VALOR:** R$ 181.042,50 (Cento e oitenta e um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos). **DATA DE ASSINATURA DA ATA:** 03 de fevereiro 2023.
Óleo, 07 de fevereiro de 2023.
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO N. 04/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. CONTRATADA: BELARIS ALIMENTOS LTDA- EPP CNPJ n° 17.088.309/0001-88, estabelecida a Alameda: Cônego Aníbal Difirância, 5-30- Parque Vista Alegre- Bauru/ SP, CEP: 17020-690. **OBJETO:** Registro de preços, para eventuais aquisições, com entregas parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, para preparo da alimentação escolar e programas deselvolvidos pelo Departamento da Assistência Social, por um período de 12 (doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico n.02/2023 – Proc. 06/2023. 1.1. **VALOR:** R$ $ 184.662,40 (Cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos). DATA DE ASSINATURA DA ATA: 03 de fevereiro 2023.
Óleo, 07 de fevereiro de 2023.
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, a Tomada de Preços, n.º 002/2023, que tem como objetivo a Contratação de empresa, por regime de empreitada global, para intervenções e melhorias no Centro de Convergência Turística – DADETUR 2022, cujo recebimento dos envelopes ocorrerá até o dia 01/03/2023, às 13:30 horas, iniciando-se a sessão de abertura logo em seguida. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.
Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 7 de fevereiro de 2023.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA
EDITAL nº 07/2023 – P.P. 06/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Presencial. NÚMERO: 06/2023. OBJETO: **contratação de empresa especializada para locação medida em horas de: - 02 (dois) equipamentos tipo retro escavadeira 4X4 sobre pneus; 02 (dois) caminhões basculante, tipo toco, com capacidade mínima de 5,0 m³; 01 (um) equipamento tipo pá carregadeira sobre esteiras, com potência mínima de 142 HP e caçamba de volume mínimo de 1,40 m³; 01 (uma) mini escavadeira sobre esteira, com potência mínima de 30 HP; 01 (uma) Escavadeira hidráulica sobre esteira, peso operacional mínimo de 20 toneladas; 01 (uma) carreta ou Prancha semi reboque com 03 eixos, capacidade mínima de 20 toneladas. Demais especificações no Anexo I; para utilização nos serviços de manutenção em redes de água e esgoto, pelo período de até 12 (doze) meses**. SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO: Dia 24/02/2023 a partir das 09:00 horas na Divisão de Suprimentos – Rua São Luis, nº 359 – Marília-SP. O Edital completo bem como maiores informações poderão ser obtidos no endereço acima, pelo fone (14) 3402-8510, no site: daem.com.br ou por e-mail: dacompra@terra.com.br e licitacaodaem@gmail.com. Marília, 07 de fevereiro de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
P.A 154/2022 - Pregão Presencial nº 01/2023
Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Programas de Gestão Pública.
Critério de Julgamento da Licitação: Menor Valor Global.
Recebimento e Abertura dos Envelopes: 23/02/2023 às 09:00 horas.
Local: IPSSC - Rua Vereador Mario Marcolongo, 462 - Jordanésia - Cajamar/SP.
Esclarecimentos: Endereço acima, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas.
Edital disponível no site www.ipssc.sp.gov.br.
Cajamar, 07 de fevereiro de 2023
Marcio Alexandre Lacerda Falcão
Diretor Executivo

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA
EDITAL nº 47/2022 – P. E. 12/2022. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 12/2022. TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002, adjudica e homologa nesta data o resultado do Processo Administrativo n.º 10.723/2022, Edital n.º 47/2022, modalidade Pregão Eletrônico n.º 12/2022, cujo objeto é o **Registro de Preços, para o prazo de 12 (doze) meses, visando à eventual aquisição de até 12.000 (doze) mil ampolas de substrato ONPG-MUG, para detecção via enzimática de coliformes totais e escherichia coli, em amostras de água (à incubação por 24 horas), por substâncias bases em teor salino e por compostos de inibição, com resultado em amarelo e azul fluorescente, embalados em unidade individuais, para amostras de 100ml de água e estáveis ao estoque entre 4° e 30°, por 10 (dez) meses, a serem utilizadas no laboratório de análises da Eta Peixe, destinadas à Coordenadoria de Tratamento de Água e Esgoto do Departamento de Água e Esgoto de Marília: LOTE:** 01 à empresa **IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA.**, localizada na Rua Victorino, n.º 207, Jardim Mutinga, CEP: 06.463-290, em Barueri – SP e; LOTE: 02 à empresa **LIO SERUM PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES LTDA.**, localizada na Rua Duque de Caxias, n.º 1.212, Centro, CEP: 14.015-020, em Ribeirão Preto – SP. Marília, 07 de fevereiro de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Pelo presente edital, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Plásticos, Explosivos, Abrasivos, Fertilizantes e Lubrificantes de Osasco e Região, com base territorial abrangida por esta entidade que compreende os municípios de Osasco, Cotia, Araçariguama, Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Mairinque, Santana de Parnaíba, São Roque e Vargem Grande Paulista, por intermédio de sua Diretoria Colegiada, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os trabalhadores pertencentes às Indústrias de Produtos Farmacêuticos, associados ou não do Sindicato, para participar da **Assembleia Geral Extraordinária,** a realizar-se no **dia 12 de fevereiro de 2023,** no Cefol Osasco, situado na Estrada Carolina Maria de Jesus (Antiga Estrada das Mulatas), nº 1.000 Portal Cotia-Tijuco Preto, Cotia - SP, às **09h30min em 1ª convocação,** e às **10h00 em 2ª convocação** com qualquer número de presentes, para discutir e deliberar sobre: (1) Pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2023/2024; (2) Outorga de poderes à diretoria do Sindicato para (a) encaminhamento de negociações diretamente com o Sindusfarma ou com as empresas e seus respectivos sindicatos representativos, bem como assinar Acordo Coletivo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho; (3) Autorização para o Sindicato deflagrar eventual movimento paredista; (4) Discussão e deliberação sobre o estabelecimento de uma contribuição negocial para todos os membros da categoria, para o custeio da negociação coletiva e para a manutenção da entidade sindical; (5) Aprovação da manutenção da assembleia em caráter permanente e itinerante, que poderá percorrer os locais de trabalho da categoria; (6) Outros assuntos de interesse da categoria. E para que chegue ao conhecimento de todos os trabalhadores da Categoria e no futuro ninguém alegue desconhecimento, publica-se o presente edital. Osasco, 08 de Fevereiro de 2023 - Nilza Pereira de Almeida e Claudineia Bueno de Meira - Representantes da Diretoria Colegiada.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230089

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230089 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material odontológico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 892023, até o dia 27/02/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Fevereiro de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230013

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230013 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 132023, até o dia 24/02/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Fevereiro de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO
Aviso de Licitação
Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Aquisição Massa Asfáltica. Modalidade: Pregão Presencial nº 02/2023 – Processo 017/2023 – Tipo: Menor Preço por Item. Abertura: 03/03/2023, Horário 09H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 09/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 221/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 07/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2023 - EDITAL Nº. 06/2023 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor valor por item para REGISTRO DE PREÇOS PARA PARA A LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, MÁQUINAS PARA CONFECÇÃO DE ALGODÃO DOCE E PIPOCA, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 02 de março de 2023, às 08h00min, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a cópia do Edital e anexos estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 07 de fevereiro de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD
EDITAL DO LEILÃO Nº 07-D/2023 – CONTRATO Nº 74/2022/SP – BENS MÓVEIS
ALIENAÇÃO DEFINITIVA – TRÁFICO DE DROGAS – POLÍCIA FEDERAL
A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas-SENAD, c/ apoio da Estrutura Organizacional do Estado de São Paulo, neste ato repres. p/ Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, torna público, **1º Leilão, dia 23/02/23, c/ encerram. a partir das 13h**, exclusiv. p/ site **www.gilsonleiloes.com.br**, p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). **Processo: 08129.013196/2021-09**. Leiloeiro: **GILSON KENITI INUMARU**, p/ força do **contrato nº 74/2022/SP**. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, será enviado informações por e-mail p/ pgto do valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail contato@gilsonleiloes.com.br e tel.: 0800-707-9339. **O presente edital, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis na íntegra no site supramencionado.** Em, 02/02/23.
Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo
Portaria nº 2383, de 19 de abril de 2022
Amanda Alves Bortoloti – Presidente da Comissão da Polícia Federal

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD
EDITAL DO LEILÃO Nº 06-D/2023 – CONTRATO Nº 74/2022/SP – BENS MÓVEIS
ALIENAÇÃO DEFINITIVA – TRÁFICO DE DROGAS/OUTROS CRIMES – POLÍCIA CIVIL
A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, c/ apoio da Estrutura Organizacional do Estado de São Paulo, neste ato repres. p/ Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, torna público **Leilão, dia 23/02/23, horário: 01) Bens Anexo I** (tráfico de drogas): **c/ encerram. a partir das 10h | 02) Bens Anexo II** (outros crimes): **1º encerram. a partir das 09h**, p/ lances iguais/sup. à avaliação, e **2º encerram. a partir das 10h**, p/ lances não inf. a 80% da avaliação. p/ site **www.gilsonleiloes.com.br**, p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). **Processo: 08129.013196/2021-09.** Leiloeiro: **GILSON KENITI INUMARU**, p/ força do **contrato nº 74/2022/SP**. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, será enviado informações por e-mail p/ pgto do valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail contato@gilsonleiloes.com.br e tel.: 0800-707-9339. **O presente edital, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis na íntegra no site supramencionado.** Em, 31/01/23.
Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo
Resolução SSP nº 72/2019, alterada pelas Resoluções SSP nº 063/2020 e nº 77/2020
Antônio Carlos Heib – Presidente da Comissão da Polícia Civil

AVISO GERAL DA COMISSÃO DE PREGÃO
A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO da DPRJ torna público que fará realizar no Portal do SIGA (www.compras.rj.gov.br), a seguinte licitação:
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 008/23
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADO DE OPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E DE ATENDIMENTO A USUÁRIOS DE TIC, PELO PERÍODO DE 30 MESES, RENOVÁVEIS POR IGUAL PERÍODO
Processo nº: E-20/001.006873/2022
Data da abertura da sessão: 02/03/2023 - 11:02H
Data de início da disputa de preços: 02/03/2023 - 11:02H
Local: www.compras.rj.gov.br
Nº da Licitação no Portal: DPRJ PE Nº 008/23
O edital e seus respectivos anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br e www.defensoria.rj.def.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
AVISO ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 167/2022 – PROCESSO Nº 379/2022
Objeto: "ELABORAÇÃO DE PREGÃO DE PNEUS". Adjudica e Homologa em favor das empresas: COPAL - COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 16. MGB PNEUS IMPORTACAO E DISTRIBUICAO EIRELI. Apresentou o menor preço para os itens: 9, 17. I BORDINGNON PNEUS EIRELI. Apresentou o menor preço para os itens: 14. MUNIR COMÉRCIO ATACADISTA DE PNEUS E OS SERVIÇOS DE ALTA TECNOLOGIA LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 3, 8. JN PNEUS LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 12. AURORA E-COMMERCE LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 1, 2, 4, 5, 6, 13, 15, 18, objeto deste pregão. Fracassaram os itens 7, 10 e 11.
Fernandópolis-SP, 23 de novembro de 2022.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP
Tomada de Preços nº 003/2023 – Processo nº 021/2023
A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal n° 8.666/93, torna público, que realizará Tomada de Preços, no dia **27 de fevereiro de 2023, às 08h30**, na Sala de Licitações, situada à Avenida Junqueira, n° 1396, Centro, Junqueirópolis/SP, visando a **contratação de empresa especializada com fornecimento de mão-de-obra, materiais de primeira linha e equipamentos necessários para reforma e ampliação do Centro de Convivência do Idoso (CCI), nesta cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, Convênio nº 103973/2022 - Secretaria de Desenvolvimento Regional**. O Edital em sua íntegra poderá ser retirado na sede da Prefeitura ou no site www.junqueiropolis.sp.gov.br. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Licitação, nos dias de expediente, no horário da 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, na Avenida Junqueira, n° 1396, ou através do telefone (18) 3841-9090. Junqueirópolis/SP, 07 de fevereiro de 2023. **ELÃYNE APARECIDA MOREIRA VAL** - Diretora de Assistência e Desenvolvimento Social.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº20230087

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20230087 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 872023, até o dia 27/02/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Fevereiro de 2023 . JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230126

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230126 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1262023, até o dia 24/02/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Fevereiro de 2023. JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

LEILÃO "ON-LINE" - 01 IMÓVEL
FECHAMENTO: 28/02/2023, a partir das 10h00

PORTO SEGURO CONSÓRCIO

• À vista, sem desconto. Obs.: Sem uso do FGTS.
Comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor de arremate.

TERRENO C/ ÁREA DE 300,00m² - ATIBAIA/SP - BAIRRO CAETETUBA

Lote 14 desdobrado dos lotes 14 e 15, da quadra 103, do loteamento Jardim Imperial, Rua Giuliano Occhini, nº 178, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 112.872 do Registro de Imóveis de Atibaia/SP.

Lance Mínimo: R$ 143.000,00

O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro
www.freitasleiloeiro.com.br | (11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br
Antonio Carlos Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 749

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220032 - IG No 1199278000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220032 de interesse da Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, cujo OBJETO é: Aquisição de gêneros alimentícios para atender às necessidades do restaurante universitário da FUNECE, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23222022, até o dia 27/02/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Fevereiro de 2023. JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BATATAIS, ALTINÓPOLIS E BRODOWSKI NO ESTADO DE SÃO PAULO

CPNJ SOB Nº: 11.897.086/0001-13
RUA ARTHUR LOPES DE OLIVEIRA, 68 - RIACHUELO - BATATAIS - CEP: 14.315-400

ELEIÇÕES SINDICAIS - EDITAL REGISTRO DE CHAPA

Em cumprimento ao disposto do artigo 63º no Estatuto Social, faço saber aos que o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que para as eleições a serem realizadas neste Sindicato, nos dias 08 e 09 de março de 2023, foi registrada a seguinte chapa: CHAPA Nº 1: DIRETORIA EXECUTIVA: Anderson Rodrigo Machado - Presidente; Ocimar de Assis - 1º Vice-Presidente; Adriano Aparecido da Silva - 2º Vice-Presidente; Eduardo Andrade Perentel - Secretário Geral; Charlene de Oliveira Bulgarelli - 1º Secretária; Henrique José Alves Ferreira - 2º Secretário; Reginaldo de Oliveira - Tesoureiro Geral; Israel Lima Ribeiro - 1º Tesoureiro; Tamyres Honorato Maggi - 2º Tesoureira; Elcio Armando dos Santos Tavares - 1º Diretor; José dos Reis Guidetti - 2º Diretor. DIRETORES/SECRETARIAS: Maison Rodrigues Lisboa - Secretaria de Formação; Edson Carlos de Oliveira - Secretaria de Política Sindical; José Ronaldo Biato - Secretaria de Imprensa e Comunicação; Denis Danilo Prado - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e Cultura; Fabio Francisco de Morais - Secretaria de Esporte e Lazer; Milton Pereira dos Santos - Secretaria de Saúde e Segurança do Trabalho; Roberto Donizeti de Campos - Secretaria de Patrimônio; Jose Casaroti Vieira - Secretaria de Políticas para Mulher; Antonio Reginaldo Bolelim - Secretaria de Assuntos Jurídicos. CONSELHO FISCAL: José Alexandre Malaquias; Adauto Luiz Lourenço; Valdir Sebastião Alves. DELEGADOS SINDICAIS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO E CONFEDERAÇÃO: Reginaldo de Oliveira; Anderson Rodrigo Machado. O prazo para impugnação de candidaturas, de conformidade com a norma legal acima, é de 03 (três) dias, a contar da publicação deste Edital.

Batatais, 08 de fevereiro de 2023
REGINALDO DE OLIVEIRA
-Presidente-

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 17/02/2023 às 15h — 2º Leilão: dia 23/02/2023 às 15h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10159220103, firmado em 25/05/2021, no qual figuram como Fiduciantes **LEANDRO AMARAL ARAGON**, brasileiro, piloto de avião, casado com **VALÉRIA MONTEIRO ARAGON**, brasileira, do lar, sob o regime da comunhão parcial de bens, em 19/09/2020, RG nº 30.985.242-0-SSP/SP e RG nº 23.455.702-3-SSP/SP, CPF's nºs 218.445.668-38 e 311.782.318-28, respectivamente, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 17 de fevereiro de 2023, às 15:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.359.173,52 (Um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil, cento e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 63, localizado no 6º andar, do edifício denominado "PRACTICAL LIFE NEBRASKA", situado à Rua Nebraska, nº 190, Bairro Brooklin Paulista Novo, no 30º Subdistrito – Ibirapuera, possuindo a área privativa de 97,5650 m², a área comum de 97,2416 m² (incluída a área de 17,64 m², correspondente a 02 vagas na garagem, de uso indeterminado e com auxílio de manobrista), e a área real total construída de 194,8066 m², equivalente a uma fração ideal de 3,1250% no terreno e demais partes de propriedade e uso comum do condomínio. Matrícula nº 184.102 no 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 23 de fevereiro de 2023, às 15:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 679.586,76 (Seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO EXTRAJUDICIAL SOMENTE ON-LINE
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA LEI Nº 9.514/97

1º Leilão: 17/02/2023 - 10h30 — 2º Leilão: 24/02/2023 - 10h30

Local dos leilões: Somente Online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br

ANTONIO CARLOS VILLA NOVA DE FREITAS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP sob nº 749, faz saber, que devidamente autorizado pela credora fiduciária **PIEMONTE INCORPORADORA SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.424.846/0001-09, com sede na Avenida Senador Vergueiro, nº 3.597, sala 99 – Vila Tereza, São Bernardo do Campo/SP, nos termos da Escritura de Venda e Compra a Prestação de Bem Imóvel, com pacto adjeto de Alienação Fiduciária, lavrada em 28/02/2018, onde figura como devedora fiduciante Stephanie Regine Ruivo Palhares, e na forma da Lei nº 9.514/97, promoverá a venda em **LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA SOMENTE ON-LINE (1º ou 2º leilão)** do imóvel abaixo descrito, através do site do Leiloeiro Oficial: **www.freitasleiloeiro.com.br**. O **PRIMEIRO LEILÃO** será realizado no **dia 17 de fevereiro 2023, às 10h30, com lance mínimo igual ou superior a R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais). DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Apartamento nº 31,** do tipo I, localizado no 3º andar do Condomínio Residencial Piemonte, situado na Rua Francisco Hurtado, nº 30, na Vila Água Funda, no 42º Subdistrito de Jabaquara, em São Paulo/SP, contendo a área privativa de 58,750m², área comum na garagem de 9,450m² e área comum nas demais partes do condomínio de 50,990m², com a área total de 119,190m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 1,31698% no terreno condominial, com direito a uma vaga coberta na parte da garagem coletiva localizada no térreo, para estacionamento de um veículo de passeio, de forma indeterminada, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 188.283 do 8º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Obs.: Ocupado.Caso não haja arrematação em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de fevereiro de 2023, às 10h30,** para realização do **SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R$ 1.170.880,87 (um milhão, cento e setenta mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos).** O imóvel está ocupado e será vendido à vista, em caráter "ad corpus" e no estado em que se encontra.Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar através do site **www.freitasleiloeiro.com.br** e se habilitar em até 01 (uma) hora antes do início do fechamento do leilão. Os lances on-line e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos. Havendo arrematação, a escritura pública deverá ser lavrada em até 90 dias contados a partir da data do leilão, sendo as despesas com a transferência da propriedade, por conta do arrematante. Todas as despesas propter rem, ou seja, condomínio, IPTU, etc., com fato gerador até a data do leilão, serão de responsabilidade da credora fiduciária. Providências e encargos para regularização de eventuais divergências, pendências e averbações junto aos órgãos competentes, correrão por conta do comprador. O arrematante pagará no ato do encerramento do leilão o valor total da arrematação, mais 5% correspondente à comissão do leiloeiro oficial, a qual não está incluída no valor do lance. Os referidos pagamentos deverão ser efetivados no prazo de 24 horas depois de expressamente comunicado. Caso não sejam efetivados os pagamentos do valor da arrematação e comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a venda não será concretizada e o proponente estará sujeito às penalidades legais. A Fiduciante será comunicada das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. As demais condições deste leilão obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19/10/1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 01/02/1933. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro **www.freitasleiloeiro.com.br**.

Central de Informações: 11 3117.1001 | www.freitasleiloeiro.com.br | imoveis@freitasleiloeiro.com.br

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 14/02/2023, às 14h30 | 2º Público Leilão: 17/02/2023, às 14h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ/RFB nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1907, TIPO "1", 19º ANDAR OU 24º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 02 – EDIFÍCIO VENEZIA, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DUE**, situado na Rua Antonieta, nº 280, Picanço, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: privativa de 58,4375m²; comum de divisão não proporcional de 25,9450m² da área bruta de garagem, destinado a 01 vaga indeterminada, localizada no 1º, 2º, 3º ou 4º subsolos da garagem coletiva; comum de divisão proporcional de 17,8802m², sendo 10,6873m² de área padrão de construção comum do condomínio e 7,1929m² de área real de infraestrutura comunitária e de lazer; total de 95,0699m² de área padrão de construção; 102,2627m² de área real ou bruta; FIT de 14,2982m² ou 0,2118% na totalidade do terreno, bem como uma participação nas despesas gerais do condomínio de 0,2118% e de 0,2212% nas despesas específicas do bloco. Matrícula Imobiliária nº 146.487 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.38.0418.02.109. Consolidação da Propriedade em 16/01/2023. **Valores**: **1º Leilão: R$ 557.966,05**. **2º Leilão: R$ 631.674,96**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica o Devedor Fiduciante **ALESSANDRO MARTINS DO NASCIMENTO**, CPF nº 216.808.248-05, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital Completo de Leilão, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 16/02/2023, às 11h30 | 2º Público Leilão: 23/02/2023, às 11h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ/RFB nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, **EM LOTE ÚNICO**, os **IMÓVEIS do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL THE GATE**, situado na Rua Dona Tecla, nº 602, Guarulhos/SP**: 1) APARTAMENTO Nº 1008, TIPO "1", 10º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 02**, contendo as seguintes áreas: privativa total de 81,5000m²; comum de divisão não proporcional de 53,6190m²; comum de divisão proporcional de 27,6726m², composta de 16,8097m² de área padrão de construção do condomínio e 10,8629m² de área descoberta; total de 162,7916m²; FIT de 19,7928m² e coeficiente de proporcionalidade de 0,3167%, com direito ao uso de 01 depósito e 02 vagas indeterminadas, localizados na garagem coletiva do condomínio. Matrícula Imobiliária nº 164.336 do 2º CRI de Guarulhos/SP. **2) VAGA DE GARAGEM Nº 507, 1º SUBSOLO**, contendo as seguintes áreas: privativa de 9,90m²; comum de divisão não proporcional de 16,9095m²; comum de divisão proporcional de 5,4906m², composta de 3,3353m² de área padrão de construção do condomínio e 2,1553m² de área descoberta; total de 32,3001m²; FIT de 3,9272m² e coeficiente de proporcionalidade de 0,0628%. Matrícula Imobiliária nº 161.707 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.34.0536.00.000 (área maior). Consolidação das Propriedades em 17/01/2023. **Valores**: **1º Leilão: R$ 734.270,77**. **2º Leilão: R$ 890.173,83**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU vencidos e todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Verificação dos imóveis, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda ***AD CORPUS***. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **vi) IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **GLAUBER DE OLIVEIRA BOER**, CPF nº 310.768.198-93, e **EDCLEIA CELESTINO BOER**, CPF nº 353.454.478-10, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital Completo de Leilão, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 08/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 232/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 - EDITAL Nº. 08/2023 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor valor por item para AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA NOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DEFINIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 27 de fevereiro de 2023, às 08h00min, no site www.bbmnet.com.br. Os autos, disponíveis para qualquer cidadão, bem como as cópias dos Editais e seus anexos estarão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, na Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP, telefone 0xx16 – 3752 - 7002, através do site www.aramina.sp.gov.br, ou ainda no site www.bbmnet.com.br. Aramina/SP, 07 de fevereiro de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, a Tomada de Preços, n.º 001/2023, que tem como objetivo a Contratação de empresa, por regime de empreitada global, para intervenções e melhorias no Parque Aquático – DADETUR 2022, cujo recebimento dos envelopes ocorrerá até o dia 27/02/2023, às 13:30 horas, iniciando-se a sessão de abertura logo em seguida. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.
Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 7 de fevereiro de 2023.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220210

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220210 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para realização de serviços, sistemáticos e continuados, de apoio no combate à fraude, manutenção e operação dos SAAs e coleta de esgoto operados pela Unidade de Negócio Bacia da Serra da Ibiapaba – UNBSI da CAGECE, em Tianguá, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 24122022, até o dia 27/02/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Fevereiro de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n.º 06.272.793/0001-84 - NIRE 21300006869 | Código CVM n.º 01660-8
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 13h do dia 29 de dezembro de 2022, na da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") localizada no Estado do Maranhão, cidade de São Luís, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha - Altos do Calhau, CEP 65.070-900. **2. CONVOCAÇÃO**: Convocação dispensada por estarem presentes todos os membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 12, do Estatuto da Companhia. **3. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração por meio de participação remota, nos termos do Estatuto da Companhia. **4. MESA**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Augusto Miranda da Paz Junior e secretariados pelo Sr. Angela Caroline Pinto Marques Figueiredo. **5. ORDEM DO DIA**: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar conhecimento e registrar a renúncia do Sr. Sérvio Túlio dos Santos ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (ii) em vista da renúncia do Sr. Sérvio Túlio dos Santos, eleger novo membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial; (iv) a eleição dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial e a indicação do Coordenador; e (v) a autorização para que os diretores da Companhia pratiquem os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **6. DELIBERAÇÕES**: Após a discussão das matérias constantes na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram o quanto segue: **6.1.** Tomar conhecimento e registrar o recebimento da renúncia apresentada pelo Sr. Sérvio Túlio dos Santos ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia para o qual foi eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020. **6.1.1.** Consignar que a renúncia do Sr. Sérvio Túlio dos Santos ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia produz efeitos imediatos. **6.1.2.** Consignar que o Sr. Sérvio Túlio dos Santos apenas deixará de atuar como membro do Conselho de Administração da Companhia e permanecerá exercendo normalmente seu cargo de Diretor Presidente. **6.2.** Nomear, em substituição ao Sr. Sérvio Túlio dos Santos, conforme preceitua o artigo 150 da Lei das S.A., a Sra. Tania Sztamfater Chocolat, brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade RG n.º 29.583.965-9, expedida pelo SSP, inscrita no CPF/ME sob o n.º 278.583.348-16, domiciliada na cidade de Brasília, Distrito Federal, em SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A, salas 1.202, 1.202, 1.204 e 1.205, Edifício Parque Cidade Corporate, Asa Sul, CEP 70.308-200, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, que servirá até a próxima assembleia geral da Companhia, nos termos do artigo 11 parágrafo 2º do seu estatuto social, ou, em não sendo realizada assembleia geral, até o final do prazo de gestão em curso, que se encerra na assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2022, o que ocorrer primeiro. **6.2.1.** Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado que a Sra. Tania Sztamfater Chocolat está em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração de desimpedimento mencionada no artigo 147, § 4.º, da Lei das S.A., que ficará arquivada na sede da Companhia. **6.2.2.** A Sra. Tania Sztamfater Chocolat será investida no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração em até 30 (trinta) dias a contar da presente data, mediante a assinatura de termo de posse a ser lavrado em livro próprio, oportunidade em que fará a declaração de desimpedimento prevista no item 6.2.1 acima, que ficarão arquivados na sede da Companhia. **6.2.3.** Consignar que, tendo em vista a eleição da Sra. Tania Sztamfater Chocolat, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelos seguintes membros, todos com mandato até a assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, exceto pela Sra. Tania Sztamfater Chocolat, que servirá até a próxima assembleia geral da Companhia ou até o final do prazo de gestão em curso dos demais conselheiros: (i) Marise Grinstein, brasileira, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira civil, portadora do documento de identidade nº 82505077-6, IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 729.950.097-34, domiciliada à Rua Barão da Torre 205/201, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, CEP 22.411-001, como Membro Efetivo do Conselho de Administração; (ii) Eduardo Luis Risso, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº0362390982, Detran/DF, inscrito no CPF sob o nº 005.199.978-16, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SQS 202, Bloco B, Apartamento 406, Asa Sul, CEP 70.232-020, como Membro Efetivo do Conselho de Administração; (iii) Marcos Antonio Lopes Freixo Filho, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da cédula de identidade RG nº 69109931 SEJUSP/MA, inscrito no CPF sob o nº 808.228.273-87, domiciliado na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.070-900, como Membro Efetivo do Conselho de Administração; (iv) Augusto Miranda da Paz Junior, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade nº 036679612009-9 expedida pelo SSP/MA, inscrito no CPF sob o nº 197.053.015-49, domiciliado na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070-900, como Presidente do Conselho de Administração; (v) José Silva Sobral Neto, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 7.445 OAB/MA, devidamente inscrito no CPF sob o nº 782.483.883-87, domiciliado na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.070-900, como Membro Efetivo do Conselho de Administração; (vi) Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.003.250, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 023.737.554-08, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SCS, Quadra 9, Bloco A, Edifício Parque Cidade Corporate, 12º andar, salas 1201, 1202, 1204 e 1205, Asa Sul, CEP 70.308-200, como Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (vii) Tania Sztamfater Chocolat, brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade RG n.º 29.583.965-9, expedida pelo SSP, inscrita no CPF/ME sob o n.º 278.583.348-16, domiciliada na cidade de Brasília, Distrito Federal, em SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A, salas 1.202, 1.202, 1.204 e 1.205, Edifício Parque Cidade Corporate, Asa Sul, CEP 70.308-200, como Membro Efetivo do Conselho de Administração. **6.3.** Aprovar, por unanimidade, o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **6.4.** Aprovar, por unanimidade, a fixação do número de 3 (três) membros para compor o Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial e a eleição das seguintes pessoas para integrarem o órgão, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que apreciar as contas dos administradores relativas ao exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2022: (i) Carlos Augusto Leone Piani, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 09.578.876-6 - IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 025.323.737-84, domiciliado na cidade de Brasília, Distrito Federal, em SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A, salas 1.202, 1.202, 1.204 e 1.205, Edifício Parque Cidade Corporate, Asa Sul, CEP 70.308-200; (ii) João Alberto da Silva Neto, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 2009009096668 SSP-CE, inscrito no CPF/ME sob o nº 551.696.510-15, domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Des. Leite Albuquerque, 635, 5º andar, Aldeota, CEP 60150-150; e (iii) Tania Sztamfater Chocolat, brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade RG n.º 29.583.965-9, expedido pelo SSP, inscrita no CPF/ME sob o n.º 278.583.348-16, domiciliada na cidade de Brasília, Distrito Federal, em SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A, salas 1.202, 1.202, 1.204 e 1.205, Edifício Parque Cidade Corporate, Asa Sul, CEP 70.308-200, que ocupará o cargo de Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário. **6.4.1.** Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado que os membros do Comitê ora eleitos atendem, sem qualquer ressalva, o disposto no artigo 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. **6.4.2.** Consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, o Sr. João Alberto da Silva Neto detém reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos do art. 31 - C, 868, da Resolução 23. **6.4.3.** Consignar que o Sr. João Alberto da Silva Neto é membro externo, ficando aprovada sua remuneração global, com base na proposta que fica arquivada na sede da Companhia. **6.4.4.** Consignar que, nos termos do art. 14, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, a composição do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial reflete a composição do Comitê de Auditoria Estatutário da sua controladora, Equatorial Energia S.A., atuando como órgão único para todas as companhias do Grupo Equatorial que possuam Comitê de Auditoria Estatutário na forma ali prevista. **6.4.5.** Consignar, com a eleição de seus membros, a efetiva instalação do Comitê de Auditoria Estatutário e o início de seu funcionamento. **6.5.** Autorizar, por unanimidade, os diretores da Companhia a praticarem os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas em reunião do Conselho de Administração. **7. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos. Certifico registro em 17/01/2023, sob o nº 20230002358, Carlos André de Moraes Pereira, Secretária-Geral-JUCEMA.

Edital - Contribuição Sindical - Exercício 2023 - Pelo presente edital, na qualidade de Presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO - INCLUSIVE PESQUISA E EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS**, CNPJ 47.467.857/0001-80, com sede na Rua Carlos Petit, 261, Vila Mariana, São Paulo, faz saber às empresas de sua base territorial da Capital e do Interior do Estado que, deverão descontar na folha de pagamento dos seus empregados, a Contribuição Sindical de todos os seus funcionários no mês de março (Artigos 578 a 591 da CLT), referente a 1/30 da remuneração do empregado (um dia de serviço prestado), acrescido do adicional de periculosidade, quando devido, e efetuar o respectivo recolhimento até o dia 30/04/2023 (art. 583/CLT) na Caixa Econômica Federal, Lotéricas ou nos estabelecimentos bancários nacionais integrantes do Sistema de Arrecadação dos Tributos Federais (art. 586/CLT). Referido recolhimento deverá ser efetuado em guias próprias ou boletos bancários, os quais já estão sendo enviados às empresas sujeitas ao desconto/recolhimento. As empresas que não receberem aludidas guias ou boletos em tempo hábil poderão solicitá-las através do telefone (11) 5549.1244 no Departamento de Contribuições ou através do email: sipetrolatendimento@terra.com.br. As empresas inadimplentes ficarão sujeitas a multa, juros e correção estabelecidos no art. 600 e 606 da CLT, além de outras penalidades impostas pela fiscalização do trabalho. As empresas remeterão à sede do Sindicato, dentro do prazo de 15 dias, contados da data do recolhimento da Contribuição Sindical, a relação nominal dos empregados contribuintes, indicando a função de cada um, salário, adicional de periculosidade quando devido e o valor do desconto efetuado, conforme disposto na Nota Técnica SRT/MTE/nº 202/2009. São Paulo, 8 de fevereiro de 2023. **Antonio Eudimar de Oliveira** - Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222157

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20222157, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 21572022, até o dia 27/02/2023, às 9h (Horário de Brasília- DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Fevereiro de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ Nº 06.272.793/0001-84 - NIRE 21300006869 CÓDIGO CVM Nº 01660-8
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 29 de dezembro de 2022, às 11h, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), Estado do Maranhão, cidade de São Luís, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha - Altos do Calhau, CEP 65071- 680 ("Assembleia"). **2. CONVOCAÇÃO**: O edital de convocação foi devidamente disponibilizado nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"), bem como publicado, na forma do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), nos jornais (i) "Folha de São Paulo", nas edições dos dias 1.º, 2 e 3 de dezembro de 2022, nas páginas A22, A23 e A29, respectivamente; e (ii) "O Imparcial", nas edições dos dias 1.º, 2 e 3 de dezembro de 2022, nas páginas 7, 5 e 6, respectivamente. **3. PRESENÇA**: Presentes acionistas titulares de 159.138.675 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 98,65% do capital social com direito a voto e 96,93% do capital social total da Companhia e de 2.845.834 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representando aproximadamente 99,33% do total de ações preferenciais e 1,73% do capital social total da Companhia. Presentes, também, o Sr. Sérvio Túlio dos Santos, membro do Conselho de Administração, como representante da administração da Companhia, e os Srs. Saulo de Tarso Alves de Lara, Paulo Roberto Franceschi e Vanderlei Dominguez da Rosa, representantes do Conselho Fiscal da Companhia. **4. MESA**: Foi indicado o Sr. Sérvio Túlio dos Santos para presidir a mesa, o qual, por sua vez, convidou o Sr. Ricardo Peres Freoa para secretariar os trabalhos. **5. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO**: Os documentos pertinentes aos assuntos integrantes a ordem do dia, incluindo a proposta da administração para esta Assembleia, foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas da internet da CVM, da B3 e da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **6. ORDEM DO DIA**: Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a alteração do Estatuto Social para a criação e inclusão de dispositivos relacionadas ao Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial, cuja eficácia está subordinada à aprovação da alteração estatutária pela ANEEL; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **7. DELIBERAÇÕES**: Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **7.1.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a alteração do Estatuto Social para a criação e inclusão de novo artigo 14, com a consequente renumeração dos demais dispositivos estatuários, relacionado ao Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 14 - O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia é órgão independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento e vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, constituído na forma prevista neste Estatuto Social, observado o disposto em regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - A composição do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia refletirá a composição do Comitê de Auditoria Estatutário da sua controladora, Equatorial Energia S.A., atuando como órgão único para todas as companhias do Grupo Equatorial que possuam Comitê de Auditoria Estatutário na forma aqui prevista ("Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial"). **Parágrafo Segundo** - O Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial é composto por, no mínimo, 3 (três), e, no máximo 5 (cinco) membros, sendo que ao menos 1 (um) membro deve ser conselheiro independente e ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo Terceiro** - O mesmo membro do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial pode acumular as características referidas no Parágrafo Segundo acima. **Parágrafo Quarto** - Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por igual período, até o limite agregado de 10 (dez) anos. **Parágrafo Quinto** - É vedada a participação de diretores da Companhia, suas controladas, controladoras, coligadas ou sociedades sob controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial. **Parágrafo Sexto** - Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei das S.A. **Parágrafo Sétimo** - O Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial deve se reunir sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. **Parágrafo Oitavo** - O Conselho de Administração deverá indicar o Coordenador do comitê, cujas atividades deverão estar definidas no regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial aprovado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Nono** - O Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial exerce suas funções em conformidade com seu regimento interno. Adicionalmente às disposições deste Estatuto Social e do regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial, o comitê observará todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na Resolução CVM nº 23, de 2021, qualificando-se como um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos ali previstos. **Parágrafo Décimo** - Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial, sem prejuízo de outras competências estabelecidas em seu regimento interno e na legislação e regulamentação aplicáveis: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (iii) supervisionar e acompanhar os trabalhos das áreas de auditoria interna, de controles internos, bem como da área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iv) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia e das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com a remuneração da administração, a utilização de ativos da Companhia e as despesas incorridas em nome da Companhia; (vi) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vii) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (viii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de suas atividades, os resultados e conclusões alcançados, bem como as recomendações feitas e quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e (ix) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação." **7.1.1.** Consignar que, a alteração do Estatuto Social foi autorizada previamente pela ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL n.º 948, de 16 de novembro de 2021, conforme Despacho n.º 3.472, de 02.12.22, de forma que as alterações ora aprovadas passam a produzir efeitos com o presente ato. **7.1.2.** Consignar que os demais dispositivos do estatuto ficam ajustados e renumerados para considerar as alterações ora mencionadas. **7.1.3.** Consignar que, não obstante a alteração do estatuto social ora aprovada, a efetiva instalação do Comitê de Auditoria Estatutário na Companhia fica condicionada à deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá, dentre outras competências, a eleição de seus membros e a determinação do início do funcionamento do comitê. **7.1.4.** Consignar que a orientação de voto proferido pela acionista Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") pela aprovação da matéria da ordem do dia objeto deste item 7.1 foi objeto Resolução da Diretoria Executiva da Eletrobras número RES-665/2022 de 28/12/2022 que, autenticada pela mesa, fica arquivada na sede da Companhia. **7.2.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar imediatamente com a redação prevista no Anexo II à presente ata, já considerando as alterações anteriormente aprovadas. **7.2.1.** Consignar que a orientação de voto da acionista Eletrobrás pela aprovação da matéria da ordem do dia objeto deste item 7.2 foi objeto Resolução da Diretoria Executiva da Eletrobras número RES-665/2022 de 28/12/2022, que, autenticada pela mesa, fica arquivada na sede da Companhia. **8. DOCUMENTOS**: Os documentos e propostas submetidos à assembleia, assim como as declarações e manifestações de voto, protesto ou de dissidência apresentadas por escrito pelos acionistas foram numerados seguidamente, autenticados pela mesa e ficam arquivados na sede da Companhia. **9. ENCERRAMENTO**: Não havendo nada mais a tratar, foi declarada encerrada a assembleia às 11h14 e suspensos os trabalhos até às 11h30 para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A, e autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 2º, da Lei das S.A. Nesses termos, achada conforme, a ata foi assinada por todos os presentes. São Luís/MA, 29 de dezembro de 2022. Mesa: Sérvio Túlio dos Santos - Presidente; Ricardo Peres Freoa - Secretário; Representante da Administração: Sérvio Túlio dos Santos; Representantes do Conselho Fiscal: Saulo de Tarso Alves de Lara, Paulo Roberto Franceschi e Vanderlei Dominguez da Rosa; Acionistas Presentes: EQUATORIAL DISTRIBUIÇÃO S.A. (p. Angela Caroline Figueiredo) (Participação eletrônica) (Presidente da Mesa); ELETROBRAS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. (p. Cristiane Vieira de Paiva) (Participação eletrônica) (Presidente da Mesa); STP NUCLEAR OPERATING COMPANY RETIREMENT TRUST (Boletim de Voto à Distância) (Presidente da Mesa). Certifico o registro em 11/01/2023, sob o nº 20230000088, Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral-JUCEMA.

tec

Setor de tecnologia vai da falta de mão de obra à onda de cortes

Profissionais no Brasil vivem pela primeira vez a posição de demitidos

Pedro Teixeira

SÃO PAULO Acostumados a trocar de trabalho por opção, muitos profissionais brasileiros do setor de tecnologia se viram, pela primeira vez, na posição de demitidos, na onda de mais de 1.300 cortes em startups do país.

Enquanto durante a pandemia houve um boom de negócios de tecnologia, com consequente aumento da demanda de mão de obra qualificada para a área, o cenário agora é mais pessimista.

"Nunca me aconteceu isso. Sempre acabei mudando para uma outra oportunidade que surgia que fosse mais adequada à minha realidade", diz o especialista em segurança da informação Céu Balzano, 27.

Segundo dados da pesquisa de emprego Caged, relativa ao mercado formal, o número de postos em informação e comunicação cresceu 23,9% desde 2020 —a categoria apresenta a quarta maior geração proporcional de empregos, entre outras 19.

Mas, em dezembro, o saldo de vagas no setor caiu pela primeira vez desde o início da série histórica, em 2020. No mês, houve perda de 3.630 postos, num estoque de 1,13 milhão.

Até essa onda recente de desligamentos, a notícia era que o Brasil não tinha profissionais suficientes para a área. A **Folha** conversou com alguns profissionais de tecnologia que, pela primeira vez, se viram desempregados.

Céu Balzano, especialista em segurança de dados demitido do Nubank e que agora está empresa uruguaia Danilo Verpa/Folhapress

> **"Fui desligado em uma ligação de telefone com meu gestor, que durou cinco minutos. Não teve um feedback do que eu produzi nesses mais de dois anos ou chance de reconsiderar a decisão da empresa**

Céu Balzano, especialista em segurança de dados

O coordenador de segurança da informação Céu Balzano recebeu a notícia da demissão do Nubank em 12 de janeiro. Além de gerir a sua área, ele —um homem trans— apresentava os vídeos da série SOS Nu, publicada no canal da fintech, com dicas para evitar fraudes e golpes na internet.

"Fui desligado em uma ligação de telefone com meu gestor, que durou cinco minutos", diz. "Não teve um feedback do que eu produzi nesses mais de dois anos ou chance de reconsiderar a decisão da empresa."

Balzano não ficou desamparado, já que tem uma empresa que presta serviços de segurança da informação. Produziu, por exemplo, uma campanha de conscientização para uma rede social.

A maior preocupação do engenheiro após a demissão é voltar a ter plano de saúde, já que passou por cirurgia bariátrica em 2022 e é pai de uma criança com deficiência visual. O Nubank estendeu a cobertura médica do ex-funcionário por um mês além do dia do desligamento.

Procurado, o banco digital respondeu que não comenta casos específicos em respeito ao sigilo de seus funcionários.

"Os eventuais desligamentos não interferem no nosso ritmo de contratações, reiterando que a empresa segue contratando no ritmo adequado para seus planos de negócios em 2023", afirmou em nota.

Na terça-feira (31), o Nubank anunciou a demissão de 40 funcionários.

Embora diga que não tenha recebido a demissão humanizada que esperava, Balzano afirma que foi acolhido por colegas da instituição, que o ajudaram com indicações.

O especialista em segurança da informação também publicou relato sobre o fim do vínculo no LinkedIn, visualizado meio milhão de vezes.

O reconhecimento de seu trabalho nas redes sociais rendeu a Balzano sete processos seletivos. Ele disse que a experiência do desligamento o fez valorizar mais a estabilidade de um negócio mais consolidado.

A única restrição do engenheiro para novos empregos se refere a ambientes transfóbicos. Balzano reconhece que no Nubank pôde assumir a identidade masculina e se orgulha de seu trabalho na startup, que ainda considera disruptiva. "Meu relato diz respeito somente ao desligamento."

O novo posto veio ainda nesta semana: foi contratado por uma firma uruguaia, para a qual trabalhará remotamente.

Nicholas Baraldi, desligado em corte global

A Rappi desligou, em 10 de janeiro, os cinco membros da equipe de analistas de dados com foco em gestão que mantinha no Brasil. As dispensas foram comunicadas por videoconferência, já que o time operava em trabalho remoto.

Ao todo, o corte atingiu 84 pessoas, na operação brasileira de 1.779 funcionários, segundo dados do LinkedIn. Os demitidos conseguiram dimensionar a redução de postos, pois a empresa enviou o email de dispensa sem ocultar os destinatários em cópia. Um deles era Nicholas Baraldi, 26, desligado pela primeira vez.

A lista de emails permitiu que os ex-empregados da Rappi organizassem um banco de talentos dispensados pela startup, com nome, cargo, tempo de experiência na empresa, perfil no LinkedIn e portfólio.

A Rappi não respondeu aos questionamentos da **Folha**.

Assim como Balzano, Baraldi tem conseguido avançar em processos seletivos. Formado em engenharia mecatrônica, ele tenta encontrar uma vaga de engenheiro de dados, posto que, em média, remunera melhor do que seu antigo cargo.

Segundo o engenheiro, a própria Rappi não auxiliou seus profissionais a se recolocar. Ele diz que tem recebido ofertas no LinkedIn, de onde veio a proposta do emprego anterior, e já participou de três processos seletivos.

Baraldi espera encontrar uma vaga de celetista. Não faz questão de que a empresa seja conhecida ou do porte da Rappi, apenas quer continuar trabalhando com tecnologia. "Migrei para essa área porque gostava do que estudei na graduação, mas faltou identificação com o serviço no chão de fábrica."

Felipe Linhares, demitido durante intercâmbio

A passagem pelas empresas de tecnologia e startups também pode impulsionar o currículo, como foi para o especialista em marketing digital Felipe Linhares, 36.

Ele acabou na seguradora digital Pier, após experiências como social media de bandas, como Skank, e produtor na BH FM, rádio mineira do Grupo Globo.

Na seguradora, Linhares começou administrando as redes sociais, mas foi, na sequência, deslocado para a área de relações públicas. "Trabalhando em startup eu descobri novas competências."

O comunicador, entretanto, diz ter sido surpreendido pela demissão, já que está em intercâmbio no Missouri (EUA). "Tinha me planejado em torno desse emprego, e a empresa sabia da minha situação."

Conforme Linhares, a Pier tem garantido todos os direitos trabalhistas, estendeu o plano de saúde por mais dois meses e ofereceu uma orientação de progressão de carreira para os profissionais desligados —foram 111, 39% da folha de pagamento da seguradora.

Procurada, a Pier afirmou que a reorganização do seu quadro de colaboradores é fundamental para uma nova fase de crescimento da companhia, para garantir alta rentabilidade e reduzir despesas.

Com a indicação da Pier e de ex-colegas, Linhares participa de processos seletivos e até recebeu uma oferta de emprego. O problema foi o modelo presencial do trabalho numa agência de publicidade paulistana. "Minha prioridade agora é concluir o curso em Saint Louis."

Zoom demite 1.300 funcionários pelo mundo

O Zoom anunciou nesta terça (7) a demissão de 1.300 funcionários nos EUA e em outros países. O número representa 15% da folha salarial da empresa. A startup por trás da plataforma de videoconferência para o mundo corporativo tem 12 funcionários no Brasil, segundo o LinkedIn. Procurada, a empresa não respondeu se os cortes afetarão o país, apenas indicou a leitura de comunicado que publicou em seu blog. Nessa nota, o CEO do Zoom, Eric Yuan, atribuiu os cortes à instabilidade na economia global. O cenário levou a demissões de milhares de funcionários em Microsoft, Amazon, Dell e Meta, entre outras empresas de tecnologia. Segundo o executivo, sua equipe ficou três vezes maior nos últimos 24 meses para se adequar às demandas oriundas da pandemia.

Microsoft anuncia buscador Bing com robô mais poderoso que ChatGPT

Gustavo Soares

SÃO PAULO A Microsoft anunciou nesta terça-feira (7) que uma nova versão do Bing, motor de buscas da empresa, vai usar uma inteligência artificial mais poderosa que o ChatGPT, robô que conquistou milhões de usuários em apenas dois meses.

O Bing poderá responder a perguntas e conversar com o usuário com base em informações disponíveis na internet. As mudanças também chegam ao navegador da empresa, o Microsoft Edge.

O modelo de linguagem usado é desenvolvido pela OpenAI —startup que criou o ChatGPT e recebeu investimentos da Microsoft— e otimizado para a busca na web.

O anúncio ocorre um dia depois que o Google anunciou o Bard, robô gerador de texto para competir com o ChatGPT, no que já se desenha como uma corrida pelas inteligências artificiais conversacionais.

"A IA [inteligência artificial] mudará fundamentalmente todos os tipos de software, começando com o maior de todos, a pesquisa", disse Satya Nadella, CEO da Microsoft, no evento.

A Microsoft disse que, a partir desta terça, os usuários poderão fazer um número limitado de consultas ao novo Bing pelo Edge e se inscrever para o acesso completo. A empresa prevê milhões de usuários nas próximas semanas e a compatibilidade com smartphones e outros navegadores.

A nova versão do buscador promete respostas mais completas. Segundo a empresa, o Bing será capaz que vasculhar a internet para encontrar e resumir a pesquisa do usuário.

Por exemplo, o software consegue explicar quais ingredientes podem substituir ovos na receita de um bolo e sugerir um roteiro de viagem somente com lugares que ficam a três horas de voo de Londres.

A Microsoft também disse que implementou formas de proteger o Bing contra conteúdo prejudicial.

"Nossas equipes estão trabalhando para resolver questões como desinformação, bloqueio de conteúdo, segurança de dados e prevenção da promoção de conteúdo prejudicial ou discriminatório de acordo com nossos princípios de IA", afirmou a empresa no blog oficial.

Na quarta (2), a Microsoft passou a oferecer uma oferta premium do Teams baseada no ChatGPT, voltada a simplificar reuniões. Além do Teams e do Bing, há a expectativa de que a empresa integre a IA aos seus outros produtos, como o Office e o próprio Windows.

O investimento multibilionário da Microsoft na OpenAI foi anunciado em janeiro, mas a parceria das duas dura quase quatro anos —em 2019, a big tech destinou US$ 1 bilhão para a startup cofundada por Elon Musk e Altman.

O Bard, ferramenta do Google anunciada na segunda (6), estreia no mercado depois que o chatbot da OpenAI conquistou 100 milhões de usuários em menos de dois meses e dominou as discussões das redes sociais. Altman, CEO da startup, disse que, em apenas cinco dias de funcionamento, o robô conseguiu 1 milhão de usuários.

O chatbot do Google, contudo, ainda não está disponível ao público. A big tech diz que a tecnologia está sob teste e deve ser disponibilizada nas próximas semanas.

Novos recursos para a ferramenta status, do WhatsApp Divulgação/WhatsApp

Atualização deixa WhatsApp com cara de Instagram

SÃO PAULO Uma nova atualização do WhatsApp, anunciada nesta terça (7), deixa os status ainda mais parecidos com os stories do Instagram.

O recurso permite o compartilhamento de imagens e vídeos em um mural aberto aos contatos. Como na rede social irmã, as publicações desaparecem após 24 horas.

O usuário poderá controlar quem pode ver os status, reagir com emojis e compartilhar mensagens de voz.

Com o seletor de público exclusivo, o app ganha um reforço de privacidade ao permitir que o usuário decida quem poderá visualizar seus status. A seleção mais recente será salva e usada como o padrão para a próxima publicação.

É possível escolher três opções de público: "Meus contatos", "Meus contatos exceto..." e "Compartilhar somente com...". Nas duas últimas opções, o usuário decide para quais contatos os status serão liberados ou ocultados.

A atualização também permite que o usuário grave e publique um áudio de até 30 segundos e reaja a outros status com até oito emojis.

Além disso, os contatos que tiverem alguma atualização no status exibirão um círculo verde em volta da foto de perfil, análogo ao Instagram.

Esse círculo ficará visível na lista de conversas (a página principal do app), de participantes de grupos e nas informações de contato.

Outro recurso que estará disponível no WhatsApp é a prévia de links nos status. Quando o usuário publicar um link, automaticamente uma prévia visual será exibida. Segundo a empresa, isso dá aos contatos uma ideia mais clara sobre o conteúdo do link antes de eles clicarem.

A atualização começou nesta terça e deve chegar a todos os usuários nas próximas semanas.

Nova diretoria da Polícia Federal mira fraudes bancárias e ataques hackers

Diretor de combate a crimes cibernéticos defende multas altas para plataformas cooperarem

Fabio Serapião
e Camila Mattoso

BRASÍLIA Recém-criada, a nova diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal definiu três eixos como prioridade para o início do seu funcionamento. Crimes sexuais, fraudes bancárias e ataques hackers são os focos definidos pela nova gestão.

A nova pasta terá como base o prédio central da PF, em Brasília, mas o objetivo é que seja replicada em cada uma das superintendências do país.

A estrutura terá três coordenações que apontam para os três eixos temáticos apontados como prioridade.

Uma delas vai cuidar de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, a outra, de fraudes bancárias eletrônicas e a terceira, de crimes que envolvam ataques contra infraestruturas digitais consideradas críticas, como sistemas de órgãos e instituições públicas.

No dia 26 de janeiro, a diretoria conduziu a primeira investida contra os crimes sexuais com a operação Rede de Proteção. Foram 57 mandados de prisão e 40 de busca e apreensão cumpridos em todo o país para reprimir crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

A base da nova diretoria em Brasília também poderá conduzir investigações em casos específicos e que demandem um maior esforço profissional e de tecnologia.

O delegado Otávio Russo foi escalado pelo novo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, para comandar a diretoria.

A sede na capital federal, no entanto, diz o delegado, tem como obrigação capacitar policiais para esse tipo de apuração, dar suporte aos estados e disseminar a diretrizes estipuladas pelo órgão central. Um dos pontos relevantes para a nova diretoria é a relação com as plataformas digitais.

Russo defende valores altos de multas para que as empresas cooperem mais e com mais agilidade durante as investigações contra crimes cibernéticos. O delegado argumenta que as grandes plataformas tentam a todo custo sinalizar que não abrem mão da privacidade aos seus usuários e, portanto, é preciso que custe caro para que elas passem a colaborar.

"Vai ser sempre uma batalha: eles [plataformas] sempre querendo proteger esse ativo que eles vendem para os clientes da privacidade, e a gente tentando esses dados para fazer investigação andar", afirma.

Além da cooperação das plataformas, Russo aponta para outros dois entraves para fortalecer as investigações de crimes cibernéticos. São eles: a legislação e os processos de cooperação internacional.

Como os crimes cibernéticos, comumente, envolvem servidores, empresas e pessoas sediadas em outros países, os processos de cooperação internacional são fundamentais nas apurações.

Para o novo diretor, embora o Brasil mantenha boas relações com a maioria dos países, ainda é possível acelerar a troca de informações para agilizar as investigações.

Sobre a atual legislação, o delegado afirma que ela é muitas vezes um entrave por estar desatualizada, uma vez que, como é de praxe, a legislação sempre vem a reboque do que os órgãos responsáveis e a sociedade vão tomando conhecimento.

"A mudança de todos os pontos que são fáceis e os que são difíceis se resolveria com uma legislação mais moderna, mas enquanto não for um problema, que incomode muito a sociedade, isso a lei não vai alterar", diz Russo.

Um dos pontos citados pelo diretor é a previsão de armazenamento por apenas seis meses dos dados cadastrais do IP (espécie de RG dos usuários na internet) pelas operadores. A norma está no Marco Civil da Internet, que tem sido bastante criticado por investigadores.

"Eu ainda não entrei em discussões a respeito de como a gente vai tentar influenciar uma modernização da legislação, mas sem dúvida é um tema pelo qual eu vou ter que navegar", afirma.

> Eu ainda não entrei em discussões a respeito de como a gente vai tentar influenciar uma modernização da legislação, mas sem dúvida é um tema pelo qual eu vou ter que navegar
>
> **Otávio Russo**
> delegado e diretor de Combate a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal

Como os crimes cibernéticos, na maioria das vezes, são massivos, como fraudes bancários e ataques hackers, que nos casos miram muitas pessoas e instituições com o mesmo modus operandi, a diretoria vai continuar a empregar a tática já utilizada atualmente.

De acordo com esse modelo, o objetivo dos investigadores é agrupar os casos para se chegar aos responsáveis, sem abrir um inquérito para cada vítima de uma fraude bancária, por exemplo.

"Temos que investigar de forma conjunta, precisamos agrupar essas informações e mirar nas quadrilhas e organizações criminosas por trás do esquema, e não foca em cada um dos casos", afirma.

Além do suporte e treinamento nos estados e das investigações próprias, a nova diretoria deve atuar de forma transversal dando apoio a outros setores da PF cujas investigações resvalam no mundo cibernético.

Nos casos de fake news ou outros crimes praticados nos meios digitais, por exemplo, que atualmente tramitam na DIP (Diretoria de Inteligência Policial) e na Dicor (Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado), a nova diretoria poderá fornecer a expertise, ferramentas e profissionais com maior capacitação.

Antes de assumir a empreitada, Otavio Russo estava lotado na superintendência de São Paulo, onde atuava em investigações desse tipo de crime, mas tem histórico no combate a crimes financeiros.

Entre outras, o delegado participou da operação Castelo de Areia. Deflagrada em 2009, a ação mirava a construtora Camargo Corrêa e, pela primeira vez, expôs a corrupção sistêmica em obras de governos estaduais e no federal. O caso foi paralisado e anulado ainda em sua primeira fase.

Roberto Casimiro/Fotoarena/Folhapress

DUAS PESSOAS DESAPARECEM APÓS FORTE CHUVA EM SP

O temporal que castigou a capital paulista e parte da Grande São Paulo nesta terça-feira (7) deixou ruas alagadas, como na região central, próximo ao vale do Anhangabaú (foto), e ao menos dois desaparecidos. Segundo o Corpo de Bombeiros, um homem foi levado pela enxurrada na rua Fruta-de-Guariba, na zona leste, e caiu no córrego do Oratório. O outro desaparecimento foi em Osasco. Um homem foi tentar atravessar a enxurrada na rua Flor de Lotus, caiu e foi levado pelas águas. Os bombeiros vão retomar as buscas nesta quarta-feira (8). Até as 19h45, o Corpo de Bombeiros disse ter recebido 26 chamados para quedas de árvores e 133 para enchentes. A chuva também castigou a cidade do Rio de Janeiro, onde uma menina de dois anos morreu em um desabamento na rua Tenente Marques de Sousa, na comunidade da Chácara do Céu. Ela foi encontrada nos escombros pelos bombeiros já sem vida. A Defesa Civil estadual decretou estado de alerta para possibilidade de alagamentos e desabamentos.

Ações para a cracolândia expõem divergências em São Paulo

Mariana Zylberkan
e Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO O Governo de São Paulo e a prefeitura da capital têm acumulado desentendimentos nas últimas semanas em relação às medidas para a cracolândia.

Em janeiro, as gestões de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Ricardo Nunes (MDB) anunciaram que haveria uma parceria inédita para resolver um dos principais problemas que se arrastam há quase 30 anos no centro da cidade. Nos bastidores, porém, faltam sintonia e colaboração.

Um dos principais pontos de atrito é em relação ao formato das operações da Polícia Civil para prender traficantes.

O prefeito Ricardo Nunes é a favor de incursões frequentes entre os dependentes químicos, como ocorreu entre junho de 2021 e o fim do ano passado. Essas ações eram orquestradas pelo ex-delegado seccional do centro Roberto Monteiro, que perdeu o cargo para o delegado Jair Ortiz no começo do ano.

Com a mudança de comando, as operações têm sido feitas fora dos pontos de concentração de usuários de drogas. Na quinta-feira (2), duas mulheres foram presas com drogas que abasteceria a cracolândia, segundo as investigações.

A estratégia atual mira grandes traficantes e contrasta com a anterior, que priorizava prender os chamados "lagartos", pequenos vendedores que sustentam o vício, e também fichar usuários flagrados usando drogas ou portando cachimbos para fumar crack. Ao longo de quase dois anos, cerca de mil pessoas foram detidas nessas operações, segundo a Polícia Civil.

Essa é uma das explicações recorrentes do prefeito para sustentar a tese de que o fluxo da cracolândia vem diminuindo desde a desocupação do entorno da praça Júlio Prestes, há quase um ano.

Outro ponto de estranhamento entre as administrações foi a inclusão de serviços já oferecidos pelo município como parte integrante do projeto anunciado recentemente pelo governo.

Em entrevista à **Folha**, o vice-governador Felicio Ramuth (PSD), destacado por Tarcísio para gerenciar as ações referentes à cracolândia no governo estadual, afirmou não existir uma porta de entrada na rede de saúde pública para internar dependentes químicos.

Procurada, a prefeitura disse que os encaminhamentos, nesses casos, são feitos pelas UBS (Unidade Básica de Saúde) e pelas unidades do Caps (Centros de Atenção Psicossocial). Além disso, desde o ano passado, uma unidade emergencial de atendimento foi aberta na rua Helvétia onde os usuários estavam concentrados. O local também é uma porta de entrada para quem quer ser internado, segundo a prefeitura.

O município também afirmou que dispõe de cem leitos de internação psiquiátrica em hospitais municipais e que, se necessário, recorre às vagas disponibilizadas pelo governo estadual em comunidades terapêuticas.

No ano passado, segundo dados oficiais, quatro pessoas foram encaminhadas para as comunidades terapêuticas e ficaram, em média, 66 dias. O período de desintoxicação é de até 90 dias.

Integrantes das equipes ouvidos pela **Folha**, porém, avaliam que o clima de distanciamento entre estado e prefeitura é passageiro e deve melhorar na medida em que o trabalho for desenvolvido.

Na tentativa de alinhar as ações, o vice-governador Ramuth criou um grupo de mensagens na semana passada com membros das duas gestões que atuam diretamente na cracolândia. A ideia é organizar reuniões quinzenais para cada um apresentar seus resultados.

Enquanto isso, moradores e comerciantes da região organizaram dois protestos na semana passada para cobrar ações mais efetiva contra a falta de segurança causada pela presença dos usuários de drogas.

"Não vai mais ninguém comprar lá", diz a comerciante Isabel de Araújo que tem uma loja de materiais descartáveis há 18 anos na rua Guaianases. "Sempre tivemos problemas, mas agora está impossível trabalhar", completa.

Ela estava entre os cerca de 20 manifestantes no protesto organizado na última quinta-feira em frente à prefeitura.

Monumento ao Garimpeiro, em Boa Vista, mostra como a categoria é respeitada na cidade Henrique Santana/Folhapress

Garimpeiros têm promessa de ajuda e apoio em Boa Vista

Governador e senadores de Roraima propõem a criação de programas sociais

Cláudia Collucci

BOA VISTA Apontados como os principais responsáveis pela crise humanitária vivida pelos indígenas yanomamis, garimpeiros ilegais têm recebido apoio de moradores de Boa Vista e encontram no governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), um aliado.

Nesta terça-feira (7), Denarium propôs a criação de programas sociais para os garimpeiros que estão deixando a Terra Indígena Yanomami, que fica no estado. O controle do espaço aéreo, a maior presença do Estado e a decisão anunciada (ainda que sem data definida) de retirada dos garimpeiros da terra indígena levaram a uma mobilização de grupos de invasores, que já deixam a área ou tentam fugir de alguma forma.

Durante reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a bancada de senadores de Roraima, o governador afirmou que cerca de 50 mil pessoas vivem da atividade do garimpo no estado e disse que essa população ficará desassistida, precisando de ajuda.

“Temos que criar mecanismos para que [os garimpeiros] possam sair. Uma das ações é o desbloqueio do espaço aéreo. Criar novas áreas de mineração em cooperativas, fora de área indígena, lógico”, afirmou Denarium, em entrevista após a audiência.

A reação ocorre em meio a um processo de asfixia do garimpo ilegal, com controle do tráfego aéreo pela FAB (Força Aérea Brasileira) e promessa de retirada de invasores. No dia 20 de janeiro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou emergência em saúde pública no território yanomami.

A conivência com o garimpo e a desassistência em saúde provocaram uma crise humanitária entre os indígenas, com explosão de casos de desnutrição grave, malária e outras doenças associadas à fome, como infecções respiratórias.

O garimpo ilegal cresceu 54% em 2022 e devastou novos 1.782 hectares da Terra Indígena Yanomami, segundo levantamento da Hutukara Associação Yanomami. Entre outubro de 2018 e dezembro de 2022, houve crescimento acumulado de 309% do desmatamento associado ao garimpo.

Para o governador Denarium, uma solução seria a reinserção dos garimpeiros em outras atividades. “Criar programas sociais que possam atender essas pessoas, quando saírem da área em que estão trabalhando”, disse.

> Os garimpeiros não são esses criminosos que a mídia está mostrando, não, são pais de família que ajudam a economia da nossa cidade, do nosso estado
>
> **José dos Santos**
> motorista de aplicativo

Na entrevista, o senador Mecias de Jesus (Republicanos) afirmou que os garimpeiros expulsos das terras indígenas são “trabalhadores que ficaram sem fonte de renda” e que “precisarão de assistência”.

Ele alega que os donos das áreas extrativistas ilegais já estão longe dos garimpos. “Os verdadeiros donos do garimpo não estão lá. São os peões que estão trabalhando para manter suas famílias. Os donos do garimpo foram embora há muito tempo, de avião”, afirmou.

Na reunião com Pacheco, foi acertada a criação de uma comissão externa do Senado para acompanhar a crise sanitária dos yanomamis e proposto um termo de ajustamento de conduta do MPF (Ministério Público Federal) para que os garimpeiros que estão ilegalmente na terra indígena sejam retirados sem uso de força.

Em Roraima, estado com cerca de 500 mil habitantes, vivem hoje cerca de 50 mil garimpeiros que estão totalmente inseridos na estrutura social e econômica do estado e especialmente da capital.

“Os garimpeiros não são esses criminosos que a mídia está mostrando, não, são pais de família que ajudam a economia da nossa cidade, do nosso estado”, disse o motorista de aplicativo José dos Santos.

“É uma palhaçada isso tudo. Quero ver quem vai nos ajudar quando a fome chegar por aqui. Eu tenho dois tios e três primos no garimpo, que sustentam três famílias com trabalho duro, de sol a sol. Não são bandidos”, afirmou Maria do Carmo Silva, auxiliar de limpeza.

Na família da estudante Ana Carla, 20, são três gerações de garimpeiros. “Tem muito bandido no garimpo? Tem, assim como tem em qualquer lugar. Mas também tem muita gente honesta que só está tentando sobreviver. E são esses que sobraram por lá [na terra yanomami]. Os grandões já saíram”, afirmou.

Nos últimos três dias, a reportagem ouviu ao menos dez pessoas em Boa Vista com discursos muito semelhantes, entre motoristas, comerciantes, atendentes e profissionais da saúde, que defendem os garimpeiros e estão revoltadas com a operação do governo federal para interromper a atividade ilegal no território yanomami.

O garimpo é considerado ilegal em terras indígenas, mas a legislação brasileira permite, sob uma série de condições, a atividade extrativista no país.

Um dos principais patrimônios históricos de Boa Vista, o Monumento ao Garimpeiro é um exemplo de como eles são respeitados na cidade. A escultura foi construída em 1969 e fica no centro da sede do governo e Assembleia Legislativa de Roraima, na praça do Centro Cívico.

“Você tem na sociedade roraimense uma naturalização do garimpo. A população não vê como crime. Garimpeiro não é uma figura única, é um complexo social bastante diverso”, disse o sociólogo Rodrigo Chagas, professor da Universidade Federal de Roraima, em entrevista ao podcast Fora da Política Não Há Salvação, do cientista político Cláudio Couto.

PF confirma um indígena morto e outro ferido em território yanomami

Vinicius Sassine

MANAUS Uma equipe da PF (Polícia Federal) confirmou nesta terça-feira (7) que um indígena yanomami foi morto e outro ficou gravemente ferido após um suposto ataque feito por garimpeiros invasores da terra indígena. O ferido foi levado do território a um hospital em Boa Vista.

Na segunda-feira (6), policiais foram enviados à região de Homoxi para investigar uma denúncia que, inicialmente, apontava o assassinato de três jovens yanomamis por garimpeiros.

A denúncia foi feita por Júnior Yanomami, presidente do Condisi (Conselho Distrital de Saúde Indígena) dos Yanomami e Ye'kuana. Ele esteve na terra indígena acompanhando as ações de emergência em saúde pública, declarada pelo governo Lula (PT) no último dia 20.

In loco, os policiais confirmaram que houve um assassinato e outra tentativa de homicídio, que deixou o indígena em estado grave. Segundo agentes que estão a par das diligências, o corpo não foi encontrado porque teria sido levado por outros indígenas, conforme relatos colhidos no local.

O ferido precisou de transporte aéreo para ser socorrido e foi levado para um hospital em Boa Vista. Ele foi ferido no abdome por arma de fogo.

A suspeita é que os crimes tenham sido cometidos por garimpeiros do Homoxi. Os indígenas têm relação com a comunidade Haxiu.

O homicídio e a agressão ocorreram em meio a um processo de asfixia do garimpo ilegal, com controle do tráfego aéreo pela FAB (Força Aérea Brasileira) e promessa de operações de retirada de invasores. Com isso, existe um temor, entre policiais federais, de intensificação dos conflitos entre garimpeiros e indígenas.

Há, ainda, preocupação quanto às reações de garimpeiros em Boa Vista, no momento em que começar a avançar a retirada de invasores da terra indígena.

A região de Homoxi foi tomada por garimpeiros. Eles bloquearam a pista de pouso antes usadas por aeronaves da saúde indígena, passaram a impedir o acesso por ar das equipes médicas e tocaram fogo na unidade de saúde.

O controle do espaço aéreo, a maior presença do Estado e a decisão anunciada —ainda que sem data— de retirada dos garimpeiros da terra yanomami levaram a uma mobilização de grupos de invasores do território, que passaram a fugir do lugar ou a tentar fugir de alguma forma.

Os garimpeiros passaram, então, a enfrentar uma inflação nos preços dos voos clandestinos de helicóptero para deixar o território, cobrados pelos próprios garimpeiros detentores de aeronaves. Um único voo passou a custar R$ 15 mil por pessoa, conforme relatos de invasores levados em conta no monitoramento feito pela PF.

Parte dos garimpeiros tenta chegar à Venezuela, segundo integrantes da PF, e há movimentos de fuga voltados até mesmo para a Guiana, distante da terra indígena.

Um pedaço do território está na fronteira com a Venezuela. Uma das regiões mais atingidas pela crise de saúde, com explosão de casos de malária e desnutrição grave, é Auaris, que fica perto da fronteira. O garimpo ilegal de ouro avançou tanto, com a conivência e o estímulo do governo Jair Bolsonaro (PL), que chegou até comunidades de Auaris.

Secretaria de Saúde Indígena passa por reestruturação, afirma Nísia Trindade

A ministra Nísia Trindade afirmou nesta terça (7) que a saúde indígena no Brasil passa por uma reestruturação em meio à crise vivida pelo povo yanomami. “Nós estamos reestruturando a Secretaria de Saúde Indígena, que [...] não estava com a orientação que precisa ter como subsistema do SUS”, afirmou a ministra à **Folha**. No ministério, é a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) que executa políticas públicas de saúde voltadas às comunidades indígenas.

A saúde indígena tem peculiaridades em relação a outras áreas da saúde pública. Uma delas é que a atenção básica é uma responsabilidade direta do governo federal —normalmente isso faz parte da alçada dos governos estaduais e municipais. “O Ministério da Saúde não faz isso em outras áreas porque [a saúde indígena] é um subsistema especial”, explicou Trindade. Segundo ela, melhorias nas ações destinadas à saúde dos povos indígenas são necessárias em todo o território nacional.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Encontrou a felicidade na reinvenção

ANTONIO JOSÉ AYDAR (1957-2023)

Bruno Lucca

SÃO PAULO O empresário Antonio José Aydar se considerava um hedonista, doutrina filosófica que defende a busca pelo prazer como finalidade última da vida humana. Com essa ideologia, viveu por 65 anos.

Fruto de uma tradicional família de origem libanesa que se instalara em Rio Preto, no interior de São Paulo, Toninho, como era conhecido, encontrou seu primeiro amor nos números. Graduou-se em engenharia civil e em matemática.

A carreira de engenheiro não foi muito adiante, mas o domínio das ciências exatas logo o levou ao magistério. Toninho lecionou no colégio rio-pretense São José por mais de 30 anos. Tempo capaz de o alçar a símbolo da instituição.

Durante essas décadas, somou amigos e, com didática invejável, dividiu seu conhecimento. Em suas aulas, as gargalhadas eram obrigatórias. Com doçura, o professor cativava mesmo os avessos a Bhaskara.

Ao caminhar pela cidade, era sempre tietado. Não faltavam abraços, longas conversas e, usualmente, puxões de orelha pedagógicos.

Fábio Aydar, filho de Toninho, diz que o pai foi um homem extremamente popular. “Não tinha ninguém que não gostava dele, fazia amigos por onde passava.”

O profissional também era atraído por esportes de todos os tipos. Acreditava serem as atividades atléticas não só divertidíssimas, mas um instrumento para união entre seres humanos de convicções e origens das mais variadas. Por isso, ocupou a diretoria do tradicional Clube Monte Líbano.

Ao completar 60 anos, Toninho largou a sala de aula, mas não livros e fórmulas. Da matemática partiu para a ciência culinária.

Em um grande shopping da cidade, abriu uma franquia de cookies, onde, além dos badalados doces norte-americanos bem quentinhos, oferecia um brinde ainda melhor: a felicidade sempre estampada em sua face.

Com o prazer de servir a seus conterrâneos, muitos dos quais ajudara a formar como cidadãos, Toninho viveu seus últimos anos.

Antonio José Aydar morreu no último dia 23 de janeiro. Ele sofreu um infarto durante viagem a Ubatuba, no litoral norte de São Paulo. O eterno professor deixa os filhos Fábio e Lygia, além de Flora, sua amada neta.

Os Familiares da querida

RENATA DA CUNHA BUENO MELLÃO

(02/12/1926 - 04/02/2023)

agradecem as manifestações de carinho e pesar recebidas por ocasião de seu falecimento ocorrido em 04/02 e convidam parentes e amigos para a Missa de 7º dia, a ser realizada em 10/02/2023, sexta-feira, às 13 horas, na Igreja Nossa Senhora do Brasil, sito à Pça Nossa Senhora do Brasil s/nº.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Aliança contra danos digitais

Plataformas precisam ser mais responsáveis, o que implica mais regulamentação

Ilona Szabó de Carvalho
Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo"

O Brasil enfrenta múltiplos desafios que se conectam: Congresso dividido, economia em recuperação, insegurança alimentar, crise ambiental na Amazônia. Subjacente a essas dificuldades está uma sociedade hiperpolarizada.

Neste contexto, os danos digitais amplificam os riscos, impactando o espaço cívico e as instituições democráticas. O Brasil é hoje uma espécie de laboratório de questões debatidas globalmente, com insights sobre oportunidades e desafios: como o papel e os limites do Judiciário e do governo, a responsabilidade das plataformas digitais, o impacto das regulações e o equilíbrio entre a liberdade de expressão e o enfrentamento aos danos digitais.

Danos digitais incluem atividades online maliciosas, como o autoritarismo e a vigilância digital, ataques cibernéticos, desinformação e discurso de ódio. São externalidades negativas dos bens comuns digitais, como a desinformação relacionada à Covid —que alimentou os movimentos antivax—, a desinformação climática —que mina a transição verde— e ataques contra instituições democráticas e eleições —que minam a confiança na democracia.

É preciso ter cuidado com o excesso de atribuição, pois há outros fatores que contribuem para a diminuição da confiança na democracia — como a frustração com as elites, desigualdade, inflação, altos níveis de corrupção e crime. Porém cientistas sociais já documentam as formas pelas quais os danos digitais podem ampliar o descontentamento, moldar preconceitos e mudar comportamentos.

Para entender como os danos digitais estavam minando a democracia no Brasil, o Instituto Igarapé, em parceria com o Democracia em Xeque, passou a monitorar e avaliar narrativas desinformativas online e seus reflexos no mundo offline no período eleitoral. Em resumo, há quatro mensagens principais.

Primeiro, a extrema direita superou em muito o engajamento digital de esquerda, de centro e da imprensa convencional. Segundo, o alvo muitas vezes são as próprias instituições eleitorais. Terceiro, danos digitais são acompanhados de violência crescente contra candidatos adversários, mídia e atores cívicos. E quarto, as principais instituições foram razoavelmente bem-sucedidas na reação.

Os esforços do governo precedem as eleições de 2022 e 2018. Um passo fundamental foi o Marco Civil —a declaração de direitos digitais aprovada em 2014 na sequência das revelações de Edward Snowden sobre o sistema de vigilância global dos EUA.

O Judiciário entrou em ação com o Programa de Enfrentamento à Desinformação de 2019 —tornado permanente em 2022—, a Comissão e o Observatório de Transparência Eleitoral de 2021, a Frente Nacional de Combate à Desinformação de 2022, entre outros. Recentemente, o Executivo criou a Secretaria de Políticas Digitais e a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia, na Advocacia-Geral da União (AGU), para combater a desinformação "sobre políticas públicas".

Alguns desses esforços estão provocando um debate acirrado. Há preocupações com o excesso de influência do governo, bem como com a censura a oponentes de extrema-direita e ativistas de direitos digitais.

Está claro que os danos digitais não podem ser evitados e reduzidos apenas por meios digitais. Seu enfrentamento exigirá muito mais envolvimento dos Poderes da República, dos meios de comunicação e da sociedade civil.

Plataformas precisam ser mais responsáveis, o que implica mais regulamentação. Reduzir os danos digitais também requer abordar fatores estruturais que os impulsionam —da desigualdade econômica às questões de equidade social, passando pela educação digital nas escolas.

O sistema político brasileiro foi degradado pela profunda polarização a partir de 2013. Agora é a hora de revitalizar alianças pró-democracia, incluindo não só os partidos moderados mas toda a sociedade que busca reatar laços e salvaguardar nosso futuro.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Juliano Spyer, Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Moradores da Vila Reencontro, no Canindé, na região central de São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Vila para sem-teto tem visitas proibidas e horários controlados

Restrições foram pedidas por moradores, afirma gestora contratada pela prefeitura para casas provisórias em SP

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO De pé na cozinha da casa modular de 18 m², Stefanie do Nascimento, 18, lembra do dia que soube que iria deixar o abrigo da prefeitura para morar numa recém-inaugurada vila de moradias provisórias. "Fiquei feliz porque poderia finalmente pedir pizza", lembra. "Antes, não tinha endereço nem geladeira."

Moradora do módulo 8 da Vila Reencontro, com a mãe e a irmã mais nova, Stefanie passou por cinco endereços em três anos desde que se mudou de Salvador com a família. A mãe, Jacira Santos do Nascimento, 40, chegou a São Paulo para trabalhar em um restaurante e descobriu que a vaga tinha sido fechada por causa da pandemia. Desde então, ela e as duas filhas já passaram por ocupações e abrigos.

A família é uma das selecionadas para ocupar o endereço construído para abrigar moradores de rua por até 24 meses no bairro do Canindé, no centro de São Paulo.

Apesar de finalmente ter acesso a uma cozinha, equipada com fogão e geladeira, além de endereço com número da unidade para cadastrar no aplicativo de entregas, Jacira e as filhas, assim como todos os moradores da Vila Reencontro, obedecem a regras típicas de centros de acolhida. Elas não podem, por exemplo, receber visitas e têm que pedir uma autorização especial para entrar e sair da vila fora do horário permitido.

> Temos grupos com variados graus de autonomia, por isso, é preciso construir um regimento de regras compactuadas entre todos
>
> **Carlos Bezerra**
> secretário de Assistência e Desenvolvimento Social

Anunciada pela gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) como uma "iniciativa inspirada no modelo internacional housing first" (moradia primeiro, na tradução direta), a vila não confere autonomia total aos ocupantes, um dos princípios do conceito.

O modelo foi criado na década de 1990 nos Estados Unidos e é considerado um avanço nas políticas públicas para os sem-teto a partir da ideia de que é preciso, primeiro, oferecer moradia a quem vive nas ruas e, depois, acesso a educação e trabalho.

Além disso, o modelo inverte a lógica de que a habitação definitiva só é conquistada após passar por diversas etapas dentro do sistema tradicional de assistência social.

Na Vila Reencontro, as refeições são servidas em marmitas prontas. Há uma cozinha comunitária onde serão organizados cursos de culinária, segundo o secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Carlos Bezerra.

"Temos grupos com variados graus de autonomia, por isso, é preciso construir um regimento de regras compactuadas entre todos", afirma.

As regras de convivência são definidas pelos próprios moradores. A mediação é feita por uma entidade internacional contratada pela administração municipal e que geriu o centro de acolhida de imigrantes venezuelanos em Boa Vista, criado durante a crise imigratória iniciada em 2017.

De acordo com Eliceli Bonan, gerente da Avsi Brasil, a restrição das visitas foi um pedido dos moradores que estão aguardando adaptações na portaria. "As demais regras são básicas, de não violência, respeitar o horário de silêncio, manter cuidado com os pertences. É como uma vida em condomínio", diz.

A maioria dos moradores veio do CTA (Centro Temporário de Acolhimento) 18, criado para abrigar famílias. Mesmo com as regras, Gilmara Gonçalves, 35, considera seu módulo na Vila Reencontro mais sua casa do que um abrigo. "As regras não interferem no dia a dia", diz ela, que mora com o marido e as duas filhas.

A família foi parar no CTA 18 há cerca de um ano após seu marido perder o emprego. Gilmara conta que enfrentou o pós-parto da filha Maria Ísis, de oito meses, no centro de acolhida antes de ser selecionada para ocupar um dos módulos da Vila Reencontro.

Ao chegar à vila, cada família tem a capacidade de autonomia avaliada e recebe um conjunto de panelas para preparar as próprias refeições, além de ter acesso às marmitas. Gilmara recebeu seu jogo assim que chegou. "Eu organizo melhor a rotina das minhas filhas desse jeito", diz ela, que retomou os afazeres de dona de casa após 14 meses em centros de acolhida.

Ozempic corre risco de faltar em farmácias devido à alta procura

Samuel Fernandes

SÃO PAULO O Ozempic, remédio indicado para tratamento do diabetes tipo dois, corre risco de entrar em falta no Brasil neste primeiro trimestre, segundo a Novo Nordisk, fabricante do medicamento. Embora não tenha indicação na bula, o fármaco também é utilizado contra obesidade.

A possível falta do remédio no mercado brasileiro resulta de uma demanda maior do que a esperada pela Novo Nordisk. Segundo a farmacêutica, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) já foi notificada a respeito das limitações no fornecimento. A previsão é de que, somente no segundo trimestre, o reabastecimento volte a ser normalizado.

O Ozempic, que é uma caneta injetável, é o nome comercial para a semaglutida 1,0 mg. A substância é indicada oficialmente para o tratamento da diabetes tipo dois. No entanto, benefícios foram vistos para a perda de peso em razão das ações que o princípio ativo tem algumas ações no organismo humano. Uma delas consiste em aumentar a sensação de saciedade e reduzir o apetite. Como resultado, o paciente emagrece.

A **Folha** questionou a Novo Nordisk se os problemas de fornecimento do medicamento têm relação com o uso dele para emagrecimento. A farmacêutica respondeu que "não é possível rastrear a finalidade de uso do produto pelo paciente".

A empresa ainda ressaltou que não incentiva o uso "off-label", que é quando um remédio é utilizado para tratamento de algo que não consta na bula.

> Não é possível rastrear a finalidade de uso do produto pelo paciente
>
> **Novo Nordisk**
> farmacêutica, em nota

Caso um paciente com diabetes tipo dois encontre dificuldades em encontrar o medicamento, é possível adotar outras alternativas da mesma classe de medicamentos —eles são chamados de análogos de GLP-1. Nesse caso, é importante conversar com o médico a fim de ter as orientações adequadas.

O Brasil já conta com remédios com indicações oficiais para obesidade. O Wegovy é um deles. O medicamento leva a semaglutida em sua composição —nesse caso, na dosagem de 2,4 mg— e tem recomendação na bula para o tratamento da obesidade. Ele também é fabricado pela farmacêutica Novo Nordisk e recebeu autorização para ser comercializado no Brasil em janeiro deste ano.

Por enquanto, o remédio ainda não tem preço definido nem data certa para chegar ao mercado brasileiro, mas a expectativa da farmacêutica é que a disponibilidade do Wegovy no Brasil deva ocorrer no segundo semestre deste ano.

Outras opções disponíveis no Brasil são o orlistate e a sibutramina. O primeiro deles inibe uma enzima que temos no intestino com a função de absorver gordura. Quando a pessoa come um alimento gorduroso e está tomando o orlistate, o remédio barra a enzima e a gordura é descartada nas fezes. O problema é que esse mecanismo pode causar diarreias em razão da gordura sair durante a defecação.

Já a sibutramina age no cérebro diminuindo a vontade de comer alimentos que dão prazer ao paciente. O dilema é que ela tem associação com efeitos colaterais, não sendo recomendada para pessoas com doenças cardíacas, por exemplo. Já que uma quantidade considerável de pessoas obesas tem complicações cardiovasculares, uma parcela delas não pode utilizar o remédio

Além disso, atividades físicas praticadas regularmente e manter uma dieta equilibrada são essenciais para o controle da obesidade, de acordo com os médicos. Especialistas indicam que os fármacos são aliados na perda de peso, enquanto as alterações nos hábitos de vida são essenciais.

Obra que foi paralisada na altura do posto 8 da praia da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro Eduardo Anizelli/Folhapress

Rio põe concreto na areia de praia e revolta especialistas

Objetivo da obra na Barra da Tijuca é evitar danos causados por ressacas

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO A Prefeitura do Rio de Janeiro iniciou a execução de uma obra na praia da Barra da Tijuca (zona oeste) que instala um material de concreto sob a areia com o objetivo de reduzir os danos provocados por ressacas na orla.

A intervenção revoltou especialistas de ao menos quatro universidades e foi suspensa na quarta-feira (1º), após uma notificação do Ministério Público Federal. A Procuradoria questiona, entre outros pontos, a ausência de estudo de impacto ambiental para a movimentação da faixa de areia.

A obra tem como objetivo reduzir os efeitos das ressacas principalmente no calçadão e em quiosques da orla. Especialistas da UFRJ, Uerj, UFF e PUC-Rio organizaram um abaixo-assinado apontando o risco de que a movimentação possa, na verdade, ampliar danos futuros.

A obra prevê, segundo a prefeitura, a instalação de colchões articulados feitos de concreto e uma manta geotêxtil preenchida com areia da própria praia para estabilizar o local. O contrato de R$ 10,6 milhões também inclui a implantação de vegetação de restinga e a reestruturação de passeios e pavimentos danificados.

A instalação do material na faixa de areia está prevista para sete pontos da Barra da Tijuca que perfazem uma extensão de 1,2 quilômetros entre os postos 3 e 8 e tinha prazo de conclusão de seis meses. A intervenção na faixa da areia começou em dezembro num dos pontos e foi interrompida sem ser concluída após a notificação do MPF.

Em nota, a prefeitura afirma que "o município protocolou no portal do MPF mais de 100 documentos relativos aos ensaios, estudos de engenharia costeira, elementos técnicos e projetos que corroboram as obras de recuperação dos taludes da Barra da Tijuca".

O uso de concreto e a movimentação de maquinário pesado na praia assustou oceanógrafos e engenheiros.

> Isso aí [onde a técnica foi usada] o pessoal que importa o material é que sabe. [....] Adaptei conceitos para a realidade local. Imagine que eu vá fazer uma feijoada, mas, em vez de colocar carne de porco, coloco de galinha
>
> **David Zee**
> engenheiro, oceanógrafo e consultor da obra

Parecer técnico assinado por 26 professores e especialistas na área aponta que os colchões de concreto podem agravar os danos provocados pelas ressacas. O principal problema, na avaliação do grupo, é a possível redução na infiltração da água do mar na areia durante as ressacas, ampliando o impacto das ondas e a redução da orla.

"Estruturas rígidas fazem refletir a energia das ondas que retornam ao mar com mais energia retirando a areia da praia e aumentando sua declividade. Esse fenômeno leva à diminuição progressiva da largura da praia (perda da área recreativa) e aumento de sua declividade, fazendo com que as ondas de alta energia em eventos de ressaca do mar quebrem mais próximas da orla onde estão localizados o calçadão, a ciclovia e quiosques", afirma o texto.

O grupo questiona, inclusive, a necessidade da obra. Estudo de professores da Uerj e da UFRJ indica que a praia da Barra está em "equilíbrio dinâmico", com redução da faixa de areia em períodos de ressaca e recuperação natural posterior.

Laudo técnico da Procuradoria diz também que a obra está "em dessintonia com o que dispõem a literatura técnica e as normativas pertinentes ao ordenamento costeiro".

"Não há relatos da implantação dessas estruturas no litoral brasileiro, o que prejudica uma análise sobre a funcionalidade do método segundo as especificidades do processo erosivo instalado na área investigada", diz o documento.

O MPF também questiona a ausência de estudo de impacto ambiental para a realização da obra. O procurador Sergio Suiama afirma que as praias são áreas de preservação permanente, motivo pelo qual exigem relatório detalhado dos possíveis impactos.

Os documentos enviados pela prefeitura à Procuradoria indicam que houve apenas a emissão de uma licença da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sem a realização do EIA/Rima (estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental). O documento afirma apenas que os executores da obra precisam garantir o replantio da vegetação de restinga que será retirada para a intervenção.

A obra tem como consultor o engenheiro e oceanógrafo David Zee, professor da Uerj que se classifica como um especialista com "vários chapéus" —"sou oceanógrafo, engenheiro costeiro, engenheiro civil e trabalho na comunicação social também".

Zee afirma que concorda com toda a fundamentação teórica da crítica à obra, mas diz que o parecer dos professores universitários se encaixa num ambiente natural, e não numa praia já marcada pela intervenção humana.

"Eles mesmos confessam que não tiveram acesso ao projeto, né? Então toda a fundamentação deles está no mínimo prejudicada. Fico satisfeito porque consideramos tudo isso que eles estão falando. Estão sendo usadas técnicas muito modernas", afirmou.

Zee diz que o material instalado não é um bloco de concreto habitual, mas uma estrutura mole com porosidade que não altera a infiltração da água na areia e permite a acomodação natural causada pelo impacto das ondas.

"Não pode ser um negócio impermeável. É o conceito da engenharia costeira moderna. Estruturas moles que se acomodam em função da variabilidade do regime de ondas. Eu tinha que ter uma manta que desse uma certa resistência adicional à praia em eventos extremos para não continuar cavando e ameaçar a fundação da estrutura do calçadão", disse o consultor da obra.

Ele afirma que a técnica já foi empregada em alguns locais, mas não soube identificar quais. "Isso aí o pessoal que importa o material é que sabe. [....] Adaptei conceitos para a realidade local. Imagine que eu vá fazer uma feijoada, mas, em vez de colocar carne de porco, coloco de galinha", disse.

O consultor diz que analisou por meio de reportagens e outros registros os danos "funcionais, físicos, psicológicos, de insegurança social e risco de vida com afogamentos" já causados pelas ressacas para definir os pontos prioritários para a obra. Ele apontou dificuldades em obter precisão nesses registros, mas disse considerar que a obra é urgente.

"Se eu fosse só teórico [diria]: 'Não, vamos fazer um estudo de mais de dez anos e monitorar. Aí sim nós vamos fazer a obra'. Nisso a praia já foi embora, né? O calçadão foi embora. Ninguém tem noção de como é que vai evoluir essas ressacas, essas mudanças climáticas. Então nossa missão é consertar o avião voando."

Litoral de Balneário Camboriú tem quatro pontos com nível máximo de coliformes fecais

Catarina Scortecci

CURITIBA Em 4 dos 10 pontos classificados como impróprios para banho na Praia Central de Balneário Camboriú, em Santa Catarina, a presença de coliformes fecais atingiu o nível máximo na medição feita pelo Ima (Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina).

Os quatro pontos ficam na altura das ruas 3.000, 4.000, 3.500 e 1.400 da Praia Central, que passou por uma megaobra de alargamento da faixa de areia e teve sua largura ampliada de 25 m para 75 m.

Para a Emasa (Empresa Municipal de Água e Saneamento), autarquia ligada ao município, as chuvas alteram o resultado da coleta de balneabilidade. As amostras de água do mar foram coletadas no dia 2 de fevereiro pelo IMA, responsável pelo monitoramento da balneabilidade no estado.

Na análise, a maior concentração da bactéria *Escherichia coli* que se consegue identificar é de 24.196 para cada 100 ml de água do mar.

De acordo com a resolução 274/2000 do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), um ponto é considerado impróprio para banho quando em mais de 20% de um conjunto de amostras —coletadas nas cinco semanas anteriores, no mesmo local— houver mais de 800 *Escherichia coli* por 100 ml, ou quando, na última coleta, o resultado for superior a 2.000 *Escherichia coli* por 100 ml.

Os outros seis pontos impróprios para banho na Praia Central são: Pontal Norte, rua 1.001, rua 2.000, Pontal Sul na rua 4.900, rua 2.500 e rua 51. A coleta das amostras foi feita no último dia 2.

As más condições de balneabilidade marcam o segundo verão com "praia ampliada" de Balneário Camboriú. Desde que a obra foi entregue, no fim de 2021, houve aquecimento do turismo, mas relatos mais frequentes sobre a formação de bancos de areia, além de alertas de especialistas sobre impactos no ecossistema.

O IMA reforça que a identificação de coliformes fecais representa "ambiente suscetível à presença de outros patógenos que podem levar a doenças como gastroenterites e viroses e outras mais graves, mas menos comuns, como hepatite, cólera e febre tifoide". Órgão culpa volume de chuvas.

A Emasa afirmou que fortes chuvas que atingem a região desde o final do ano passado alteram o resultado da análise.

"Durante praticamente todo o ano de 2022, tanto as Praias Agrestes como a Praia Central apresentaram balneabilidade positiva em todos os pontos analisados pelo IMA. Foi a partir do fim de novembro, quando a região teve médias altíssimas de chuva em curto espaço de tempo, que as nossas praias e outras do litoral de SC sofreram com o reflexo das fortes chuvas", diz a nota.

O órgão disse, ainda, que manter a coleta no período de chuvas representa "uma falta de compromisso com a real condição do mar". E informou que está contratando um laboratório próprio para, assim, comparar suas análises com o levantamento do IMA.

O IMA, por sua vez, afirma que faz "uma avaliação sistêmica no campo ambiental", obtendo resultados a partir de "diferentes situações de maré, temperatura de água, temperatura do ar, direção e força do vento e precipitação volumétrica". Diz também que a manipulação de cenários para a coleta de amostras, como alteração de frequência para evitar períodos chuvosos, leva a "resultados tendenciosos e de perigosa subestimação de risco sanitário".

O instituto reforça que segue a resolução do Conama sobre o monitoramento da balneabilidade.

> Foi a partir do fim de novembro, quando a região teve médias altíssimas de chuva em curto espaço de tempo, que as nossas praias e outras do litoral de SC sofreram com o reflexo das fortes chuvas
>
> **Emasa**
> em nota

Ubatuba (SP) começa a cobrar taxa ambiental de visitantes

SÃO PAULO Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, começou a cobrar a partir da 0h desta quarta-feira (8) uma taxa ambiental de visitantes. É uma espécie de pedágio para quem ficar mais de quatro horas na cidade, com pagamento diário.

A promessa é que os recursos arrecadados sejam revertidos para o ambiente e coleta de lixo. A cobrança começa a menos de duas semanas do Carnaval, quando o município costuma ficar lotado de turistas.

Os preços diários vão de R$ 3,50, para motocicletas, a R$ 92, no caso de ônibus. Carro de passeio pagará R$ 13. Neste caso, a conta pelos quatro dias do feriadão no Carnaval será de R$ 52.

Pelas regras, não há um limite para pagamento da taxa. Ela vale para todos os dias que o turista ficar na cidade.

A cobrança estava programada para começar a ser cobrada no início do segundo semestre do ano passado, mas acabou adiada para ajustes na legislação. Segundo a prefeitura, leitores eletrônicos de placas foram instalados nas entradas da cidade.

Veículos com licenciamentos feitos em Ubatuba e nas outras três cidades do litoral norte (Ilhabela, São Sebastião e Caraguatatuba) e em municípios vizinhos (Paraty, Cunha, São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra) terão isenção automática.

Donos de imóveis de veraneio, locatários, grandes varejistas e trabalhadores autônomos precisam cadastrar seus veículos. O mesmo ocorre com quem mora em Ubatuba, mas tem carro com placa licenciada em município que não tem a isenção automática.

O pagamento pode ser feito por leitura de TAG colocada no para-brisa do veículo, como as de passagem automática em pedágio, pela internet ou por aplicativo, com uso de crédito ou emissão de boleto bancário.

Ou ainda presencialmente na sede da Eco Ubatuba, responsável pela taxa de preservação, no centro da cidade, e em postos na Lagoinha, no Saco da Ribeira e na rodovia Oswaldo Cruz.

O visitante de Ubatuba, diz a empresa, pode fazer o pagamento em até 30 dias, a contar da data de saída.

Após o prazo, quem não pagar a taxa deverá ser inscrito na dívida ativa do município, que poderá fazer a cobrança, com juros e multa.

ambiente

Crianças na Terra Indígena Jaraguá, na zona norte de São Paulo Karime Xavier/Folhapress

Demarcação de terra indígena contribui para preservação

Pesquisa aponta que homologação ajuda a frear destruição da mata atlântica

PLANETA EM TRANSE

Jéssica Maes

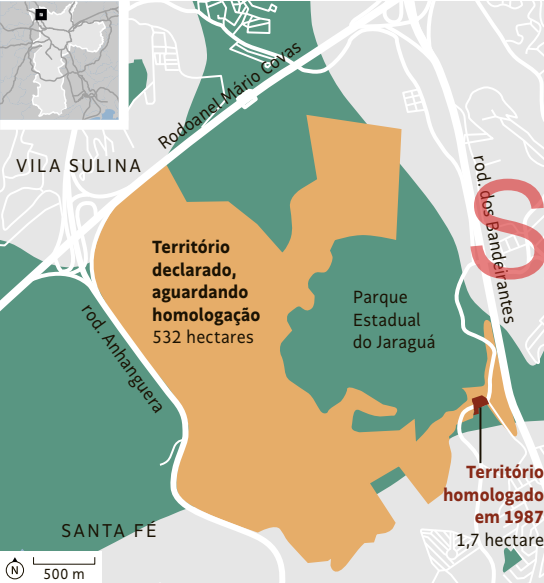
SÃO PAULO Os olhos de quem não está acostumado lacrimejam com a fumaça do petyngua, o cachimbo que os guaranis usam para acender o fumo de rolo. Sentado ao lado da fogueira, Jurandir Jukupe, liderança do povo guarani, conta que a região ocupada pela Terra Indígena Jaraguá, na zona norte de São Paulo, já foi tomada por cafezais.

A área de mata atlântica ainda tem vestígios dessa época, mesmo décadas depois do reflorestamento que trouxe de volta as plantas nativas.

"O meu avô participou do reflorestamento e de algumas solturas de animais. Inclusive, ele tem uma história de que soltaram um casal de onças aqui", relembra.

À luz do dia, não se vê sinal dos felinos por ali. Os únicos animais silvestres que aparecem são os macacos-prego.

Os pés de café nascem com facilidade no solo fértil e, se chegam à fase adulta, com galhos grossos e longos, precisam ser arrancados um a um. Mas essa é uma das tarefas que os indígenas executam em mutirões, na tentativa de restaurar a paisagem e de abrir espaço para as espécies que cobriram toda essa região antes da chegada dos colonizadores. No lugar, plantam árvores típicas, como o ipê e o pau-brasil.

No papel, essa é a menor terra indígena do Brasil, com 1,7 hectare. Na prática, esse é o espaço ocupado por apenas 1 das 6 aldeias da região, a Tekoa Ytu.

Terra Indígena Jaraguá

Os cerca de 700 guaranis que vivem ali lutam pela expansão do território para 532 hectares, para que seu modo de vida seja assegurado. A área já foi declarada como de domínio dos indígenas, mas, depois de uma série de disputas judiciais, ainda aguarda a homologação da Presidência da República.

A conclusão de todas as etapas do processo de demarcação é um fator importante para que atividades de conservação prosperem, diz um artigo publicado no último dia 26 na revista científica PNAS Nexus.

"Nós analisamos 129 terras indígenas em toda a mata atlântica —basicamente todas as que existem no bioma. Esta foi uma das terras analisadas e ela contribuiu para a tendência que nós descobrimos", afirma Rayna Banzeev, pesquisadora da Universidade de Colorado Boulder, que liderou o estudo.

A pesquisa analisou a cobertura florestal desses territórios entre 1985 e 2016. Os resultados apontam que, a partir da homologação, o desmatamento nas áreas analisadas caiu progressivamente. Também foi observado o aumento nas taxas de reflorestamento.

A cobertura na mata atlântica aumentou 0,77% ao ano nas terras indígenas homologadas em comparação com aquelas que não tinham o processo de demarcação completo.

Banzeev explica que a razão para que isso aconteça não foi o foco do estudo, porém diz acreditar que essa melhora tenha a ver com o fato de que a homologação inclui a retirada de pessoas não indígenas.

O pesquisador Marcelo Rauber, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, é coautor do artigo e estuda o direito territorial indígena no Brasil. Ele afirma que a presença de não indígenas nos territórios envolve o uso predatório da terra, voltado à exploração econômica.

"É na mata atlântica que se localizam os principais conflitos em relação às demarcações de terras indígenas", destaca. "Tem muitos povos na região sul, na Bahia, que estão buscando reaver antigos territórios originais, que muitas vezes já chegaram a ser reconhecidos como terra indígena em determinados momentos da história do Brasil."

Segundo ele, isso acaba levando a conflitos entre os indígenas e posseiros ou ocupantes dessas áreas. No caso do Jaraguá, é a especulação imobiliária que avança sobre a região. Em 2020, os guaranis chegaram a ocupar o terreno vizinho à terra indígena, onde estava sendo construído um condomínio —depois do protesto, a obra foi embargada pela Prefeitura de São Paulo.

A mata atlântica se estende por 17 estados brasileiros. Contudo, séculos de desmatamento para dar lugar a plantações, mineração, pastos e grandes cidades a reduziram a 12,5% da cobertura original, de acordo com dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Para Banzeev, os esforços dos guaranis são bons exemplos de como ações de preservação acontecem nos outros territórios indígenas do bioma. Além da retirada do café invasor, eles estão adotando práticas de agrofloresta, semeando aqui e ali plantas nativas. Entre elas estão jabuticaba, pitanga, erva-mate e palmito-juçara.

Outra iniciativa começou em 2016, quando passaram a criar abelhas naturais da mata atlântica, que ajudam na polinização da floresta. Hoje, já são oito espécies espalhadas por mais de 300 enxames.

No entanto, esse tipo de trabalho tem um custo, e até mesmo para ter a sua segurança alimentar assegurada a comunidade conta com o envio de cestas básicas pela prefeitura. Assim, precisam buscar parcerias com instituições que deem apoio financeiro ou logístico para as atividades de preservação.

Jukupe afirma que muitos projetos que poderiam colaborar com as ações de reflorestamento são inviabilizados pela falta da demarcação, que garante a segurança jurídica. "Porque na burocracia do juruá, do homem branco, aquela terra não vale, porque não é do indígena, não está demarcada, está ilegal", diz.

A Constituição reconhece os direitos dos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles, incluindo aquelas "imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

"Quando você demarca a área, você possibilita não só a sobrevivência física do povo, mas também cultural", aponta o líder guarani. "Ela é necessária por isso: demarcando a terra, você está garantindo a perpetuação dessa cultura."

> Quando você demarca a área, você possibilita não só a sobrevivência física do povo, mas também cultural
>
> **Jurandir Jukupe**
> líder do povo guarani

A jornalista visitou a Terra Indígena Jaraguá a convite dos pesquisadores.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations

Cientistas descobrem mais 12 luas na órbita de Júpiter

CIÊNCIA

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Cientistas descobriram na última semana mais 12 luas orbitando Júpiter. Com a adição, o gigante do sistema solar chega a 92 e retoma a dianteira sobre Saturno, que liderava com 83.

Estima-se que os satélites sejam pequenos, com 1 a 3 quilômetros de diâmetro. Eles são da classe de luas irregulares de Júpiter. Isso porque, enquanto o planeta e suas luas regulares —Io, Europa, Ganimedes e Calisto— orbitam no sentido anti-horário, esses corpos celestes vão no sentido contrário.

A observação foi feita por uma equipe de astrônomos do Carnegie Institution, liderada por Scott Sheppard. Eles também foram os responsáveis pela descoberta, em 2019, de 20 luas em Saturno, que "venceu" Júpiter.

As 12 luas foram observadas em 2021 e confirmadas em janeiro deste ano. Segundo Fernando Roig, doutor em astronomia do Observatório Nacional, o processo demora mais tempo porque é preciso confirmar sua trajetória para a classificação correta.

"Quando você observa um objeto pela primeira vez, vê um pouco de luz que se move na imagem, mas não consegue determinar bem sua trajetória. Então, precisa ver em diferentes pontos para confirmar o que é", afirma.

As luas descobertas estão em uma órbita mais externa em relação ao planeta. As hipóteses para sua formação são a colisão de objetos no espaço ou a captura, pelo campo gravitacional de Júpiter, de corpos como os centauros, corpos celestes pequenos localizados entre as órbitas do gigante gasoso e de Netuno.

Isoladas, as luas irregulares não devem ter interesse astrofísico para exploração. Porém um olhar para elas como grupo ajuda a entender de onde vieram ou como se formaram.

Já a lua Europa está no radar das agências espaciais. Uma das missões é a Europa Clipper, da Nasa, agência espacial americana, que deve fazer sobrevoos próximos do satélite, com previsão de lançamento em 2024. A nave Juice (Explorador das Luas Geladas de Júpiter), por sua vez, deve estudar Calisto e Ganimedes, além da Europa, e deve ser lançada ainda neste ano.

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO
ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA

Encontra-se aberto no HOSPITAL GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº01/2023 referente ao **Processo nº SES-PRC-2020/45734**, cujo objeto é para PERMISSÃO DE USO REMUNERADA, DE ÁREA ESPECÍFICA A DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE 01 (UMA) LANCHONETE NAS DEPENDENCIAS DO HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO. A abertura dos envelopes dar-se-à no dia **13 de março de 2023 às 10:00 horas**, na Sala de Reunião da Diretoria Técnica, Prédio do Hemonúcleo de Santos, 2º Andar, do Hospital Guilherme Álvaro, localizado à Rua Osvaldo Cruz, 197 – Boqueirão, Santos/SP. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.imprensaoficial.com.br ou www.e-negocios publicos.com.br.
Publique-se:
DRA. MONICA MAZZURANA BENETTI
DIRETOR TÉC. DE SAÚDE III
RG: 10.485.895-09

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023

OBJETO: "IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DE LAZER MARACANÃ"
Tipo: Menor Preço
Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS
Processo Administrativo: 13.301/2022
Data e horário da licitação: 16/03/2023 às 10:00 Hs.
Lei Federal N.º 8.666/93, suas alterações e Normas Complementares, Lei Federal 12.844/2013 alterada pela Lei Federal nº 13.161/2015 e lei Federal nº 13.670/2018, Lei Federal Nº 4.320/64, Lei Complementar Federal Nº 101/00, Lei Federal Nº 10.028/00, Lei Federal Nº 11.079/04, Lei federal 12.305/2010, Lei Complementar 1.660/2013, Decreto Municipal nº 5.919/2015, Lei Complementar Federal Nº 123 De 14/12/06, Lei Complementar nº 147/14, Decreto Federal 7.983/2013, Acórdão 2.622/2013 TCU-Plenário, Lei Complementar Municipal Nº 667/13, Lei Complementar Municipal nº 913/22, Decreto Municipal 3.855/05 e Demais Legislações Pertinentes a matéria.
Os interessados poderão obter o Caderno Integral do Edital através do site www.praiagrande.sp.gov.br a partir do dia 09/02/2023 ou consultar o presente Edital na Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Mirim, Praia Grande - SP no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs. O interessado poderá de forma facultativa remeter por e-mail o Recibo de Retirada de Edital pela Internet (Anexo G) deste edital informando a Razão Social/Nome, CNPJ/CPF, Número do telefone e e-mail em que poderá receber eventuais informações, esclarecimentos ou elementos complementares, na forma do disposto do supracitado Anexo "G".
Praia Grande, 07 de fevereiro de 2023.
ENGª ELOISA OJEA GOMES TAVARES - Secretária Municipal de Obras Públicas

Pacil Comercial Agrícola Ltda.
CNPJ nº 30.037.790/0001-40
Edital de Convocação

Nos termos do artigo 13 do contrato social da **Pacil Comercial Agrícola Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.037.790/0001-40 ("Sociedade"), ficam os sócios quotistas convocados para comparecer à Reunião de Sócios que se realizará em 15 de fevereiro de 2023, às 10:00 em primeira convocação e 10:30 em segunda convocação, para deliberar acerca das seguintes Ordens do Dia: (i) Destituição dos atuais membros da administração e eleição e posse de administradores da Sociedade; e (ii) Revogação de procurações outorgadas pela Sociedade. Diante de reforma na sede da Sociedade, a reunião se realizará excepcionalmente na Rua Bandeira Paulista, nº 275, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, Brasil, CEP 04532-010.

Edital De Citação - Prazo De 20 Dias. Processo Nº 1000920-51.2017.8.26.0069 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Bastos, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabio Alexandre Marinelli Sola, na forma da Lei, etc. Faz Saber a(o) Bianca Yukari Munakata - ME, CNPJ 17.708.390/0001-51, e Bianca Yukari Munakata, CPF 421.927.548-76, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: O Exequente é credor dos executados pela quantia de R$ 34.955,49, crédito oriundo do contrato nº 351/153.719, firmado em 12/05/2016, por meio da conta corrente, no valor de R$ 31.869,44, que deveria ser pago em 18 parcelas mensais e consecutivas no valor de R$ 2.241,23, vencendo-se a primeira parcela em 15/06/2016 e a última em 16/11/2017. Ocorre que os executados não cumpriram com o avençado, deixando de efetuar o pagamento do débito na forma avençada, mais precisamente a partir da parcela vencida em 15/08/2016, ocasionado o vencimento antecipado da mesma. Estando o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. O prazo para embargos é de 15 dias úteis, não havendo resposta, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais. Dado e passado nesta cidade de Bastos, aos 16 de novembro de 2022. K-07e08/02

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 034/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA COMBATE A MOSCA DE CEMITÉRIO – PHORIDEO E TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO"
Processo Administrativo: 14.310/2022
Data e Hora do Pregão: 02/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00051
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR VALOR POR LOTE.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 07 de fevereiro de 2023.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

LEILAO ON LINE
Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213 torna público que nos dias 16 e 17/02/23 as 19:00 Leilão On Line de moedas, medalhas, cédulas antigas.
Acesse:
www.filatelicabrasil.com.br

Encontra-se aberto na **DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE TABOÃO DA SERRA**, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023**, destinado à contratação de Prestação de Serviços de **Transporte Escolar**, para atendimento dos alunos das unidades escolares jurisdicionadas a esta DIRETORIA, tipo **MENOR PREÇO**. A realização da sessão será no dia **23/02/2023 às 10:00 horas**, através do sítio **www.bec.sp.gov.br**.

ABANDONO DE EMPREGO
Solicitamos o comparecimento de **MARIA ANDREZA DA SILVA**, portador(a) da Carteira de Trabalho 60399, Série 0076 /SP, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra l da CLT. **ECOLIMP SISTEMAS DE SETRVIÇOS LTDA.** Av. Paulista, 2202 – 8º andar – Bela Vista, São Paulo - SP, 01310-300. Data: 08/02/2023.

CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária do **COR – Centro de Orientação à Família**, a ser realizada no dia **18/02/2023**, em sua Sede, sito à Rua Albina Barbosa, 54, bairro Aclimação, nesta Capital/SP, no horário das 10h00, em primeira convocação, com a maioria dos Associados e, às 10h30, em segunda convocação, com qualquer número de membros Associados, para deliberarem da seguinte pauta do dia: - Eleições da Diretoria e Conselho Fiscal e; - Outros assuntos de interesse da Comunidade. Maria Regina Leandro de Souza – Presidente.

FRAZÃO — **Santander**
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 24 de fevereiro de 2023, às 14h30min *. 2º LEILÃO: 27 de fevereiro de 2023, às 14h30min *. (*horário de Brasília)
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1141 - Sala 66 – Mooca - São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública datado de 14/01/2022, no qual figuram como Fiduciantes **SUZI MARA DA SILVA OLIVEIRA**, CPF nº 368.745.128-38 e seu cônjuge **ROGÉRIO HENRIQUE DE OLIVEIRA**, CPF nº 330.070.678-55, em **PRIMEIRO LEILÃO** (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a **R$ 306.863,25** (Trezentos e seis mil oitocentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pelo "Apartamento nº 23, Bloco 01, com área útil coberta de 70,38000m², com área total real de 104,15776 m² e direito ao uso das vagas de estacionamento vinculadas nºs 005 A / 005 B, do empreendimento Condomínio "Residencial Bem Viver", localizado na Rua Dário Joaquim de Souza, 230, na cidade de Limeira/SP", **melhor descrito na matrícula nº 104.258 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Limeira/SP"**. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 192.624,70** (Cento e noventa e dois mil seiscentos e vinte e quatro reais e setenta centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE:** www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (18888_ML_2048-09).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55
Cotação - Processo IPT Nº DL00067.2023 - RC73964.2022
Objeto: Prestação de serviço de conserto em haste 5,25"x735mm, pertence ao atuador hidráulico marca MTS.
Data Final para apresentação de proposta: **10/02/2023 até as 17:00h**
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

Riviera Ponta Negra Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
CNPJ 09.465.192/0001-86 - NIRE: 35222201435
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS
A **Cyrela Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 – parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.377.007/0001-00, com seu Contrato Social registrado na JUCESP sob o NIRE 35220290722, neste ato representada nos termos de seus instrumentos societários por seus Administradores **Miguel Maia Mickelberg**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da cédula de identidade RG nº 62.680.742-6, inscrito no CPF sob o nº 006.105.080-67 e **Celso Antonio Alves**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 18.915.800-1, inscrito no CPF sob o nº 094.422.628-07, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01 - parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000, na qualidade de sócia da **RIVIERA PONTA NEGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Manoelito de Ornellas, nº 303, 7º andar, conjunto 71, parte, Chácara Santo Antonio, CEP 04719-040, inscrita no CNPJ sob o nº 09.465.192/0001-86, e registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35222201435 (**"Sociedade"**), nos poderes que lhe confere a Cláusula 13ª do Contrato Social da Sociedade, e em consonância com o previsto no artigo 1.073, inciso I do Código Civil Brasileiro, neste ato convoca a totalidade dos sócios da Sociedade para **REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS**, a ser realizada no dia 16 de fevereiro de 2023, às 10h00, em 1ª convocação, e às 10h30 do mesmo dia, em 2ª convocação, na sede da Sociedade, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Alteração do Endereço da Sede; e (ii) Alteração da Cláusula 2ª do Contrato Social da Sociedade, que versa sobre o Endereço da sede da Sociedade. São Paulo, 07 de fevereiro de 2023. **CYRELA MANAUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** por Miguel Maia Mickelberg - Administrador e Celso Antonio Alves - Administrador.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2023

OBJETO: "IMPLANTAÇÃO DA PRAÇA DA LIBERDADE "ZUMBI DOS PALMARES""
Tipo: Menor Preço
Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS
Processo Administrativo: 15760/2022
Data e horário da licitação: 15/03/2023 às 10:00 Hs.
Lei Federal N.º 8.666/93, suas alterações e Normas Complementares, Lei Federal 12.844/2013 alterada pela Lei Federal nº 13.161/2015 e lei Federal nº 13.670/2018, Lei Federal Nº 4.320/64, Lei Complementar Federal Nº 101/00, Lei Federal Nº 10.028/00, Lei Federal Nº 11.079/04, Lei federal 12.305/2010, Lei Complementar 1.660/2013, Decreto Municipal nº 5.919/2015, Lei Complementar Federal Nº 123 De 14/12/06, Lei Complementar nº 147/14, Decreto Federal 7.983/2013, Acórdão 2.622/2013 TCU-Plenário, Lei Complementar Municipal Nº 667/13, Lei Complementar Municipal nº 913/22, Decreto Municipal 3.855/05 e Demais Legislações Pertinentes a matéria.
Os interessados poderão obter o Caderno Integral do Edital através do site www.praiagrande.sp.gov.br a partir do dia 09/02/2023 ou consultar o presente Edital na Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Mirim, Praia Grande - SP no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs. O interessado poderá de forma facultativa remeter por e-mail o Recibo de Retirada de Edital pela Internet (Anexo G) deste edital informando a Razão Social/Nome, CNPJ/CPF, Número do telefone e e-mail em que poderá receber eventuais informações, esclarecimentos ou elementos complementares, na forma do disposto do supracitado Anexo "G".
Praia Grande, 07 de fevereiro de 2023.
ENGª ELOISA OJEA GOMES TAVARES - Secretária Municipal de Obras Públicas

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
CONVOCAÇÃO
A COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, situada à Rua Boa Vista, 175, Bloco B, Centro, São Paulo - CEP: 01014-920, CNPJ: 62.070.362.0001-06, convoca o Sr. Leandro Silva de Abreu, CTPS: 0041412, série: 00280, a comparecer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) no seu posto de trabalho para esclarecimentos sobre a sua ausência injustificada ao trabalho.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Transportes Metropolitanos

VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A
CNPJ/MF: 05.872.814/0001-30 - NIRE: 35.300.467.132
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Local, Data e Horário: Na sede da Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S/A ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Professor Vicente Rao, nº 1.262, Bairro Jardim Petrópolis, CEP: 04636-001, no dia 31 de dezembro de 2022, às 10:00 (dez) horas. **2. Convocação:** Dispensada a convocação prévia nos termos do artigo 124, §4° da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), em vista da presença da acionista representando a totalidade do capital social. **3. Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social, consoante assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas". **4. Mesa:** Presidente da Mesa, **Tulio Toledo Abi-Saber**. Secretário "*ad hoc*", **Rogério Cipriano Cardoso. 5. Ordem do Dia:** Comparece a acionista da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **5.1.** A aprovação dos termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação ("Protocolo e Justificação") da ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A ("ALGAR SOLUÇÕES"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.166.193/0001-98, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 313.000.057-39, com sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bloco A – Bairro Brasil, CEP nº. 38.400-668, pela Companhia; **5.2.** A ratificação da escolha e nomeação dos peritos que elaboraram o laudo de avaliação a valor contábil, do patrimônio líquido da Companhia e da Algar Soluções, a ser incorporado pela Companhia, com data-base de 30 de novembro de 2022, previamente indicados pela administração ("Laudo de Avaliação"); **5.3.** O exame e a aprovação do respectivo Laudo de Avaliação; **5.4.** A incorporação da ALGAR SOLUÇÕES pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação ("Incorporação"); **5.5.** O aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do caput do Art. 5º do Estatuto Social; **5.6.** A autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente Assembleia Geral Extraordinária relativas à Incorporação, inclusive perante os órgãos competentes. **5.7**. A consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia, após análise e discussão da ordem do dia, bem como a aprovada a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1.º da Lei das S.A., a acionista presente delibera, sem qualquer ressalva: **6.1.** Aprovar o Protocolo e Justificação, o qual consubstancia os termos, cláusulas e condições da Incorporação, o qual passa a integrar a presente ata, *vide* Anexo I. **6.2.** Ratificar a escolha dos peritos anteriormente indicados para a elaboração do Laudo de Avaliação, a saber: José Alves Fernandes Júnior, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/ME sob o nº 025.232.456-04 e no CRC/MG sob o nº 093.166/O-5; Sandra Alves Fernandes, brasileira, casada, contadora, inscrita no CPF/ME sob o nº 828.184.446-91 e no CRC/MG sob o nº 106.498/O-9; e Liliane Gonçalves Miranda do Nascimento, brasileira, casada, contadora, inscrita no CPF/ME sob o nº 070.956.446-59 e no CRC/MG sob o nº 105.065/O-1, todos com escritório profissional na Rua Antônio Crescêncio, n.º 1.357, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP: 38.400-707, na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais; **6.3.** Aprovar o Laudo de Avaliação, Anexo II, elaborado especialmente para este fim, de acordo com os princípios da Lei das Sociedades por Ações, com avaliação do patrimônio líquido contábil da ALGAR SOLUÇÕES em R$1.644.882.448,20 (um bilhão, seiscentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), e descontando-se as contas dos ativos que serão canceladas quando vertidas ao patrimônio da VOGEL, correspondente ao valor do investimento detido pela ALGAR SOLUÇÕES na VOGEL, avaliado pelo valor do patrimônio líquido desta, considerando tratar-se de incorporação de controladora por subsidiária integral, o acervo líquido contábil a ser vertido na incorporação é de R$1.137.195.922,93 (um bilhão, cento e trinta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos), incluso neste o saldo de AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento do Capital Social, no valor de R$82.000.000,00 (oitenta e dois milhões), recebido da controladora Algar Telecom S.A. **6.4.** Aprovar a Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação, com a consequente extinção da ALGAR SOLUÇÕES. Por força da Incorporação, a ALGAR SOLUÇÕES será extinta e suas ações canceladas, sendo sucedida pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de sua titularidade, patrimoniais ou não patrimoniais. **6.5.** Considerando que a totalidade das ações da VOGEL pertence à ALGAR SOLUÇÕES e que a totalidade das ações da ALGAR SOLUÇÕES pertente à ALGAR TELECOM S/A ("ALGAR TELECOM"), sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 71.208.516/000174, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 313.000.117-98, com sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP nº. 38.400-668 esta última detém, de forma indireta, a totalidade de ativos e passivos da ALGAR SOLUÇÕES e deterá, após a incorporação, a totalidade das ações de emissão da VOGEL. Em função do processo de reestruturação societária, aprovam o aumento do capital social da Companhia, de R$882.421.550,08 (oitocentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta reais e oito centavos) para R$2.019.617.473,01 (dois bilhões, dezenove milhões, seiscentos e dezessete mil, quatrocentos e setenta e três reais e um centavos), ou seja, um aumento de R$1.137.195.922,93 (um bilhão, cento e trinta e sete milhões, cento e noventa e cincol mil, novecentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos), integralizado neste ato, da seguinte forma: *(i)* R$1.055.195.922,93 (um bilhão, cinquenta e cinco milhões, cento e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos), correspondente ao acervo líquido da ALGAR SOLUÇÕES vertido para a Companhia na Operação de Incorporação, depois de descontadas as contas do ativo que serão canceladas, nos termos do Laudo de Avaliação; *(ii)* R$82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais), mediante integralização do saldo de AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, também vertido para a Companhia na Operação de Incorporação, em moeda corrente nacional, detido pela acionista ALGAR TELECOM S/A, sociedade com sede na Rua José Alves Garcia, n.º 415, bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Uberlândia/MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 71.208.516/0001-74 e NIRE n.º 313.000.117-98. **6.5.** Em decorrência do aumento de capital, aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º. O capital social inteiramente subscrito e integralizado é de R$2.019.617.473,01 (dois bilhões, dezenove milhões, seiscentos e dezessete mil, quatrocentos e setenta e três reais e um centavos), representado por 607.654.024 (seiscentas e sete milhões, seiscentas e cinquenta e quatro mil e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.)"* **6.6.** Aprovar, finalmente, a autorização para que a Diretoria da Companhia, direta ou por meio de procuradores, pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a efetivação da Incorporação. **6.7.** Aprovar a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo III**. 07. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada digitalmente por todos os presentes. **Presidente**: Sr. Tulio Toledo Abi-Saber; **Secretário**: Sr. Rogério Cipriano Cardoso; **Advogados**: Sthefany Silva Monjardim da Fonseca e Luciano Roberto Pereira. **Acionista**: Algar Soluções em TIC S/A. (p.r Tulio Toledo Abi-Saber e Renato Paschoareli). São Paulo, 31 de dezembro de 2022. **Mesa: TULIO TOLEDO ABI-SABER** - *Presidente da Mesa;* **ROGÉRIO CIPRIANO CARDOSO** - *Secretário;* **STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA** - *Advogada - OAB/MG 164.455;* **LUCIANO ROBERTO PEREIRA** - *Advogado - OAB/MG 114.668;* **Acionista: ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A** - p.r Tulio Toledo Abi-Saber e Renato Paschoareli.

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º. A VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFOR-MÁTICA S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Professor Vicente Rao nº 1.262, Jardim Petrópolis, CEP 04636-001, regida pela Lei nº 6.404/1976 e alterações posterio-res ("Lei das Sociedades por Ações"), pela lei nº 9472/1997, pelo presente Estatuto Social, pelas leis e usos do comércio e demais normas e disposições legais aplicáveis. Artigo 2º. A Companhia, por deliberação colegiada da Diretoria estatutária, pode abrir e extinguir filiais, agências e escritórios de representações no país e no exterior. Artigo 3º. A Companhia tem por objeto: (a) Comercialização de equipamentos e sistemas de telecomunicações e informática, bem como suas partes e peças; (b) Representação, distribuição, aquisição, locação, venda e marketing de equipamentos relacionados a indústria de telecomunicações; (c) Cobrança e gerenciamento dos valores recebidos; (d) Aluguel do espaço e compartilhamento de estrutura; (e) Prestação de serviços de telecomunicações; (f) Aluguel, instalação e manutenção de equipamentos; (g) Locação e sublocação de espaços em bens imóveis, bem como a locação de hardware, software e assemelhados; (h) Prestação de serviços, operação, instalação e manutenção relativos a serviços de telecomu-nicações e de valor adicionado à venda; (i) Licenciamento e cessão de uso de software; (j) Intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; (k) Suporte técnico de informática a distância, bem como desenvolvimento de soluções de comércio eletrônico; (l) Participações em outras empresas, sejam comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotistas. Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II - Do Capital Social e das Ações - Artigo 5º. O capital social inteiramente subscrito e integra-lizado é de R$2.019.617.473,01 (dois bilhões, dezenove milhões, seiscentos e dezessete mil, quatrocentos e setenta e três reais e um centavos), representado por 607.654.024 (seiscentas e sete milhões, seiscentas e cinquenta e quatro mil e vinte e quatro) ações ordiná-rias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º. As capitaliza-ções com reservas e lucros serão feitas independentemente de aumento do número de ações. Parágrafo 2º. As ações são indivisíveis em relação à Companhia e a cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias. Capítulo III - Da Administração da Sociedade - Seção I - Diretoria - Artigo 6º. A administração da Companhia compete à Diretoria estatutária. Parágrafo 1º. Os Diretores da Companhia deverão zelar pelo cumprimento deste Estatuto Social, das disposições legais aplicáveis à Companhia, pela Visão, Missão e Valores e pelo cumprimento das políticas e diretri-zes corporativas. Parágrafo 2º. A Diretoria é órgão executivo da administração da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência, competindo ao Diretor Presidente a administração direta da Companhia, sendo este o responsável geral pela mesma. Parágrafo 3º. É nulo de pleno direito qualquer obriga-ção, financeira ou não, assumida em nome da Companhia que seja celebrada em desconformidade com as disposições contidas neste Estatuto Social. Parágrafo 4º. Os órgãos da administração, seus administradores e procuradores somente podem assumir obrigações e responsabilidades expressamente autorizadas no presente Estatuto Social e de acordo com os limites estabelecidos abaixo:

Sócios	Ações ON
I – 02 (dois) Diretores Estatutários; ou 01 (um) Diretor e 01 (um) Procurador; ou 02 (dois) Procuradores; ou 01 (um) Procurador desde que formalmente constituídos.	Até R$ 15.000.000,00
II – Reunião da Diretoria desde que presente a maioria dos Diretores e o Diretor Presidente da Companhia.	De R$ 15.000.000,00 até R$ 210.000.000,00
III – Assembleia Geral desde que presentes acionistas que representem pelo menos a maioria simples das ações ordinárias com direito a voto.	A partir de R$ 210.000.000,00

Parágrafo 5º. Os valores descritos acima não podem ser fracionados para enquadramento de limites monetários de menor valor e nível de aprovação. Parágrafo 6º. Aos administradores da Companhia é vedado pertencer, sob qualquer forma ou títulos, em quadros de dirigentes ou de empregados de empresas fabricantes, fornecedoras de materiais ou serviços, concorrentes, assim como de empresas executoras de obras, que porventura mantenham contratos com a Companhia, em magnitude que implique perda de independência. Seção II - Diretoria - Composição e Funções - Artigo 7º. A Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, será composta por 8 (oito) Diretores, sendo: 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU de Integração; (c) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças; (d) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital; (e) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Gente; (f) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório; (g) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU ServB; e (h) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU ServC, os quais deverão permanecer nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores, podendo, entretanto, serem destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral. Parágrafo 1º. Os Diretores investem-se nos seus cargos mediante a assinatura do termo de posse lavrado no livro de Atas de Reunião da Diretoria, estando dispensados de prestação de caução. Parágrafo 2º. O Diretor Presidente pode nomear formal-mente o seu substituto. Não ocorrendo nomeação, nas ausências e impedimentos eventuais do Diretor Presidente, o mesmo será substituído pelo Diretor imediato, conforme ordem da relação de cargos constante no caput deste artigo. Seção III - Competência - Artigo 8º. Compete à Diretoria estatutária: (i) Representar a Companhia, em juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social, bem como perante os acionistas, público em geral, empresas privadas e Administração Pública e no relacio-namento com quaisquer entidades; (ii) Aprovar o estabelecimento de representação da Companhia em qualquer parte do território nacional ou exterior; (iii) Elaborar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, submetendo-os ao Conselho Fiscal, quando instaurado, aos auditores independentes, que, por sua vez, submeterá referidos documentos à aprovação da Assembleia Geral; (iv) Estabelecer objetivos, políticas e diretrizes específicas da gestão operacional; (v) Implementar as diretrizes estratégicas e a orienta-ção geral dos negócios fixadas pela Assembleia Geral; (vi) Aprovar o plano de cargos, o quadro pessoal, a tabela de remuneração e o regulamento de pessoal da Companhia, observada a Política de Remuneração; (vii) Aprovar, por meio de formalização em ata da Diretoria, a constituição de ônus reais sobre bens da Companhia e qualquer outra forma de outorga de garantias, para concessão de garantias em favor da Companhia ou coligadas e controladas, observados os limites estabelecidos neste Estatuto Social, sendo vedadas tais prestações para obrigações de qualquer pessoa física ou para obrigações de terceiros fora das empresas sob controle direto ou indireto da Algar S.A. Empreendimentos e Participações; (viii) Reunir mediante convocação por escrito do Diretor Presidente ou de qualquer um de seus membros, decidindo por maioria de votos, presente a maioria dos Diretores, cabendo ao Diretor Presidente além do voto comum, o de qualidade, sendo transferido, se necessá-rio, ao Diretor substituto conforme Artigo 7º.Parágrafo 2º supra; (ix) Deliberar sobre assuntos julgados pelo Diretor Presidente ou pelos demais Diretores, como de competência colegiada da Diretoria ou a ela atribuídos pela Lei, pelo Estatuto Social ou pela Assembleia Geral; (x) Cumprir o objeto social e as atividades, observando os limites e responsabilidades constantes neste Estatuto Social; e (xi) Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pela Assem-bleia Geral, pela Lei, pelo Estatuto Social, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas. Seção IV - Diretoria - Prerrogati-vas e Responsabilidades - Artigo 9º. Os atos, contratos e documen-tos que importem em responsabilidades para a Companhia serão sempre assinados em conjunto por 02 (dois) Diretores estatutários. Parágrafo 1º. Em casos de ausência ou impossibilidade de 02 (dois) Diretores estatutários assinarem os atos definidos no caput deste artigo, referidos atos poderão ser assinados por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador, não subordinado a este, desde que investido de especiais poderes, exceto para movimentação de contas bancárias a qual poderá ser assinada por dois procuradores com poderes específicos. Parágrafo 2º. As procurações outorgadas em nome da Companhia serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor Estatutário, devendo especificar os poderes conferidos e a duração do respectivo mandato, que, no caso de mandato ad judicia, poderá ser por prazo indeterminado. Parágra-fo 3º. A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor estatutário ou 01 (um) Procurador com poderes especiais nos seguintes casos: a) Prática de atos de simples rotinas administrativas perante repartições públicas, fundações, sociedades de economia mista, concessionárias e autorizatárias de serviço público, alfândega, autarquias, associações, sindicatos, federações, agências, bombeiros, junta comercial, órgãos de classe, ministérios, entes paraestatais, instituições, empresas públicas, cartórios, serventias, secretárias, secretária da Receita Federal, Secretaria das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, delegacias, órgãos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza; b) Assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo representante; c) Assinatura de correspondência que não crie obrigações e/ou responsabilidades para a Companhia; d) Depoimentos judiciais ou representação da Companhia em Juízo; e) Recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais; f) Participação em licitações; g) Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social; h) Vendas de produtos e serviços cujos contratos sejam previamente aprovados nos termos do caput do presente artigo; e i) Quaisquer atos suportados por procuração com poderes específicos para representatividade individual, assim entendido como poderes que individualizam determinado ato e operação a que se pretenda constituir representa-ção. Parágrafo 4º. Salvo quando da essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatos serão constituídos por instrumento particular, com no máximo 01 (um) ano de prazo de validade dos, limitado o prazo de validade das procurações "ad negotia" por instrumento particular ao dia 31 de dezembro do ano em que for outorgada a procuração, que se outorgada a partir de 1º de dezembro, poderá ter a validade até 31 de dezembro do ano seguinte. As procurações "ad negotia" por instrumento público poderão ter validade de até 03 (três) anos a contar de sua emissão. As procurações outorgadas para representação e em processos administrativos poderão vigorar por prazo indeterminado. Parágrafo 5º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procuradores, ou empregado que a envolverem em obrigações, negócios, contratações ou operações estranhas ao objeto social, tais como, mas não se limitando a, fianças, ônus, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando os referidos atos forem em benefí-cio do grupo econômico Algar. Parágrafo 6º. A diretoria da Compa-nhia está expressamente proibida de firmar quaisquer tipos de atos, contratos ou documentos com fim especulativo, bem como instrumentos financeiros de derivativos, especulativos ou não, independen-temente do modelo, formato e/ou nomenclatura, sem prévia e expressa aprovação da Assembleia Geral. Para fins exemplificativos entende-se por derivativos, quaisquer contratos nos quais se definem pagamentos futuros baseados no comportamento dos preços de um ativo e mercado, ou seja, é um contrato cujo valor deriva de um outro ativo. Seção V - Diretoria - Competências Específicas - Artigo 10º. São Competências específicas dos cargos da Diretoria estatutária: I - Diretor Presidente: (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral, podendo, nos termos deste Estatuto Social, nomear procuradores em conjunto com outro Diretor estatutário; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia; (d) definir as estratégias operacionais, visando ao desenvolvimento sustentável da Companhia, a sua continuidade através da diferenciação e identifi-cação de oportunidades a serem exploradas; (e) avaliar os impactos socioambientais (ESG) na definição e discussão da estratégia da Companhia; (f) dar cumprimento às deliberações tomadas em Assembleia Geral e às disposições estatutárias; (g) zelar pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Companhia; e (h) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assem-bleias Gerais ou pela lei. II. Diretor Vice-Presidente da BU de Integração: (a) represen-tar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral; (b) gerenciar toda a operação dos ISPs que serão adquirido pela Companhia e promover a padronização e a regulari-zações necessárias para que os mesmos possam ser incorporados na Companhia; (c) garantir que todas as ações realizadas tenham como foco a manutenção e o crescimento da base de clientes e a qualidade dos serviços prestados; (d) assegurar que as ações realizadas estejam de acordo com os objetivos estratégicos, financeiros e operacionais da Companhia; (e) zelar pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Companhia; e (f) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas; III. Diretor Vice-Presidente de Finanças: (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionis-tas e o público em geral; (b) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas de planejamento financeiro, faturamento, crédito e cobrança, controladoria, controle de ativos, financeiro, tesouraria, governança de projetos, suprimentos, compli-ance e gestão de riscos; (c) responsabilizar-se pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e pelas mudanças, correção ou aprimoramento de políticas ou práticas contábeis em conformidade com os instrumentos regulatórios, pronunciamentos e leis aplicáveis; (d) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades das Companhia na área jurídica em geral; (e) zelar pela imagem da Companhia e o capital humano; e (f) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais ou pela lei; IV. Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital: (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionis-tas e o público em geral; (b) estabelecer diretrizes e supervisionar a execução das atividades da Companhia nas áreas de Tecnologia e Evolução Digital; (c) gerenciar e assegurar a execução das estratégias de modernização das infraestruturas tecnológicas da Companhia; (d) criar e desenvolver políticas, operações e processos que tornem as atividades da Companhia mais eficientes, reduzindo custos e aumentando a eficiência da infraestrutura tecnológica; (e) alinhar a estratégia e os objetivos da organização com as equipes tecnológi-cas, identificando oportunidades e riscos; (f) acompanhar as inovações no mercado nacional e internacional relacionadas aos negócios da Companhia; (g) zelar pela imagem e pelo capital humano da Companhia; e (h) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais ou pela lei. V. Diretor Vice-Presidente de Gente: (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral; (b) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas de Talentos Humanos; (c) formular, revisar, implantar e coordenar políticas, diretrizes e práticas corporativas referentes a recrutamento, seleção, relações trabalhistas e sindicais, administração de salário, instrução e treinamento, posicionamento interno dos associados, segurança e saúde, benefícios e serviços aos associados da Compa-nhia e suas controladas; (d) assegurar um modelo de remuneração estratégica, adequado aos diferentes cargos e adequado a capacida-de de pagar de cada negócio; (e) Gerenciar a execução do negócio TIC e IoT, bem como o alcance dos resultados estratégico estabele-cidos para Negócios TIC e IoT; (f) zelar pela imagem e pelo capital humano da Companhia; e (g) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais ou pela lei; VI. Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório: (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral; (b) assegurar a devida governança regulatória, específica para o setor de telecomunicações, visando o atendimento e cumprimento das obrigações das autorizações e concessões sob controle da Companhia, incluindo o acompanhamento das atualizações de regulamentação nas áreas de atuação da Companhia; (c) exercer a defesa dos interesses da Companhia, em qualquer matéria regulató-ria, com órgãos reguladores e/ou outras áreas da Companhia com as relações político-institucionais com órgãos reguladores; (d) suportar a execução do planejamento estratégico e a definição das diretrizes corporativas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; (e) propor para aprovação em Assembleia Geral o direcionamento estratégico, o plano estratégico e o plano operacional da Companhia; (f) propor e implantar novos projetos e investimentos nas áreas de atuação da Companhia, bem como coordenar os assuntos relativos a oportunidade de novos negócios, aos projetos para aquisição e a gestão da participação da Companhia em outras sociedades; (g) zelar pela imagem e pelo capital humano da Companhia; e (h) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assem-bleias Gerais ou pela lei; VII. Diretor Vice-Presidente da BU ServB: (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral; (b) gerenciar a execução do negócio da Companhia, bem como o alcance dos resultados estabelecidos para o segmento de Mercado Corporativo, MPE e Atacado (B2B - ServB/NetCo); (c) executar o gerenciamento estratégico por meio dos indicadores de performance e da definição de metas de longo prazo e acompanhando os objetivos funcionais das diversas áreas vinculadas e dos planos de ação; (d) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas Comercial, Operação, Marketing, Atendimento a Clientes e Relacionamento Institucional; (e) assegurar a atuação da Unidade de Negócios B2B dentro das melhores práticas éticas, regulatórios e legais; (f) zelar pela satisfação de clientes, sustentabilidade dos negócios, pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Unidade de Negócios B2B; (g) exercer outras atividades que lhe sejam determi-nadas pelas Assembleias Gerais ou pela lei; e VIII. Diretor Vice-Presidente da BU ServC: (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral; (b) gerenciar a execução do negócio da Companhia, bem como o alcance dos resultados estabelecidos para o Segmento de Mercado Residencial (B2C); (c) executar o gerenciamento estratégico por meio dos indicadores de performance e da definição de metas de longo prazo e acompanhando os objetivos funcionais das diversas áreas vincula-das e dos planos de ação; (d) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas Comercial, Operação, Marketing, Atendimento a Clientes e Relacionamento Institucional; (e) assegurar a atuação da Unidade de Negócios B2C dentro das melhores práticas éticas, regulatórios e legais; (f) zelar pela satisfa-ção de clientes, sustentabilidade dos negócios, pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Unidade de Negócios B2C; (g) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assem-bleias Gerais ou pela lei. Seção VI - Disposições Comuns aos Administradores - Artigo 11. Os administradores da Companhia deverão zelar pela Visão, Missão e Valores e pelo cumprimento das políticas e diretrizes corporativas. Artigo 12. Os Administradores da sociedade deverão zelar pelo cumprimento deste Estatuto Social e das disposições legais aplicáveis à Companhia. Artigo 13. Aos Administradores da sociedade é vedado pertencer, sobre qualquer forma ou título, em quadros de dirigentes ou de empregados de empresas fabricantes, fornecedoras de materiais ou serviços concorrentes, assim como de empresas executoras de obras, que porventura mantenham contrato com a Companhia, em magnitude que implique perda de independência. Artigo 14. Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previsto em lei, dar-se-á a vacância de cargo, quando o Diretor deixar o exercício da função durante o mandato, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 90 (noventa) dias intercalados, sem justa causa. Parágrafo 1º. No caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria, o Diretor Presidente poderá nomear, interinamente, um substituto para assumir o cargo até a próxima eleição promovida pela primeira Assembleia Geral. Parágrafo 2º. A renúncia ao cargo de administrador é feita mediante comunicação escrita ao órgão a que o renunciante integrar, tornan-do-se eficaz, a partir desde momento, perante a Companhia e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia do Registo do Comércio e sua publicação. Capítulo IV - Das Assem-bleias Gerais - Artigo 15. A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar, respeitados os limites previstos em lei, sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. Artigo 16. A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, nos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias de suas competências, nos termos do Art. 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que necessário. Parágrafo 1º. As Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, são convoca-das pelo Diretor Presidente, podendo ser presidida por este, ou pelo por seu substituto ou por acionista indicado dentre os presentes na Assembleia, por maioria de votos dos acionistas detentores de ações ordinárias, cabendo a cada ação ordinária um voto para definição do Presidente da Mesa, que, quando eleito, indicará o seu secretário. Parágrafo 2º. Além das matérias de competência privativa, confor-me previstas no Art. 122 da Lei das Sociedades por Ações, devem ser submetidas à Assembleia: (i) aprovação do orçamento anual plurianual e suas revisões periódicas; (ii) aprovação de decisões econômico-financeiras não previstas ou que extrapolam o orçamento anual e suas revisões periódicas; notadamente investimentos e desinvestimentos, aquisição e alienação de bens do ativo permanente e aumento do nível de endividamento; (iii) escolha e destituição dos auditores independentes; e (iv) aprovação de quaisquer atos e contratos em moedas diversas, exceto para importação de bens ou serviços ligados às atividades do objeto social da Companhia, descritos no presente Estatuto Social. Parágrafo 3º. É necessária a aprovação de acionistas que representem a maioria absoluta, no mínimo, do capital social volante, além dos casos previstos em lei, para deliberações sobre: (i) Aumento e redução do capital social; (ii) Fixação do capital autorizado; (iii) Mudança do objeto social da Companhia; (iv) Incorporação da Companhia em outra, sua fusão ou cisão; (v) Dissolução da Companhia; (vi) Criação de partes benefici-árias; (vii) Cessão do estado de liquidação da Companhia; (viii) Participação em grupos de sociedades; (ix) Alteração nas preferên-cias, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, se existentes, ou criação de nova classe mais favorecida; (x) Aumento de classes de ações preferenciais, se existentes, sem guardar proporção com as demais classes; (xi) Redução do dividendo obrigatório; e (xii) Aprovar a Política de Alçadas, dentro dos limites descritos no Artigo 6º. Parágrafo 4º. Artigo 17. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias, por procuradores constituídos na forma da Lei de Sociedades por Ações, devendo o instrumento de mandato ser depositado na sede social da Companhia com antecedência de 03 (três) dias. Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 18. O Conse-lho Fiscal funcionará exclusivamente nos casos em que a sua instalação seja solicitada por acionistas, nos termos da Lei de Sociedades por Ações. Artigo 19. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 03 (três) membros, e suplentes em igual número, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com observân-cia da Lei de Sociedades por Ações. Parágrafo 1º. A destituição dos membros do Conselho Fiscal realizar-se-á da mesma forma de sua eleição. Parágrafo 2º. Eleitos pela Assembleia Geral, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato de 01 (um) exercício anual, encerrando seu período de funcionamento na próxima Assembleia Geral Ordinária. Parágrafo 3º. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente. Parágrafo 4º. Além das formas previstas legalmente, as reuniões do conselho fiscal poderão ser convocadas pelo diretor presidente da Companhia. Parágrafo 5º. Independentemente de quaisquer formalidades será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal. Parágrafo 6º. O conselho se manifesta por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros, cabendo ao membro que discordar de manifestação específica, fazer constar em ata seu voto contrário, motivos e protesto, se desejar. Artigo 20. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas falhas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Artigo 21. Ocorrendo vacância do cargo de membro do Conselho vivo, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a próxima Assembleia Geral procederá a eleição de membro para ocupar o cargo vago. Artigo 22. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o §3º do Art. 162 da Lei de Sociedades por Ações. Parágrafo Único. O suplente em exercício fará jus à remune-ração do membro efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês. Capítulo VI - Do Exercício Social, das De-monstrações Financeiras e Lucros - Artigo 23. O exercício social da Companhia inicia-se a 1º de janeiro e encerra-se a 31 de dezem-bro. Artigo 24. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, nos termos do Art. 176 da Lei das Sociedades por Ações, as Demonstrações Financeiras constituídas de: (i) Balanço patrimo-nial; (ii) Demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) Demonstrações do resultado do exercício; e (iv) Demonstração dos fluxos de caixa. Artigo 25. Os lucros líquidos do exercício, ajustados de acordo com o Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, terão a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e (iii) O Saldo Remanescente terá a sua destinação proposta pela Diretoria, respeitadas as disposições legais e estatutárias. Parágrafo Único. A Diretoria poderá, mediante aprovação da Assembleia Geral, nos termos Lei das Sociedades por Ações, levantar Balanços intercalares e distribuir dividendos "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos diários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros registrados em balanço anual ou semestral, ou ainda, declarar e distribuir juros sobre o capital próprio e imputá-los ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Artigo 26. Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos deverão ser pagos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social. Parágra-fo Único. Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos reverterão em favor da Companhia. Artigo 27. Desde que os lucros do exercí-cio excedam a 10% (dez por cento) do capital social e satisfeitos os pré-requisitos legais, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores participação nos lucros, não excedente à remunera-ção anual dos administradores, nem a 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor. Capítulo VII - Disposi-ções Gerais - Artigo 28. As operações e contratos entre partes relacionadas devem ser firmadas em condições de mercado. Artigo 29. A Diretoria estatutária não pode negociar atos, contratos ou documentos sem aprovação da Assembleia Geral, nas seguintes condições: (i) que sejam em moda diversa, exceto para importação de bens ou serviços ligados às atividades do objeto social; (ii) que restrinja eventuais alterações societárias da Companhia ou empresas controladas; e (iii) que restrinja percentual ou o pagamento de dividendos previstos neste Estatuto Social. Artigo 30. Na ocorrência de divergências entre as disposições deste Estatuto e legislação superveniente aplicável a esta Companhia, prevalecerão as disposi-ções legais. São Paulo, 31 de dezembro de 2022. Mesa: Tulio Toledo Abi-Saber - Presidente da Mesa; Rogério Cipriano Cardoso - Secretário- Sthefany Silva Monjardim da Fonseca - Advogada - OAB/MG 164.455; Luciano Roberto Pereira - Advogado - OAB/MG 114.668. **Acionista**: ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A - p.r Tulio Toledo Abi-Saber e Renato Paschoareli . Os anexos da AGE, "Protocolo e Justificação da operação de Incorporação" e "Laudo de Avaliação" completos e na integra se encontram à disposição na sede da companhia.
JUCESP nº 2.165/23-0 em 05/01/2023 - Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

ESPORTE AO VIVO | **16h Al Ahly x Real Madrid** Mundial, SPORTV/GE/YOUTUBE/FIFA+ | **19h30 Bragantino x São Paulo** Paulista, PREMIERE/PAULISTÃO PLAY | **21h35 Santos x São Bento** Paulista, RECORD/PREMIERE/PAULISTÃO PLAY

Flamengo cai no Mundial diante do Al Hilal

Time de Vítor Pereira erra na defesa, comete dois pênaltis e tem sonho do título interrompido por equipe saudita

FLAMENGO 2
AL HILAL 3

David Luiz (centro) anda cabisbaixo após o 3º gol do Al Hilal na derrota do Flamengo, nesta terça (7), no Mundial Andrew Boyers/Reuters

SÃO PAULO O Flamengo parou nas semifinais em sua tentativa de conquistar o Mundial de Clubes. A equipe rubro-negra apresentou falhas defensivas, cometeu dois pênaltis no primeiro tempo e ficou com um jogador a menos em um deles. Assim, não conseguiu evitar a derrota por 3 a 2 para o Al Hilal, da Arábia Saudita.

Não adiantaram as reclamações de Vítor Pereira, que considerou o árbitro romeno István Kovács rigoroso demais na aplicação dos cartões e na expulsão de Gerson. O técnico português, que trocou o Corinthians pelo time da Gávea na esperança de ser campeão do mundo, terá de disputar o terceiro lugar em Marrocos.

A decepcionante campanha começou de maneira péssima, na noite de terça (7) em Tânger. Logo de cara, Matheuzinho se atrapalhou e fez pênalti em Vietto, convertido por Salem Al-Dawsari, aos quatro minutos. Após alguns instantes de dificuldade, porém, a formação brasileira passou a ocupar o campo de ataque.

A movimentação rendeu o empate aos 20, quando Matheuzinho ficou com sobra na meia e rolou para Pedro acertar chute preciso de pé direito. Era bom o momento do Flamengo, que rondava a área dos sauditas e teve boa chance em cabeceio de Gerson. Mas um lance do próprio camisa 20, pouco antes do intervalo, definiu o jogo.

Vietto recebeu na área e foi ao chão, após choque com David Luiz e Gerson. Chamado ao monitor pelo árbitro de vídeo, o juiz percebeu o pisão de Gerson no tornozelo do argentino, um dos grandes nomes da partida. O flamenguista, que havia recebido amarelo por simulação de pênalti no ataque, levou o vermelho. E Al-Dawsari, aos 54, voltou a balançar a rede.

Com um a menos, Pereira tentou organizar a equipe carioca promovendo a entrada do volante Pulgar no lugar do desgastado meia Arrascaeta. Era necessário atacar, e o campeão sul-americano conseguia chegar à frente com sua boa qualidade técnica —Gabigol teve oportunidade de cabeça—, mas era quase inevitável abrir espaços atrás.

Aos 25, as chances de reação praticamente acabaram no estádio Ibn Batouta. Após saída errada de Pulgar, Vietto recebeu na área e acertou o ângulo esquerdo. Assim, colocou o Al Hilal na decisão do Mundial, contra o vencedor do duelo entre o espanhol Real Madrid e o egípcio Al Ahly. O Flamengo, que descontou nos acréscimos com Pedro, enfrentará o perdedor pelo terceiro lugar.

É muito menos do que esperava a torcida rubro-negra. E menos do que gostaria Vítor Pereira, que já se vê pressionado após pouco mais de um mês de trabalho no Rio de Janeiro. Derrotado na Supercopa do Brasil pelo Palmeiras (4 a 3), caiu em Marrocos fazendo escolhas questionáveis, como a substituição de Everton Ribeiro quando perdia por 2 a 1.

Também foi questionada sua escolha de deixar o Corinthians ao fim de 2022, dizendo repetidas vezes que o motivo era a sogra enferma em Portugal. "Não vou a lugar nenhum. Preciso cuidar de minha família", disse, na despedida dos atletas alvinegros. Pouco depois, acertou contrato com o time do Rio.

O Flamengo havia conquistado a Copa do Brasil —em cima do Corinthians de Pereira— e a Libertadores sob comando de Dorival Júnior. Mas mudou a direção técnica, apostando no português. Colheu uma eliminação precoce no Mundial, algo que só havia ocorrido com brasileiros três vezes (Internacional, em 2010, Atlético-MG, em 2013, e Palmeiras, em 2020).

"O tempo de trabalho não é muito, mas eu sabia quando aceitei o desafio. O calendário já apresentava o Mundial de Clubes nesta altura", disse, na véspera do jogo com o Al Hilal. Vítor Pereira não se saiu bem no desafio.

Amapá, último colocado no ranking da CBF, realiza estadual feminino com apenas 5 times

Alex Sabino

SÃO PAULO Ester Silva, 33, não se conforma que o filho Ian Kawe, 18, não tem interesse em jogar futebol. "Um homem de 1,90 m, com esse perfil de zagueiro, não quer saber de bola."

Foi por causa dele que Ester, lateral esquerda que atuava em times amadores de Macapá, enterrou o sonho de ser jogadora. Ela engravidou aos 15 anos e ficou impossível continuar. Hoje é coordenadora de futebol feminino do Ypiranga, o principal clube da modalidade do Amapá e que estreia no Estadual como favorita. A primeira partida será nesta quinta (9), contra o Lagoa.

"Fazer futebol masculino aqui já é difícil. Você não faz ideia do que é o feminino", lembra o presidente da agremiação, Ricardo Oliveira.

O Ypiranga é a referência da região porque paga salários e dá alojamentos para suas atletas. Isso é um luxo. O Amapá foi o último colocado no ranking de federações da CBF em 2022, o de piores resultados. O estadual, que não aconteceu em 2022, terá apenas cinco equipes. Dois são amadores.

"Temos um elenco feminino com 25 jogadoras que vieram disputar o campeonato pela gente. Nós não temos condições de pagar nada", avisa Munjoca Soares, mandatário do Lagoa, rival do Ypiranga, refletindo o quadro geral do futebol local para mulheres.

Esta é a realidade da maioria das atletas que vão disputar o torneio de um estado que jamais teve representante na elite nacional no masculino. O Ypiranga foi quem teve o melhor desempenho na história do feminino. Em 2022, chegou às quartas da série A3, a última divisão. Foi eliminado pelo 3B Sport, que foi vice-campeão.

Ester Silva, coordenadora de futebol do Ypiranga, fala com as jogadoras antes do início do estadual Erich Macias/Folhapress

A discrepância é grande. O sistema do Brasileiro é em mata-mata. A CBF paga R$ 10 mil ao time mandante e R$ 5.000 ao visitante. Quem for eliminado na primeira fase sai só com R$ 15 mil. Cada clube da Série D masculina, embolsa R$ 300 mil. "A premiação para o campeão do Amapaense feminino, em 2021, foi de R$ 2.000. No torneio amador masculino, foi R$ 10 mil", completa Ester.

Nesta temporada, o clube vencedor ficará com R$ 7.000.

Repasse de dinheiro da Federação Amapaense, não há. Segundo dirigentes, a entidade ajuda a apagar incêndios, como quando não há uniformes ou bolas para treino e jogos.

Quase todos os clubes contratam atletas que moram perto do local de treino porque não podem arcar com transporte ou alojamento. O custo para registrá-las é outro problema que a federação tem tentado ajudar. Até o ano passado, o valor para regularizar a situação na CBF era de cerca de R$ 1.000 por contratada. Quase o mesmo do masculino, queixam-se cartolas: R$ 1.200.

Para um torneio de cinco times e que consegue reunir, na melhor das hipóteses, cerca de 1.500 pessoas nas arquibancadas, é um valor proibitivo.

O Ypiranga oferece ajuda de custo entre R$ 600 e R$ 700 a cada atleta e é exceção. Mas Ester vive o problema das jogadoras. Faz função de assistente social, irmã mais velha, busca cestas básicas para quem precisa. Algumas são mães e insistiram com o futebol.

Quando é necessário, lembra os tempos de quando entrava em campo. Ela ficou no banco de reservas, como opção para o segundo tempo, em partida contra o 3B Sport.

"Já ouvi para parar, que não daria certo. Diziam que futebol de mulheres não dá dinheiro. Mas eu estou acostumada. Meu pai não queria que eu jogasse futebol porque achava que eu seria lésbica."

A maioria deseja visibilidade. Os jogos serão transmitidos pela internet pelo Eleven Sports. Há quem veja no Estadual uma plataforma. Uma maneira de se preparar para o que virá neste ano. "Tive de retornar a Macapá porque estava com lesão que poderia ser cirúrgica, mas não foi. Surgiu o convite para disputar o estadual e será uma preparação porque no segundo semestre vou para os EUA. Tenho convite de três faculdades", diz a meia Iandra, que já atuou no Vasco.

"A gente aqui não faz só futebol. Se fosse só futebol, seria mais fácil. É muito mais do que isso", resume Ester Silva.

Outra decepção brasileira

Será que atletas e times brasileiros não têm preparo emocional em decisões?

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

O Al-Hilal está na final do Mundial de Clubes. O Flamengo foi muito mal. Tudo também deu errado. Sofreu dois gols de pênalti, um deles questionável, e ainda teve um jogador expulso no fim do primeiro tempo. Por outro lado, mesmo quando tinha 11 jogadores, o Flamengo teve uma única chance de gol, marcado por Pedro. No segundo tempo, o Al-Hilal foi melhor, criou mais oportunidades e venceu por 3 a 2.

Após a eliminação do Brasil na Copa do Mundo, foi mais uma decepção. O futebol que se joga no Brasil seria pior do que tantos pensam? Os jogadores e times brasileiros não teriam preparo emocional nas decisões?

Driblar e bailar

Na vitória do Palmeiras sobre o Santos, por 3 a 1, Rony foi escolhido como o melhor do jogo pelos telespectadores e pelos comentaristas.

Durante a transmissão da partida, alguém elogiou Zé Rafael, mas disse que ele aparece pouco, o que discordo. Zé Rafael se posiciona muito bem defensivamente, desarma e tem um ótimo passe para iniciar as jogadas ofensivas. Aparece demais. Como não é um meia-atacante que não costuma dar o último passe ou que faz gols, não tem o destaque que merece. O mesmo ocorre com outros jogadores espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

Outro jogador do Palmeiras que joga muito bem e que é pouco reconhecido é Marcos Rocha. Ele, que já era bom no Atlético, pelo apoio e pelos passes precisos, ficou ainda melhor no Palmeiras, pois aprendeu com Abel Ferreira a se posicionar defensivamente. Em um mesmo jogo, Marcos Rocha é, às vezes, um terceiro zagueiro pela direita e, em outros momentos, um excelente apoiador.

Em um dos gols do Palmeiras contra o Santos, Marcos Rocha deu um excelente passe longo, pelo alto, por cima dos zagueiros. Rony dominou e deixou a bola para o jovem Giovani finalizar. Alguém disse que o gol começou com o chutão de Marcos Rocha.

Provavelmente, o Palmeiras vai precisar de um meio-campista para atuar ao lado de Zé Rafael. O meio-campo é a alma e o cérebro de um time. O Real Madrid, que enfrenta o Al Ahly, pelo Mundial de Clubes, ganhou, nos últimos anos, grandes títulos nacionais e internacionais, mesmo após a saída de Cristiano Ronaldo, principalmente porque sempre teve um meio-campo excepcional, com Casemiro (agora, no Manchester United), Kross e Modric, com a ajuda do centroavante Benzema, que recua e que passa a ser um elo com todo o ataque.

Casemiro faz falta, embora o clube tenha contratado um ótimo substituto, o francês Tchouaméni, titular na Copa de 2022. Tchouaméni estava contundido e deve jogar hoje. Ele é mais habilidoso que Casemiro, mas não tem a experiência, a liderança, o desarme e o posicionamento preciso do brasileiro na proteção à defesa.

O Real não terá hoje Benzema, Courtois e Militão, que, talvez, não joguem também na final de sábado, se o Real vencer nesta quarta (8). Todos são importantes, especialmente Benzema. Vinícius Júnior sente a falta dele.

Vinícius Júnior, que é hoje o maior driblador do mundo, evoluiu nos fundamentos técnicos, no passe, na finalização e na lucidez para fazer as escolhas certas. Tornou-se um excepcional jogador, um craque. Muitos adversários não suportam tanta ousadia e irreverência e passam a marcá-lo com muitas faltas e com violência e, pior, os torcedores transferem o ódio, a raiva, para a cor da pele, com ofensas criminosas e racistas.

Em um grupo, em uma multidão, um xinga, e outros repetem, como se o responsável não fosse cada um individualmente, e sim o grupo.

Tranças, dreads, laces... O que faz a cabeça dos negros no BBB 23

Paola Ferreira Rosa

CAMPINAS Com uma das edições mais negras de sua história, o Big Brother Brasil (Globo) tem servido diversidade de corpos e estilos entre seus participantes. Um dos destaques são os cabelos dos brothers e sisters, que já foram de motivo de briga a tema de tweets pedindo dicas.

No lado feminino, há sisters com tranças diferentes, cabelos naturais e até briga por lace, e no lado masculino há carecas, cabelos curtos e dreads. A reportagem conversou com cabeleireiras e trancistas para conhecer os penteados de cada um e como cuidar deles.

Laces

O cabelo dos participantes foi tema de duas discussões no primeiro Jogo da Discórdia, exibido em 23 de janeiro. Cezar Black, 34, deu uma bomba para Tina, 29, porque ela se recusou a emprestar seus cabelos a ele. "Meu amor, eu não emprestei nem para a Aline! Eu não empresto meus cabelos. Além de serem caros, são coisas pessoais", disse ela.

CEO da loja especializada Lady Laces, Lady de Britto Barbosa, 42, conta que os cabelos são artigos de luxo, muitas vezes comparados a joias.

"A lace é uma peruca realista que faz a simulação do couro cabeludo. Os fios são injetados em um material que se parece com uma micropele, o que faz com que quem veja tenha a impressão de que os fios estão saindo da cabeça."

Segundo ela, uma lace custa de R$ 2.000 a R$ 30 mil, de acordo com o tipo de cabelo e comprimento dos fios. Cabelos cacheados, loiros e ruivos naturais são os mais caros.

Ela diz que, para suas clientes, "marido e lace não se empresta". "É muito pessoal e há danos que podem acontecer. A touca pega a forma da cabeça, então você pode emprestar para outra pessoa e alargar a peça", alerta. Tina entrou de trança no programa e destrançou os cabelos com a ajuda de Aline Wirley, 41, Fred Nicácio, 35, Marvvila, 23, e Sarah Aline, 25, o que foi visto como retrato de afeto entre pessoas pretas.

Dreads

Ainda no mesmo Jogo da Discórdia, Gabriel Tavares, 24, já eliminado, deu uma bomba a Fred Nicácio. Enquanto fazia sua justificativa, o modelo chamou os dreads de tranças, mas foi logo repreendido: "Trança não, amor, é dread! Dread! Dread! Trança é o que a Marvvila tem", corrigiu Fred.

Trancista, Lu Safro, 41 explica que os dreads são tramas formadas pelo entrelaçamento do fios de cabelo de forma orgânica, diferentemente das tranças, que têm um padrão. Embora existam diferentes técnicas, podendo ser usado apenas o cabelo natural ou fios sintéticos, por exemplo, é comum o uso de agulhas de crochê para criar o formato.

"O dread está ligado a uma história de resistência da população negra, era usado para recuperação da identidade", diz. Para ela, além da identificação com o público, o penteado do brother pode contribuir para a quebra de preconceitos, como o de que quem usa dreads não higieniza os fios.

"Perguntam: 'Esse cabelo lava?'. Sim! Você passa shampoo no couro cabeludo, massageia com ponta dos dedos, e depois aperta a extensão do cabelo para lavar o comprimento." Segundo a cabeleireira, a hidratação dos fios pode ser feita, basta enxaguar bem.

Tranças

As tranças fazem a cabeça de mulheres negras há muito tempo, mas sua valorização e diversidade têm crescido. Além de Tina, Sarah e Marvvila entraram no reality com os cabelos trançados, mas com estilos muito diferentes.

Sarah tem desfilado com suas gypsy braids, estilo que está em alta no momento. Nele, tranças finas são intercaladas com mechinhas de cabelo, que pode ser mais liso, ondulado ou cacheado. O penteado recebe o nome de trança cigana ou bohemian braids.

Já Marvvila estreou com o programa com box braids, cuja técnica consiste na divisão do cabelo em quadrados para trançá-lo até as pontas. No caso dela, a forma escolhida foi a triangular.

Internautas perguntaram qual era o segredo para o cabelo da cantora estar impecável por tanto tempo, e Rika Ferreira, 36, sua trancista, em entrevista ao F5, diz que a dica não está no produto (que na verdade não é cola), mas na técnica. Ela usa gel cola para dar aderência nos fios e diminuir as pontas soltas. Depois, trança usando o fio sintético para esconder o cabelo natural.

Trabalhando com a sister há cinco anos, Rika sugere novidades a Marvvila. Ao saber sobre o BBB, a trancista foi atrás de um penteado diferente do que tinha sido visto em outras edições. "As meninas entram com trança longa. Falei: 'Vamos fazer um chanel diferente, com adereços de cores diferenciadas —prata e dourado—, para chamar a atenção e deixar claro que o curto pode ser o protagonista do mundo afro."

Ela considerou as provas de resistência. Caso fizesse tranças finas, o cabelo pesaria mais devido à maior quantidade de fios usados no penteado. Para o escolhido, foi usada menor quantidade de fio sintético devido à espessura e comprimento das tranças.

Para Rika, que também é negra, a entrada Marvvila no reality é a realização pessoal. "Para mim, seria um sonho ter uma trancista no programa. Quando ela me contou que ia e que o meu trabalho estaria na telinha, fiquei muito feliz." "Pensam que o público negro usa trança porque só existe aquele penteado. Na verdade é uma das escolhas que as mulheres pretas têm para mudar de cabelo e ter versatilidade."

Naturais

Outra sister que aproveita a versatilidade de seu cabelo é Aline Wirley. A artista tem apostado em tranças embutidas, cabelo solto, uso de turbantes e lenços, com e sem grampo... "Pessoas com esse tipo de cabeço podem montar vários penteados. Isso tem que chegar no maior número de pessoas possível, porque assim elas terão coragem de assumir seus cabelos", diz Luciana Lourenço Barbosa, 43, especialista em cabelos cacheados.

Como cabelo crespo, cuja principal característica é ter menos oleosidade, esse tipo não costuma criar muita definição. "Mas ser crespo não é que o cabelo está ressecado. O que faz ficar seco e danificado é a forma de manusear os produtos, achar que precisa molhar demais. Se hidratar, fica macio. Eu falo que esse cabelo é a coroa da mulher negra, porque é um cabelo fantástico", diz. Segundo Luciana, profissionais diziam que era preciso cortar curtinho, rente à cabeça, o que contribuía para o preconceito. "Descobriram que é um cabelo que dá para fazer franja, dá para cortar chanel, e dá para fazer penteados, porque ele fixa", fala, usando o seu como exemplo.

Já Domitila Barros, 38, e Paula Freitas, 28, têm cabelos mais longos e abusam dos caracóis. Para Luciana, Domitila abriu os cachos. "Observei, como profissional, que ela faz a soltura dos cachos." Neste caso, é preciso reforçar a hidratação.

Já Paula tem cabelo cacheado, um pouco mais definido. "Ela faz parte dessa miscigenação do Brasil, que, da mistura do negro com branco, nasce esse cabelo cacheado."

Para ela, a diversidade do programa ajuda a sociedade. "Estão mostrando que a mulher é versátil —ela usa trança, tira e coloca uma lace, usa um black natural. A gente não precisa ficar presa a um padrão de cabelo liso para ser aceita, e estão levando isso para o BBB."

Da esq., Marvvila, Fred Nicácio, Domitila e Sarah Aline, do BBB 23 Montagem/Globo

Matemática explica o paradoxo hipster

Tema abordado na 'MIT Technology Review' teve efeito inesperado

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Quem tem filhos adolescentes já viu acontecer. Jovens rejeitam padrões estabelecidos, querem trazer sua individualidade, fazer diferente. E o resultado é que acabam parecendo todos muito iguais, no que vestem, no corte de cabelo, no modo como falam, naquilo que fazem.

O efeito (ou paradoxo) "hipster", como é chamado esse fenômeno, está longe de ser uma coisa específica da juventude.

Em domínios tão distintos quanto as ciências sociais, a economia e as finanças ou as neurociências, se observa que a interação entre um grupo majoritário e um certo número de inconformistas (hipsters), que rejeitam o padrão da maioria, frequentemente leva a que os inconformistas gradualmente sincronizem suas atitudes de tal forma que acabam adotando comportamentos idênticos, criando um novo tipo de conformismo. Também não é exclusivo de seres humanos: componentes de certos materiais ("spin glasses") fazem o mesmo.

Anos atrás, o pesquisador Jonathan Touboul, da Universidade Brandeis, nos Estados Unidos, forneceu uma explicação para esse fenômeno contraintuitivo.

Em trabalho publicado no periódico científico "Discrete and Continuous Dynamical Systems", Touboul apresentou um modelo matemático —conjunto de equações— que descreve a evolução de um sistema formado por uma maioria conformista e um certo número, maior ou menor, de hipsters que se opõem aos padrões majoritários.

O seu estudo desse modelo mostrou que, a partir de situações iniciais muito variadas, o grupo hipster passa por uma espécie de metamorfose (transição de fase) em que os seus membros sincronizam os seus comportamentos entre si, sempre em oposição à maioria. Toubol conclui que, longe de ser um paradoxo, o efeito hipster é resultado inevitável da interação dentro de grupos grandes de agentes.

Uma publicação sobre esse assunto na "MIT Technology Review" teve um efeito inesperado e desconfortável. Um homem que se considera inconformista, descontente com a matéria, ameaçou processar a revista, acusando-a de ter usado como ilustração, sem autorização, uma foto roubada das suas redes sociais.

Resulta que estava enganado, a foto não era dele: tratava-se de uma foto de estoque, adquirida legalmente pela revista, que representava um modelo masculino de um hipster de barba, usando uma camisa estampada de flanela e um gorro de lã.

Acontece que os dois homens e seus visuais eram idênticos! Toubol deve ter sorrido...

ACERVO FOLHA

Há 50 anos **8.fev.1973**

FNL diz que iniciará a libertação de soldados dos EUA no Vietnã

A FNL (Frente Nacional de Libertação) do Vietnã do Sul disse que 125 soldados dos EUA mantidos como prisioneiros pelo grupo serão libertados com o acordo de cessar-fogo.

A comissão que supervisiona o acordo para fim da Guerra do Vietnã está preparada para ir ao local onde ocorrerá a soltura. Depois, vietnamitas em poder da FNL, de Saigon e de Hanói devem ser soltos.

Henry Kissinger, assessor da Presidência dos EUA, está na Ásia, rumo a Vietnã do Norte e China.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

FOLHA DE S. PAULO

Nenhuma criança fica sem vacina

Libertação começa com 125 soldados

Gripe não chegou, diz Governo

Cursilhos, tema tambem dos bispos

Dolar poderá ser novamente desvalorizado

URSS compra 100 mil t de açucar

ilustrada

Fogos de artifício

Marc Chagall ganha exposição no Centro Cultural Banco do Brasil de São Paulo com quase 200 obras de 60 anos de sua carreira

'Os Amantes com Asno Azul', pintura de Marc Chagall de 1955 Reprodução

João Perassolo

SÃO PAULO Um grande buquê multicolorido ocupa a maior parte de uma pintura com fundo vermelho, ao lado do qual aparecem um homem e uma mulher de braços dados, ele de terno, chapéu e gravata e ela com vestido branco, parecendo uma noiva. Os trajes do casal não são imaculados —o amarelo, o verde e o roxo das flores avançam sobre as roupas, integrando a dupla na explosão cromática da tela.

O óleo "Buquê de Flores sobre Fundo Vermelho", pintado por Marc Chagall por volta de 1970, quando ele tinha 83 anos, reúne alguns temas recorrentes na carreira do artista, como as flores e os enamorados que flutuam na composição da imagem. Ambos os elementos aparecem representados numa ampla paleta de cores fortes, outra das marcas da obra desse pintor.

"A vida de Chagall foi uma perseguição contínua, um exílio contínuo, ou seja, ele não teve uma vida fácil. Mas, ao mesmo tempo, em suas obras, o que ele nos transmite é cor, alegria. E é porque, no fundo, o que nos quer transmitir é uma mensagem de esperança. É a forma com que ele vê o mundo", afirma a espanhola Lola Durán Úcar, organizadora de uma grande exposição retrospectiva do artista franco-russo que chega nesta quarta-feira a São Paulo.

Até o final de maio, o Centro Cultural Banco do Brasil exibe 191 obras do pintor e gravador, cobrindo cerca de seis décadas de sua produção, de 1922 até 1981, pouco antes de ele morrer, com 97 anos. A exposição, formada sobretudo com obras vindas de coleções particulares —portanto, pouco vistas pelo grande público— percorreu cidades da Itália, da China e outras do Brasil antes de enfim chegar agora à capital paulista.

Em quatro grandes núcleos, "Marc Chagall: Sonho de Amor" reúne os principais temas das pinturas do artista e deixa ver sua maestria no uso da cor e na exploração das possibilidades estéticas da gravura, formando um panorama da vida deste judeu que fincou raízes na França no auge do surrealismo da década de 1920 e que, mais tarde, se viu obrigado a buscar refúgio nos Estados Unidos, por causa da perseguição nazista da Segunda Guerra Mundial.

Um dos destaques da mostra é uma série de 24 litogravuras nas quais Chagall retrata a história bíblica do Êxodo, o mito fundador de Israel, feitas sob encomenda depois de ele fazer uma viagem de pesquisa pela Palestina.

Continua na pág. C4

+ REUNIÃO DE FAMÍLIA
A versão paulistana da mostra reúne 12 obras de Chagall espalhadas por coleções de São Paulo e não mostradas em outras cidades, como um guache do MAC, um conjunto de gravuras do IEB e uma têmpera do acervo do Masp

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

PANOS QUENTES

O governo Lula decidiu calibrar a disputa com o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, já no fim de semana, quando o presidente escalou suas críticas ao dirigente da instituição.

BALANÇA Mesmo concordando com o presidente e pressionando Campos nos bastidores —ministros chegaram a evitar contato direto com ele, pedindo que auxiliares o atendessem para conversar—, a conclusão foi a de que o custo de seguir na queda de braço com ele seria alto para o governo.

PANOS QUENTES Campos também evitou romper o diálogo e seguiu buscando interlocutores diretos do presidente Lula (PT) para conversar.

ACENOS Na terça-feira (7), a ata do Banco Central que explicava a manutenção das taxas de juros em 13,75% citou as intenções da equipe econômica de zerar o déficit público.

ACENOS 2 O documento do BC trouxe uma avaliação positiva sobre o pacote apresentado pela equipe econômica do governo Lula em 12 de janeiro.

ACENOS 3 A autoridade monetária afirmou que, embora só trabalhe em seus cenários com políticas já implementadas, a execução do pacote que promete uma melhora fiscal de R$ 242,7 bilhões poderia reduzir a pressão sobre a inflação.

OK O ministro Fernando Haddad (Fazenda) também ensaiou erguer a bandeira branca, afirmando que a ata tinha sido "um pouco mais amigável em relação aos próximos passos que precisam ser tomados".

BANDEIRA O deputado federal Otoni de Paula (MDB-RJ) está colhendo assinaturas para a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que se propõe a investigar os procedimentos de transição de gênero de crianças e adolescentes feitos no país.

BANDEIRA 2 Em sua justificativa, o parlamentar afirma que o tema atualmente está submetido a uma "blindagem ideológica" e, por isso, deve ser analisado pela Câmara.

COMPARAÇÕES "Contraditoriamente, crianças não podem trabalhar nem contrair matrimônio, mas podem ser submetidas a alterações corporais irreversíveis", diz o emedebista. No Brasil, cirurgias de modificação corporal são vedadas a menores de 18 anos.

BOAS-VINDAS A ministra da saúde, Nísia Trindade, visitou na terça (7) o Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Ela foi recebida pelo médico Roberto Kalil Filho, presidente do conselho diretor da instituição, que apresentou à ministra as áreas de saúde digital, hemodinâmica, unidade clínica de emergência e unidade de internação infantil do hospital.

BOAS-VINDAS 2 Nísia Trindade disse estar "confiante que o Incor pode apoiar o Brasil todo por trabalhar com excelência". "Acredito que um caminho de qualidade no SUS é possível, e aqui no instituto vejo uma integração entre assistência e pesquisa", afirmou a chefe da pasta, em sua primeira visita ao complexo como ministra.

À MESA

Fotos Jefferson Modesto/Divulgação

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, compareceu a um jantar realizado em homenagem ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em que também estava presente o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo **1**. O evento ocorreu na casa do empresário Fernando Marques, da União Química, e reuniu nomes do mercado financeiro como o sócio diretor da XP Investimentos Rafael Furlanetti **2**. O encontro foi organizado pelo grupo, e Esfera Brasil. O empresário João Camargo, presidente do grupo, e o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Igor Calvet **3**, estiveram lá

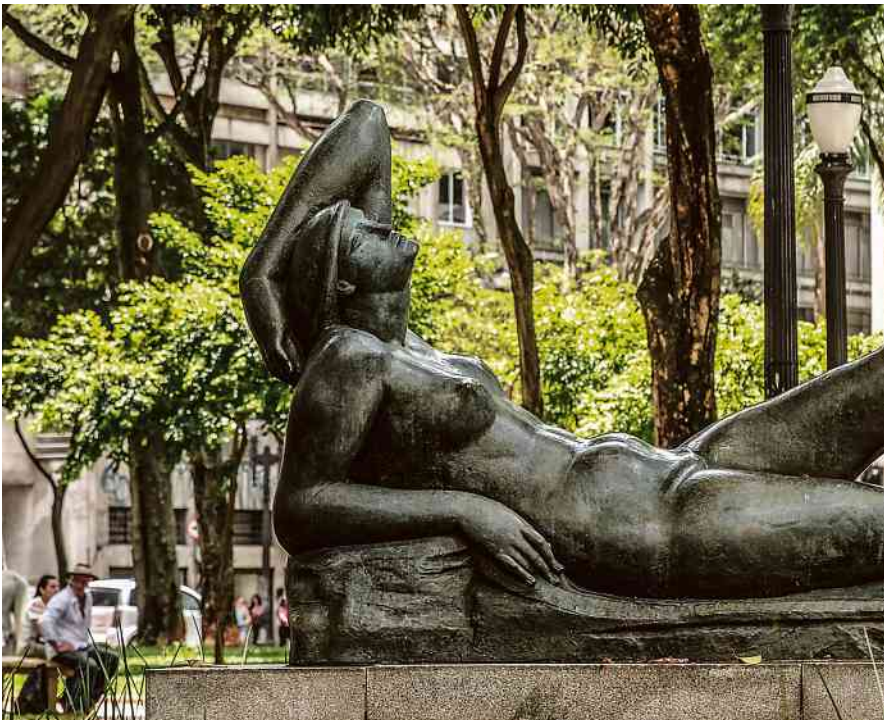
NOS DETALHES A nova secretária de Cultura e Economia Criativa de SP, Marilia Marton, abriu um processo administrativo para apurar possível descumprimento da Associação Cultural Ciccillo Matarazzo no contrato de gestão com o governo. A Organização Social (OS) é quem gere o MIS (Museu da Imagem e do Som), o MIS Experience e o Paço das Artes. A resolução foi publicada no Diário Oficial.

DETALHES 2 O procedimento foi aberto a partir de um relatório do Tribunal de Contas de São Paulo, que teria apontado indícios de irregularidades na contratação de pessoas e no serviço da OS. Uma análise feita por uma equipe técnica da secretaria também teria encontrado problemas. Procurada, a organização nega irregularidades e diz que trabalha de forma "séria e profissional", de acordo com a legislação.

PORTAS ABERTAS A escritora e colunista da **Folha** Djamila Ribeiro vai receber, na próxima quinta (9), a ministra das Relações Exteriores da França, Catherine Colonna, no Espaço Feminismos Plurais, na capital paulista. O encontro é organizado pelo Consulado-Geral da França em São Paulo.

PORTAS 2 "Nós vamos conversar sobre os direitos das mulheres. Ela vai conhecer os projetos que desenvolvemos no espaço e, depois, vamos discutir parcerias com o governo francês", diz Djamila.

CARA NOVA O jornalista, escritor e ativista Manoel Soares e o produtor musical Kondzilla serão os novos apresentadores do Papo de Segunda, no canal GNT. Eles vão comandar a atração ao lado do ator João Vicente de Castro e do ensaísta Francisco Bosco. A estreia da nova formação ocorrerá no dia 13 de março.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

'Depois do Banho', de Victor Brecheret, no largo do Arouche, em São Paulo Fotos Karime Xavier/Folhapress

Má conservação ameaça obras de Brecheret e Di Cavalcanti em SP

Estado da escultura 'Depois do Banho' e de mosaico no edifício Triângulo, no centro da cidade, aponta negligência

Matheus Rocha

SÃO PAULO Nas sedes dos Três Poderes, em Brasília, as obras de Victor Brecheret e Di Cavalcanti foram danificadas por golpistas há exatamente um mês, mas nas ruas de São Paulo é a falta de conservação que ameaça o legado de dois dos principais representantes do modernismo brasileiro.

Um exemplo disso é o mural de Di Cavalcanti no Novotel São Paulo Jaraguá, antiga sede do jornal O Estado de S. Paulo, no centro da cidade. A obra foi feita nos anos 1950 com mais de 60 mil pastilhas para homenagear a imprensa.

No entanto, faltam pastilhas no mosaico e a fonte que fica em frente à obra virou uma espécie de lixeira, com embalagens de alimentos boiando na água. A situação não é nada melhor no mural feito por Di Cavalcanti no térreo do edifício Triângulo, também no centro de São Paulo.

A obra tem manchas de oxidação, faltam pastilhas nos mosaicos e há remendos que descaracterizam o original.

Nos anos 1990, uma fogueira montada por pessoas em situação de rua atingiu a obra, motivo pelo qual as pastilhas originais de vidro precisaram ser trocadas por peças de cerâmica. O mosaico retrata o cotidiano de operários, um tema caro a Di Cavalcanti.

Continua na pág. C3

Instalação de Verena Smit na galeria Prestes Maia Fotos Carine Wallauer

Verena Smit camufla obras de arte públicas em roteiro a pé no centro de São Paulo

João Perassolo

SÃO PAULO Resquícios de um relógio numa das paredes de mármore da galeria Prestes Maia, no centro de São Paulo, são o testamento do passado. Os ponteiros não existem mais e o cobre das hastes que indicavam as horas enferrujou. "Tempo perdido" diz a inscrição no lugar dos números.

A mensagem esculpida em aço talvez passe despercebida para quem circula pela galeria, uma passagem subterrânea conectando a praça do Patriarca ao vale do Anhangabaú. Mas os dizeres, que parecem falar sobre a própria história do lugar —um antigo ponto de encontro de artistas hoje abandonado—, são parte de uma série de obras de arte de Verena Smit espalhadas por todo o centro de São Paulo.

"Poesia Concreto" propõe um percurso a pé pela região ao apresentar oito trabalhos públicos da artista paulistana, até o dia 12 de março.

Continua na pág. C3

Mosaico de Di Cavalcanti na entrada do edifício Triângulo, projeto de Oscar Niemeyer

Continuação da pág. C2

"A temática da maioria dessas obras é o trabalhador. A ideia dele era construir um tipo de arte que fosse acessível ao grande público e, ao mesmo tempo, tivesse relevância social e artística", diz Marcelo Bortoloti, autor de uma biografia sobre o pintor que será lançada ainda neste ano pela Companhia das Letras.

Bortoloti diz que Di Cavalcanti começou a produzir murais a partir dos anos 1950 por influência dos muralistas mexicanos, como Diego Rivera. A ideia desse grupo de artistas era fazer uma arte que não estivesse restrita aos museus, mas que pudesse ser apreciada pela população em geral.

De acordo com o especialista, a falta de conservação atenta contra o caráter democrático das obras de Di Cavalcanti. "Trabalhos em locais públicos são voltados ao povo. Esse aspecto popular acaba se perdendo por causa da falta de manutenção, o que é um prejuízo grave", diz Bortoloti.

Sandra Brecheret faz coro a essa opinião. Filha do escultor Victor Brecheret, ela diz que as obras públicas de seu pai são uma herança que ele deixou para a população. "Essas obras não são da prefeitura. Elas são do povo brasileiro. Me sinto muito decepcionada ao perceber que as autoridades não fazem nada para preservar um patrimônio valioso desses," diz ela, que é presidente da Fundação Escultor Victor Brecheret.

A maior preocupação dela é a obra "Depois do Banho", que foi instalada no largo do Arouche, no centro paulistano, durante o governo do prefeito Prestes Maia, na virada da década de 1930 para os anos 1940. O temor da herdeira de Brecheret não é injustificado.

A escultura está cercada por fezes e por roupas abandonadas. Na base que sustenta a obra, é possível ver manchas de urina. Os problemas, porém, não param por aí.

Ao lado da escultura, havia quatro bustos. No entanto, eles foram roubados e só restou o pedestal sobre o qual eles foram instalados. Funcionários de uma floricultura que fica em frente aos monumentos dizem que o policiamento na região é escasso durante a noite, o que facilita a ação de criminosos.

Sandra Brecheret diz, inclusive, que essa floricultura é um dos motivos pelos quais a peça ainda está de pé. "A loja fecha muito tarde, por isso a peça não foi furtada. Mas, se deixar, ela não dura uma semana e é roubada para ser vendida como uma bola de bronze."

A mesma sorte não teve uma escultura das três graças, peça que foi furtada do cemitério da Consolação. "Eu havia falado para os proprietários preservarem a peça, mas não quiseram. O Brecheret não existe mais. Venderam, e outras obras vão se perder se deixarem."

A cruzada de Sandra Brecheret contra a falta de cuidado com as obras de seu pai não é recente. Em 2016, ela acionou o Ministério Público de São Paulo para pedir que o monumento às Bandeiras fosse preservado. A obra é um dos símbolos de São Paulo e está localizada nos arredores do parque Ibirapuera. À época, a escultura havia sido pichada com tinta colorida. Depois disso, ela diz que a conservação da obra melhorou.

"É o único monumento público dele que está preservado, porque é uma obra muito popular. Aí pega mal", afirma a herdeira do artista. "Mas as outras viraram mictório da população em situação de rua."

As obras de Brecheret e Di Cavalcanti não são as únicas que sofrem com a falta de conservação. Na praça Dom José Gaspar, um busto do pianista polonês Frédéric Chopin que foi instalado em 1954 apresenta pichações e está com a placa informativa ilegível, de modo que a população não consegue saber mais detalhes sobre a obra.

Já no largo da Memória, o monumento projetado pelo arquiteto Victor Dubugras e pelo artista plástico José Wasth Rodrigues em comemoração do centenário da Independência está em péssimo estado.

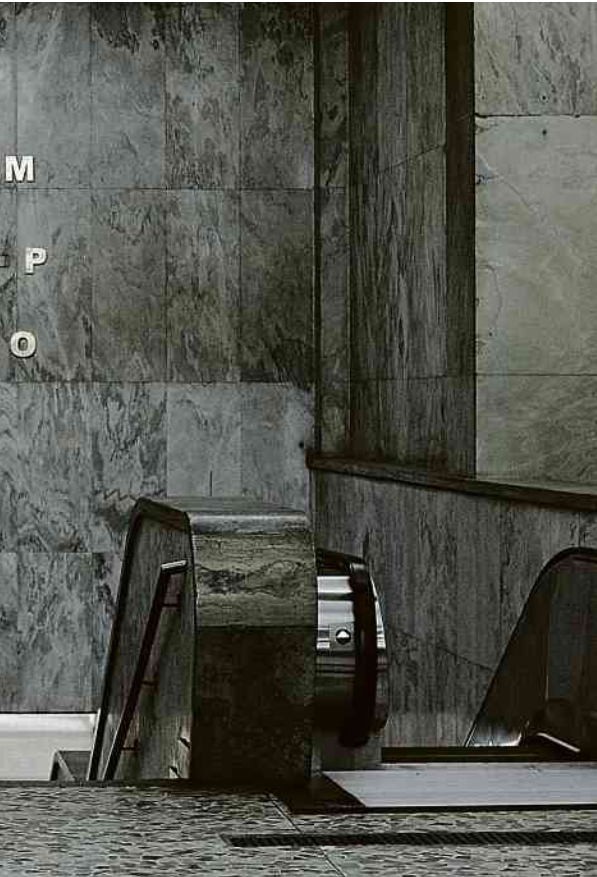
Há pichações no pórtico neoclássico do monumento e no obelisco que fica no centro do largo. O chafariz localizado na parte superior da estrutura está repleto de lixo, com tampas de garrafa, embalagens de biscoito e bitucas de cigarro boiando na água.

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Giselle Beiguelman afirma que essas obras estão degradadas porque ocupam uma área da cidade negligenciada pelas autoridades. São regiões do centro marcadas pela vulnerabilidade social.

"O poder público fecha os olhos para essas áreas porque elas não concentram o poder econômico. Os monumentos estão na mesma condição que essas praças estão e nas mesmas condições que essas pessoas estão sendo tratadas."

Em nota, a prefeitura paulistana diz que realiza periodicamente a limpeza de todas as obras em espaços públicos da cidade e que a escultura "Depois do Banho" é uma prioridade do Adote uma Obra Artística, iniciativa que estabelece parceria com pessoas físicas ou jurídicas para preservar obras de arte.

Em relação ao mosaico feito por Di Cavalcanti no edifício Triângulo, a prefeitura diz que a obra está fora de sua jurisdição por integrar uma área privada. "Contudo, por ser um edifício tombado, há uma responsabilidade dos proprietários de preservarem o mosaico da fachada."

Neon ao lado da entrada da Biblioteca Mário de Andrade

Continuação da pág. C2

A mostra se espalha por galeria Prestes Maia, vale do Anhangabaú, praça Dom José Gaspar e Biblioteca Mário de Andrade.

Na praça Dom José Gaspar há um relógio de rua, desses de marcar a temperatura, onde a publicidade foi substituída pelo dizer "mentirosos são aqueles que medem o tempo" —de tão discreto, o público pode achar que se trata apenas de mais um comercial.

Camuflar os trabalhos na paisagem da cidade era um pouco a ideia da exposição, afirma a artista, acrescentando que o projeto foi pensado especificamente para a região central de São Paulo, onde circula um público diverso.

Fernando Mota, curador e organizador da exposição, afirma que o propósito era atingir quem não necessariamente tem o hábito de frequentar museus e galerias de arte e instigar a curiosidade.

Não que todas as obras sejam tão difíceis de achar. Na Biblioteca Mário de Andrade, por exemplo, um neon ao lado da entrada principal deixa sempre aceso o chavão "a felicidade é para todos", mas piscante o ponto de interrogação posto no fim da frase. Na lateral desse mesmo prédio, uma bandeira branca postula em letras pretas que "sobreviver nunca foi sobre viver".

Jogos de palavras como este são próprios da poética da artista. Smit ficou conhecida nos últimos anos ao postar em seu Instagram frases e verbetes, escritos com máquina de escrever ou no bloco de notas do iPhone, que brincam com a língua portuguesa e também o inglês. Alguns dizeres são poéticos, outros são palavras reinventadas por ela.

> A exposição quer atingir quem não necessariamente frequenta museus e galerias de arte e instigar a curiosidade
>
> **Fernando Mota**
> curador e organizador

Transpor esse pensamento para a escala urbana é, portanto, o maior trabalho da artista até agora, segundo ela. "Poesia Concreto" começou a ser desenvolvido em 2019, antes da pandemia, e foi a evolução de uma instalação que Smit havia feito anteriormente na estação São Bento do metrô, também na capital paulista.

Um dos obstáculos do projeto foi a burocracia de autorizações municipais, estaduais e federais para expor as obras em locais públicos, mas a artista se diz grata por pensar a cidade e por mostrar o projeto no centro, onde manteve seu ateliê nos últimos cinco anos, na galeria Metrópole, hoje um polo de criativos.

Poesia Concreto
Centro de São Paulo. Até 12 de março. Lista de obras em instagram.com/poesiaconcreto

Fogos de artifício

Continuação da pág. C1

Outro é o guache "O Avarento que Perdeu seu Tesouro", de 1927, pintura que deu início às ilustrações do artista para as fábulas de La Fontaine.

As cem gravuras em metal em exibição cobrem todas as lendas do clássico infantojuvenil e ocupam o subsolo do espaço expositivo inteiro, formando pouco mais da metade da mostra. Esses trabalhos evidenciam como o artista "domina tudo o que a água-forte e a água-tinta oferecem como técnica na construção de hachuras e dos claros e escuros", afirma Cynthia Taboada, a idealizadora da exposição.

Para a versão paulistana da mostra, os organizadores reuniram 12 obras de Chagall espalhadas por coleções de São Paulo e não mostradas em outras cidades, a exemplo de um guache do MAC, o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, um conjunto de gravuras do IEB, o Instituto de Estudos Brasileiros também da Universidade de São Paulo, e de uma têmpera do acervo do Masp, o Museu de Arte de São Paulo.

A tela do Masp, raramente exibida ao público, é uma pintura feita de memória no início da década de 1920 que reproduz o quadro "Vendedor de Gado", pintado por Chagall dez anos antes. Com seu tradicional uso das cores, o pintor retrata um vaqueiro levando gado numa carroça para ser vendido no mercado. O veículo é puxado por uma égua grávida, e atrás da carruagem uma mulher carrega um bezerro nas costas.

Enquanto a pintura do Masp está mais para um esboço, a versão original tem traços cubistas e um quê fantástico na temática, dado que o cavalo e o bezerro parecem humanos. Essa mistura de influências mostra como não se deve reduzir as pinturas de Chagall a uma corrente artística específica, afirma Úcar, a curadora espanhola —segundo ela, o artista criou "um estilo próprio e inconfundível".

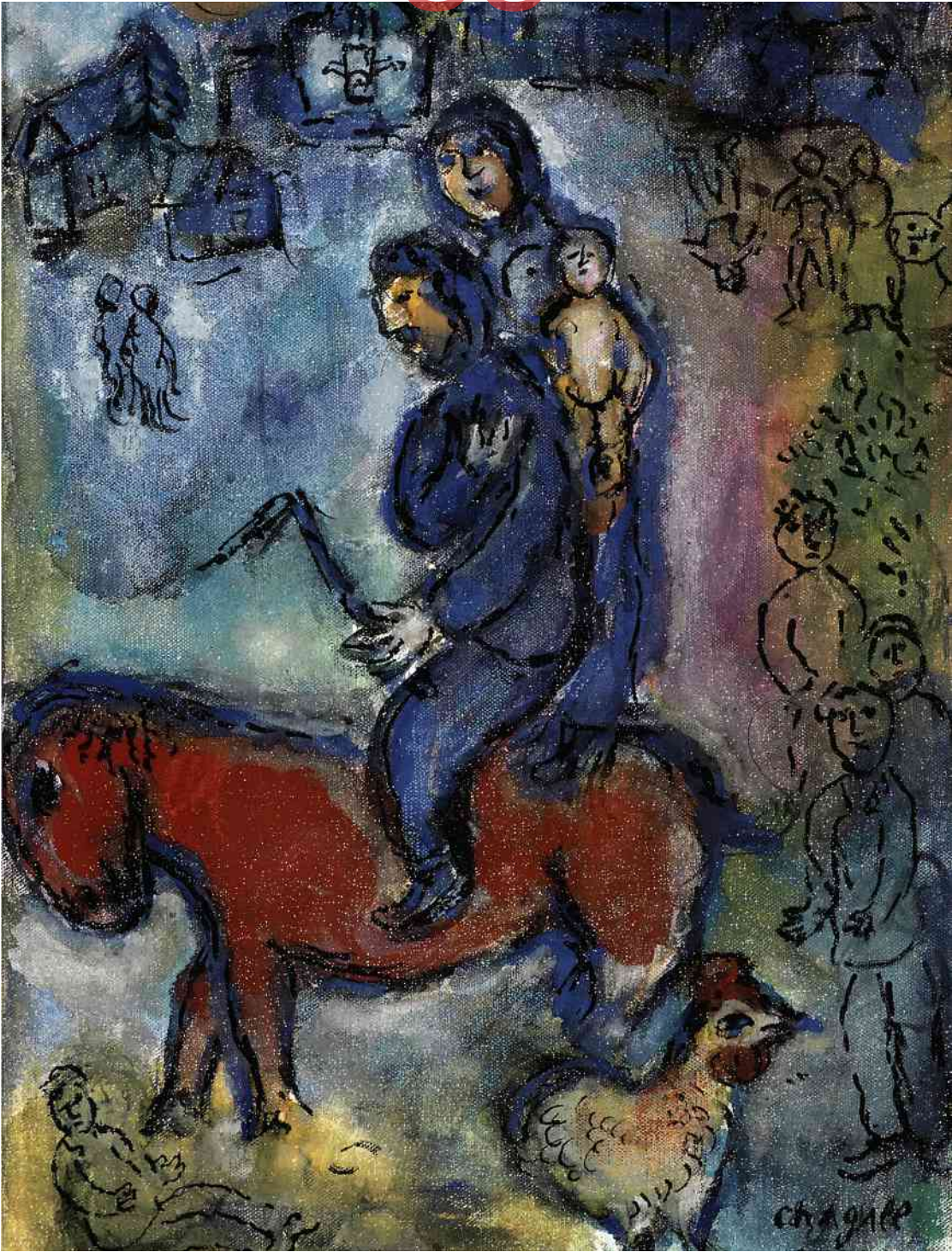
"Quando ele chega a Paris [em 1911], é o momento das vanguardas —do cubismo, do surrealismo—, mas ele não se inscreve em nenhum desses movimentos. Segue seu próprio caminho. Esse estilo pessoal, esse surrealismo especial tão poético e o magnífico uso que ele faz das cores é o que tornam seu estilo tão reconhecível. Chagall usa alguns elementos das vanguardas e muitos elementos da tradição russa", ela afirma.

Nascido no final do século 19 no vilarejo de Vitebsk, à época pertencente ao Império Russo e hoje parte do território da Belarus, o artista traria para as suas composições elementos recorrentes na sua infância, como os animais com os quais ele convivia, mas os poria "num mundo mágico onde os burros voam e as figuras humanas têm cara de gato", acrescenta Úcar.

A organizadora lembra ainda outro tema recorrente nas obras do artista, os amantes que pairam sobre as nuvens, "porque eles não são afetados pela força da gravidade, dado que o amor nos faz flutuar".

O universo onírico das pinturas do artista se traduz para os poemas, uma faceta menos conhecida da obra —30 deles foram traduzidos do francês pela primeira vez para a exposição, por Saulo Di Tarso. Até então, só havia em português uma única poesia, traduzida pelo autor Manuel Bandeira.

Em vez de tentar entender a sua escrita, talvez seja aconselhável se aproximar dela com o sentimento. Num dos poemas, ele escreveu —"os meus sonhos eu escondi/ sobre as nuvens/ meus suspiros/ voam com os pássaros".

Marc Chagall: Sonho de Amor
Centro Cultural Banco do Brasil - r. Álvares Penteado, 112, São Paulo. Livre. De qua. a seg., das 9h às 20h. Fecha às terças. Até 22 de maio. Grátis

No alto, 'Vendedor de Gado', de 1922, acima, 'No Caminho, O Asno Vermelho', de 1978, e 'O Galo Violeta', de 1966 Fotos Eduardo Ortega

Litoral paulista é reimaginado por Lucas Arruda em telas de memória

Brasileiro inaugura 'Assum Preto' em Madri com quadros que revisitam sua infância em várias paisagens botânicas

Ivan Finotti

MADRI "Assum Preto" é o nome da exposição que pousou esta semana em Madri. Mas nenhum assum preto, ou qualquer outro pássaro, foi pintado pelo artista brasileiro Lucas Arruda para sua mostra.

Em vez disso, ele apresenta 27 pinturas de vegetações, matas, folhagens e árvores típicas do clima tropical úmido da mata atlântica brasileira.

Quem acompanha o trabalho de Arruda pode se surpreender. As obras do artista de 39 anos costumam trazer horizontes, paisagens infinitas com traços impressionistas, entre a abstração e o figurativo, de linhas e cores suaves. A mudança para as vegetações, ele diz, tem raiz no litoral paulista, para onde vai desde a infância, em uma casa da família na Barra do Una.

Além da mata em si, ele encontra inspiração na literatura que a envolve, lembrando histórias do curupira e de oxossi, ambas entidades protetoras do verde, a primeira vindo do folclore tupi e a segunda, do candomblé.

"O que faz muito sentido para mim é que a mata ocupa um lugar imaginário e que guarda mistérios", disse ele.

Já para o curador da exposição, o suíço Hans Ulrich Obrist, as obras abrem "visões inesperadas que dão origem a narrativas e encontros, um elo entre visibilidade e invisibilidade, o paradoxo de um segredo público bem guardado".

As florestas que Arruda pinta não são reais. Sem ter uma formação, Arruda diz que curte botânica, o que parece ser fundamental para tirar essas formações da memória.

O resultado são quadros quadrados, em geral com cerca de 40 centímetros de lado, com uma enorme variedade de tons verdes delicados, feitos com tinta a óleo sobre tela. Aqui entra uma técnica para que esses verdes não sejam brilhantes e para que reflitam menos luz. "Misturo cera de abelha ao óleo para esmaecer a cor", conta o artista.

O lugar da mostra conversa com os trabalhos expostos. Estamos na biblioteca do centro cultural Ateneo de Madrid, no centro da cidade. Essa biblioteca tem um caráter enciclopédico, com um bom catálogo de publicações científicas, botânicas inclusive.

Nas escrivaninhas reservadas para o público, as luzes de leitura acesas, as pinturas foram dispostas deitadas, se alternando com livros de botânica da biblioteca e alguns outros que Arruda trouxe de São Paulo, onde vive. Três quadros apenas, maiores, ocupam uma parede. A exposição é promovida pela Fundación Sandretto Re Rebaudengo.

Da produção exibida, três ou quatro matas são mais novas, "mais densas", feitas já com a exposição "Assum Preto" em mente. O que nos leva novamente ao nome da exposição. Terminemos então com a explicação desse mistério.

O nome da mostra vem da música de Gonzaga, com versão cantada por Gal Costa. "Meu pai cantava para mim desde criança, em viagens mais longas. Me marcou muito e me assustava porque tem um lado violento, da história desse pássaro que tem canto comum, nada de especial."

"Mas, se esse pássaro fica no escuro, ele canta maravilhosamente. E chegam a furar os olhos do pássaro. Em poucos dias, ele começa a organizar o canto. Muito depois, eu comecei a achar que tinha uma analogia com meu processo, que não é baseado em nenhuma imagem e vem da memória."

"Achei intrigante que o pássaro, enquanto vê o mundo, talvez distraído pelo entorno, cante sem organização. E quando ele fica cego e se lembra do mundo, ele consegue organizar o canto e idealizar, colocar uma melodia, enfim."

Assum Preto
Biblioteca do Ateneo de Madrid - calle Prado, 21, Madri. Das 11h às 20h. Até 8 de março. Grátis

Obras sem título da série 'Assum Preto' Fotos Lucas Arruda

Carimbos de Carmela Gross peitaram a ditadura

Exposição em São Paulo detalha como a artista transformou objeto da burocracia de Estado em ferramenta estética

João Perassolo

SÃO PAULO Na ditadura militar, o regime usava carimbos para assinalar obras de arte proibidas de circular. As palavras "interditada" ou "vetada" eram marcadas com tinta preta no início de livros ou em folhas com letras de música para apartar do público o que os fardados julgavam inadequado.

Naqueles anos 1970 de censura, Carmela Gross deu novo sentido aos carimbos num conjunto de trabalhos que desvinculava o objeto do aparato burocrático do Estado e o levava ao campo do sensível.

Ela encomendou carimbos em formas de pinceladas, rabiscos, linhas e manchas e criou composições onde esses elementos, reduzidos às suas formas mínimas, são marcados repetida e organizadamente sobre o papel. Com 80 telas desenvolvidas, ela montou a exposição "Carimbos", na antiga galeria paulistana Gabinete de Artes Gráficas, em 1978.

Agora, parte dessas obras é resgatada para uma mostra de mesmo nome no Instituto de Arte Contemporânea, também em São Paulo.

Em duas fileiras de trabalhos, o espectador vê pequenas manchas ou rabiscos dispostos lado a lado, mais ou menos de forma simétrica — Gross, na verdade, fazia tudo no olho, sem usar marcações.

A simetria entre os sinais "é irregular, mas também tem um sentido quase de trabalho artesanal, da repetição que se faz igual mas é diferente", afirma a artista. De longe, não parece que nos papéis há desenhos produzidos por carimbos, mas isso é parte da graça do trabalho, ela afirma.

Gross reconhece o aspecto crítico à ditadura da série, mas não a reduz a isso. Ela lembra que à época era muito comum os seus contemporâneos se valerem de meios de uso cotidiano, como o carimbo e o xerox, para se expressarem.

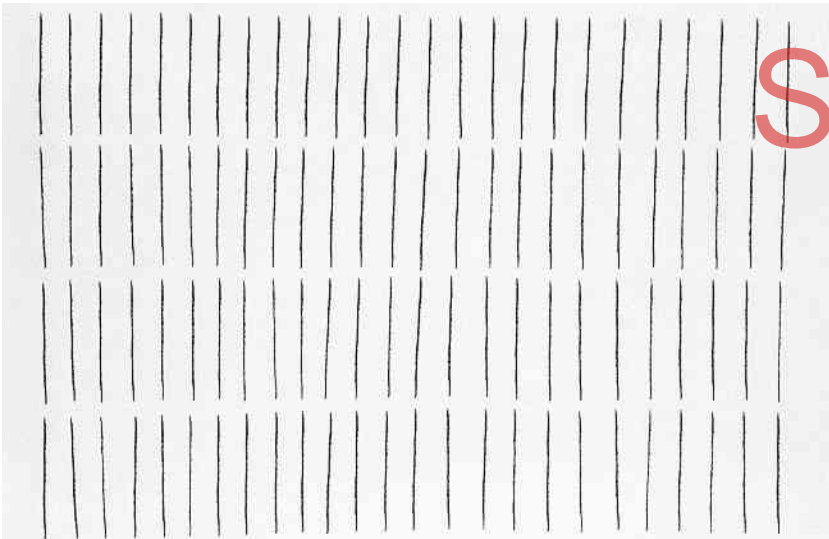
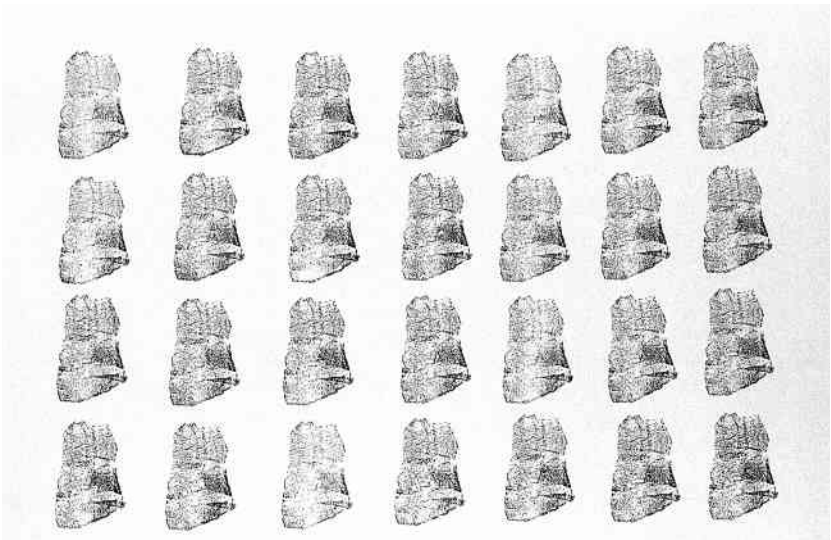
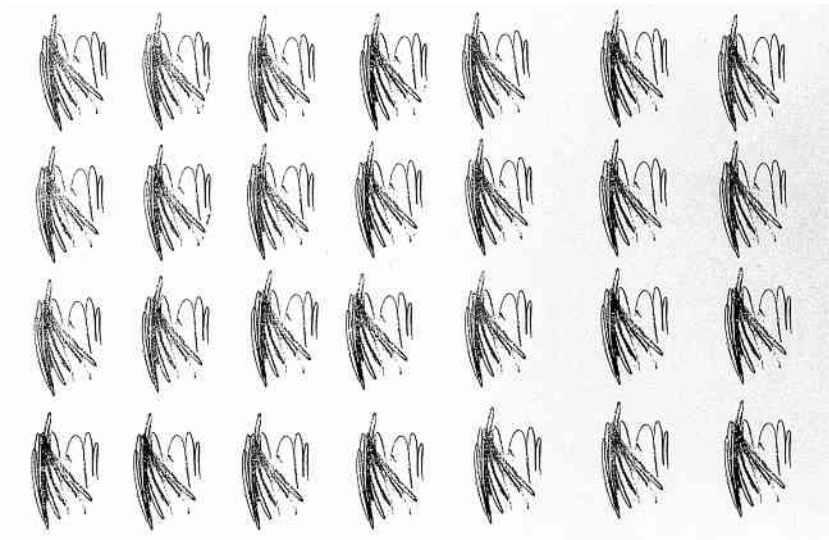
Paulo Bruscky e Cildo Meireles produziram trabalhos com carimbos naquela mesma década, mas ambos são mais explícitos na acidez contra o regime —Meireles carimbou em vermelho os dizeres "quem matou Herzog?" em cédulas de dinheiro, questionando os militares sobre o desaparecimento do jornalista.

A exposição recupera a trajetória da artista até chegar à série agora reapresentada. Seu primeiro carimbo data de 1968 e mostra, na cor roxa, uma mão dando um murro sobre a mesa. Mais tarde, ela partiu para a feitura de carimbos em verde e azul que reproduziam paisagens ao serem pressionados contra o papel.

Foi só depois que ela se desvencilhou de imagens mais figurativas e adotou as pequenas abstrações de cor preta. As formas, conta a artista, foram inspiradas em elementos de Picasso, Matisse e de outros desenhos antigos que ela via em livros, reproduzidos muitas vezes em preto e branco.

Carimbar possibilitava à artista a reprodução de uma ideia que nascia como expressão de um desenho mais sensível. "É como se fosse uma gravura, mas uma gravura simplificada, que tem esse caráter imediatista, de urgência", ela afirma.

Os carimbos ocupam uma parede inteira da exposição, com a parte da borracha virada para o visitante, como se fossem entrar em ação. Para que "não pareçam objetos mortos em cima de uma mesa, mas tenham uma dignidade".

Carmela Gross: Carimbos
Instituto de Arte Contemporânea - av. Dr. Arnaldo, 120/126, São Paulo. De ter. a sex., das 11h às 17h; sáb., das 11h às 16h. Até 6 de maio. Grátis

Quatro telas da série 'Carimbos', de Carmela Gross, de 1978 Fotos Romulo Fialdini/Divulgação

Lado erótico e violento de Cildo Meireles foi sua reação ao regime

Caio Delcolli

SÃO PAULO O artista Cildo Meireles, de 74 anos, ganhou reconhecimento com grandes instalações conceituais, como a provocadora "Desvio para o Vermelho", no qual uma sala vermelha, cheia de objetos da mesma cor, remetia à violência da classe média cercada por bens de consumo e alheia ao que ocorria na ditadura.

Outro trabalho de projeção, também da década de 1970, é "Inserções em Circuitos Ideológicos", cujas edições "Projeto Coca-Cola" e "Quem Matou Herzog?" faziam circular nas garrafas do refrigerante e em notas de dinheiro mensagens desaforadas aos militares.

Mas o carioca desenha —e sempre desenhou— compulsivamente. Agora, a exposição "No Reino da Foda", na galeria Luisa Strina, em São Paulo, traz à tona esse aspecto menos conhecido do artista, mas tão importante quanto, diz o organizador Ricardo Sardenberg.

"São imagens muitas vezes monstruosas, violentas e eróticas, antagônicas ao que vimos em instalações", afirma.

"No Reino da Foda" mostra obras de Meireles do início da ditadura militar, em 1964, até 1987, dois anos após o fim do regime. Dentro do recorte, o único período no qual o artista não desenhou —já que estava imerso na arte conceitual e ampliando a carreira internacional— foi de 1968 a 1973.

A exposição conta com dois exemplares da série homônima de 1965; obras das duas décadas seguintes, que evocam o grotesco e a violência; e outras em que ele trata do espaço euclidiano e da figuração.

O artista tinha só 17 anos quando começou a produzir esses desenhos, que trazem um quê onírico e de crônica jornalística bem humorada.

O comentário social foge da literalidade, afirma o organizador da mostra, e é sugerido por traços expressionistas em que se notam gestos com as mãos.

Apesar do título provocador da exposição, o sexo é mais aludido do que mostrado. Há, por exemplo, uma obra na qual um homem acaricia a virilha de uma mulher, e outra de cunho homoerótico, em que dois homens parecem prestes a se beijar. Um veste uma camiseta regata e o outro óculos escuros e chapéu — este, para Sardenberg, representa um agente do SNI, o Serviço Nacional de Informação.

Esses desenhos estão na entrada, enquanto os "limpinhos" ficam nos fundos. Um corredor abriga obras que Meireles trata como premonitórias. São abstrações fantasiosas e oníricas —que podem se resumir no termo "foda".

"Não é uma imagética tão clara para falar contra a ditadura. São desenhos com referências a situações ou sensações desse período", afirma Ricardo Sardenberg, o curador.

"Muitos têm violência ou monstruosidade embutidos, até os que estão ligados ao erotismo. Remetem à classe média urbana doente que surge e é muito problemática no lugar que ocupa, de destruição ou apoio à ditadura", diz.

O recorte temporal tem 1987 como teto, porque, a partir daí, o estilo do artista tem uma inflexão e passa a adotar linhas limpas. Por outro lado, segundo Sardenberg, o que torna a exposição contemporânea é o fato de a sociedade brasileira não sofrer a mesma guinada.

"Passamos por Bolsonaro, mas, como se vê, os efeitos desses quatro anos não acabaram. A violência continua no cotidiano brasileiro", afirma.

Segundo o curador, "No Reino da Foda" remete ao que se vê no cotidiano de qualquer cidade brasileira de médio porte. "A arte não precisa ser sobre o belo. Falar de nós mesmos, às vezes, é algo agressivo."

Obra sem título de Cildo Meireles, de 1987, na mostra da galeria Luisa Strina Edouard Fraipont/Divulgação

No Reino da Foda
Galeria Luisa Strina - r. Pe. João Manuel, 755. 12 anos. Seg. a sex., das 10h às 19h; sáb., das 10h às 17h. Até 18 de março. Grátis

Hmmfalemais

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Drama espiritual com o ator Felipe Camargo estreia em plataforma

Santo Maldito
Star+, 16 anos
Um professor ateu decide dar fim ao sofrimento de sua mulher, que está em coma. Mas ela acorda, e seu desespertar foi filmado por um pastor evangélico. O protagonista então é convidado a pregar numa igreja e entra em choque com suas convicções. Afinal, ele tem mesmo poderes divinos, ou não passa de um vigarista? Com direção-geral de Gustavo Bonafé e produção da Intro Filmes, esta série brasileira tem Felipe Camargo, Ana Flávia Cavalcanti e Augusto Madeira no elenco.

As Five
Globoplay, 16 anos
As cinco protagonistas de "Viva a Diferença", temporada de "Malhação" exibida pela Globo em 2017, ganharam sua própria série em 2020. Na segunda temporada, o quinteto recebe nova integrante e enfrenta os dilemas da vida adulta.

Em Busca de Mim
Netflix, 16 anos
Recém-divorciada, uma mulher viaja para um retiro de autoajuda na ilha de Stromboli, no sul da Itália. Este filme romântico holandês é um dos mais vistos da plataforma.

A Máquina Infernal
Telecine Premium, 22h, 14 anos
Guy Pearce faz um escritor que vive em reclusão, depois que alguns leitores se inspiraram num livro seu para cometer crimes. Agora ele é obrigado por um fã obsessivo a confrontar o próprio passado

Giro Econômico
Cultura, 23h, 10 anos
O programa aborda o garimpo ilegal na Amazônia, que destrói a floresta e dizima populações indígenas. Apresentação de Maria Manso e comentários de Ricardo Sennes.

Heróis de Fogo
Globo, 23h20, 16 anos
A sessão "Cinema do Líder" exibe um filme russo sobre um valoroso grupo de bombeiros e socorristas que combatem incêndios florestais. Longa inédito na TV aberta.

Tudo Bem
Canal Brasil, 0h30, 14 anos
Em um de seus melhores filmes, Arnaldo Jabor constrói um microcosmo do Brasil em um apartamento em Copacabana, no Rio de Janeiro. Com Fernanda Montenegro, Paulo Gracindo e Regina Casé.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

				9				3
	8					1	7	
			4		5	8		
		7				3	2	
6			2		3			5
	3	9				6		
		6	1		8			
	2	1					4	
8				4				

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

7	6	2	8	9	1	4	5	3
5	8	4	6	3	2	1	7	9
9	1	3	4	7	5	8	6	2
1	5	7	9	8	6	3	2	4
6	4	8	2	1	3	7	9	5
2	3	9	7	5	4	6	8	1
4	9	6	1	2	8	5	3	7
3	2	1	5	6	7	9	4	8
8	7	5	3	4	9	2	1	6

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Contido, privado, moderado **2.** Companhia especializada no desenho e construção de aviões / O que muda de pato para palito **3.** A grande cordilheira sul-americana / (Red.) Formação acadêmica oferecida depois da graduação **4.** É moon nos EUA / Molhado superficialmente **5.** Aquele que se notabiliza num esporte / Indivíduos encarcerados **6.** Baralho **7.** Aquele que confronta acusados, testemunhas etc. **8.** Planta cultivada para extração de goma-arábica **9.** Sem despesa, de favor / Abreviatura de um disco que possui lados A e B **10.** Elemento químico de símbolo Rh, usado em instrumentos óticos / (-praça) Que é caloroso, simpático e confiável **11.** Nos estádios, movimento em onda feito pela torcida / Protuberância facial **12.** (Marina) Um sucesso de Wilson Simonal / Fazer jus a, ser digno de, merecer **13.** Adorar.

VERTICAIS
1. Tomada de comoção / 12 dúzias **2.** Prêmio que algumas empresas ou companhias concedem / Pessoa muito beata **3.** Fio têxtil precioso produzido pela larva de uma borboleta noturna, destinado à preparação de seu casulo / Montão de coisas de pouco valor **4.** (Black) Smoking / Peixe marinho do Atlântico, semelhante à tainha / Instrumento de percussão de origem africana **5.** Que tem o caráter de insurreição **6.** Decigrama / Conjunto de instrumentos musicais de sopro feitos de material como o latão / Uma tecla muito utilizada pelos usuários de computadores **7.** Marca que se deixa ao andar / Substância usada para calafetar embarcações **8.** Lamacento / (Pop.) Cerveja clara **9.** Rs, num chat / Moço.

HORIZONTAIS: 1. Abstido, **2.** Boeing, Li, **3.** Andes, Pós, **4.** Lua, Úmido, **5.** Ás, Presos, **6.** Cartas, **7.** Acareador, **8.** Acácia, **9.** Grátis, LP, **10.** Ródio, Boa, **11.** Ola, Nariz, **12.** Sá, Valer, **13.** Cultuar. **VERTICAIS: 1.** Abalada, Grosa, **2.** Bônus, Carola, **3.** Seda, Cacada, **4.** Tie, Parati, Vu, **5.** Insurrecional, **6.** Dg, Metais, Alt, **7.** Pisada, Breu, **8.** Lodoso, Loira, **9.** Risos, Rapaz.

Ariel Severino

Iconoclastia preventiva de Xandão

Ação corretiva quer mitigar futuro presumido de fato que ocorre no presente

Wilson Gomes

Professor titular da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e autor de "Crônica de uma Tragédia Anunciada"

Não são poucos os juízos públicos sobre Alexandre de Moraes, figura de destaque desta nossa nova transição democrática e ministro do STF, o Supremo Tribunal Federal.

Há quem reconheça que foi um dos campeões da democracia, lança em punho nas tantas justas em que precisou provar o valor da sua causa.

Há também os convencidos de que se trata de um libertícida, pronto a solapar, abusiva e seletivamente, algumas das liberdades básicas que nos garantem o Estado de Direito, a começar pelas liberdades de expressão, manifestação e divergência (quiçá, de insulto) das autoridades constituídas.

Há ainda os que reconhecem que foi providencial o papel por ele assumido de xerife da República nas circunstâncias delicadíssimas criadas pelos radicais do bolsonarismo neste período, mas temem que aceitar como normais alguns dos seus comportamentos pode ser um caminho sem volta.

Por fim, há os que oscilam entre o aplauso por reconhecer que sem um zagueiro que não foge das divididas as coisas teriam acabado bem mal e a reprovação porque o beque chuta na canela e passa por cima, como se jogasse na várzea e não em um torneio com regras, cerimônias e liturgias.

É compreensível. Fora os bolsonaristas, todos entendem a importância do ministro Moraes; do TSE, o Tribunal Superior Eleitoral, e do STF nos anos de radicalização do bolsonarismo, inclusive durante a eclosão da tentativa de golpe no infame 8 de janeiro.

Amemos ou não a cúpula do Judiciário, ela foi a última linha de zaga da democracia brasileira contra um bolsonarismo incansável no seu desejo autocrático. O resto são divergências compreensíveis de filosofia e visão de mundo, completamente identificáveis no campo democrático.

Independentemente, contudo, do juízo que se faça sobre Alexandre de Moraes há uma atitude que me incomoda bastante, que vou chamar de "iconoclastia preventiva". É um tipo de ação corretiva voltada para mitigar efeitos negativos e futuros de um fato presente. Parece complicado, mas não é.

Um exemplo. Godard fez um filme com uma versão moderna da Concepção de Maria; católicos imaginaram que pessoas que fossem assistir ao filme sairiam com uma imagem deturpada de Nossa Senhora.

Eles não viram o filme nem conheciam qualquer pessoa em que o filme tivesse produzido tal efeito, mas estavam convencidos de que isso iria acontecer. Então, tomaram a providência de fazer grandes manifestações em frente aos cinemas, de acionar a Justiça para impedir a sua exibição e de atacar a figura do cineasta, por sacrilégio. Tecnicamente, lutaram para evitar uma influência presumida e projetada, mas não constatada.

Assim, pessoas que imaginam que os outros estão idolatrando alguém, ou que irão idolatrá-lo no futuro, tomam providências para corrigir tal coisa. Fazem posts, declarações e artigos para revelar aos incautos que o suposto ídolo tem os pés de barro.

No fundo é uma sinalização de virtude, dessas que os partidários adoram, uma vez que confirma, para eles, o quão moralmente superiores são.

Um exemplo clássico é o dos os ataques feitos a Joaquim Barbosa depois do julgamento do Mensalão, quando para muitos parecia que um novo herói político nacional estava sendo forjado no STF.

Um exemplo tosco foi quando César Benjamin, neste jornal, resolveu contar, do nada, "os podres" de Lula com um garoto nos 30 dias em que fora detido durante a ditadura.

Diante do clamor e perplexidade gerais, Benjamin explicou a razão da revelação: era para evitar preventivamente uma presumida onda de idolatria, que, ele imaginava, surgiria depois do filme hagiográfico "Lula, O Filho do Brasil" (de que ninguém mais se lembra, aliás). Ação corretiva.

Dispensa-se a Alexandre de Moraes o mesmo tratamento. Remexendo-se nas memórias, ativam-se registros desabonadores à esquerda e à direita que provariam que o Xandão, cuja menção é suficiente para fazer bater em retiradas falanges de golpistas, não é isso tudo o que se diz.

E que fora das circunstâncias que justificam o "vigiar e punir" continua sendo um delegado da roça. Enquanto isso, anarcoliberais e bolsonaristas, projetam um trevoso futuro em que o sombrio Batman do STF passa por cima de liberdades e direitos como se nada fossem. Iconoclastia preventiva, sim.

seg. Luiz Felipe Pondé | ter. João Pereira Coutinho | qua. Wilson Gomes | **qui. Drauzio Varella**, Fernanda Torres | sex. Djamila Ribeiro | sáb. Mario Sergio Conti

The Town anuncia novo palco com MC Don Juan e MC Dricka

Área Factory vai destacar funk e samba com nomes como Urias e Grag Queen

SÃO PAULO O festival de música The Town, o irmão paulista do Rock in Rio, anunciou nesta terça-feira o palco Factory, mais um dos espaços que vão compor o evento que ocorre nos dias 2, 3, 7, 9 e 10 de setembro em Interlagos.

A produção do evento também anunciou algumas das atrações que se apresentarão no palco Factory, destinado a shows de funk, samba, trap e beats afros. Dentre os destaques do line-up estão MC Don Juan, MC Dricka, Afrocidade, Tasha & Tracie, Grag Queen, Teto, Caio Luccas e Urias.

A área terá uma cenografia baseada em galpões antigos onde funcionaram fábricas da zona industrial de São Paulo. A ideia é dar destaque para aspectos arquitetônicos da mais cotidianos da cidade, mas não menos relevantes. O cenário terá também chaminés industriais e foi customizado com grafites.

Zé Ricardo, vice-presidente artístico da Rock World, afirmou em entrevista coletiva que o palco busca "dialogar com a arte urbana e da periferia", mirando arte de rua da capital paulista, que torna obras acessíveis, independentemente do poder aquisitivo.

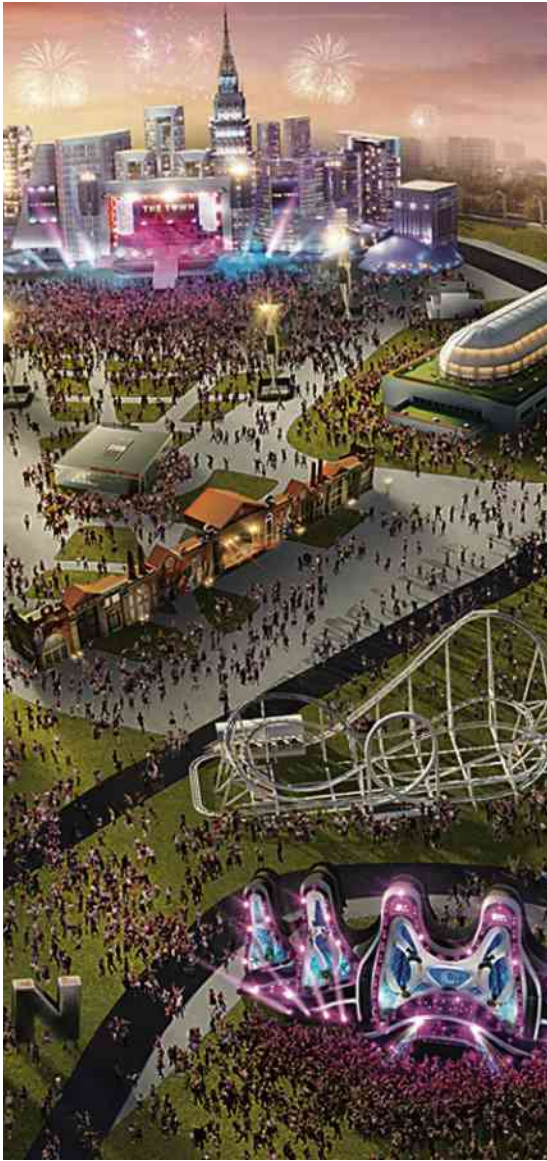
Para comentar a escala que o evento terá na cidade, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) também esteve na coletiva junto dos secretários Aline Torres, da Cultura, Aline Cardoso, de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, e Rodolfo Marinho, de Turismo. As estimativas são de que o projeto já movimentou R$ 1,9 bilhão para a cidade, além de 20 mil empregos criados.

"É um evento em parceria com a cidade e especial para nós, que formulamos políticas públicas de cultura", diz Torres. "Temos a chance de criar, junto com o The Town, um festival que exalte as características musicais de São Paulo, bem como sua geografia até sua arquitetura, dos prédios modernos até a favela."

Com isso, o Factory se junta a outros dos palcos principais do evento, como o Skyline, o principal, o The One, com diversos gêneros, e o Square, dedicado a jazz e blues. O festival já anunciou nomes como Bruno Mars, Maroon 5, Ludmilla, Foo Fighters Iza, Racionais MC's entre as atrações.

O evento espera receber 500 mil pessoas ao longo dos cinco dias de shows e também promete melhorias em Interlagos. Entre elas, está a criação de uma rede de esgoto, para que o público não dependa mais de banheiros químicos. Os trens da cidade irão funcionar 24 horas por dia para atender ao festival.

Os primeiros ingressos para o evento vão começar ser vendidos em 14 de março às 19h. Nesta data, interessados poderão comprar o The Town Card, que equivale a um ingresso de gramado sem data definida para um dia do evento. Quem comprar o cartão deverá definir a data até 24 horas antes da venda dos ingressos convencionais.

Os ingressos deverão ser adquiridos pela Ticketmaster Brasil. A inteira do evento custará R$ 770 e a meia-entrada R$ 385. Não será cobrada nenhuma taxa de conveniência e poderão ser adquiridos até quatro ingressos por CPF. O pagamento poderá ser feito por cartão de crédito ou por Pix.

Visão geral dos palcos do festival The Town Divulgação

APCA escolhe 'Pantanal' como melhor novela e dá prêmio a 'Encantado's'

SÃO PAULO A Associação Paulista dos Críticos de Artes, a APCA, escolheu nesta segunda-feira os melhores trabalhos e profissionais de 2022 nas áreas de música, cinema, teatro, artes plásticas, arquitetura, literatura e TV.

Os nomes foram escolhidos em uma reunião entre os membros da associação, encontro que não acontecia de forma presencial havia dois anos em razão da pandemia.

Dentre os destaques da categoria televisão, "Pantanal" foi considerada a melhor novela no ano passado, e Isabel Teixeira foi eleita a melhor atriz. Ela interpretou a Maria Bruaca na novela da Globo.

"Pantanal" ainda saiu vencedor da categoria de ator, que premiou Osmar Prado. Em série de drama, a entidade escolheu "Manhãs de Setembro", em segunda temporada no Prime Video.

Já na categoria comédia, "Encantado's", série idealizada e escrita por Renata Andrade e Thaís Pontes, com texto final de Antonio Prata, escritor e colunista deste jornal, e Chico Mattoso, levou o prêmio para o Globoplay. A trama aborda o Carnaval do 4º grupo de escolas de samba do Rio, longe dos holofotes da Sapucaí, sendo a primeira criação de duas roteiristas negras no Grupo Globo.

O streaming da Globo ainda venceu na categoria documentário com "Escola Base: Um Repórter Enfrenta o Passado". Da emissora, o Altas Horas venceu o prêmio para programas de variedade.

Na literatura, o destaque foi para o escritor Geovani Martins, autor de "Via Ápia", da Companhia das Letras. Publicado no ano passado, o livro conta a vida de cinco jovens seguindo o calendário da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora na Rocinha, maior favela do Brasil. A obra foi escolhida pelos membros do júri como o melhor romance.

Outros vencedores literários foram "Eu Já Morri", de Edyr Augusto, campeão na categoria de contos; "Araras Vermelhas", vencedor no prêmio de poesia; a edição de "Beowulf" da editora 34, escolhida pela tradução de Elton Medeiros; "Adeus, Senhor Portugal", campeão de ciências humanas; "Do Transe à Vertigem", eleito em ensaio; e "Silêncio", vencedor da categoria infantil.

Já os atores Gabriel Leone e Alice Braga foram escolhidos melhores do ano no cinema pela atuação no filme "Eduardo e Mônica". O longa conta a história de amor entre dois jovens e é inspirada na música de mesmo nome da banda Legião Urbana.

Os vencedores de cinema ainda incluem "Segredos do Putumayo", campeão do prêmio principal, "Marte Um", escolhido em direção; "Cinco Casas", campeão de fotografia; e "Pajeú", escolhido em roteiro. O longa "Paixões Recorrentes", de Ana Carolina, recebeu o grande prêmio do júri por seu experimentalismo.

A melhor obra de arquitetura foi o Museu do Ipiranga, cuja reforma foi projetada no escritório H+F Arquitetos. O projeto manteve o exterior do edifício, mas ampliou espaços de recepção, exposição e administração, tornando o museu maior e mais acessível.

A APCA ainda elegeu Emanoel Araujo, morto em setembro, como personalidade do ano, e destacou Milton Nascimento com o prêmio da crítica e o Ratos do Porão como artista do ano. "Alto da Maravilha", produzido por Russo Passapusso, Antonio Carlos e Jocafi, venceu a categoria de disco.